

**MARIA DE LOURDES RIBEIRO GASPAR**

**ECOS DO PROGRESSO:  
Práticas e Representações Sociais no Grupo Escolar Delfim Moreira  
(1908 – 1931) – Araxá – MG**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
UBERLÂNDIA – MG, 2006**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

G249e Gaspar, Maria de Lourdes Ribeiro, 1969-

    Ecos do progresso : práticas e representações sociais no Grupo Escolar Delfim Moreira (1908 -1931) – Araxá MG / Maria de Lourdes Ribeiro Gaspar. - 2006.

    235 f. : il.

    Orientadora: Vera Lúcia Abrão Borges.

    Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação.

    Inclui bibliografia.

    1. Educação - História - Teses. 2. Educação - Araxá (MG) - História - Teses. I. Borges, Vera Lúcia Abrão. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 37 (091)

---

**MARIA DE LOURDES RIBEIRO GASPAR**

**ECOS DO PROGRESSO:  
Práticas e Representações Sociais no Grupo Escolar Delfim Moreira  
(1908 – 1931) – Araxá – MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: História e Historiografia da Educação

Orientadora: Dra. Vera Lúcia Abrão Borges

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
UBERLÂNDIA – MG, 2006**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**ECOS DO PROGRESSO:  
Práticas e Representações Sociais no Grupo Escolar Delfim Moreira  
(1908 – 1931) – Araxá – MG**

Dissertação de Mestrado apresentada por MARIA DE LOURDES RIBEIRO GASPAR, ao Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Abrão Borges (Orientadora)  
Universidade Federal de Uberlândia

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Araújo Nepomuceno  
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

---

Prof. Dr. Geraldo Inácio Filho  
Universidade Federal de Uberlândia



*As mudanças em educação e na pedagogia são lentas e constituem-se mediante multidimensionalidades e combinatórias de princípios, representações, práticas e apropriações, pelo que as transformações escolares, apesar da sua autarcia e da sua internalidade, não podem deixar de ser interpretadas com a materialização e o reflexo de preocupações educativas de carácter amplo e profundo, cuja implementação pode ser lenta e conflituosa.*

Justino Magalhães





## **DEDICATÓRIA**

Ao meu marido Antonio Augusto, com quem tenho dividido minha vida, minhas alegrias e tristezas, pelo apoio irrestrito a todas as minhas decisões.

Às minhas filhas Carolina e Maria Augusta, que souberam me amar incondicionalmente, sem jamais reivindicar as horas em que faltei ao convívio familiar.

Aos meus pais Doralice e José Rinaldo, a quem devoto meu respeito, orgulho e consideração.



## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Abrão Borges, que me ajudou a trilhar o caminho da pesquisa sem perder o foco, apontando de forma segura os pontos frágeis do meu texto, mas sempre com palavras de encorajamento, meu profundo reconhecimento;

À Elisa, que além de irmã é amiga, e uma companheira de discussões intelectuais, por suas contribuições pertinentes ao meu trabalho, um agradecimento muito especial;

À mãezinha Elisa, que com paciência e delicadeza que lhe são peculiares mostrou-me que o fruto tem o tempo certo de colher;

Ao Centro Universitário do Planalto de Araxá, pela concessão da bolsa que muito facilitou o desenvolvimento da pesquisa. De maneira especial, agradeço à professora Maria Auxiliadora Ribeiro, pela confiança e palavras de encorajamento transcendendo a dimensão de Reitora;

À Secretaria Municipal de Educação de Araxá, em especial à professora Marlene Borges Pereira, que me concedeu a dispensa de minhas atividades para freqüentar as aulas na Universidade Federal de Uberlândia;

Aos ex-alunos do Grupo Escolar Delfim Moreira participantes da pesquisa: Antônio Alvarenga, Domingos Santos, Raul Almeida, Josefina Dias, Geralda Costa, Maria Dora Lemos, Angelina Tannus, Boanerges Lemos;

Aos professores do Mestrado em Educação da UFU, pelas relevantes contribuições durante as aulas sempre culminadas por conversas animadoras e instigantes;

Aos colegas do Mestrado, pelas muitas vezes em que compartilhamos nossas inquietações;

À prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Cristina Fagundes Lima, à prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria de Araújo Nepomuceno e ao prof. Dr. Geraldo Inácio Filho, pelas valiosas contribuições para o aprimoramento do texto;

A todos os funcionários dos arquivos consultados, em especial à Fundação Cultural Calmon Barreto e Arquivo Público Mineiro, que disponibilizaram documentos e colaboraram na localização de fontes, meu muito obrigada;

À direção e aos funcionários responsáveis pelo Arquivo da Escola Estadual Delfim Moreira, guardiões da memória, meus profundos agradecimentos.



# SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE ABREVIATURAS

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO..... 15

CAPÍTULO I O ENTRECROZAR DA CULTURA, DA POLÍTICA E DA SOCIEDADE EM ARAXÁ, DE 1889 ATÉ 1911: A RAZÃO DE UM GRUPO ESCOLAR ..... 29

1- No ar, uma nova ordem ..... 36

2- A implantação de um projeto de modernização e a participação do município ..... 56

3- O poder coronelista..... 62

3.1- Poder Público e Elite Política: práticas e representações sociais sobre o grupo escolar ..... 69

4- Com vistas ao progresso: enfim o grupo escolar ..... 73

CAPÍTULO II A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA EXPRESSÃO EDUCACIONAL ..... 89

1- A Reforma do Ensino de 1906: um novo modelo de organização escolar em Minas Gerais..... 93

2- O grupo escolar nas deliberações legais (1908 – 1930) ..... 121

CAPÍTULO III ECOS DO PROGRESSO: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO INTERNO DO GRUPO ESCOLAR ..... 131

1- A organização do currículo como parte do projeto de modernização da República: Decreto n. 1960 de 16/12/1906. .... 134

1.1- Instruir, Treinar e Fixar: Instruções Metodológicas para o ensino dos conteúdos da escola primária..... 136

1.2- Uniformização e seriação dos conteúdos ..... 147

1.3- Um currículo com formação para a disciplina..... 150

2- O embate do novo versus o velho..... 152

3- A organização do espaço e do tempo no Grupo Escolar Delfim Moreira..... 158

4- Práticas educativa versus modernização pedagógica ..... 163



5- Escola pública, gratuita e laica? .....	168
6- Higiene, moralidade e estatística como valores da modernidade.....	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	181
REFERÊNCIAS .....	193
FONTES HISTÓRICAS .....	200
ANEXOS .....	203





## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Fachada do Grupo Escolar Delfim Moreira, data provável entre 1920 e 1930 .....	60
FIGURA 2: Fachada da Escola Estadual Delfim Moreira, em janeiro de 2004 .....	61
QUADRO 1: Mapeamento dos Orçamentos Municipais da Câmara Municipal de Araxá/Minas Gerais, para os Exercícios Administrativos – Gastos com educação .....	73
FIGURA 3: Inauguração do Grupo Escolar Delfim Moreira .....	83
QUADRO 2: Relação das Categorias Profissionais existentes entre Pai/Mãe dos Alunos Matriculados .....	112
TABELA 1: Relação Categoria/Profissão Pai/Mãe de Alunos Matriculados – Porcentagem .....	113
FIGURA 4: Caderneta Escolar - ano de 1929 .....	117
QUADRO 3: Instruções Metodológicas para o Ensino Primário .....	137
FIGURA 5: Caderneta escolar – Deveres sociais do aluno, ano de 1929 .....	151
QUADRO 4: Quadro comparativo entre a Pedagogia Ativa e as Instruções Metodológicas para o Ensino Primário .....	155
FIGURA 6: Aula de exercícios físicos – data provável entre 1921 e 1930 .....	165



## **LISTAS DE ABREVIATURAS**

ADPH: Arquivo Departamento Patrimônio Histórico

AMDB: Arquivo Museu Dona Beja

CMA: Câmara Municipal de Araxá

DPH: Departamento de Patrimônio Histórico

FCCB: Fundação Cultural Calmon Barreto

FCM: Fundo da Câmara Municipal de Araxá

SAPP: Setor de Arquivo, Pesquisas e Publicações



## RESUMO

O objeto desta dissertação é reconstruir a gênese, a organização e a evolução do Grupo Escolar Delfim Moreira. A investigação tem por objetivo compreender as práticas, as representações sociais e as apropriações construídas pelos sujeitos responsáveis por sua edificação. A fim de compreender o objeto em questão, formulou-se o seguinte problema: de que forma o projeto republicano de educação pública, laica e gratuita materializou-se nas práticas, nas representações sociais e nas apropriações dos sujeitos durante a implantação e a consolidação do modelo escolar instituído pela República, na cidade de Araxá – Minas Gerais, no período de 1908 a 1931? A abordagem metodológica utilizada compreendeu a História Cultural. Como procedimento realizou-se pesquisa empírica com coleta de documentos nos arquivos da Escola Estadual Delfim Moreira, da Fundação Cultural Calmon Barreto e do Arquivo Público Mineiro. Realizaram-se, também, entrevistas temáticas com dez egressos que estudaram no período delimitado para pesquisa e uma entrevista com egresso de período ulterior. Os dados coletados durante a pesquisa empírica foram subsidiados por bibliografia pertinente à História de Instituições Educativas e da Educação Nacional e Mineira. A interpretação das práticas, das representações sociais e das apropriações permitiu asseverar que o modelo republicano de educação baseado nos princípios de gratuidade, laicidade e publicidade consolidou-se na submissão destes modelos a ajustes, combinações ou resistências.

**Palavras-chave:** educação, história das instituições educativas, história da educação brasileira



## **ABSTRACT**

The aim of this dissertation is to reconstruct the genius, the organization and the evolution of Delfim Moreira Elementary School. The main objective of our investigation is to understand the practices and social representations as well as the appropriations made by the subjects responsible for its edifying. In order to understand the object in question the following problem was addressed: how did the Republican project of public, laical and free education was materialized in the subjects' practices, social representations and appropriations during the implementation and the consolidation of the school model instituted by the historical period called Republic in the city of Araxá, located in Minas Gerais State, from 1908 to 1931? The methodological approach included The Cultural History. As a procedure, the empirical research was made by collecting documents from the files of Delfim Moreira Elementary School and from the Calmon Barreto Cultural Foundation. Besides that, subject matters interviews were made with ten egresses who studied in the delimited period for the research and also an interview was made with an egress from ulterior period. The data collected during the empirical research were supported by relevant bibliography related to the History of Educational Institutions and to the History of Brazilian Education. The practices, social representations and appropriations interpretations allow to confirm that the Republican Education System based on the principles of free payment, secularism and publicity consolidated itself in the submission of these models to adjusts, combinations or resistances.

**Keywords:** education, history of educational institutions, history of brazilian education









## INTRODUÇÃO

O edifício do Grupo Escolar Delfim Moreira, construído nos anos iniciais do regime republicano, distingue-se no desenho da cidade de Araxá, evocando rituais ainda presentes na memória daqueles que construíram a sua história.

O presente estudo foi elaborado com o objetivo de reconstruir a criação e a trajetória educativa do referido grupo escolar, buscando compreender as práticas, as representações sociais e as apropriações construídas pelos sujeitos responsáveis por sua edificação.

Constituiu-se problema dessa investigação a seguinte questão: de que forma a proposta de edificação do Grupo Escolar Delfim Moreira de Araxá-MG materializou o projeto político de educação pública, laica e gratuita do governo republicano?

Ter como objetivo a reconstrução da gênese, da organização e da evolução do Grupo Escolar Delfim Moreira, decorreu de razões pessoais e profissionais.

Nessa Instituição é que delineei as primeiras correspondências entre sons e letras, aprendendo a ler e a escrever e, dessa forma, ela se faz presente em minha memória e na construção de minha identidade.

No contexto acadêmico, minha experiência como aluna especial, do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, permitiu-me o contato com a literatura pertinente, apontando uma variedade de temas que poderiam vir a ser pesquisados no âmbito da História da Educação.

No ano de 2004, ingressei como aluna regular no Mestrado em Educação da referida instituição, na linha de pesquisa “História e Historiografia da Educação”, e

concomitantemente fui selecionada para participar do corpo docente do Centro Universitário do Planalto de Araxá como professora da disciplina História da Educação. O vínculo com essas instituições, na condição de aluna e professora, respectivamente, incentivou-me a perquirir nos caminhos da investigação científica na área da História de Instituições.

Justificou, ainda, a escolha dessa instituição escolar como objeto da presente pesquisa o fato de o Grupo Escolar Delfim Moreira (hoje Escola Estadual) ter iniciado suas atividades em 1908 – tendo sido, assim, uma das primeiras escolas públicas agrupadas da região, cujo propósito era atender à gratuidade, à publicidade e à laicidade do ensino – e se encontrar em funcionamento até os dias atuais. Por fim, tencionou-se compreender as representações sociais construídas pela sociedade araxaense sobre o grupo escolar, as quais o colocam como uma instituição pública, tradicional e de qualidade. A carência da sociedade por bons modelos de educação pública me instigou a compreender como se deu a construção dessas representações.

O espaço temporal abrangido por essa investigação correspondeu ao período de 1908 a 1931. O levantamento documental permitiu entender que o projeto de criação do grupo escolar em Araxá começou a se delinear a partir de janeiro de 1908, em razão das dificuldades enfrentadas pela municipalidade em manter as escolas isoladas de ensino primário. Em consequência, essa instituição começou a funcionar em março de 1908 em prédio emprestado pelo Coronel Adolpho. Em 19 de abril de 1911, o governo estadual promulgou o decreto de sua criação. A sua inauguração se deu em 28 de setembro de 1911, em prédio próprio.

O estudo desenvolvido acerca do grupo escolar, no ano de 1908 explica-se pela redefinição da periodização até então estabelecida. Isso permitiu localizar a origem do projeto de criação do grupo escolar na cidade, a compreensão do compromisso sócio-ideológico republicano, a análise das preocupações políticas no campo da educação e a interpretação da forma como se deu o “eco” do discurso republicano na cidade de Araxá.

O limite final, estabelecido em 1931, refere-se à primeira mudança significativa, consolidada na ampliação do grupo escolar de oito para dez cadeiras, ou seja salas de aula e a contratação de mais funcionários, concretizando-se na construção de um novo prédio, ainda mais suntuoso, em uma avenida central de Araxá.

Julgou-se, também, pertinente estabelecer uma relação entre a criação do grupo escolar pesquisado com a República recém-proclamada no país. Tal estratégia permitiu analisar a ordem social estabelecida e o seu comprometimento com os problemas relacionados

à educação, para melhor compreender o significado dessa mudança estrutural nos contextos local e nacional.

A busca pela compreensão das representações construídas pela sociedade acerca da educação, da organização do ensino primário no estado de Minas Gerais e em Araxá, da expansão dos grupos escolares como modelo educacional da República, das práticas desenvolvidas no espaço interno da escola e das memórias relatadas pelos egressos constituiu a problemática dessa pesquisa. Para tanto, algumas questões foram sendo elaboradas: 1) Em que medida o projeto republicano realizou os interesses da sociedade araxaense na edificação de um grupo escolar? 2) Como se processaram a organização e a expansão do ensino primário em Araxá e em Minas Gerais no modelo de grupo escolar? 3) De que forma a expansão dos grupos escolares foi viabilizada politicamente? 4) Como o poder público se organizou e estabeleceu diretrizes específicas para o ensino primário na cidade e em Minas? 5) Quais os dispositivos legais de estruturação e de organização desta modalidade escolar? 6) Como se deram as práticas e representações sociais no espaço escolar do grupo selecionado? E, finalmente, em que medida o Grupo Escolar Delfim Moreira se estabeleceu como espaço e tempo de práticas e representações de uma sociedade?

Esse estudo foi realizado numa perspectiva empírica, em que se pretendeu reconstruir a trajetória do Grupo Escolar Delfim Moreira a partir de referências não só historiográficas, mas sobretudo documentais, encontradas nos acervos dos arquivos da Escola Estadual Delfim Moreira, da Fundação Cultural Calmon Barreto, em Araxá – MG, e do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte – MG. A abordagem utilizada foi a história cultural, fundamentada nos estudos de Chartier para compreender os movimentos de continuidade e de rupturas que se articularam nas relações sociais estabelecidas pelas práticas e pelas representações. Quanto às representações, Chartier afirma.

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto, afastar-se do social – como julgou durante muito tempo uma história de vistas demasiado curtas –, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto mais decisivos quanto menos imediatamente materiais.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

Tal abordagem aspirou, portanto, interpretar o objeto de modo a identificar símbolos, significados e práticas que pudessem dar a ver como o Grupo Escolar Delfim Moreira foi constituído, que práticas e representações foram construídas por parte dos diversos sujeitos históricos que influenciaram diretamente a vida dessa escola.

As posições que os sujeitos assumem e que os identificam com as representações e práticas que produziram é o que realmente interessa à história cultural, como argumenta Chartier, “O que importa, tanto quanto a idéia, e talvez mais, é a encarnação da idéia, os seus significados, o uso que dela faz. Daí a proposta de uma história social das idéias, tomando por objeto o seu enraizamento e circulação”<sup>2</sup>.

O debate ampliou-se no esforço de incorporar as novas temáticas à historiografia da educação. Nesse sentido, recorreu-se a Magalhães para que se pudesse estabelecer o percurso em relação à abordagem historiográfica inscrita na História de Instituições.

A história das instituições educativas é um domínio do conhecimento em renovação e em construção a partir de novas fontes de informação, de uma especificidade teórico metodológica e de um alargamento do quadro de análise da história da educação, conciliando e integrando os planos macro, meso e micro, é uma história, ou melhor são histórias que se constroem numa convergência interdisciplinar.<sup>3</sup>

Dessa forma, pretendeu-se, ao longo do trabalho de pesquisa e análise dos documentos, que a articulação entre estes evidenciasse a fidelidade aos objetivos da pesquisa, sob a dimensão meso.

A reconfiguração da História das Instituições permitiu aos estudiosos estabelecer uma nova abordagem sobre o universo da escola. Novos interesses e novos critérios de tratamento das fontes históricas têm permitido ao historiador interrogar a historicidade do objeto de estudo e produzir novas representações sobre a escola como produção da sociedade, e esta última como produção da escola.

No seu percurso investigativo, o historiador busca múltiplas informações, no sentido de estabelecer uma relação dialética com o objeto de estudo, consciente da complexidade de seu campo de pesquisa e da adequação da variedade de métodos e instrumentos que podem ser usados para desenvolver o seu trabalho.

---

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>3</sup> MAGALHÃES, Justino. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005, p. 98.

A historiografia atual, especificamente a História da Educação, ampliou-se e conferiu ao tempo histórico uma visão dialética e pluralista, articulando e desenvolvendo uma nova percepção das fontes históricas. Conforme assinala Gatti Júnior,

[...] a História das Instituições Educacionais almeja dar conta dos vários atores envolvidos no processo educativo, investigando aquilo que se passa no interior das escolas, gerando um conhecimento mais aprofundado destes espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem.<sup>4</sup>

Sobre essa nova concepção de história contemporânea, que questiona a apresentação da história como ciência do passado, e propõe a multiplicidade de objetos de estudo e os novos olhares sobre estes objetos de investigação, Clarice Nunes apresenta alguns argumentos.

A nossa história da educação tem primado por focalizar a escola seja sob a lente da legislação e organização escolar, seja sob a lente das demandas de escolarização da sociedade brasileira, seja sob a perspectiva do pensamento pedagógico ou do ideário. Muito pouco sabemos, no entanto, sobre as suas práticas: como elas se materializavam? quais os seus efeitos? como traduziam o movimento de modernização da sociedade, movimento este que também ajudaram a construir?<sup>5</sup>

A proposta da autora relaciona-se ao fato de que é necessário mostrar alternativas possíveis de renovação na historiografia, destacando a História da Educação. Ao se generalizar o problema, corre-se o risco de falsear aspectos significativos do campo delimitado para pesquisa, não permitindo elaborar novos pontos de vista e ampliar nosso poder de visão. Nesse sentido, a perspectiva empírica conjugada à abordagem da história cultural remonta a um processo investigativo que, neste contexto, permitiu

[...] compreender e explicar a realidade institucional na sua internalidade e na sua relação com a história da educação. É uma abordagem científica interdisciplinar que assenta na dialética triangulada entre educação, instituição, história, e que visa representar e analisar a instituição educativa nas suas unidade, multidimensionalidade e multifatorialidade.<sup>6</sup>

Nesse sentido, a investigação foi subsidiada por numerosas fontes que permitiram a reflexão político-social-cultural, balizada na cientificidade e na interpretação crítica dos dados coletados nos documentos.

---

<sup>4</sup> GATTI JÚNIOR, Décio. Apontamentos sobre a Pesquisa Histórico-Educacional no Campo das Instituições. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 29, jan./dez. 2002.

<sup>5</sup> NUNES, Clarice. História da educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria e Educação**, v. 6, p. 152, 1992.

<sup>6</sup> Cf. MAGALHÃES, Justino. *Op. Cit.*, p. 100.

Dentre as fontes impressas (primárias e secundárias) utilizadas, destacam-se: bibliografia pertinente à História das Instituições; legislação educacional relativa ao período definido para a pesquisa; documentos da Fundação Cultural Calmon Barreto; documentos da Secretaria do Interior de Minas Gerais pertencentes ao Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte – MG, arquivos da Escola Estadual Delfim Moreira; atas da Câmara Municipal de Araxá, arquivos do memorialista Sebastião de Afonseca e Silva, no período definido para a pesquisa (ver ANEXOS).

A consulta ao acervo da escola revelou neste uma série de lacunas, quais sejam: a falta de documentos referentes ao processo de sua gênese; a ausência de correspondências enviadas pela direção da escola à Secretaria do Interior de Minas Gerais; a ausência de relatórios dos inspetores escolares, ou ainda, de quaisquer documentos que permitissem interpretar a internalidade e a externalidade do grupo escolar durante o período.

Assim sendo, optou-se por pesquisar junto ao acervo do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte, onde se encontrou uma gama enorme de documentos referentes ao objeto de estudo desta pesquisa.

Procedeu-se, em seguida, à seleção e coleta de tais documentos, que somaram um total de duzentas e dezoito fontes documentais, como: relatórios da direção da escola; correspondências do presidente da Câmara Municipal de Araxá à Secretaria do Interior de Minas Gerais; correspondências da Secretaria do Interior ao Grupo Escolar e ao poder público municipal; despachos do secretário do interior; atas de festas comemorativas; relatórios dos inspetores escolares; programa de festa escolar; recortes de jornal; relatório das obras de construção do Grupo Escolar Delfim Moreira etc. Estes documentos foram micro-filmados e armazenados em CD-ROM, com reprodução autorizada pela Associação Cultural do Arquivo Mineiro, e se encontram sob responsabilidade da autora da pesquisa. Tal fato eleva a importância da pesquisa em questão, pois facilita o balanço da produção discente futura dos alunos do Mestrado desta IES (Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia), uma vez que estes alunos poderão se utilizar das fontes aqui descritas, como também localizar outras fontes por meios destas.

Outra fonte impressa utilizada constituiu-se de uma crônica escrita pela Irmã Domitila Ribeiro Borges, publicada no jornal Correio de Araxá, em 05 de julho de 2003. A autora relata os anos vividos como aluna do grupo, entre 1920 e 1924.

Para análise dos documentos impressos, alguns cuidados foram tomados, dentre eles a origem da fonte, a confiabilidade e a fidedignidade, para que estes pudessem conferir um



sentido histórico ao contexto social de sua época, bem como suas influências. Tais fontes documentais permitiram selecionar documentos que atenderam aos objetivos e à periodização estabelecidos pela pesquisa. A análise detida do conjunto de documentos selecionados explicitou a abordagem temática que se pretendeu dar ao trabalho.

Também é relevante destacar que as fontes encontradas nos arquivos escolares nem sempre estão integralmente resguardadas e conservadas, mas, mesmo que incompletas, possibilitam a interpretação da dinâmica educacional.

Em relação a esses arquivos, apesar de não estarem totalmente resguardados, o que a princípio configurou uma das dificuldades da pesquisa, é importante destacar a disponibilidade encontrada junto ao Arquivo do Grupo Escolar Delfim Moreira (hoje escola estadual) e a liberdade proporcionada pela direção do estabelecimento para que se pudesse proceder ao exame de todos os documentos existentes no acervo da escola.

Somaram-se aos documentos os depoimentos orais de ex-alunos, que tornaram possível complementar e melhor interpretar as fontes escritas.

Em relação às fontes orais, oriundas das entrevistas, utilizou-se da técnica da entrevista temática. Os dados orais resultaram da entrevista temática. Tais entrevistas priorizaram, apenas, uma parte da vida dos sujeitos entrevistados, isto é, aquela vinculada estreitamente ao tema. Portanto, por meio desta técnica o que se pretendeu foi colher subsídios para a construção da história da Instituição. Os dados obtidos das mesmas foram cruzados com os dados provenientes de outras fontes empíricas, a fim de se aproximar, o mais possível, do contexto histórico vivenciado pelos sujeitos históricos. Portanto, a fonte oral pretendeu ser muito mais uma técnica do que um método que pudesse fornecer subsídios para a construção da história da instituição. Os dados obtidos das mesmas foram cruzados com os dados provenientes de outras fontes empíricas, a fim de se aproximar, o mais possível da verdade.

Assim, o que importou foram as representações dos sujeitos entrevistados e não os aspectos de suas vidas pessoais, ou de parte de suas vidas. Estes aspectos só se mostram relevantes, na medida em que conferem credibilidade às suas representações.

Segundo Thompson<sup>7</sup>, a evidência oral torna possível uma abordagem mais compreensiva do passado, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”.

---

<sup>7</sup> THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 137.

Ainda nesta concepção, reporta-se a Alberti para reforçar a escolha da entrevista temática como técnica.

Seu depoimento é solicitado na medida em que possa contribuir para o estudo de determinado tema, e assim as perguntas que lhe serão dirigidas terão o objetivo de esclarecer e conhecer a atuação, as idéias e a experiência do entrevistado enquanto marcadas por seu envolvimento com o tema.<sup>8</sup>

Dessa forma, acredita-se ter recorrido de maneira satisfatória a diversos meios da pesquisa empírica para permitir a interpretação das práticas e representações sociais produzidas na instituição em análise.

Foi necessário, ainda, estabelecer o contato com as publicações nacional e internacional sobre história de instituição educacional, como também a leitura e a análise de bibliografia pertinente à História da Educação Nacional e Mineira. Estas obras deram uma importante contribuição para o entendimento do objeto de estudo. Dentre elas se destacam Mourão (1962); Inácio Filho; Gatti Júnior (2005); Faria Filho (2000, 2003); Veiga (2000, 2002); Nagle (1976); Vago (2000); Costa (1979); Gouveia; Rosa (2000); Pinheiro (2002); Souza (1998); Werle (2004); Cambi (1999); Borges (1998, 2002, 2003).

Para a seleção dos sujeitos da pesquisa oral, buscou-se junto ao banco de dados do Arquivo Público de Araxá os nomes de homens e mulheres ainda vivos e que estudaram no período delimitado. Chegou-se a esse banco de dados por meio da publicação anual do arquivo, intitulada “Testemunhas do Tempo”.

Os dados coletados para o banco de dados do Arquivo Público de Araxá datam de 2002 e 2003 e revelaram-se 124 idosos de mais de 85 anos. Após a consulta a este banco de dados, procedeu-se ao contato, por telefone, com esses sujeitos. Os depoimentos foram colhidos a partir de setembro de 2002, e alguns outros entre agosto e setembro de 2005.

Ao iniciar esta pesquisa, 23 das 85 pessoas referidas haviam falecido recentemente; 24 não estudaram no Grupo Escolar Delfim Moreira; 48 não quiseram dar entrevista e as famílias de 19 idosos não permitiram que se fizesse a entrevista. Diante desta situação, realizaram-se entrevistas com os 10 egressos restantes. Deste total, 7 relatos foram aproveitados nessa dissertação, por apresentarem dados que corresponderam ao período descrito. As 3 entrevistas restantes não foram utilizadas em razão de terem abordado temáticas que não diziam respeito à proposta dessa investigação.

---

<sup>8</sup> ALBERTI, Verena. **História Oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: FGV, 1989. p. 61.

Procedeu-se, também, à entrevista com uma egressa de período ulterior à periodização (ex-aluna, que estudou entre 1934 e 1937), a fim de perceber as rupturas e as continuidades estabelecidas no âmbito extra e intra-escolar no período posterior à mudança de prédio. Justifica-se esse procedimento em razão de uma das questões levantadas pela pesquisa: procurar interpretar as representações envolvidas na mudança do prédio da escola, de características humildes, para outro que em tudo ostentava a luxuosidade.

Os depoimentos das pessoas investigadas corroboraram para o entendimento das práticas e representações sobre os demais sujeitos históricos da pesquisa (diretora, professoras, inspetor escolar, políticos araxaenses e Secretário do Interior de Minas Gerais) arrolados nos documentos expressos e também utilizados como fonte escrita nessa pesquisa.

Mesmo tendo em vista a subjetividade e a falha de memória dos entrevistados, em decorrência da idade avançada, consideraram-se relevantes seus depoimentos no esforço de historiar uma instituição educativa, na certeza de que as pessoas envolvidas no processo trazem conhecimentos novos a respeito do objeto em questão.

Com relação à história oral, buscou-se construir um discurso que traduzisse o pensar e o fazer no espaço escolar. Através da história oral, privilegiando a história temática como técnica, foi possível apreender as representações sociais que circundaram os espaços escolares, tomados na pluridimensionalidade.

As entrevistas tiveram como eixo norteador algumas perguntas preestabelecidas e que tencionavam responder às questões levantadas sobre as práticas e as representações desenvolvidas no espaço do Grupo Escolar Delfim Moreira (ver ANEXO 1).

As perguntas foram direcionadas de modo a permitir o esclarecimento destes temas; contudo, muitas vezes foi necessário ouvir os depoimentos com atenção e paciência, pois começaram a surgir situações não presumidas na problematização. Algumas permitiram “tecer nexos”, alterar o percurso trilhado na pesquisa; tudo foi ouvido e registrado, porque, apesar de não constituírem uma circunstância relevante para a investigação, foram fatos significativos que a memória quis guardar.

Durante a investigação, revelou-se importante o levantamento de iconografia referente ao período pesquisado. Assim, buscaram-se esses instrumentos no arquivo da escola, no arquivo municipal e junto aos egressos, pressupondo-se que o trabalho com fotografias possibilita atingir representações implícitas muitas vezes não reveladas nos documentos escritos.

Infelizmente, não foi possível encontrar nenhuma fotografia relativa ao grupo escolar pertencente aos egressos. Do arquivo da escola foram utilizadas duas fotografias, em que se pode compreender a história do grupo por meio de seus rituais, da valorização da construção do prédio, dos vestiários, das poses, das expressões faciais, enfim, das circunstâncias que viabilizaram a interpretação de suas práticas e suas representações sociais. Duas outras fotografias foram utilizadas, uma do acervo da Fundação Cultural Calmon Barreto e outra do acervo da pesquisadora.

A presente dissertação foi organizada em três capítulos, buscando-se a articulação entre os mesmos, como se mostra a seguir.

A introdução expõe o tema, a problematização, a justificativa da origem da problematização e da periodização, a abordagem metodológica, as fontes coletadas e a possível contribuição para a educação e para a área da História de Instituições.

O primeiro capítulo aborda o contexto político-social-cultural em que se deu a implantação do Grupo Escolar Delfim Moreira e analisa as relações que permearam o período em que se deu a consolidação do projeto republicano de educação em Araxá.

O segundo capítulo apresenta as influências advindas das reformas de ensino de 1906 e de 1927. Para tanto, aborda a progressiva legitimação e difusão do ensino primário no modelo de grupo escolar no estado de Minas Gerais, por meio da Reforma de 1906 e, em seguida, procura estabelecer suas relações com o movimento renovador da educação que balizou a Reforma de 1927. Buscou-se, ainda, analisar os documentos de modo a reconstruir a participação do município na implantação do grupo escolar ratificado pela Reforma de 1906 e as mudanças ocorridas na escola por meio da Reforma de 1927.

O terceiro capítulo fundamenta-se na análise e na interpretação dos documentos escritos e dos relatos orais, cuja proposta foi reconstruir as práticas e as representações sociais no espaço interno do grupo escolar.

Nas considerações finais, objetivou-se alinhar estas práticas e representações sociais “tecendo nexos”, buscando reconstruir a história do Grupo Escolar Delfim Moreira e contemplar os complexos vieses que o abarcam.

Diante da abordagem interdisciplinar (gênese, organização e evolução), a investigação ganhou relevo científico, pois pôde contribuir, sobretudo, para o exame das particularidades regionais, locais e institucionais do objeto investigado.

Assim posto, a natureza do objeto de pesquisa relacionou-se tanto com a concentração no exame das singularidades do processo de implantação do Grupo Escolar,

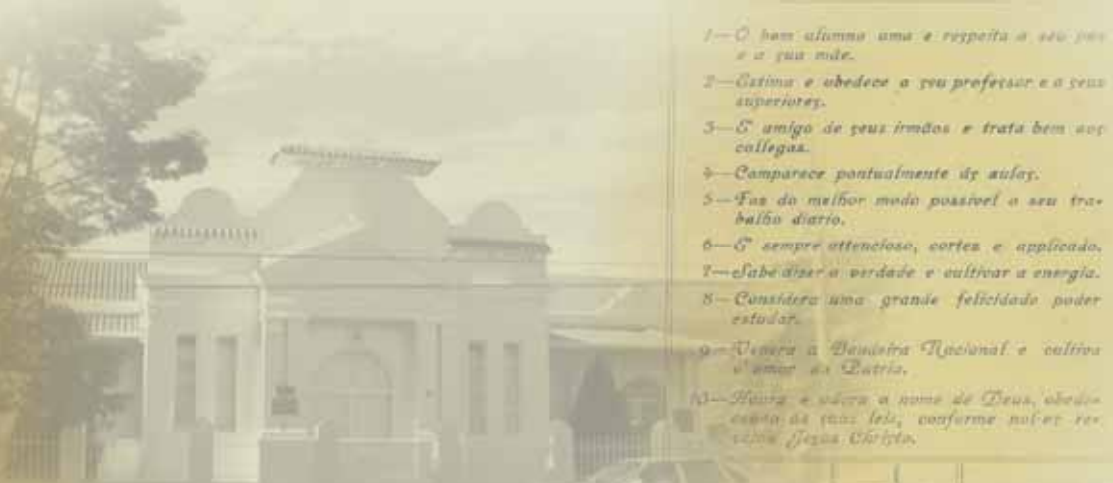
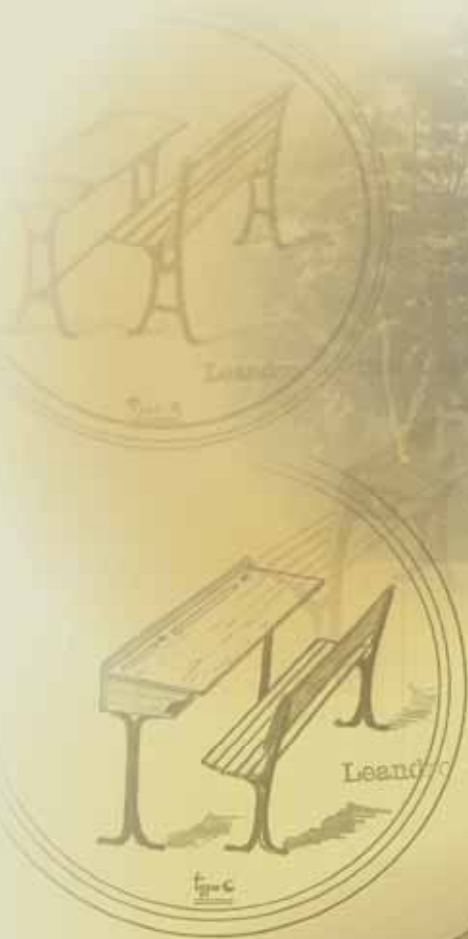
quanto com o exame das representações sociais no entorno e no espaço da Escola, no período de fundação até 1931, buscando compreender a maneira como se estruturou e se organizou o sistema educacional no município, na forma de seu primeiro Grupo Escolar.

Sua originalidade, no entanto, aparece quando se busca a singularidade do processo de criação e de significação da escola e a compreensão das práticas, das representações sociais e das apropriações acerca de educação, ensino, escola etc., bem como o papel que desempenhou nas décadas iniciais do século XX, numa “perspectiva atualizada da história da educação.”<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Cf. MAGALHÃES, Justino. *Op. Cit.*, p. 10.





- 1—O bom alumno ama e respeita a seu pais e a sua mãe.
- 2—Ostina e obedece a seu professor e a seus superiores.
- 3—E amigo de seus irmãos e trata bem aos collegas.
- 4—Comparece pontualmente ás aulas.
- 5—Faz do melhor modo possivel o seu trabalho diario.
- 6—E sempre attencioso, cortez e applicado.
- 7—Sabe dizer a verdade e cultivar a ensegia.
- 8—Considéra uma grande felicidade poder estudar.
- 9—Venéra a Bandeira Nacional e cultiva o amor da Patria.
- 10—Honra e adora a nome de Deus, obedece a sua mãe e pai, conforme nos ensina Jesus Christo.



## CAPÍTULO I

# O ENTRECruZAR DA CULTURA, DA POLÍTICA E DA SOCIEDADE EM ARAXÁ, DE 1889 ATÉ 1911: A RAZÃO DE UM GRUPO ESCOLAR



	Mês de Novembro de 1911				
	1	2	3	4	5
Alimentação	5	5	9	10	5
Previdência	16	10	10	10	10
Postulante	10	10	10	10	10
Aluguel	17	14	10	10	10
Hygiene	10	10	10	10	10
Escala	15	10	10	10	10
Supreventas	5	5	5	7	23
Total	0	4	2	0	0

ASSIGNATURA DO PAZ OU TUTOR

1ª Semana \_\_\_\_\_  
 2ª Semana \_\_\_\_\_  
 3ª Semana \_\_\_\_\_  
 4ª Semana \_\_\_\_\_  
 Professora \_\_\_\_\_





## CAPÍTULO I

### O ENTRECROZAR DA CULTURA, DA POLÍTICA E DA SOCIEDADE EM ARAXÁ, DE 1889 ATÉ 1911: A RAZÃO DE UM GRUPO ESCOLAR

*Antes... tudo era somente uma grande extensão de terras rurais. Depois foi demarcado o patrimônio religioso e construída a primeira Igreja Matriz de São Domingos do Araxá. A paisagem urbana começou a ser delineada a partir do antigo largo da Matriz, de onde saíram ruas estreitas. Algumas delas atingiram espaços que se transformaram em praças, outras tornaram-se avenidas como a atual Av. Antônio Carlos. Em meio ao rural e ao urbano aos poucos foram definidos os espaços a serem ocupados, primeiro pelo poder eclesiástico e, depois, pelo poder público e pelo cidadão. Como tantas outras cidades, assim nasceu Araxá.<sup>1</sup>*

Este capítulo esboça os elementos constitutivos da micro-história de Araxá-MG para melhor se entender o contexto em que se deu a implantação do Grupo Escolar Delfim Moreira nesta cidade. Com tal propósito este estudo reportou-se às pesquisas realizadas no âmbito da história de instituições<sup>2</sup>, além das pesquisas historiográficas que abordam as dimensões meso e macro<sup>3</sup> em que o objeto se insere.

---

<sup>1</sup> LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. Nasce uma cidade. **O Trem da História**: Boletim Informativo do SAPP/FCCB, Araxá, [199\_].

<sup>2</sup> Estamos reportando-nos aos trabalhos vinculados a Justino Magalhães, para quem "a instituição educativa constitui, no plano histórico, como no plano pedagógico, uma totalidade em construção e organização, investindo-se numa identidade. Totalidade em organização, a instituição educativa apresenta uma cultura pedagógica que compreende um ideário e práticas de diversa natureza, dados os fins, os actores, os conteúdos, inserida num contexto histórico e desenvolvendo uma

Buscou-se, assim, reconstituir o processo da gênese do Grupo Escolar engendrado no percurso político, cultural e social a partir da Proclamação da República, situando a modernização educacional local e regional em relação ao contexto nacional e, por vezes, internacional.

Nesse sentido, procurou-se realizar a análise das práticas e representações sociais que permearam o cenário araxaense visando a entender a inserção da “escola no movimento da cidade”<sup>4</sup>. Resolver esta tensão implica estabelecer a leitura e o conjunto de apropriações que dê conta das relações entre as práticas e as representações sociais.

Todo movimento político, cultural e social da cidade encontrava-se no entorno de uma praça cujo objeto central era uma Igreja. A crença religiosa, especificamente a fé católica, foi determinante na configuração dos espaços sociais em Araxá. Um destes exemplos permite aferir que foi por meio dessas práticas que a burguesia, nas pequenas cidades, procurou impor uma identidade e, assim, formar o novo cidadão, consoante ao ideal republicano. Os documentos analisados evidenciam várias formas de consolidação dessa nova ordem organizativa da cidade. No caso específico de Araxá, é claro o uso da prática religiosa como uma dessas formas. O movimento religioso girava em torno das festas em consagração a um santo de devoção, que determinaria a qual grupo social e político o cidadão estaria interligado.

Essa especificidade do cotidiano da cidade mineira de Araxá ficou inscrita nos “Anais da História” política, cultural e social de seu povo, que compuseram os processos de suas práticas culturais e suas representações sociais. Em 15 de abril de 1919, o requerente, Francisco Porfírio A. Machado, deseja do poder público, na qualidade de encarregado de promover os festejos da Semana Santa, “mandar colocar algumas lâmpadas de mais força nas Ruas do Commercio, São Sebastião e Flores, ruas onde devem passar as procissões de hoje até o Domingo de Paschoa”. Pedido sobre o qual o prefeito municipal delibera:

---

relação educacional adequada aos públicos, aos fins, aos condicionalismos e às circunstâncias" (MAGALHÃES, Justino, *Op. Cit.*, p. 68 e 69).

<sup>3</sup> Termo cunhado por NÓVOA, António. Para uma análise das instituições escolares. In NÓVOA, António (coord.) **As organizações escolares em análise**. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 15-43.

<sup>4</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. A escola no movimento da cidade: os grupos escolares em Belo Horizonte. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 26, p. 89-116, dez. 1997.

Attendido, pois os desejos do requerente coincidem com o propósito da administração municipal de *melhorar as condições das ruas que constituem o trajecto das procissões de Araxá* (grifo nosso).<sup>5</sup>

Nos documentos<sup>6</sup> analisados, é ainda possível desvelar as diversas festas religiosas existentes na cidade. Os requerimentos ao Prefeito Municipal se faziam motivados pela devoção à N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. d'Abadia, São Benedito, N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Rosário, para cujas festas arregimentavam-se mais ou menos colaboradores, de acordo com o “abrilhantamento” da festa, e, sobretudo, “confiado no alto espírito religioso”<sup>7</sup> do prefeito em exercício.

Araxá, portanto, não difere de grande parte das cidades brasileiras nascidas, como ela, antes da Proclamação da República. Essas cidades, em sua grande maioria, edificaram-se no entorno de uma capela religiosa, cuja construção possuía o maior significado do lugar, muito embora em sua simplicidade.

Antes da República, é sabido que Igreja e Estado constituíam um único poder e, assim, muitas normas civis eram definidas pela lei eclesiástica.

A República vem instituir, com a sua proclamação em 1889, diversas rupturas, dentre as quais a separação entre Estado e Igreja. No entanto, não obstante as transformações que esta nova ordem iria impor, no que concerne inclusive à hegemonia religiosa, Araxá adentra o “Progresso” subsidiada pela força da comunidade de tradição católica.

Em trabalho recente, Glaura Lima procura desvendar a urbanização em Araxá e seus contornos específicos. Em seu parecer, as águas minerais do Barreiro, de grande importância no crescimento da cidade, ganharam novas especificidades com a criação, em 1870, da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. A estrada de ferro “tornou mais fácil e rápido, entre outros, o transporte do sal”<sup>8</sup>, destituindo o Barreiro de “fonte de sal para cria e engorda de gado”.<sup>9</sup> Dessa forma, a República veio delinear outras maneiras de aproveitamento do cenário natural do Barreiro. Sua posição é a de que:

---

<sup>5</sup> ARAXÁ. Ata da Câmara Municipal de 15 de abril de 1919. Araxá: FCM-SAPP/FCCB. (Armário 01, pasta 5)

<sup>6</sup> ARAXÁ. Atas da Câmara Municipal de 1888 a 1896; de 1897 a 1906 e 1916 a 1930. Araxá: FCM-SAPP/FCCB. (Armário 01, pastas 01, 19 e 25)

<sup>7</sup> *Ibidem*.

<sup>8</sup> LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. **As águas que rolaram: no poder, na urbanização e na modernização de Araxá (1890 – 1926)**. 2001. 201 f. Dissertação de Mestrado, UNESP, Franca, 2001. p. 22.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

A urbanização e a modernização de Araxá passarão a representar um modelo próprio, ainda que tenha sido produto de um processo amplo de mudanças históricas. A transformação de todo um modo de vida comum às sociedades tradicionais também seguirá a diretriz vinda das potências industrializadas, conforme os novos padrões determinados pelo avanço científico-tecnológico. É nesse momento que o panorama urbano e o quadro econômico passam a apresentar alterações apontando para a possibilidade de ancorar-se na condição de uma estação de cura.<sup>10</sup>

Dessa forma, por meio dos documentos analisados, é possível atestar que a modernização e a organização urbanas eram uma preocupação mesmo antes da proclamação da República. Na qualidade de legisladores e defensores dos interesses públicos, os vereadores indicavam diversos projetos de leis que delimitaram o público e o privado. Atas da Câmara, como as datadas de 8 de abril de 1889, de 18 de janeiro de 1894, 14 de janeiro de 1895, de 15 de janeiro de 1895, dentre outras, sinalizam a preocupação com a definição de um planejamento urbano com vistas a traçar ruas, travessas e praças, no sentido de delinear o aspecto organizacional e higiênico que uma cidade exigia. Buscava-se, ainda, uma disposição uniformizadora das construções (estas não mais poderiam ter cercas de tapumes de madeira, mas, sim, muros rebocados e caiados com altura mínima de dezesseis palmos), bem como a fixação de legislação em relação à limpeza das ruas, proibindo o trânsito livre de animais pelo espaço urbano e a poluição das águas por meio do descarte de animais mortos. Outra deliberação recorrente era a compra de veneno para a extinção de formigueiro, devido à reincidência do problema. A discussão sobre a necessidade da organização do espaço remete evidentemente ao desejo de uma organização da sociedade em conformidade com a nova ordem que pairava no ar.

Por meio de documentos capazes de atestar a vida social no período demarcado, foi possível constatar como as deliberações rotineiras feitas pelo presidente da Câmara Municipal, entre os anos de 1892 a 1914<sup>11</sup> e, a partir de 1915, pelo prefeito do município, que a sociedade araxaense dividia seus momentos de fé religiosa e lazer entre espetáculos circenses, com grande incidência para Circos de Touradas e o divertimento proporcionado pelo Cinema Trianon, a partir de 1922.

Como muitas cidades, Araxá, após a proclamação da República, foi administrada por um Conselho de Intendência de 1889 a 1892. Em 1892, foi eleito o Sr. Urbano Vilela,

---

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 23-25.

<sup>11</sup> ARAXÁ. Atas da Câmara Municipal de 1888 a 1896; de 1897 a 1906 e 1916 a 1930. Araxá: FCM-SAPP/FCCB. (Armário 01, pastas 01, 19 e 25)

que ficaria na administração municipal até a eleição do Dr. Franklin de Castro, em 1908. Este esteve à frente do município até 1915, data que foi criada a prefeitura de Araxá cujo prefeito nomeado foi o Dr. Raul Franco de Almeida.

O projeto político gestado na Proclamação da República iria impor um novo traçado urbano à cidade. As construções religiosas perderam a evidência e outras construções ganharam destaque, como as lojas, o teatro, o cinema e a escola pública, objeto deste estudo.

No contexto local, no ano de 1909, ano em que a Câmara Municipal destina 25,5% do orçamento municipal para a educação, um dos projetos da Câmara que se tornou, em 18 de setembro de 1909, a Lei n. 207, fixa, em seu Artigo 1º, a obrigatoriedade para todos os proprietários de prédios, no ano de 1910, de instalação da “penna d’água”<sup>12</sup>. No seu Artigo 2º, determina a contribuição de “três mil reis mensais” por cada “penna d’água”. A Lei ainda versa sobre outras deliberações até o Artigo 10º. Chama a atenção o Artigo 6º, que estabelece ser “expressamente proibido” a utilização de tubos de chumbo para a instalação da “penna d’água”. Igualmente curiosos são os Artigos 7º e 9º, sobre a facilidade de se obter todo material para instalação da “penna d’água” através da Câmara Municipal, que havia adquirido grande quantidade deste e o cederia à população, e sobre a criação de um imposto de “trinta e seis mil reis” por cada cisterna dentro do perímetro da cidade, a ser cobrado do proprietário que preferisse cisternas em cujas ruas passassem os “tubos da distribuição geral”.<sup>13</sup>

As providências legais são, portanto, essenciais para garantir a instauração da nova ordem e dar início ao projeto de forte preocupação progressista da República Brasileira.

À vida social e cultural, predominantemente permeada pelas festas de cunho religioso, nas quais aconteciam os bailes, os leilões no coreto da praça, as barraquinhas que comercializavam petiscos diversos, ou seja, aquilo que em Minas Gerais chamamos de quermesse, veio somar-se o estímulo ao turismo, na forma de banhos terapêuticos proporcionados pelas águas minerais da estância hidromineral.

A idéia de progresso era indispensável ao consubstanciamento do poder público. Assim, uma das primeiras ações do poder municipal consistia em adquirir a posse dos terrenos pertencentes à Igreja, para a implantação de um novo modelo de urbanização.

---

<sup>12</sup> Antiga medida usada em partilhas de água, da grossura, aproximadamente, de uma pena de pato.

<sup>13</sup> ARAXÁ. Atas das Sessões da Câmara Municipal de Araxá. Araxá: SAPP/FFCB. (Pasta 14)

Durante a Primeira república (1889-1930) a maioria das cidades do Brasil passaram por um processo de reurbanização envolvendo muitas questões relacionadas ao patrimônio das igrejas. Em Araxá não foi diferente e o projeto de construir uma igreja ampla, idealizado pelo Pe. André Aguirre, incluía demolições e indenizações. Para a “construção de uma nova cidade”, remover os cemitérios ao fundo das igrejas era fundamental. À implantação do novo traçado urbano, seguiam-se questões relativas à higiene e à saúde pública. A Igreja, proprietária de considerável extensão de terrenos urbanos, via-se em constantes debates com a municipalidade no que referia à abertura de novas ruas e avenidas.<sup>14</sup>

Essa idéia viria ao encontro dos anseios do vigário Padre André Aguirre, que viu a consolidação de seu desejo de uma majestosa Igreja Matriz, valendo-se da comercialização de terrenos das igrejas menores que seriam demolidas.

Os recursos obtidos foram destinados à construção da nova matriz, no centro da praça que estava sendo remodelada. Uma verdadeira “epopéia” que durou de 1911 a 1948, entre o planejamento e a inauguração.<sup>15</sup>

Pouco antes, no largo d’Abadia, a crença no poder redentor da educação, consolidou-se na forma da criação da primeira escola pública da cidade. Era inaugurado, em 1911, o Grupo Escolar Delfim Moreira. O largo d’Abadia é uma expressão que se refere à pequena praça existente nas cidades, cuja extensão se dá transversalmente, geralmente no entorno de uma Igreja. No caso específico de Araxá, o largo d’Abadia configura-se uma das principais praças da cidade, que determinará, a partir da edificação da Igreja Matriz, o crescimento da cidade no sentido sul, em direção à Estância Hidromineral do Barreiro, configurando a área nobre da cidade.

## 1- No ar, uma nova ordem

A Revolução Industrial e das idéias iluministas da Revolução Francesa tiveram impacto na instituição do ensino elementar obrigatório nas principais potências do século XIX. O ensino básico obrigatório representava uma exigência da própria dinâmica da sociedade industrial que se implantava. A escola assumiu, na sociedade moderna, uma função integrativa e coercitiva, em que necessitava impor a seus membros, na fábrica, no

---

<sup>14</sup> LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. Estação Memória. **O Trem da História**: Boletim Informativo do SAPP/FCCB, Araxá, v. 8, n. 26, p. 1-14, maio/set. 1998.

<sup>15</sup> LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. A Epopéia da Igreja Matriz. **O Trem da História**: Boletim Informativo do SAPP da FCCB, v. 8, n. 27, p. 1- 12, out./dez. 1998.

escritório ou na rua, determinadas maneiras de ver, de sentir e de agir. O ensino obrigatório tornou-se, por excelência, um dos grandes sistemas de arregimentação da sociedade industrial.

O advento da modernidade ocorreu concomitante ao despontar do século XIX. Este novo contexto social, político e econômico trazia conseqüências várias para a humanidade. A ordem estabelecida até então foi fortemente abalada e o antigo sistema esgotou sua fórmula. A Revolução Industrial foi deflagrada pelas doutrinas políticas que propuseram a reorganização da sociedade do século XIX.

O século XIX foi marcado por filosofias que se contrapõem. A primeira metade foi caracterizada pelo idealismo, filosofia que sustentava que são as idéias, e não os objetos, a base da realidade; o oposto do realismo e do materialismo. Segundo esse pensamento, a realidade é produto da mente; só podemos ter conhecimento do conteúdo da mente, e o universo material seria um reflexo imperfeito de um reino ideal inatingível pelos sentidos. Assim, o objeto da percepção e o que o percebe não são entidades distintas e separadas; ou o conhecido provém somente da consciência do conhecedor, ou tanto o sujeito quanto o objeto são partes dependentes de um espírito ou intelecto maior.

Contrapondo-se a essa filosofia, seguiu-se o positivismo, que ocupou mais ou menos a segunda metade do século XIX, espalhando-se por todo o mundo civilizado.

Sobre o termo civilização, usou-se da perspectiva de Norbert Elias<sup>16</sup>. Para esse autor, o termo civilizar, conforme usado pelos ingleses e franceses, constitui o processo expansionista dos grupos colonizadores em contraposição aos alemães, cujo conceito de civilização significa a consciência de si mesmo ou de uma nação na busca de uma identidade nacional constituída no sentido político e espiritual. Ainda segundo o autor, duas idéias se fundem no conceito de civilização: por um lado, significa um contra conceito a outro estágio da sociedade, a barbárie; de outro, constitui-se em um processo que deve prosseguir. Assim, a idéia de civilização amplia-se.

O processo de civilização do Estado, a Constituição, a educação e, por conseguinte, os segmentos mais numerosos da população, a eliminação de tudo o que era bárbaro ou irracional nas condições vigentes, fossem as penalidades legais, as restrições de classe à burguesia ou as barreiras que impediam o desenvolvimento do comércio - este processo civilizador

---

<sup>16</sup> ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v. 1, 1994.

devia seguir-se ao refinamento de maneiras e à pacificação interna do país.<sup>17</sup>

O conceito de civilização para esse autor consiste, portanto, na “mudança estrutural ocorrida em pessoas na direção de maior consolidação e diferenciação de seus controles emocionais e, por conseguinte, de sua experiência e de sua conduta”.<sup>18</sup> Nesse sentido, a escola era fator preponderante na subversão da unidade dos costumes tradicionais, uma vez que coube à República destruir a velha estrutura política.

O processo civilizador apontado por Elias justificava a aplicação da filosofia positivista, uma vez que a reorganização do mundo moderno passaria pelo comando do pensamento científico. Dessa forma, desapareceriam a estrutura feudal e a teologia, e os cientistas e os industriais dominariam a sociedade de então. Nesse argumento de Augusto Comte reside a sua observação da sociedade do princípio do século XIX.

A industrialização foi a grande alavanca do mundo moderno. Graças à aplicação da ciência na organização do trabalho, que permitiu a produção com vistas ao maior rendimento, a humanidade desenvolveu-se prodigiosamente. O sistema econômico sofreu também influência da organização científica, e o acúmulo de capital, que caracteriza o sistema político liberal, determina que quanto menos o Estado intervier na economia, mais rapidamente a sociedade industrial desenvolver-se-á.

Assim, não era apenas necessário que as grandes potências da época impusessem um novo ritmo sobre as sociedades tradicionais, de economia agrícola, “era necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a instilar-lhes os hábitos e práticas de produção e consumo conformes ao novo padrão da economia de base científico-tecnológica”.<sup>19</sup>

O período denominado Império, no Brasil, encontrava-se já em declínio, ao mesmo tempo em que a obra comtiana difundia pelo Ocidente suas concepções filosóficas e políticas. No Brasil, a doutrina ganhou adeptos de fundamental importância no percurso ulterior às primeiras manifestações de desejo de instauração de um novo regime. O Manifesto Republicano de 1870 dava voz e vida aos desejos dos liberais positivistas. Não é

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 62.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 216.

<sup>19</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil: República das Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 12 e 13.



sem razão que o nome de Benjamin Constant, figura ícone na proclamação da República, relaciona-se com o pensamento positivista no Brasil.

As idéias positivistas foram adotadas com entusiasmo pela elite instruída brasileira do final do século XIX, que acreditava ser o positivismo o pensamento mais avançado da modernidade. Por isso, concluiu que o único modo de que o Brasil dispunha para se tornar moderno e competitivo no contexto em que vivia era por meio de um governo cientificamente elaborado nas bases do positivismo. Este cativou civis e militares seguidores das idéias de Comte. Foram esses expoentes que empreenderam a implantação do regime republicano.

O advento da República suscitou, também, a tentativa dos positivistas de reorganização da sociedade por meio da incorporação dos trabalhadores da indústria nascente à sociedade. Isso se daria sustentado na noção positivista de política, caracterizada por medidas práticas como a criação de uma legislação trabalhista muito avançada para a época e a implantação da educação como direito do povo.

Neste movimento, de acordo com José Murilo de Carvalho<sup>20</sup>, a união de duas raças, a européia e o nativo brasileiro, configuraram uma primeira tentativa de esboço daquilo que seria as bases de uma comunidade nacional com identidade própria do ponto de vista político, cujo desafio teve-se no enfrentamento do problema da escravidão e da imigração. Outro desafio a ser superado pelos republicanos era o da centralização política, que afetava distintivamente cada província e, aliado a ele, a implantação do ensino laico, público, gratuito e obrigatório. Então a opção pela República, visto que o modelo de República visava superar e solucionar tais problemas. A tarefa republicana seria, então, substituir o governo e construir uma nação.

Neste contexto, a República era defendida por três posições diferentes, segundo Emilia Viotti da Costa.<sup>21</sup>

Os proprietários rurais defendiam o modelo americano de República, como definição individualista do pacto social. Essa posição era defendida principalmente pelos proprietários paulistas. Para os republicanos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, três das principais províncias do Império, o federalismo era considerado como o aspecto mais importante. Esse modelo evitava o apelo à ampla participação popular na

---

<sup>20</sup> CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>21</sup> COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

implantação da República e no governo, bem como defendia o público como a soma dos interesses individuais, os quais serviriam de justificativa para a defesa de interesses particulares.

A forma americana era conveniente para esse grupo, pois dava ênfase à organização do poder, pela influência da tradição, mas, sobretudo, pela preocupação com a ordem social e política a ser incrementada. Mas, diferentemente dos Estados Unidos, em que houve a revolução prévia, por meio do levante popular contra a dominação inglesa, no Brasil não foram os colonos os responsáveis pela ruptura política e, sim, a classe dominante, intencionada na manutenção de seus privilégios. Assim, a característica da sociedade brasileira, de desigualdades profundas e concentração de poder, permaneceu intocada, apesar do novo regime.

Nesse sentido, no Brasil, as idéias liberais apropriadas e consolidadas nas práticas sociais adquiriram um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte. Ou seja, a ideologia republicana apresentava instrumentos políticos para estabelecer um regime profundamente autoritário. Posicionando-se a esse respeito, Vera Lúcia Abrão Borges, completa que.

Cogitava-se, pois, de disciplinar e controlar o trabalhador para a fábrica e de formar a elite dirigente. Não se cogitava de uma educação para todos, como se propagava no discurso liberal e sim de um ensino moderno, cuja matriz será a Escola Nova difundida nos países hegemônicos do capitalismo.<sup>22</sup>

Um segundo setor, interessado na instituição da República, constituía-se pela população urbana, pequenos proprietários, profissionais liberais, jornalistas, professores e estudantes, que viam no regime imperial um limitar das oportunidades de trabalho. Estavam cientes da dificuldade de se instituir a República “em praça pública”, pois era clara a importância do Estado, ou seja, eram contra o regime monárquico, mas não contra o Estado, que constituía o meio mais eficaz de conseguirem seus objetivos.

Este setor da população estará vinculado ao discurso liberal, cuja ideologia visa a unificar os diferentes interesses com vistas a sedimentar, na prática, os interesses específicos da classe dominante. Nenhuma tentativa de convencimento ocorre sem mudanças conjunturais, as quais podem apresentar conflitos. Em outras palavras, segundo Borges,

---

<sup>22</sup> BORGES, Vera Lúcia Abrão. **A Ideologia do Caráter Nacional da Educação em Minas: Revista do Ensino (1925-1929)**. 1993. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação - UNICAMP, Campinas, 1993. p. 36.

[...] para conseguir convencer, o discurso ideológico dominante acaba por incorporar determinadas reivindicações imediatas da classe e camadas sociais dominadas, apaziguando os ânimos exaltados e aparentando uma paz social. É a chamada **política social**, – acionada, pelo Estado, para legitimar e justificar as práticas arbitrárias e autoritárias dos seus governantes. Quando a ideologia não está sendo suficiente para manter coesa a sociedade, o Estado aciona os aparelhos repressivos, sem, no entanto, renegar o uso dos aparelhos ideológicos para o convencimento.<sup>23</sup>

À escola caberá, portanto, o papel tanto de aparelho disciplinador quanto de via de moralização e moldagem do ideal de modernização da sociedade, por meio da instrumentalização dos novos saberes tecnológicos necessários à industrialização.

Finalmente, a terceira posição que compunha a versão positivista da República era difundida pela Escola Militar. Esta condenava a monarquia em nome do progresso. Sustentava a separação entre Igreja e Estado como meio de organizar cientificamente a sociedade e defendia a ditadura republicana como meio de implantar um Executivo forte e intervencionista, pois, dessa forma, a ação do estado teria como consequência o progresso.

Ainda, nessa posição, pode-se situar a tentativa de incorporação dos trabalhadores à sociedade moderna, que descerra o caminho para a idéia republicana no meio do operariado. O grupo dos militares que se sentiu atraído por essa visão criou um certo “desconforto” para o proletariado urbano e a camada média, que viam no governo militar uma retrogradação social. Entretanto, os positivistas das camadas médias e o operariado urbano acabam por aceitá-los como aliados, uma vez que os militares tinham formação técnica, em oposição à formação literária da elite civil, e sentiam-se atraídos pelo positivismo, em decorrência da ênfase dada à ciência e ao desenvolvimento industrial.

Tem início, então, uma intensa campanha de inculcação no sentido de definição da nacionalidade brasileira. O empreendimento partiu dos intelectuais pequeno-burgueses, como observa Marilena Chauí<sup>24</sup>, que, apavorados com o risco de proletarização, utilizaram o nacionalismo como um instrumento unificador da sociedade. Essa transformação se deu por meio do “espírito do povo”, encarnado na língua, nas tradições populares ou folclore e na raça. Assim, o Estado precisava de uma “religião cívica” que realizasse a missão de transformação do patriotismo em nacionalismo, por meio do reforço de sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária, na tentativa de controle e resolução das lutas

---

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 21.

<sup>24</sup> CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**: 5. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

populares socialista, diante do surgimento da classe intermediária e da resistência aos grupos tradicionais.

Assim, configurou-se “a ideologia do caráter nacional considerada como universalização de normas, interesses e motivos particulares”<sup>25</sup> como se fosse de toda uma sociedade, legitimada por uma “racionalidade aparente”<sup>26</sup> que permitiu a homogeneização das diferenças.

A tentativa do Estado de influenciar e mobilizar os cidadãos a seu favor teve como decorrência a necessidade de construção dessa comunidade imaginária por meio do poder persuasivo da “idéia nacional”. A partir dessa ideologia,

“[...] a nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui”<sup>27</sup>. Portanto, a nacionalidade compreende um espaço neutro de conflitos, onde todos tipos de crenças se ajustam em prol da nação. Nesse aspecto, configura-se a definição de nação sustentada “[...] nos sentimentos e símbolos de uma comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada”.<sup>28</sup>

À discussão em torno do regime político democrático, a ser instituído pela República, aliou-se a questão da laicização da educação, vista como problema embutido na crise que assolava a sociedade da época.

Na esteira da Revolução Industrial, a implantação da modernização nas cidades tem como um de seus pilares o ensino básico obrigatório e a alfabetização da massa, pois se faz necessário sistematizar um espaço para ajustar os indivíduos à complexidade das tarefas e exigências da sociedade industrial. A educação passa a ser vista como instrumento de controle das relações sociais, que é a contrapartida da ascensão social possibilitada ao cidadão alfabetizado, durante a fase de modernização de um país.

Nessa tentativa de modernização e urbanização, a higienização constituiria um dos objetivos. Por todo país, a palavra de ordem é a construção de um novo modelo de comportamento e de vida, subsidiado na “formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo”.<sup>29</sup>

---

<sup>25</sup> BORGES, *Op. Cit.*, p. 7.

<sup>26</sup> *Idem.*

<sup>27</sup> CHAUI, *Op. Cit.*, p. 19.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>29</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A utopia da Cidade Disciplinar - Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 12.

Nessa mesma perspectiva, o trabalho de Sydney Chalhoub<sup>30</sup> também evidencia a contraposição entre “civilização” e “tempos coloniais”, presentes nos discursos políticos no final do século XIX. No seu trabalho, é clara a idéia de que a civilidade encontra-se atrelada a um modelo de “aperfeiçoamento moral e material” cabendo aos governantes buscar na higiene pública o caminho para a “grandeza” e a “prosperidade”.

No entanto, como demonstrado por este estudo, o processo de consolidação do espaço urbano como moderno e higiênico implicou tanto questão de tempo, quanto conflitos em sua implementação. O que hoje se constitui como corriqueiro, demandou um esforço de inculcação de uma nova ordem não só política, mas também, cultural. O exame das propostas, projetos de lei e consolidação de leis municipais, constantes das Atas das Sessões da Câmara Municipal, permite um diálogo com a história política da cidade, e, por conseguinte, com seu desenvolvimento sócio-econômico e cultural, resultante do embate político alicerçado no modelo europeu de modernidade implantado no Brasil, no final do século XIX e início do século XX. Nesta lógica, acerca da cidade em questão, pode-se dizer que

[...] no afã de ingressar no ritmo modernizador do final do século XIX, embora o espaço público apresentasse problemas infra-estruturais de toda ordem, próprios de uma sociedade essencialmente agrária, Araxá mira-se na possibilidade de aproveitamento do potencial das águas minerais em função do seu poder terapêutico.<sup>31</sup>

Percebe-se, assim, que o processo de incorporação das novas mudanças no município de Araxá não foi simples. Era comum um estilo de vida social, que em tudo representava a normalidade. A cidade encontrava-se em “franca prosperidade”. Os 12 anos passados, de 1876 a 1888, sob a administração de Cônego Cassiano Barbosa da Afonseca foram, segundo Atas da Câmara, um “governo feliz”. Durante a sua gestão, surgiu o primeiro jornal de Araxá, o “Paranaíba”, cujo fundador foi o Sr. Honório França, no ano de 1884. Esse impresso, de acordo com os arquivos da SAPP/FCCB<sup>32</sup>, foi de curta existência e de formato reduzido, e contava com apenas uma folha, sendo mais adequado ao conceito de panfleto. Foi, ainda, neste período administrativo que se fundou, em 1885, a Santa Casa

<sup>30</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 35.

<sup>31</sup> LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. **As águas que rolaram**: no poder, na urbanização e na modernização de Araxá (1890 – 1926). 2001. 201 f. Dissertação de Mestrado, UNESP, Franca, 2001.p. 15.

<sup>32</sup> ARAXÁ. **O Trem da História**: Edição Comemorativa dos 10 anos de Existência. Boletim Informativo do SAPP/FCCB, Araxá, v. 4, n. 13, p. 1- 10, abr./maio/jun. 1994.

de Misericórdia<sup>33</sup>, instituição de saúde que se configurará como tal somente no século XX, depois de várias disputas de ordem financeira.

No período seguinte, de 1888 aos meses que antecederam à República, Araxá esteve sob a administração dos Srs. Estevão Sebastião Carrilho de Castro e João Antonio de Araújo, este na função de presidente da Câmara.<sup>34</sup>

É este o contexto local no momento em que as idéias positivistas chegam ao Brasil, junto com o ideal republicano de sociedade. Estas idéias, que exaltavam a ciência e o governo baseado na “ordem e no progresso”, entusiasmaram a juventude civil e militar. Para muitos, o Brasil só se tornaria moderno se fosse republicano.

Tal ordem de idéias repercutiu no cenário araxaense pouco mais de um mês depois do 15 de novembro de 1889.<sup>35</sup> Neste ano, as reuniões da Câmara transcorreram, na sua maioria, por meio de sessão ordinária, e de forma tranqüila. O exame das atas do poder público da época evidencia assuntos diversos, tais como: reclamações acerca da cobrança de impostos, discussões a respeito de problemas administrativos relativos aos distritos e ao desenvolvimento da cidade, no que se refere à construção de pontes, uso do rego d'água, dispensa de pagamento de impostos etc.

Conforme Sebastião de Afonseca e Silva nova ordem começa a se instaurar no cenário da cidade, já em agosto de 1889.

Também as idéias republicanas tiveram eco em Araxá. Em princípios de agosto de 1889, o tribuno popular Costa Machado, que percorria o país em propaganda do novo regime pronunciou uma conferência política, em comício realizado no largo da Matriz. Dias depois, fundava-se o “Clube de 15 de agosto”, que congregou os elementos republicanos. O 15 de novembro despertou em Araxá as costumadas manifestações de regozijo público: foguetes, banda de música, vivas, entusiasmo geral. Em 19 de dezembro de 1889, a Câmara Municipal, em reunião extraordinária sob a presidência do Sr. João Antônio de Araújo, foi cientificada de que em 15 de novembro de 1889 fôra proclamada a República Federal Brasileira, na corte. A todas as municipalidades cumpria manifestar-se. Por unanimidade de votos, a Câmara Municipal do Araxá aderiu à forma republicana.<sup>36</sup>

---

<sup>33</sup> LIMA, G. T. N.; MONTANDON, R. S.; GOULART, M. T. C. R. Araxá: Edição Comemorativa do Aniversário da Cidade **O Trem da História**: Boletim Informativo do SAPP/FCCB, Araxá, v. 3, n. 11, p. 1-10, out./nov./dez. 1993.

<sup>34</sup> ARAXÁ. Atas da Câmara Municipal de 1888 a 1896; de 1897 a 1906 e 1916 a 1930. Araxá: FCM SAPP/FCCB. (Armário 01, pastas 01, 19 e 25.)

<sup>35</sup> *Idem.*

<sup>36</sup> SILVA, Sebastião de Afonseca. A História de Araxá. Araxá, SAPP/FCCB, 1946. mimeo.

No processo histórico delineado pelo memorialista Sebastião de Afonseca e Silva, evidencia-se a aceitação plena da República pelo povo araxaense, inclusive sob a forma de um clube republicano fundado no mesmo ano da proclamação, o que leva a aferir que o Partido Republicano exercia uma certa hegemonia na cidade. Contudo, os documentos da Câmara Municipal de Araxá demonstram que não se pode afirmar, com segurança, que o processo de aceitação da nova forma de governo fora tranqüila.

Segundo estes documentos, em reunião extraordinária, no dia 19 de dezembro de 1889, o presidente da Câmara convocou os membros da Câmara para participar-lhes que a República fora proclamada em 15 de novembro de 1889, na Corte. A República Federal Brasileira obteve adesão do país. O presidente da câmara declarou, ainda, que as municipalidades unidas em sessão manifestaram-se a favor do novo regime instaurado e por isso convidava os membros para se manifestarem a respeito.

No entanto, um dos vereadores, Maximiano Theodoro da Costa, pediu que fosse lavrada em ata que, tendo sido por duas vezes feita a convocação da Câmara para sessão de adesão à República, e não logrando êxito, convocou-se o comparecimento do suplente Joaquim Amâncio Martins para tomar parte dos trabalhos. Esse foi interpelado pelo cidadão José Porfírio Álvares Machado<sup>37</sup>, que lhe pediu para não comparecer à sessão. Pedido não atendido, a adesão à República fez-se neste dia.

Entretanto, a Proclamação da República pareceu um ato corriqueiro, não requerendo uma sessão solene, visto que foi discutido, na mesma sessão, um assunto “aparentemente banal”. Há pouco mais de um mês da Proclamação da República a preocupação, dos líderes locais, como ficou demonstrado em ata da Câmara de 19 de dezembro de 1889<sup>38</sup>, é um assunto rotineiro. Pelo menos um terço da ata se dedica a discutir o requerimento do Juiz da Comarca de Araxá, Sr. Juventino Polycarpo Alves de Lima, que solicita um atestado sobre “seu procedimento, quer como juiz, quer como cidadão”, que por ventura tenha deflagrado algum “levantamento popular contra sua

---

<sup>37</sup> ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Ata da reunião extraordinária realizada no dia 19 de dezembro de 1889. Araxá: FCM-SAPP/FCCB, 1889. p. 37. (armário 01, pasta 19). De acordo com a publicação local *O Trem da História*, v. 1, n. 2, ago./set./out. 1991, o Capitão José Porfírio Álvares Machado foi uma pessoa presente nos acontecimentos e iniciativas sociais, políticas e culturais de Araxá. Comerciante estabelecido, parente e afilhado político do Coronel Fortunato José da Silva Botelho. Filho de Maricota e Joaquim Ribeiro da Silva, em 1865, conduziu o contingente dos voluntários de Araxá à guerra do Paraguai. Membro fundador da Loja Maçônica e sócio fundador do “Theatro para representações dramáticas” em 1891, segundo documentos existentes nos arquivos do Cartório do 1º Ofício de Notas.

<sup>38</sup> *Idem.*

pessoa”. Fica demonstrado, dessa forma, que a República era mais um ato normativo, cabendo-lhe aceitação, visto que o “país já o havia aceitado”.<sup>39</sup>

Sobre a consolidação no país da proclamação da República, o estudo de Carvalho é muito representativo. Segundo esse autor,

[...] temos que no início da República nasceram ou se desenvolveram várias concepções de cidadania, nem sempre compatíveis entre si. Se a mudança de regime político despertava em vários setores da população a expectativa de expansão dos direitos políticos, de redefinição de seu papel na sociedade política, razões ideológicas e as próprias condições sociais do país fizeram com que as expectativas se orientassem em direções distintas e afinal se frustrassem<sup>40</sup>.

Não há como fugir à importância da vida política na sociedade araxaense. A república trouxera consigo, também em Araxá, a rigidez do sistema republicano e a sua resistência em permitir a ampliação da cidadania, mesmo dentro dos princípios liberais, como atesta o estudo de Carvalho.

O reflexo disso pode ser constatado na ata do dia 7 de janeiro de 1890<sup>41</sup>. Quase dois meses após a Proclamação da República, em sessão ordinária da Câmara, o vereador Antonio Gregório colocou em discussão a proposta de que a câmara enviasse ao governador provisório do Estado um ofício solicitando indicações sobre o procedimento a ser adotado em Araxá, uma vez que várias localidades estariam sendo administradas por Intendências. Propôs que a eleição para a Câmara Municipal fosse realizada somente após a resposta solicitada ao governo provisório. Num argumento contrário, o vereador Joaquim Tobias opinou que enquanto não houvesse lei em contrário, ele defendia que o processo eleitoral deveria transcorrer como de costume. Corroborando a opinião de Joaquim Tobias, o vereador Almeida Guimarães acrescentou que, no caso de não se proceder à eleição, ele não participaria dos trabalhos da presente sessão. Tendo ocorrido empate, o presidente declarou que concordava com a indicação do vereador Antonio Gregório e, que, portanto, permaneceria como presidente. Fez-se tumulto diante desta decisão, pois havia divergência entre a validade ou não do voto do presidente da câmara. A situação era de impasse. Diante disso, o presidente executou a sessão, marcando o dia 7 de fevereiro para continuarem os

---

<sup>39</sup> *Idem.*

<sup>40</sup> CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1987. p. 64.

<sup>41</sup> ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Ata da reunião ordinária realizada no dia 7 de janeiro de 1890. Araxá: FCM-SAPP/FCCB, 1890. (armário 01, pasta 01)



trabalhos. Os membros retiraram-se sem assinar a ata que foi lavrada pelo secretário da Câmara.

O estudo do autor supracitado demonstra o clima de insegurança que permeava o país. Segundo esse autor, no período que sucede à proclamação, o governo provisório tenta fortalecer os estados, pacificando e cooptando suas oligarquias. Em um arranjo para dar sustentabilidade ao novo regime, o governo provisório, por meio de decreto, dissolveu a Câmara dos Vereadores e criou um Conselho de Intendência, que, por sua vez, concretizaria a filosofia descentralizante do novo regime e teria certa autonomia de ação.

Essa autonomia de ação fazia parte dos ideais liberais que já eram, em parte, realidade no contexto monárquico brasileiro. Fatores como, direito à instrução, liberdade de expressão, direito de propriedade de terra, liberação do capital, entre outros, não se modificam com a instauração da República. É nesse contexto emergente que as exigências de reorganização do novo regime fizeram-se necessárias na ordem organizativa do espaço urbano das cidades brasileiras e, também, de Araxá. De acordo com Lima.

Em uma sociedade rural e escravista como a de Araxá, ao longo do século XIX, a cidade ingressou no processo de transformação lidando com problemas de toda ordem. Hesitando entre a suposta vocação agropecuária, um comércio precário, uma industrialização incipiente e deficientes vias de comunicação e de transporte, os araxaenses viram no potencial do Barreiro a perspectiva de assimilarem o ritmo das mudanças impostas pela urbanização.<sup>42</sup>

Sobre a afirmação do processo higienizador e modernizador da República, diz a autora noutra passagem do mesmo estudo.

A implantação dos melhoramentos na cidade e no Barreiro pretende dotar seus espaços de uma atmosfera tanto higiênica e bela quanto próspera e confortável. Para isso, apropria-se de modelos inspirados no ideal europeu de civilização que ao se confrontarem com a realidade local acabam por apontar os contrastes visíveis nos planos material e simbólico. Os discursos da higienização e do progresso são utilizados para conquistar a sonhada estância de cura, de repouso e de veraneio. Conduzindo os problemas da cidade e legitimando as ações políticas, as inovações deixam transparecer o pendor turístico, ao mesmo tempo que impedem as camadas populares de usufruir os prazeres da moderna vida urbana e da estação de águas.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Cf LIMA, *Op. Cit.*, p. 21.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 15-16.

Nesse cenário, aconteceu, em 3 de março de 1890, a sessão de posse do Conselho de Intendência, na cidade de Araxá, da qual fizeram parte o Capitão José Porfírio Álvares Machado, Belarmino de Paula Machado, Horacio de Sá Carvalho.

O presidente da Câmara, João Antonio de Araújo, declarou que, apesar de seus esforços, não foi possível reunir a Câmara naquele dia e, portanto, viu-se obrigado a dar-lhes posse na qualidade de presidente. No entanto, não seria possível apresentar um relatório do “estado dos negócios do município” naquele momento, por falta de dados precisos, e que o faria oportunamente. Neste mesmo dia ocorre a primeira sessão ordinária do Conselho de Intendência, cujo primeiro trabalho foi dar expediente ao requerimento do Escrivão de Órfãos, que solicita saber quais os rendimentos do referido cartório.

Em termos de ações, o Conselho de Intendência efetivou a nomeação do Capitão Álvares Machado – Comissário das Obras públicas e rego público; Capitão Paula Machado – Comissário de Redação e Matadouro público; Capitão Sá Carvalho – Comissário de Contas, requerimentos e expediente.

Dentre os expedientes efetuados neste dia, destacam-se: i) leitura do ofício enviado pelo governador do Estado atestando que, segundo a Diretoria da Fazenda, não era possível elevar a quantia enviada aos presos da cadeia de Araxá; ii) exigência de que o estrangeiro que não quisesse se naturalizar brasileiro deveria enviar uma declaração atestando isso. Em seguida, o Conselho de Intendência decretou uma resolução cujo 1º artigo fixa multa aos comerciantes que exportassem produtos alimentícios do município, declarando, ainda, que seria enviada ao governador a cópia da referida resolução.<sup>44</sup>

Na nova definição organizativa instaurada pela República, a modernização constituía a tônica dos discursos políticos. Nesse contexto, os discursos de modernização constituem uma “estratégia disciplinar suave e sutil de adestramento dos corpos e do espírito”<sup>45</sup>, sendo a escola um de seus instrumentos facilitadores. Essa sinalização modernizadora conferiu ao poder público de Araxá, na pessoa do Agente Executivo, práticas e representações de autonomia para empreender mudanças progressivas na cidade, que implicavam a crença no progresso instituído na forma de estância de cura. No resumo histórico, datado de 1916, em publicação intitulada “Minas Geraes e seus Municípios”,

---

<sup>44</sup> ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Ata da reunião ordinária realizada no dia 03 de março de 1890. Araxá: FCM-SAPP/FCCB, 1890. (armário 01, pasta 01)

<sup>45</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: A utopia da Cidade Disciplinar - Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.122.

Araxá, após a proclamação da República e da autonomia municipal, assim se encontrava subdividida.

SUPERFÍCIE E POPULAÇÃO A área total do Município é de 14.588 quilômetros quadrados, com uma população de 45.000 habitantes. Divide-se em 5 districtos, compreendidos entre o Rio das Velhas, Quebrãnzol e o *Divortium Aquarum*, que, partindo das cabeceiras dos mesmos rios, segue o rumo da *Serra da canastra*, que procura a *Matta da Corda*.  
1º DISTRICTO DA CIDADE Área 2.200 quilômetros quadrados. População 18.000 habitantes, dos quaes 3.000 no perímetro urbano, 2.000 no sub-urbano, e o restante em propriedades ruraes.<sup>46</sup>

O texto prossegue com a descrição dos distritos de Dores de Santa Juliana (atualmente Santa Juliana); de N. S. da Conceição (Perdizes); Santo Antonio da Pratinha (Pratinha); S. Pedro D'Alcântara (Ibiá), com as respectivas áreas, populações, datas de criação e leis que os sancionaram. Relaciona, ainda, os limites, o aspecto geral do território araxaense, o clima e altitude, as serras, as cachoeiras e as três mais importantes propriedades agrícola-pastoris daquele ano.

Nessa publicação, buscou-se delinear, ainda que superficialmente, a economia da cidade naquele período: “LAVOURA As terras aqui são uberrimas. A zona é essencialmente pastoril, o que faz com que a industria pecuária occupe o primeiro lugar entre os ramos de exercício da actividade humana.”<sup>47</sup>

Ainda nesse texto é feita uma referência às três fazendas mais importantes, de propriedade da Firma Botelho e Filho:

[...] composta de mais de 3.000 rezes de gado zebu e mestiço, com excellentes reprodutores indianos. O gado exporta-se para o sul e Oeste de Minas. A industria de lacticinios é muito remunerada: a producção annual de queijos é de mais de 10.000 kilos. Existem engenhos de canna e de serra, movidos por força hydraulica.<sup>48</sup>

Outros exemplos se sucedem e permitem sinalizar o progresso araxaense no período estudado. Em obra organizada e editada por Victor Silveira e subvencionada pelo Governo do Estado, com autorização do Congresso Mineiro, intitulada “Minas Geraes em 1925”<sup>49</sup>, abordou-se o desenvolvimento do Estado desde 1888, dispendo sobre Situação Econômica e Financeira, Imprensa Mineira, Instrução, Saúde e um breve histórico de várias cidades mineiras, incluindo Araxá.

<sup>46</sup> CAPRI, Roberto. **Minas Geraes e seus Municípios**. São Paulo: CAPRI, ANDRADE & C., 1916. p. 261-264.

<sup>47</sup> *Ibidem*, p. 263.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 264.

<sup>49</sup> SILVEIRA, Victor (org.). **Minas Geraes em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

O Estado passa a se preocupar com várias situações que decorrem do processo político que perpassa o panorama brasileiro. O nacionalismo tornou-se a tônica dos discursos políticos, por ressaltar o receio de movimentos oriundos das idéias trazidas pelos imigrantes que aqui chegam para substituir os escravos recém-libertos.

Fora a preocupação com o nacionalismo, os discursos também aferiam sobre a precariedade da instrução pública e a necessidade do fortalecimento e da organização de um sistema público de educação, consubstanciado pelo Estado. A classe média, dependente da classe dominante e aspirante às suas formas de vida, mas descontente com as altas constantes do custo de vida e condições desfavoráveis de habitação, no que diz respeito a uma mobilização em nível de projeto político autônomo, mantém-se em silêncio, fazendo com que os conflitos permaneçam no nível de oposição. Aliado a isto, a intensificação do processo de urbanização e expansão do comércio nos centros mais importantes do país, o crescimento de pequenas indústrias e o desenvolvimento do setor público do Estado talvez expliquem, em parte, segundo Anamaria Casasanta Peixoto, “as lutas pelo acesso à escola e a ânsia pelo diploma de bacharel”.<sup>50</sup>

Com relação à educação, é consenso que a República veio instaurar-se sob a égide da importância da escolarização como instrumento de civilidade.

Neste contexto, importa apresentar a visão dos egressos do Grupo Escolar Delfim Moreira a respeito da escola na época em que estudaram. Em depoimento do Sr. Antonio Alvarenga de Resende, pode-se perceber a concepção da escola como um instrumento de inserção no contexto social e de ascensão neste mesmo universo.

O objetivo que a gente tem quando entra para a escola é ir até o fim e receber o diploma. Alterava a vida da pessoa porque muitas repartições poderiam exigir aquele diploma para empregar aquela pessoa...então isso fazia falta para a pessoa... e também para ingressar na escola secundária e superior teria que ter o diploma do curso primário. Quase todas as professoras vieram de fora naquela época. D. Ana Carolina de Almeida, que foi a minha professora de 4º ano, era lá dos lados de Belo Horizonte.<sup>51</sup>

Sob esse argumento, percebem-se as representações que explicam as práticas desenvolvidas no período republicano que visavam à idéia de evolução e de progresso

---

<sup>50</sup> PEIXOTO, Anamaria Casasanta. **Educação no Brasil** – anos vinte. São Paulo: Loyola, 1983. p. 30-31.

<sup>51</sup> Entrevista com o Sr. Antonio Alvarenga de Resende, em 27 de setembro de 2002. Antonio Alvarenga de Resende, (1917– 2007), natural de Perdizes, Minas Gerais, foi Coletor da Receita Federal, escritor, membro da Academia Araxaense de Letras. Estudou no Grupo Escolar Delfim Moreira de 1927 a 1930.

decorrentes da urbanização, da modernidade e da civilidade. A República trouxe inovações que reforçaram o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira a que tiveram acesso a elite econômica, os proprietários de terras e uma camada intermediária, decorrente da ampliação dos quadros administrativos e burocráticos resultantes da urbanização. Essa camada intermediária procurou a escola não só para obter um diploma, mas porque este era o meio para ocupar funções administrativas e políticas e de ascensão à elite. Além disso, o diploma tinha a função de “enobrecimento” e, ao formar letrados e eruditos, dando ênfase à formação humanística, a escola distanciava-os cada vez mais do trabalho físico “maculado” pelo sistema escravista, cuja ruptura ainda era recente.

Neste contexto, o ensino sofreu as conseqüências de alterações quase revolucionárias que atingiram os aspectos social, jurídico e econômico. Sua principal causa foi a transformação dos meios de produção, que resultou em uma elevação geral do nível de vida, o desaparecimento da aprendizagem artesanal, um movimento humanitário em prol da abolição do trabalho infantil, a necessidade de formação profissional e, em conseqüência, de educação sistematizada.

A extensão e a ampliação das oportunidades da escolaridade na sociedade industrial reforçou a instrução, mas não propriamente a educação. Em suma, os valores da sociedade burguesa estavam longe de corresponder aos ideais culturais delineados pelo humanismo ou pelas grandes éticas religiosas do passado.

O choque entre a tentativa de implantação no país de uma sociedade de caráter industrial em detrimento dos interesses de uma economia agrário-exportadora, também encontra ecos no município de Araxá. A Lei n. 160, de 11 de setembro de 1903, sobre Orçamento Municipal para o ano de 1904<sup>52</sup>, constitui uma fonte que, na falta de outra relativa a data ulterior e, por conseqüência, mais próxima à Proclamação da República, pode evidenciar a preocupação em estimular a indústria e as profissões liberais nos anos seguintes à nova forma de governo.

A análise do documento permite afirmar que a modernização e a urbanização, bem como a preocupação com a higienização, são a tônica dos atos administrativos no que diz respeito à arrecadação tributária. Toda renda municipal concentrava-se na arrecadação de impostos que incidiam sobre a criação de animais e comércio destes, construção de

---

<sup>52</sup> ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Lei n. 160, de 11 de setembro de 1903, estabelece o orçamento municipal para o ano de 1904 com as respectivas contribuições e as despesas autorizadas ao Poder Público Municipal. Ata da reunião ordinária realizada no dia 11 de setembro de 1903. Araxá: FCM-SAPP/FCCB, 1903. (armário 01, pasta 19, anexo 2)

prédios particulares, indústrias e profissões liberais, dívida ativa. Da mesma forma, o documento permite atestar que as despesas do município se concentravam nas práticas concernentes a assistencialismo ou a pagamento dos servidores públicos, podendo-se asseverar que, do total arrecadado, 23:242\$800, pouco mais de 50% destinava-se a obras públicas. Relativamente ao novo modelo organizacional republicano, no qual se insere a cidade naquele momento, pode-se dizer que obras públicas equivaleriam a obras de melhoria da cidade. O que parece singular é que não se faz nenhuma referência à verba destinada à manutenção de escola no perímetro urbano nesta data. O Artº 7º delibera sobre a manutenção de escolas nos distritos que, no entanto, seriam “mantidas e pagas pelas quotas dos respectivos Districtos”.<sup>53</sup> Nesse sentido, cabe chamar a atenção para o fato de, apesar de o plano republicano de ordem e progresso prever a escolarização gratuita, laica, obrigatória e pública, não se pode afirmar que era uma preocupação evidente das práticas elaboradas pelo poder público no período. A República havia sido proclamada há pelo menos 14 anos e até então a verba pública destinada à educação permanecia relativa à quota destinada a cada distrito, nem sequer aparecendo em separado no orçamento municipal.

Essa experiência administrativa relacionada à educação, que permeava a cidade na primeira década do século XX, não era uma exclusividade de Araxá. Segundo Luciano Mendes Faria Filho, os problemas com a escolarização eram unânimes em Minas Gerais. A preocupação do governo mineiro se dava em relação ao sistema de instrução e não quanto ao número de crianças atendidas por esse sistema. Segundo o autor citado, o próprio Estado estimava em torno de 5% o total de crianças que tinham acesso à escola, na primeira década do século XX.<sup>54</sup> Nesse contexto, o discurso em prol de uma escola organizada, com professores competentes, fiscalização e inspeção contínuas, espaços educativos e materiais adequados chegam a soar contraditórios com o plano republicano. Sabe-se que o processo de criação e estabelecimento de salas isoladas de instrução não demandava muitos esforços. Geralmente, bastava que um professor ou um grupo social estabelecido em determinada região interpelasse a Secretaria do Interior ou a municipalidade pela criação de uma cadeira de instrução, sustentado por número de crianças não inferior a 45 no meio urbano e 40 no meio rural. Vinculado ao pedido, seria

---

<sup>53</sup> Lei n. 160 de 11 de setembro de 1903.

<sup>54</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Ed. UPF 2000.

conveniente que o mesmo viesse prestigiado pelo endosso de uma figura política eminente na região. Assim, muitas salas de instrução primárias foram criadas pelo Brasil, em Minas Gerais, e, conseqüentemente, em Araxá, como fica demonstrado o pedido,

Illmos Snrs. Drº Presidente e mais vereadores da  
Câmara Municipal de Araxá

O abaixo assignado, commissionado pelos moradores da fazenda denominada “Soberbo”, situada pequena parte no districto de Conceição e, maior parte no districto da cidade, vem pedir a essa illustre Edilidade para que seja creada uma aula do sexo masculino na mesma “fazenda”, para assim receber instrução cerca de 50 meninos que até a hora presente achão-se privados deste bem, porque moram a 8 leguas dos centros populosos onde existem escolas do governo.<sup>55</sup>

Esse exemplo data de 1º de setembro de 1911. É interessante notar a proximidade da data do pedido com a inauguração do Grupo Escolar Delfim Moreira, em 28 de setembro de 1911. Um dos argumentos apresentados pelo requerente, que no mesmo período requer outra sala de instrução primária para um total de 40 alunos do sexo masculino na fazenda “Perdizes” – distrito de Conceição, seria o fato de não haver escolas do governo para atender essa população em idade escolar. Da mesma forma, pesa no argumento do requerente o fato de que.

A criação da referida escola, representa um acto de verdadeira justiça, porque o número de meninos é superior a 40 e todos estes rapazes que são futuros cidadãos, crescem e atingem a idade adulta, em completa ignorância, o que não deixa de ser desairoso para um município tão prospero e afortunado como o nosso.<sup>56</sup>

O crescente movimento em torno da escolarização ganhou novos contornos a partir de fins dos anos 10, como fica demonstrado nos documentos citados acima. Se em 1904 o orçamento municipal não previu verba para a instrução pública no meio urbano, conforme a deliberação de verba somente para aquela pertencente a cada distrito, deixando claro que as escolas municipais seriam pagas apenas com a quota do distrito em questão, em 1911 tornam-se comum deliberações a partir de requerimento da sociedade. Os requerimentos ganhavam um “tom de exigência”, quando justificados pelo fato de não existirem escolas do governo na região que solicitava salas de instrução. Pode-se dizer que a força desse argumento reside no conhecimento de toda movimentação em prol do Grupo Escolar que aconteceu na cidade de Araxá, a partir de 1908. Apesar de a representação de

<sup>55</sup> ARAXÁ. Requerimento expedido por Décio Affonso de Almeida à Câmara Municipal de Araxá em 1 de setembro de 1911. Araxá: FCM-SAPP/FCCB. (armário 1, pasta 19)

<sup>56</sup> *Idem.*

grupo escolar estabelecer-se sobre o formato arcaico das salas isoladas como “símbolo de um passado que deveria ser ultrapassado”<sup>57</sup>, essa representação foi responsável por desencadear ações que buscassem adequar-se aos novos tempos. É uma prática que visa à equalização, mesmo que adaptada às circunstâncias de cada localidade, numa tentativa de contrapor o velho ao novo.

Portanto, como resposta aos novos tempos que se impunham, tem-se uma nova representação de sala isolada. Os pedidos de criação de “aula” permitem desvelar a nova perspectiva que se anunciava. De um lado, a representação de grupo escolar fez-se com base na adequação do espaço físico e dos tempos de ensino, de organização do ensino e de uma nova relação escola/sociedade. Por outro lado, a representação de sala isolada construiu-se em torno de pouco produtivas e inadequadas como espaço de escolarização. Os requerimentos, por seu turno, vêm mostrar uma nova estratégia político/ideológica. Era preciso uma contrapartida satisfatória ao poder público para que este realizasse a criação de uma “aula”. Nesse contexto, os chefes políticos asseguram à municipalidade que:

[...] o abaixo assignado e todos os habitantes da fazenda “Soberbo” compromettem-se construir um prédio e doal-o a municipalidade, uma vez que seja creada a escola pedida; e, confiados no elevado critério que sempre presídio as deliberações da Câmara, aguardam o favorável deferimento.<sup>58</sup>

A percepção é clara quanto à contrapartida existente. Era preciso corresponder às exigências de organização, adequação de prédios, materiais e profissionais da educação encetadas pelo novo modelo de “reinvenção” da escola, como atesta Faria Filho. No entanto, como resolver o problema da instrução pública em localidades que conviviam com problemas como distância dos centros urbanos? Era preciso levar a escolarização aos meios rurais, mas como conformar isto com a defesa de políticos, inspetores de ensino e técnicos da educação que viam na criação de grupos escolares a grande possibilidade de progresso almejado pela República?

Nesses argumentos, retirados das percepções evocadas pelos documentos analisados, reside a tese de que a Reforma de 1906, que institucionalizou os grupos escolares em Minas Gerais e visava a superação da organização do sistema de salas isoladas, não atendeu ao princípio básico de acesso do povo à escolarização. Entretanto, poder-se-ia afirmar, sem parecer ousadia, que em localidades como Araxá, eminentemente

<sup>57</sup> Cf. FARIA FILHO, *Op. Cit.* p. 31.

<sup>58</sup> ARAXÁ. Requerimento expedido por Décio Affonso de Almeida à Câmara Municipal de Araxá em 1 de setembro de 1911. Araxá: FCM-SAPP/FCCB. (armário 1, pasta 19).



agropastoril, de economia baseada nas relações do homem com a terra, os grupos escolares não vêm cumprir seu papel de espaço “de realização, no mundo da educação, da forma capitalista de conceber e organizar o trabalho, e a identificação do movimento que institui os grupos com o progresso, como a superação do atraso”<sup>59</sup>, conforme atestavam os relatórios do governo.

Esta análise documental confirma a tese de Faria Filho, de que a preocupação do governo devia-se não ao número de crianças que tinham acesso à escola, mas à desorganização do sistema de instrução decorrente da “baixa qualidade da escola existente”<sup>60</sup>.

A defesa dos grupos escolares chama atenção não só pela nova forma sob a qual a educação passa a ser concebida e os evidentes progressos desencadeados pela sua instituição, como também pela condição de objeto de força política no “jogo do poder” exercido pelos chefes locais. Se boa parte da efetivação de uma cadeira de instrução pública necessitava do apoio de uma figura política cujo poder fosse evidente na região, para que o governo estadual ou municipal prestigiasse uma determinada localidade, na criação do grupo escolar da cidade de Araxá esse poder fez ver, aos governos municipal e estadual, “a importância da instrução e o compromisso, sempre reiterado, dos republicanos com a causa da educação pública”<sup>61</sup>.

O vínculo político do coronel se dava por laços de amizade, por confiança política e, principalmente, pelos interesses na manutenção dos privilégios. O Estado republicano remunerava e fiscalizava a educação, mas essa não era a regra. Para os republicanos, fazia-se necessária a participação ativa da população no esforço pela educação de seus filhos, por meio da cessão de prédios, materiais e móveis para o funcionamento da instituição escolar. Tendo em vista esse critério de participação efetiva na promoção da escola pública, laica, gratuita e obrigatória é que o poder coronelista da primeira República se impôs como mais uma das contrapartidas a que a sociedade necessitava submeter-se.

---

<sup>59</sup> Cf. FÁRIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Ed. UPF, 2000. p. 33.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>61</sup> *Ibidem*, p. 28.

## 2- A implantação de um projeto de modernização e a participação do município

A partir desse recorte temático, impõe-se delinear a presença da instrução pública em Araxá-MG, como esta se organizou e se constituiu.

A presença das escolas públicas no cenário mineiro oitocentista revela o esforço das autoridades no sentido de priorizar a instrução pública. Em Araxá, há registros de iniciativas educacionais a partir de 1810<sup>62</sup>, um ano antes de a Freguesia de São Domingos de Araxá tornar-se Julgado e ter um juiz próprio, relatando que a população local reivindicou a autoridade eclesiástica de Goiás, à qual se subordinava, um estabelecimento de ensino primário.

A instrução teria tido início nessa época com a missão dos “Padres da Terra Santa”, tendo funcionado por pouco tempo. O registro seguinte foi apresentado em 1853, quando o Palácio do Governo da Província de Minas Gerais em Ouro Preto, em ofício enviado à Câmara Municipal, nesse tempo Vila do Araxá, comunicou a criação de uma cadeira de instrução primária para o sexo feminino. Os registros posteriores equivaliam aos anos de 1870, 1880 e 1890, em que professores públicos solicitaram seu pagamento ao Governo da Província de Minas Gerais, em Ouro Preto, através de procurações registradas nos livros do Cartório do 1º Ofício de Notas de Araxá. Estes professores eram responsáveis pela instrução pública primária para os sexos feminino e masculino nos distritos de Conceição (Perdizes), Dolores de Santa Juliana (Santa Juliana), Pratinha e São Pedro de Alcântara (Ibiá).

Data, ainda, que, no ano de 1890<sup>63</sup>, Araxá possuía quatro escolas públicas de instrução primária. Segundo consta, o nível destas escolas era deficitário, a ponto de merecer denúncias na imprensa local.

Há também registros de iniciativas particulares de criação de espaços de instrução, inclusive de instrução secundária, que funcionaram de 1895 a 1897. Dentre eles, o internato e externato para o sexo feminino, criado por Victorine Cousin de Almeida, francesa de Charleville, que veio para o Brasil após se casar com José Thomas Coelho de Almeida (dois de seus três filhos se dedicam à educação e sua neta, Maria Cândida de

---

<sup>62</sup> Nota sobre a instrução em Araxá, transcrita do Jornal “A Opinião” de 07 de janeiro de 1933. Doc n. 059/AMDB (Arquivo do Museu Dona Beja), Pasta 01. Estes arquivos foram de propriedade do memorialista Sebastião de Afonseca e Silva, doado pelo mesmo ao DPH/FCCB.

<sup>63</sup> Nota sobre a instrução em Araxá, transcrita do Jornal “A Opinião” de 07 de janeiro de 1933. Doc n. 059/AMDB (Arquivo do Museu Dona Beja), Pasta 01. Estes arquivos foram de propriedade do memorialista Sebastião de Afonseca e Silva, doado pelo mesmo ao DPH/FCCB.

Almeida, foi durante toda a vida professora do Grupo Escolar Delfim Moreira); e, ainda, há o caso do francês Marques Chambrie e Vinaud ou Marcolino Vinaud, que, tendo vivido aqui no início do século XX, desenvolveu atividades como professor e jornalista.

Para o breve histórico da educação em Araxá feito aqui, impõe-se entender o contexto político e sua contribuição na instalação do grupo escolar.

Sendo assim, vale ressaltar dados sobre a história política do município. Araxá eleva-se à categoria de cidade em 15 de dezembro de 1865, sendo incorporada à Comarca do Paranaíba em 09 de abril de 1866. Com as transformações ocorridas no final do século XIX, que acabariam por derrubar o Império, instaurando o regime republicano, a Câmara Municipal de Araxá, órgão oficial de administração da cidade, passa a ser de responsabilidade de dois Conselhos no período de 1888/1889 e 1889 até o final da fase de transição do regime, quando a Câmara Municipal retomou sua função administrativa.

A partir de 1900, Adolpho Ferreira de Aguiar, expressão da política coronelista local, um dos responsáveis pela edificação do Grupo Escolar Delfim Moreira, passou a dirigir indiretamente os destinos da cidade, indicando sucessivamente para a presidência da Câmara, o Major Teófilo Teixeira Fonseca Tito (Major Tito), Urbano Villela e o Dr. Franklin de Castro (em cujo governo, no ano de 1911, se instaurou o grupo.).

Em fins de 1903, a família do Capitão Antonio Chaves de Magalhães mudou-se para Araxá, a convite do Coronel Adolpho de Aguiar, e fundou o Colégio Senhora do Carmo para meninas, localizado na atual Praça Coronel Adolfo. O Colégio foi dirigido pela filha mais velha do capitão, Maria de Magalhães, e nele todas as suas outras filhas lecionaram. Mais uma vez, a iniciativa de possibilitar a formação educacional da população de forma regular foi efêmera. Assim, diante da necessidade de se criar uma escola pública, a Câmara Municipal cedeu o terreno e um prédio foi construído com os esforços da família Chaves de Magalhães e da comunidade para nele funcionar a nova escola.

Em 1910, iniciaram-se os esforços para a construção do grupo, através da organização de uma comissão de senhoras, tendo à frente Maria de Magalhães, para arrecadação de dinheiro junto à Sociedade Araxaense. O Secretário do Interior e responsável pelo ensino em Minas Gerais, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, conseguiu a construção do prédio escolar que recebeu o nome daquele que se empenhou pela sua edificação. Foi consolidação de um modo de vida moderno e civilizado. A edificação da escola indicava uma espécie de ruptura com o passado, que a República pretendia

promover. Inaugurou-se, em 28 de setembro de 1911, o Grupo Escolar Delfim Moreira, DECRETO N. 3.163 DE 19 de abril de 1911 e teve como primeira diretora Maria de Magalhães, que permaneceu na direção de 1911 a 1943.<sup>64</sup> Em 1928, no governo de Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, foi construído o novo prédio, na atual Avenida Getúlio Vargas, durante a reforma realizada por Francisco Campos. O estudo de Vera Lúcia Abrão Borges explicita o momento histórico vivenciado.

Este é, aliás, o pressuposto que norteou o “movimento de modernização da sociedade brasileira”, cujo marco coincide com a publicação do *Manifesto Republicano de 1870*, mas cujas iniciativas práticas iniciaram-se com o movimento reformista encetado, nos anos 1920, por parte de alguns Estados Federativos do Brasil, tais como, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e Bahia.<sup>65</sup>

No entanto, somente este caráter progressista do regime republicano não justifica a construção de um novo prédio, o que nos impele a questionar: Por que construir um prédio novo, uma vez que o primeiro já era do Estado e construído justamente para atender ao grupo escolar? Por que o primeiro prédio foi doado às irmãs dominicanas, que empreenderam uma reforma na sua estrutura para abrigar o colégio? Tal reforma não poderia ser empreendida pelo governo do Estado e, assim, onerar menos os cofres públicos, uma vez que a ampliação se deu somente de oito para dez cadeiras? O projeto arquitetônico foi semelhante, ou seja, ambos foram construídos mediante planta do governo e possuem todas as especificações estabelecidas na época como: prédios grandes, arejados, bonitos, que passam a compor a paisagem urbana, como afirma Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto.<sup>66</sup> Seria a consolidação de uma nova maneira de entender a educação disposta pelas reformas iniciadas nos anos de 1920? Tal reorganização traduziu a resposta do poder público às demandas sociais por ampliação da instrução pública?

---

<sup>64</sup> Documentos que atestam a presença do grupo no contexto educacional local e mineiro podem ser encontrados no Departamento de Patrimônio Histórico da Fundação Cultural Calmon Barreto. Entre estes, podemos citar: a publicação "Minas Geraes e seus municípios" de 1916, de Roberto Capri, que no capítulo referente à Araxá traz dados sobre a instrução pública; Jornais datados de 1915 que trazem o quadro de honra do grupo; a publicação "Álbum de Araxá" de 1928, de autoria de Horácio de Carvalho e ainda os "Minas Geraes e seus municípios", de 1925/1926, o primeiro de autoria de Victor Silveira.

<sup>65</sup> BORGES, Vera Lúcia Abrão. Modernização e Democratização no Brasil: o caso da Escola Estadual de Uberlândia. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 1, n.1, p.122, jan./dez. 2002.

<sup>66</sup> BUFFA, Ester; PINTO, Gelson Almeida. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos, SP: EduFSCar: INEP, 2002.

Relativamente a esta questão, alguns indícios podem ser levantados a partir da interpretação do projeto arquitetônico do grupo escolar, inaugurado em 1911, e do grupo escolar, reinaugurado em 1931. Uma possível leitura se estabelece por meio da análise da iconografia. Documentos iconográficos são carregados de representações, símbolos e “articulados às relações de poder, a seus valores, práticas e propostas pedagógicas” de uma época, e que “contribuem para presentificar a instituição”.<sup>67</sup>

As fotografias ajudam, pois, nessa presentificação das relações entre representações, práticas e apropriações elaboradas pelo legalmente instituído. Os discursos políticos materializaram, durante a Primeira República, indícios, emblemas e sinais “num momento histórico em que a República priorizava a escola primária obrigatória, universal e gratuita, como instrumento para a modernização do país”.<sup>68</sup>

Os grupos escolares seriam a expressão dessa reordenação do espaço urbano que projetava a modernidade, no planejamento e distribuição das instituições representativas de uma sociedade nos lugares em que estas dariam visibilidade a esse projeto. Materialidade que ecoa em Araxá nos fins de 1911, com a inauguração do Grupo Escolar Delfim Moreira.

A construção de um grupo escolar implicava a reunião de quatro salas, com o total de quarenta e cinco alunos em cada uma. Este regulamento estava prescrito na Reforma João Pinheiro, de 1906. O prédio que abarcou o primeiro grupo escolar de Araxá ergueu-se suntuosamente no centro da segunda praça da cidade, atestando a modernidade e o projeto de urbanização que ora se instalava, e pretendeu nortear o crescimento urbano sustentado em avenidas grandes e largas em direção à Estância Hidromineral do Barreiro.

Junto com a edificação do grupo, buscou-se dar visibilidade ao projeto modernizador da República, a construção da Igreja Matriz, iniciada em 1915, majestosamente colocada no centro da praça e erguida de frente para o leste.

A colocação do grupo, de modo a dar visibilidade à cidade moderna que se pretendia construir, tinha por aspiração implementar o turismo hidrotermal como fonte

---

<sup>67</sup> WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das Instituições Escolares: de que se fala? *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, PR: Pontifícia Universidade Católica (PUCPR); Palmas, PR: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa, PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. p. 13 – 35.

<sup>68</sup> NOSELLA Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater**: a antiga Escola Normal de São Carlos: São Carlos: EDUFSCar, 1996, p. 38.

econômica do município. Por isso a representação de modernidade sinalizada na construção do grupo escolar nos mais rigorosos moldes dispostos pela Reforma João Pinheiro. Pode-se, assim, interpretar a mobilização da sociedade araxaense em prol do grupo escolar. Este representaria, não só a ruptura com o passado configurado na escola pública, gratuita e universal que formaria os novos cidadãos, mas, também, a possibilidade de futuro, de progresso, de tudo aquilo que significasse o moderno.

Abaixo, podem-se perceber os sinais de ruptura com o passado. O prédio, embora simples para os padrões estabelecidos na capital mineira, que, segundo Faria Filho<sup>69</sup>, constituía-se em verdadeiros palácios, expressava com propriedade a visibilidade desejada pela República.

As janelas e portas são grandes e amplas, e há ainda a elegância das janelas, cuja parte superior em linhas curvas é enriquecida com detalhes decorativos, complementados pelos vidros transparentes. A janela e a porta em um mesmo desenho expressam harmonia e ao mesmo tempo solidez. A transparência do vidro ressaltava a importância de ambientes claros e arejados que conformassem o ensino e aprendizagem, tendo em vista os preceitos estabelecidos pelo regulamento do ensino primário de 1906. Ergueu-se o Grupo Escolar com grande regozijo, distinguindo-se na paisagem araxaense.



FIGURA 1 – MANOEL ALVES FEIJÓ. Fachada do Grupo Escolar Delfim Moreira – Araxá, MG. Entre 1920 e 1930. Fotografia. Araxá, Acervo SAPP/FCCB, n. 0169.

<sup>69</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República.** Passo Fundo: Ed. UPF 2000.

Se os elementos arquitetônicos traduziram, em 1911, as representações e práticas sociais elaboradas pelo discurso modernizador da República, em 1927, durante a crise do regime republicano que exigiu a “republicanização da república”, seria percebida a visibilidade imposta por esse novo projeto no momento de construção do novo prédio do Grupo Escolar Delfim Moreira.

Durante a pesquisa efetuada para a interpretação das práticas e representações sociais consolidadas em Araxá de 1911 a 1930, numa meso abordagem, foi levantada a questão acerca das razões que levaram à construção de um novo prédio para o grupo escolar, considerando-se a ampliação de oito para dez cadeiras somente.

Com relação a essa mudança, imputou-se à Reforma de Ensino Francisco Campos a responsabilidade. Durante a análise documental, perceberam-se várias ocorrências de pedidos feitos pela diretora da escola ao Secretário do Interior, objetivando a ampliação do grupo escolar, que se encontrava deficitário em relação à necessidade de matrícula do município.

Dessa forma, a Reforma Francisco Campos outorga ao novo espaço escolar a inauguração de uma nova era.



FIGURA 2 – Fachada do Grupo Escolar Delfim Moreira (hoje, Escola Estadual Delfim Moreira) –Araxá, MG, janeiro de 2004. Fotografia. Acervo da autora

O novo prédio, instalado em 1931, no fim do recorte dado pela pesquisa, impõe-se pela arquitetura imponente e moderna. Criado a partir de planta fornecida pelo governo do Estado, é separado ao meio pela sala destinada à biblioteca, evidenciando a centralidade desse espaço escolar na nova pedagogia. Do lado direito e esquerdo abrem-se os portões que adentram o interior da escola, organizados, separadamente, entre entrada de meninos e entrada de meninas. As janelas grandes e largas (desta feita, ainda maiores e mais arejadas), ornamentadas por vidros transparentes, sugerem a importância da luminosidade e de ambientes arejados prescritos pelo movimento higienizador implantado nos anos de 1920.

O interior do grupo escolar arquitetou-se de forma a respeitar as especificações exigidas pela Reforma Francisco Campos no que diz respeito à área para construção do grupo escolar, salas destinadas ao consultório médico e odontológico, respeito às especificações sobre as instalações sanitárias. Um amplo pátio para a realização de exercícios físicos e um espaço destinado às refeições dos alunos pertencentes à caixa escolar. A ênfase dada na construção do novo prédio escolar denotou, dessa forma, um investimento significativo no intuito de alterar a realidade.

É importante, ainda, ressaltar que, na periodização delimitada para pesquisa, consta que, no município de Araxá, existiram dois colégios (Dominicanas e Salesianos), cinco escolas primárias municipais (salas multiseriadas na zona rural) e oito “escolas” particulares.

Assim, o Grupo Escolar Delfim Moreira permaneceu como único grupo escolar até 1947, quando o governo do estado criou mais um grupo escolar, hoje Escola Estadual Dr. Eduardo Montandon.

### **3- O poder coronelista**

Após a administração realizada pelo Conselho de Intendência, Araxá passou, a partir de 1900, a ser dirigida indiretamente pelo Coronel Adolpho Ferreira de Aguiar, representante da política coronelista<sup>70</sup> local. Foi por indicação deste que se sucederam, na

---

<sup>70</sup> Entende-se a figura do coronel na perspectiva de Vitor Nunes Leal (1997), que concebe "coronelismo" como “resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada”, sendo “sobretudo uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos



presidência da Câmara, Major Teófilo Teixeira da Fonseca Tito, Urbano Vilela e Dr. Franklin de Castro. É durante o governo deste último que se institui a primeira escola pública de Araxá na forma de grupo escolar.

No país, a luta perpassava a tentativa de implantação de uma sociedade de caráter industrial. A crise acentuou-se nos anos 20. A classe dominante encontrava-se insatisfeita dentro das próprias oligarquias, em face das cessões feitas pelo governo federal aos cafeicultores. Estes defendiam seus interesses através de uma política de socialização de perdas, e os grupos intermediários, ou seja, a camada média, lutavam por um espaço no jogo de poder e para conservarem o lugar alcançado. Em contrapartida, a maior parte dos trabalhadores dispunha de péssimas condições de trabalho e vida.

A liderança partidária estabeleceu-se na aliança do poder político com a força econômica. À frente do Partido Republicano Mineiro ou Partido Ferreirista, encontrava-se, portanto, o Coronel Adolpho de Aguiar, exemplo clássico de político formado em torno da terra, cuja genealogia permanece na região de Araxá, há dois séculos. Sua participação seria de fundamental importância na criação do grupo escolar.

A escola, então, fez-se presente como instrumento de instituição da nova ordem e propulsora do progresso. Nos fins do século XIX e início do século XX, a escola era direito de poucos, em detrimento dos milhares de analfabetos de letras e de ofícios. Estes apareceram, durante a república, como impedimento à marcha do progresso, na nova ordem que se estabelecia. Assim, a escola passou a ser vista como instrumento de dominação e organização da sociedade, por meio das idéias da classe oligárquica e da imposição de projetos políticos de seu interesse. O papel da escola hiperdimensionou-se como vitalizador do organismo nacional e constituidor da nação brasileira.

Se, por um lado, o Partido Republicano em Araxá tinha à sua frente o Coronel Adolpho de Aguiar, por outro, liderando um grupo de oposição, encontrava-se o Senador Montandon (João Jacques Henri Montandon). Farmacêutico e agrônomo formado em Ouro Preto e natural de Estrela do Sul, após a formatura fixou residência em Araxá. Na condição de deputado na Assembléia Estadual, então denominada Senado Mineiro, desempenhou funções políticas por várias legislaturas. Arregimentando forças, fundando e presidindo partidos locais, nomeando prefeitos e administradores, dividiu com os líderes Ferreiristas o

---

chefes locais [...]”, aliado ainda à cultura do voto de “cabresto”, base de sustentação do sistema eleitoral, na estrutura agrária do interior.

cenário político-administrativo de Araxá, em uma facção política denominada Jacquista, durante meio século.

A criação da primeira versão do Jornal Correio de Araxá, em 1913, deveu-se ao seu projeto político. Este jornal permaneceu em circulação durante muito tempo e serviu para exposição das idéias dos Jacquistas, de cunho liberal.

Configurou-se, assim, tanto no Brasil republicano quanto na cidade mineira araxaense, a necessidade da consolidação do projeto político autoritário de educação, como forma de moldar um povo conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo. A palavra de ordem desse cenário é regeneração. “Regenerar o brasileiro era dívida republicana a ser resgatada pelas novas gerações”.<sup>71</sup>

O cidadão político caracterizava-se, portanto, pela exigência da alfabetização; contrapondo-se a isso, a República desconhecia o direito à educação na Constituição, texto presente na Constituição Imperial. “Era uma ordem liberal, mas profundamente antidemocrática e resistente a esforços de democratização”.<sup>72</sup>

No Brasil republicano, percebeu-se a nítida confusão entre a sociedade e o Estado, uma vez que este exerceu suas funções de ordenador e ainda funções espirituais, ou seja, exercia um controle das opiniões ou impunha as suas próprias como condição obrigatória. Assim, em cidades como Araxá, o poder público e o privado confundiam-se com a figura do coronel.

Após a criação da prefeitura municipal, em 1915, até o fim do recorte histórico dado por este estudo, em 1931, Araxá contaria com nove prefeitos. Somente no ano da Revolução de trinta, que encerrou o período republicano, o povo araxaense viu passar pela prefeitura três prefeitos.

A expressão da política coronelista, personificada na figura do Coronel Adolpho de Aguiar, é reveladora de uma época. Os atos dos presidentes da Câmara Municipal não deixam dúvidas quanto ao poder exercido pelo líder do partido Ferreirista. Nas sessões da Câmara que autorizavam a construção de acesso entre localidades nos diversos distritos pertencentes à Araxá, ou consertos de obras públicas, sobrepunha-se, em primeiro plano, a assinatura do Coronel. Adolpho Ferreira de Aguiar, sendo que, na maioria das vezes, esta aparece à frente das demais, em outras poucas ocasiões figurando como a última. Em

---

<sup>71</sup> CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 10.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 45.

ambos os casos, pode-se inferir que sua assinatura representa a “palavra final” sobre qualquer deliberação do poder público.

Ainda que o projeto brasileiro de governo e sociedade tentasse se assemelhar à Revolução Francesa como modelo de ilustração positivista e por mais que a monarquia se constituísse como morta e irressuscitável, a realização de um fenômeno cientificamente previsto, que arregimentasse uma nova forma de governo nesses moldes não acontece. E isso não em virtude da vontade do povo, mas em consequência da evolução histórica brasileira.

Vale a pena advertir que a lembrança do positivismo idealizado permanece no dístico da nossa Bandeira Nacional, mas o positivismo aplicado serviu para reforçar a soberania da atividade oligárquica nas relações de poder, legitimando sua ideologia.

A análise da lista de presença das Sessões da Câmara Municipal vem corroborar a hipótese levantada sobre o efetivo poder da força oligárquica do Coronel Adolpho sobre os rumos do desenvolvimento local. Como atestam os documentos, ele somente exerceu a função de presidente da Câmara na falta do presidente eleito, no entanto, sua hegemonia consolidava-se na qualidade de representante da “Comissão de finanças”, o que comprova sua influência.

É representativa, também, sua participação na petição que visa à aprovação de planta elaborada pelo Engenheiro Civil Dr. Carlos de Camargos, que projeta a desapropriação por utilidade pública municipal nos termos das leis números 146, de 18 de setembro de 1902, e 155, de 10 de janeiro de 1903, dos terrenos situados em volta das fontes de Águas Minerais do Bebedouro (conhecido localmente por Barreiro).

Esse projeto originou a Lei Municipal n. 156, de 7 de abril de 1903. Anos mais tarde, após vários embates políticos ideológicos por parte das lideranças de Araxá, percebeu-se que a referida lei Municipal seria o preâmbulo de decisões que dariam uma nova configuração ao desenvolvimento da cidade em relação aos aspectos econômicos, políticos, sociais, religiosos, artísticos, bem como à saúde, aos meios de comunicação e, especificamente, à educação.

A análise do poder coronelista de Adolpho Ferreira de Aguiar torna-se relevante no entrecruzar da história da cidade, em um momento em que se procura acompanhar as

intensas mudanças ocorridas em todos os “níveis da experiência social, que se concentrou de fins do século XIX até cerca de meados do XX”.<sup>73</sup>

O novo padrão econômico, subsidiado pelo conhecimento científico-tecnológico imposto sobre a ordem existente, notadamente sobre as sociedades tradicionais, impele articulações políticas com vistas à manutenção dos privilégios desta sociedade forjada sob o poder econômico de base agrária.

Na história local, o Coronel Adolpho Ferreira de Aguiar aparece como o “grande benfeitor” e o articulador junto aos governos estadual e federal de melhorias e benefícios para a cidade. No que diz respeito à sua influência, os documentos revelam que o coronel era considerado forte expressão política, merecendo, inclusive, pedido de apoio político para as eleições presidenciais, em carta escrita por Rui Barbosa<sup>74</sup>.

Nesta carta, datada de 12 de fevereiro de 1910, Rui Barbosa se dirige ao coronel como “um dos elementos de mais força nesse poderoso e altivo baluarte da liberdade e da república civil”. Argumenta ao chefe político local que lhe subscreveu “appellando para os seus sentimentos de patriota e brasileiro, no sentido de prestigiar as candidaturas de Agosto com o seu valiosíssimo apoio”. Solicita o apoio, entretanto, colocando-se constrangido com a indicação de seu nome e por efeito da “pressão dos amigos” para que, sustentado nos quarenta anos de serviços prestados à Pátria, aceitasse o “sacrifício”. Humildemente, encerra o pedido afirmando que, em vista do político, “o homem desapareceu”.

Relativamente a esse poder articulador, percebem-se outras ações que o propugnam, como fica nítido no exemplo abaixo, em que o coronel sugere que se envie uma moção ao Presidente do Estado de Minas Gerais, Sr. Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão:

[...] pela patriótica e correcta administração, que tem sabido dar aos interesses públicos deste grandioso Estado, cujos destinos tão sabiamente tem dirigido, protestando esta corporação ao digníssimo Chefe do Estado o mais sincero apoio e a mais franca e leal solidariedade política.<sup>75</sup>

Diante disso, Vitor Nunes Leal posiciona que a essência do compromisso coronelista reside no incondicional apoio aos candidatos oficiais, nas esferas estaduais e

<sup>73</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil: República das Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 7.

<sup>74</sup> Carta de Rui Barbosa dirigida ao Coronel Adolpho de Aguiar em 12 de fevereiro de 1910. Arquivo SAPP/FCCB.

<sup>75</sup> ARAXÁ. Ata da reunião ordinária realizada no dia 09 de maio de 1901. Araxá: FCM-SAPP/FCCB, 1901. (armário 01, pasta 19)

federais, como ficou demonstrado acima. A contrapartida desse apoio configurava-se em “carta branca”, em todos os assuntos relacionados ao município. Nada escapa do poder indireto do coronel no cotidiano da cidade. Um fator que contribui para a expressão governista do coronel reside na fraqueza financeira do município. Dessa forma, a influência do chefe local caracteriza-se por medidas práticas, como nomeações para cargos públicos, coletor, agente do correio, inspetor de ensino, inclusive na esfera federal, em virtude da política de compromisso do governo da União para com os chefes políticos nos Estados.<sup>76</sup>

Em assuntos relativos à governabilidade do município empreendida pelo Coronel Adolpho, os arquivos investigados revelam seu prestígio. É por seu intermédio que se autoriza, em 1906, subvenção ao Collegio N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Carmo, da professora Maria de Magalhães. Na condição de chefe local do Partido Republicano, coube-lhe a indicação para Agente Executivo da Câmara Municipal de Araxá, do Major Teófilo Teixeira da Fonseca Tito, de Urbano Vilela e do Dr. Franklin de Castro, como já foi dito, e, sob a sua administração indireta, Araxá recebeu vários benefícios, notadamente as tentativas de implementação da educação escolar.

No que diz respeito ao Grupo Escolar Delfim Moreira, sua participação é eloqüente. O Coronel Adolpho Ferreira de Aguiar garantiu a consolidação do projeto republicano de educação escolar como “caminho profícuo para a modernidade da nação, por objetivar o *status* de país 'civilizado’”.<sup>77</sup>

Com vistas à consolidação da modernidade projetada pelo plano republicano de governo, o grupo escolar surge como referência de uma nova organização da escola, nos moldes desta modernidade. Além da participação efetiva de sua mulher, Maria Rita de Aguiar, na comissão que angariou, junto à população local, fundos para a construção do grupo, é do Coronel Adolpho de Aguiar a assinatura que endossa o pedido junto ao governador do Estado, como se evidencia em inventário elaborado pela diretora Maria de Magalhães, exigido pelo coletor de impostos estadual. Segundo este documento.

Empenhou-se também com o Coronel Adolpho Ferreira de Aguiar e Dr. Franklin de Castro para assignarem a carta que lhes apresentou dirigida

---

<sup>76</sup> LEAL, Vitor. Nunes. **Coronelismo**: enxada e voto. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1997. p. 65-70.

<sup>77</sup> CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a república que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 32.

ao Sr D.(sic) Wenceslau Braz, presidente do estado naquela época, solicitando o auxilio de 10:000\$000 o que foi promptamente acudido.<sup>78</sup>

Documentos do arquivo do FCM apontam que a Comissão de Senhoras começou a articular ações em prol da construção do grupo já em 1908; no entanto, o inventário da diretora Maria de Magalhães<sup>79</sup> revela que isso se dá a partir de 1910. Acredita-se que, para o presente estudo, esta contradição entre as datas não chega a ser relevante. A “Historia e occurrencias do immovel inscripto na pagina nº 3”, como foi intitulado o documento, representa mais um lapso de memória de sua responsável, visto que a escola foi inaugurada em 27 de setembro de 1911 e a data do inventário exigido pelo coletor era de 28 de abril de 1921. Portanto, haviam-se passado dez anos da inauguração do grupo e pelo menos treze anos desde que se iniciou a tentativa de empreender sua construção, o que pode explicar a divergência de datas nos documentos.

A relevância do documento se encontra na confirmação do poder coronelista na cidade, uma vez que o Presidente da Câmara era o Dr. Franklin de Castro, portanto, responsável pela administração da cidade. Todavia, a diretora do grupo, por meio de sua posição no documento, atesta que “empenhou-se também com o Coronel. Adolpho Ferreira de Aguiar e [...] para assignarem a carta [...] dirigida ao Sr. Dr. Wenceslau Braz [...]”<sup>80</sup>, demonstrando a relevância e a importância do nome do coronel, permitindo afirmar que o Coronel. Adolpho Ferreira de Aguiar transitava livremente na esfera estadual, bem como detinha a hegemonia do poder local. Dessa forma, fica claro que a implantação do primeiro grupo escolar na cidade de Araxá implicou a ação coronelista como articulação política.

---

<sup>78</sup> MAGALHÃES, Maria. Inventário elaborado pela diretora do Grupo Escolar Delfim Moreira. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 1921.

<sup>79</sup> Maria de Magalhães era natural de Oliveira e veio para Araxá , junto com seu pai e a família, em 1904, a convite do Coronel. Adolpho de Aguiar, abrir uma escola primária. Tornou-se uma figura importante na consolidação do Grupo Escolar Delfim Moreira, do qual foi a diretora de 1911 a 1943.

<sup>80</sup> Cf. MAGALHÃES, Maria, *Op. Cit*, p. 2

### **3.1- Poder Público e Elite Política: práticas e representações sociais sobre o grupo escolar**

Na Constituição elaborada pelo então novo governo, em fevereiro de 1891, coube à escola ser o instrumento para a construção do novo cidadão, consciente da sua importância no processo de transformações sociais preconizadas pelo ideário republicano.

Assim posto, notam-se algumas poucas iniciativas do poder público de implantar o ensino primário, e iniciativas privadas, sobretudo da Igreja, que percebem no interesse repentino pela educação um instrumento de disseminação de sua ideologia. O governo central, como federação, instituiu a seus estados a missão de implantar e implementar a educação elementar ou primária, cabendo-lhe a implantação e a implementação do ensino secundário e superior. A partir do momento em que a Nação se desobriga da educação, desde a sua base até o final, criou-se uma cultura quase que individualizada de sistematização da escolarização elementar.

Neste caso, a implantação e a implementação da educação primária nos estados federativos couberam única e exclusivamente aos interesses políticos de cada região. Em cada estado perceberam-se iniciativas de concepção político-ideológicas diferentes em relação à educação.

A luta pela democratização da escola durante a Primeira República sempre esteve ligada pelos embates político-culturais entre o poder público – legalmente constituído – e a elite política – representante do grupo dominante nas esferas parlamentares. A expansão da educação primária no mundo civilizado ocorrera de forma crescente nas décadas anteriores à República Brasileira, implicando uma atitude mais consciente da importância da educação por parte do poder público.

Neste contexto, motivaram-se demandas por uma educação pública, gratuita e universal que implicaram, no caso de Minas Gerais, na Reforma do Ensino de 1906 ou Reforma João Pinheiro.

A modernidade trouxera consigo uma mudança de mentalidade em função dos estudos e pesquisas empreendidas por psicólogos, filósofos, pedagogos, médicos e educadores que se voltaram para a criança como um ser diferente do adulto e, portanto, sujeito a um espaço e a um tempo diferenciado.

A evolução da educação primária durante a Primeira República mostrou que as bases que fundamentaram as diferentes proposições neste nível implicaram, na maioria dos casos, as razões de cunho político, cultural e econômico.

Estas proposições evidenciaram as contradições presentes na implantação do novo regime. De acordo com Costa.

As forças que momentaneamente se tinham unido em torno da idéia republicana entraram em choque. Os representantes do setor progressista da lavoura: fazendeiros de café das áreas mais dinâmicas e produtivas, elementos ligados à incipiente indústria, representantes das profissões liberais e militares nem sempre tinham as mesmas aspirações e interesses. As divergências que os dividiam repercutiam em conflitos no Parlamento e eclodiam em movimentos sediciosos que polarizavam momentaneamente todos os descontentamentos, reunindo desde monarquistas até republicanos insatisfeitos. Rompia-se a frente revolucionária. Representantes da oligarquia rural disputavam o poder a elementos do exército e da burguesia, embora houvesse burgueses e militares dos dois lados, em função dos seus interesses e ideais.<sup>81</sup>

A política empreendida durante os primeiros anos da Primeira República sublevoou, durante o governo Campos Sales, permutas políticas que aplacassem os descontentamentos surgidos no período anterior. Na tentativa de acalmar a situação política, o governo Campos Sales implementou a “política dos governadores”<sup>82</sup>, que desencadeou práticas fraudulentas nas esferas estaduais. Estabeleceu-se, a partir de então, o domínio das oligarquias locais e o pleno exercício do poder no que se referia aos assuntos regionais.

Articulando os interesses de grandes proprietários de terras e lideranças políticas na primeira década do século XX, dois terços da produção agrícola nacional eram representados pela exportação de produtos primários, sendo o café o principal produto. Este conjunto, em que sobressaia o café como cultura e São Paulo como principal fornecedor, desenhou junto com Minas Gerais, com a produção de leite, os principais líderes da política nacional. Sobre a política do “café com leite”, segundo Baggio,

[...] desde o nascimento da república até a Revolução de 1930, os políticos de Minas Gerais exerceram um papel importante no processo de decisão federal, porque o Estado de Minas representava a maior população eleitoral do país. O sistema político muitas vezes referido como *café com leite*, que dominou a República, [...] foi um acordo de

---

<sup>81</sup> COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. p. 251-252.

<sup>82</sup> COSTA, *Op. Cit.*, p. 352.



cavalheiros entre os grupos políticos de São Paulo e Minas para o monopólio do poder político no nível nacional.<sup>83</sup>

Destacou-se, então, o grande prestígio político dos coronéis. Em muitos lugares, os coronéis encontravam-se em declínio econômico, porém sua força advinha principalmente do controle que exerciam sobre os eleitores. O federalismo, estabelecido pela Constituição de 1891, favorecia, durante a Primeira República, o domínio coronelista, que, de acordo com Trevisan, tinha no título “coronel” sua maior expressão de poder.

A expressão “coronel” advém do título da Guarda Nacional. Esse título significava autorização do poder central ao chefe local para que este possuísse “gente armada” a seu serviço. [...] O título era “entregue” ao chefe municipal de prestígio [o latifundiário mais rico e ligado ao governo estadual] e a ele cabia todo poder decisório ao nível do município: econômico, político, judicial, policial [...]. O poder local, “donos dos votos”, ganhava força. Temos um compromisso entre o coronel, dono dos votos, e o Estado, com seus juízes e delegados de polícia. Em troca da garantia da “maioria”, o coronel recebia juiz e polícia, obedientes a seus desmandos e caprichos. A figura do coronel ganhava prestígio local e um poder que na verdade era de fachada. Existia enquanto o coronel obedecesse ao governo [...]. O coronel manda em seu pedaço, em suas “pequenas questões”, enquanto é obediente ao governo nas grandes questões.<sup>84</sup>

Relativamente a Minas Gerais, no período, o poder oligárquico advinha da produção do leite; no entanto, cabe lembrar que Minas também figurava como o segundo produtor de café no Brasil, o que reforçaria o poder político do Estado.

O coronelismo é apenas uma dentre as várias práticas que permearam a Primeira República. Práticas que se revelaram discriminatórias. A fala da elite política, de legitimação dessas práticas, sustentava-se no discurso em defesa da expansão do ensino. Entretanto, esta expansão se deu na contrapartida do apoio da elite oligárquica. Percebe-se, ao longo das décadas da Primeira República, que toda prática se desenrolaria no atendimento desigual das regiões do Estado Mineiro e na convergência dos interesses da elite política com o poder público.

Apesar do debate acerca da importância da expansão do ensino primário, bem como o discurso em prol da democratização do acesso à educação, a criação dos grupos escolares como espaços destinados à reinvenção do modelo escolar não modificou as práticas reinantes. Perceber-se-á que, por meio deles, a República visava, acima de tudo,

---

<sup>83</sup> BAGGIO, Sheila Brandão. A Força Pública de Minas na primeira república. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 31, p. 122, maio 1971.

<sup>84</sup> TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**. São Paulo: Global, 1982. p. 24-26.

“dar a ver a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular”.<sup>85</sup>

As crises que assolavam a República impunham a necessidade de uma atitude que desse visibilidade aos ideais republicanos de maneira positiva. A saída encontrada foi a criação dos grupos escolares, encarnação de práticas e representações de projetos político-educativos, ao mesmo tempo em que permitia aos republicanos efetuarem a ruptura entre o passado e a projeção do futuro ordeiro e progressista propugnado pela República, conforme Faria Filho.

A elite política, temerosa da iminente perda dos privilégios, articulou-se “colocando-se como instauradora do ‘novo’”, e foi construindo os ideais da modernidade voltados para uma educação útil: racionalidade, legalismo, laicidade, publicidade, gratuidade, obrigatoriedade e cientificismo”. A contrapartida desta articulação desencadeou práticas conservadoras cujo fim almejado era a manutenção da “sociedade autoritária, agrária e exportadora e a marginalidade social da maioria da população”.<sup>86</sup>

Para melhor se entender a convergência entre o Poder Público e a Elite Política, reporta-se aos estudos de Borges sobre a fala da elite mineira.

A idéia republicana propagada pela elite no poder hasteava-se no ideal democrático de difusão do ensino elementar como uma das vias de se ascender ao Estado Moderno, ao mundo civilizado. [...] Os modernistas mineiros, aqui representados pelos deputados estaduais e pelo Presidente do Estado de Minas Gerais, imbuídos do ideário liberal, federalista e republicano, mas com uma prática seletiva e antidemocrática, tiveram de enfrentar um grande desafio: tentar criar um sistema escolar elementar e formar a elite para governar.<sup>87</sup>

“As instituições escolares, como as pessoas, são portadoras de uma memória”, como aponta Magalhães.<sup>88</sup> Portanto, as possibilidades de interpretação da história de uma instituição não se esgotam nas possíveis respostas. Novos documentos permitirão novos indícios. Outros olhares permitirão novas interpretações. Há muitas lacunas a serem

---

<sup>85</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Ed. UPF 2000. p.24.

<sup>86</sup> BORGES, Vera Lúcia Abrão. A instrução pública primária na fala da elite mineira, 1882 a 1898. 1998, 234 f. Tese Doutorado (em Educação) – PUC, São Paulo, 1998. p. 225.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p.147.

<sup>88</sup> MAGALHÃES, Justino. Contributo para a História das Instituições Educativas - entre a memória e o arquivo. Universidade do Minho. *In*: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (orgs). **Para a História do ensino Liceal em Portugal**: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade de Minho., 1999. p. 73.

preenchidas, há muitas perguntas aguardando por respostas, até que se encontre a finitude, ainda que provisória, de uma história que não tem fim.

#### 4- Com vistas ao progresso: enfim o grupo escolar

Outra fonte documental que proporciona uma inserção nos limiares do desenvolvimento de uma sociedade é a análise comparativa da dotação orçamentária pública municipal para o exercício do ano administrativo. Esta análise evidencia as prioridades dadas em cada governo, que implica, certamente, o pensamento político ideológico de um tempo. A criação e a implementação da instrução pública estão diretamente ligadas a esta análise, visto que é possível mensurar, por meio delas, o montante da verba pública destinada à educação nos diferentes governos e que ações desencadearam a sua promoção.

Relativamente aos gastos efetuados com a Educação, da Câmara Municipal de Araxá, até 1911, apesar da ausência de documentos dos anos 1902, 1903 e 1907, os documentos analisados permitem pressupor que não houve alteração da verba despendida com a educação no município, uma vez que se observa uma regularidade nos anos investigados, conforme demonstrado no Quadro 1, abaixo.

**QUADRO 1**  
**Mapeamento dos Orçamentos Municipais da Câmara Municipal de Araxá/ Minas Gerais, para os Exercícios Administrativos – Gastos com Educação**

(Continua)

ANO	D/M	AGENTE	TITULO	ASSUNTO
1901	20/09	Presidente Câmara Municipal Urbano de Andrade Vilela	Lei n. 136 Contém orçamento municipal para exercício de 1902	Fica autorizado do Agente Executivo Municipal a despender no exercício de 1902 a quantia de 33:307\$000 com todas as despesas do município e o total de 4:800\$000 com escolas municipais (inclusive papel tinta e pena)

**QUADRO 1**  
**Mapeamento dos Orçamentos Municipais da Câmara Municipal de Araxá/ Minas Gerais, para os Exercícios Administrativos – Gastos com Educação**

(Continua)

ANO	D/M	AGENTE	TITULO	ASSUNTO
1904	17/09	Presidente Câmara Municipal Urbano de Andrade Vilela	Lei n. 162 Exercício de 1905	Fica autorizado do Agente Executivo Municipal a despender no exercício de 1905 a quantia de 42:190\$000 reis com todas as despesas do município e o total de 2:000\$000 reis com subvenção ao Colégio dos Renomados Maristas conforme lei ordinária Subvenção a escola municipal S. Pedro Alcântara 1:000\$000 idem Escola Municipal Dores de Santa Juliana Escola Municipal dos Crioulos 1:000:000. Distrito de Conceição Subvenção Escola sexo feminino 600\$000 Distrito Pratinha com Escola municipal, 1:000\$000
1905	15/09	Presidente Câmara Municipal Urbano de Andrade Vilela	Lei n. 175 Contém orçamento municipal para exercício de 1906.	Fica autorizado do Agente Executivo Municipal a despender no exercício de 1906 a quantia de 33:860\$000 com todas as despesas do município e o total de 1:000:000 com subvenção ao Collegio N. S. do Carmo e Subvenção a escola municipal S. Pedro Alcântara 1:000\$000 idem Escola Municipal Dores de Santa Juliana Escola Municipal dos Crioulos 1:000\$000. Distrito de Conceição Subvenção Escola sexo feminino 600\$000 Distrito Pratinha com Escola municipal, 1:000\$000
1906	30/09	Presidente Câmara Municipal Urbano de Andrade Vilela	Lei n. 184 Contém o orçamento municipal para o exercício do ano de 1907.	Fica autorizado ao Agente Executivo Municipal a despender no exercício de 1907 a quantia de 31:040\$000 reis com todas as despesas do município, sendo despendido com a educação: 1:000\$000 com Escola Municipal no Córrego das Pedras: 1:000\$000 Distrito de Dores de Santa Juliana para Escola Municipal em Crioulos, 600\$000 para Escola Municipal no distrito de N. S. da Conceição do sexo feminino; 1:000\$000 com Escola Municipal em Distrito da Pratinha.

**QUADRO 1**  
**Mapeamento dos Orçamentos Municipais da Câmara Municipal de Araxá/ Minas Gerais, para os Exercícios Administrativos – Gastos com Educação**

(Continua)

ANO	D/M	AGENTE	TITULO	ASSUNTO
1908	17/09	Presidente Câmara Municipal Franklin Benjamim de Castro	Lei n. 200 Contém o orçamento municipal para o exercício de 1909.	Dispõe 122:240\$000 sendo 81:000\$000 referente a empréstimo contraído pela administração. Desta diferença obteve-se o valor de 35:240\$000, da qual destinou-se para a educação 1:000\$000 para a Escola Municipal no Córrego das pedras, Auxilio para a construção do prédio para o Grupo Escolar no valor de 5:000\$000. 1:000\$000 para escola municipal nos Crioulos no Distrito de Dores de Sta Juliana, 1:000\$000 para Escola Municipal no fundão do Distrito de N. S. da Conceição, idem Escola Municipal no distrito de São Pedro de Alcântara. Esta lei contem no artigo nono a determinação da supressão da Escola Municipal do sexo feminino no Arraial de Nossa Senhora da Conceição. O artigo 13 autoriza a cessão gratuita do terreno assistente do Largo d'Abbadia para edificação do prédio do Grupo Escolar da cidade de Araxá.
1909	18/09	Presidente da Câmara Municipal Franklin Benjamim de Castro.	Lei n 206 Exercício 1910.	Dispõe 48:350\$000 com todas as despesas do município; e 1:000\$000 com Escola Municipal dos Crioulos no distrito de Dores de Santa Juliana 1:000\$000 com Escola Municipal do Fundão do distrito de Nossa Senhora da Conceição 1:500\$000 com Escola Municipal do Distrito de São Pedro de Alcântara, suprimi-se a Escola municipal no distrito desta cidade no local “córrego das pedras” por falta de alunos.

**QUADRO 1**  
**Mapeamento dos Orçamentos Municipais da Câmara Municipal de Araxá/ Minas Gerais, para os Exercícios Administrativos – Gastos com Educação**

(Conclusão)

ANO	D/M	AGENTE	TITULO	ASSUNTO
1910	18/09	Franklin de Castro	Lei n. 214 Contém o exercício municipal para exercício 1911.	Fica autorizado do Agente Executivo Municipal a despender no exercício de 1911 a quantia de 48:600\$000 com todas as despesas do município, sendo despendido com a educação. 1:000\$000 com escola Municipal da Antinha. 1:000\$000 com escola municipal dos Crioulos. 1:000\$000 com escola Municipal do Fundão. Suprime-se a Escola Municipal no arraial de São Pedro de Alcântara, por ter sido criada a Escola Estadual. Cria-se a escola Municipal no Distrito desta cidade na Antinha tendo o professor o ordenado de 1:000\$000 anuais.
1911	18/09	Idem	Lei n. 226 Contém o orçamento municipal para o exercício de 1912.	Fica autorizado o valor de 35:323\$000 com todas as despesas do município e o total de 4:000\$000 com a educação, sendo 1:000\$000 com Escola Municipal da Antinha, Escola Municipal em Perdizes 1:000\$000; 1:000\$000 para a escola do Distrito de Sta Juliana; 1:000\$000 com Escola Municipal do Fundão, no Distrito de Nossa Senhora da Conceição. Fica ainda autorizado a criação de uma escola municipal na Fazenda Perdizes distrito de N. S. da Conceição tendo o professor o ordenado de R\$ 1:000:000 por ano.
1911	18/09	Idem		Delibera sobre auxílio de 200\$000 ao “Grupo Escolar”, destinado à compra de roupas para os meninos pobres. O parágrafo 1º concede o benefício durante o exercício de 1911, já que este não fazia parte da dotação orçamentária prevista no ano anterior.

Fonte: Documentos pertencentes ao FCM – SAPP/FCCB. Araxá-MG (Armário 1, pasta 14).

Nota: Dados organizados pela autora.

A análise dos dados de 1904 (orçamento de 1905) e 1905 (orçamento de 1906) revela a preocupação em subsidiar escolas particulares, prática comum na República. Embora estas escolas se estabelecessem no setor urbano da cidade, não foi possível diagnosticar o seu tempo de vigência, uma vez que elas só aparecem uma vez na dotação orçamentária do município. Dessa forma, não há como revelar se estas escolas fechavam em pouco tempo ou continuavam sobrevivendo sem a subvenção municipal. Contudo, no quadro 1 é possível perceber a ausência de escolas públicas no setor urbano ou suburbano, até 1911, quando se inaugura o Grupo Escolar Delfim Moreira. Em relação à ausência de escolas situadas no setor urbano, vale perguntar: como empreender uma estrutura educacional escolar mais socialmente eficiente e democrática, conforme propunha a República, se havia falta de continuidade de investimentos na escolarização?

Predominantemente situadas nos distritos ou nas zonas rurais, as escolas públicas municipais receberam do poder público, em 1901, 14,4% do orçamento anual de 1902; em 1904, 8,5%, sendo despendido com subvenção a uma escola particular 4,7% do mesmo orçamento, ou seja, um total de 13,2% do orçamento anual do município de 1905; em 1905, 13,5% do orçamento com as escolas públicas e 3% para uma escola particular feminina do orçamento anual de 1906; em 1906, 11,6% do orçamento anual do município de 1907; 1908, 25,5% do orçamento anual de 1909; em 1909, 7,2% do orçamento anual de 1910; em 1910, 8,2% do orçamento anual para o ano de 1911 e, no ano de 1911, esta verba foi de 11,9% do orçamento anual do município para o ano de 1912.

Em relação a esta questão, podemos constatar poucas iniciativas. Apesar de o projeto republicano conferir à educação popular uma necessidade política e social, pode-se perceber um ou outro pedido de abertura de sala de instrução pública, principalmente em localidades rurais dos distritos pertencentes a Araxá. No perímetro urbano, não foi encontrado registro de escola pública até o ano de 1911. As petições, projetos de lei e leis municipais mencionam subvenções do poder público à iniciativa privada, na forma da cessão de prédios públicos para abrigar a instituição de ensino ou até mesmo subsídios estatais para efetivar o seu funcionamento. Com esta finalidade, a Câmara Municipal da Cidade de Araxá aprovou a Lei n. 117, de 8 de abril de 1906, cujo Art. 3º estabelece.

Fica igualmente autorizado a subsencionar, pela mesma verba, o Collegio de instrução primária e secundária fundado nesta cidade e dirigido pela

professora D. Maria de Magalhães, sendo essa quantia de 500\$000 reis pago por semestres vencidos.<sup>89</sup>

No Quadro 1 pode-se constatar, ainda, que, durante o ano de 1908, a Câmara Municipal despendeu 25,5% da verba pública constante do orçamento de 1909 para a educação, constituindo o maior investimento até então. Isto se deveu em virtude do auxílio de 5:000\$000 para a construção do prédio para o Grupo Escolar da cidade. Coincidentemente, neste ano a Câmara Municipal contraiu um empréstimo junto ao governo do Estado de Minas Gerais, de 81:000\$000. Juntamente com o auxílio para a construção do prédio escolar, houve também a doação do terreno onde se edificaria o prédio do Grupo Escolar. Até então, tudo leva a crer que o projeto educacional do novo regime se equacionaria por meio da municipalidade. Contudo, tais anseios somente se consolidaram em 1911.

Conforme Maria Marta Chagas Carvalho<sup>90</sup>, uma das bandeiras de luta dos republicanos era a democratização da educação, com desenvolvimento da oferta de oportunidades educacionais. Instalada a República, as reformas educacionais viriam propugnar essa expectativa.

De acordo com Faria Filho<sup>91</sup>, o inspetor técnico do Ensino Esteban Oliveira encantou-se pelo modelo de grupo escolar implantado em São Paulo, criado em 1902. Em razão disso, passa a defender fervorosamente a implantação dos grupos escolares, como nova forma de Sistema de Ensino no Estado de Minas Gerais. Com ele, corroboravam não só outros inspetores, mas também muitos políticos e autoridades republicanas. São os discursos em defesa dos grupos escolares como organização escolar, bem como as experiências vivenciadas em cidades como São Paulo, que fariam dos “Grupos Escolares a afirmação de uma nova forma escolar”.<sup>92</sup> O grupo escolar não representava somente os ideais de ordem e progresso da República, simbolizava também a reinvenção da escola, a afirmação de uma nova cultura escolar que se implantava por meio da organização dos tempos e dos espaços escolares, com vistas a corrigir a representação da escola pública como desorganizada e incompetente.

---

<sup>89</sup> MAGALHÃES, Justino. *Op. Cit.*, p. 100.

<sup>90</sup> CARVALHO, Maria Marta Chagas. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

<sup>91</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: Ed. UFPF, 2000.

<sup>92</sup> *Ibidem*, p. 27.



A esse respeito, é bastante representativa a posição da professora Maria de Magalhães a propósito da criação do Grupo Escolar,

[...] a comissão promotora da subscrição popular para a construção do prédio do Grupo Escolar desta cidade, da qual fazem parte as Exmas. Sras. D. Maria Rita de Aguiar, D. Corina Araújo, D. Corina Montandon Lopes, D. Rosa Magalhães e a abaixo assignada, vem solicitar dessa Illustre e Patriótica Corporação o auxilio de cinco contos de reis para construir o prédio. Paira actualmente no espírito do povo mineiro elevar o nível da educação e instrução popular para evitar a repetição dos crimes, estimular o dever cívico e o amor ao trabalho.<sup>93</sup>

Dessa forma, fica nítido que o esforço de criação de um grupo escolar na cidade trazia embutidas razões ideológicas de que à escola cabia o papel de regenerar os cidadãos. A transposição de salas isoladas para grupos escolares dava um lugar de destaque à educação. As novas práticas culturais arregimentadas pelo projeto republicano materializariam-se na linguagem arquitetônica do prédio do Grupo Escolar. Era afirmação de um espaço específico para a educação, pois, conforme Faria Filho:

[...] um lugar é sempre definido, ou constituído, em referência a outro lugar, estabelecendo-se sempre uma relação de lugares identificados singularmente. Nesse sentido, podemos dizer que o lugar da educação escolar no centro da cidade \_ lugar dos palácios \_ não é o mesmo que nos subúrbios \_ lugar dos pardieiros. Assim, os *typos* para construção dos grupos escolares ressaltavam a singularidade do local onde deveriam ser construídos, estabelecendo a preferência pelas regiões centrais, bem ventiladas, higiênicas, de fácil acesso.<sup>94</sup>

O projeto de modernização imposto pelo novo regime adota medidas que visaram trazer o desenvolvimento à cidade, na remodelação de ruas e praças, e, principalmente, uma grande preocupação com a higiene e a saúde pública do ambiente urbano. Se antes da República o poder eclesiástico dividia com o Estado o lugar de destaque na configuração da cidade, sendo comum, na formação das cidades no Brasil, a praça principal dividir-se entre esses poderes, após a proclamação do novo regime, a separação entre Estado e Igreja levou à redefinição do traçado urbano das cidades.

Araxá seguiu essa formação urbanística. A primeira praça era a da Matriz, a segunda era a da primeira escola pública. Essa característica do traçado urbano das cidades possui uma representação. Conforme a posição de Faria Filho, supracitado, um lugar é construído em referência a outro lugar. Nesse sentido, ao acampar o Estado e a Igreja, a

<sup>93</sup> MAGALHÃES, Maria. **Inventário elaborado pela diretora do Grupo Escolar Delfim Moreira**. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 1921.

<sup>94</sup> Cf. FARIA FILHO, *Op. Cit.*, p.39.

praça principal evidenciava, conjuntamente, a relação de poder que ambos exerciam sobre a sociedade. Em um segundo nível de importância encontrava-se a escola. Portanto, pode-se afirmar que estes três instrumentos de poder estabeleciam, cada um a seu modo, uma relação de identificação com a cidade.

O esforço em construir uma identidade educativa fazer-se-á sustentado na instituição de um lugar específico para a educação, expressado no prédio do grupo escolar. Na concepção da Professora Maria de Magalhães, o lugar específico do grupo era o de livrar a sociedade da barbárie, promovendo o dever cívico, o amor ao trabalho e a elevação do nível da educação. Aqui se denota a idéia de representação de lugar, não apenas como um espaço físico, mas espaço ideológico da configuração de sociedade liberal/capitalista, pois conforme o argumento da professora, “[...] a causa, pela qual pugna ardentemente a Comissão, mereceu o apoio e animação da sociedade Araxaense, que auxilia-a valiosamente, no intuito de dotar o município com esse grande melhoramento”.<sup>95</sup>

A posição da professora não deixa dúvida, o grupo escolar tornou-se um espaço de distinção dentro da cidade. A ele cabe o “melhor prédio”, com instalações modernas, arquitetura que encerre a modernidade e a forma higiênica exigidas pela República, portanto, prédios elegantes, amplos e arejados. É isso que o depoimento do Sr. Raul Almeida deixa transparecer. É possível ver refletida, na percepção infantil, a representação da construção do projeto urbano idealizado pela elite republicana. “As salas de aula eram boas. O Grupo era alto, sala arejada. Construção muito boa.”<sup>96</sup>

Ainda em relação ao prédio construído para abrigar o grupo escolar, a Professora Maria de Magalhães, na qualidade de diretora do Grupo, realiza, em 28 de abril de 1921 a pedido do coletor de impostos Sr. Clodomir Loyola Cardoso, o seguinte inventário sobre a escola:

[...] as oitos classes desde a installação do Grupo e a que foi creada depois, têm sido regidas por professoras. O prédio consta de 10 espaçosas salas e uma menor, 3 corredores, um grande alpendre, 2 grandes pátios para recreio com os respectivos jardins.<sup>97</sup>

<sup>95</sup> MAGALHÃES, Maria. **Inventário elaborado pela diretora do Grupo Escolar Delfim Moreira**. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 1921.

<sup>96</sup> Entrevista com o Sr. Raul Almeida, realizada em 04 de dezembro de 2004. Raul Almeida (1919-) natural de Araxá, Minas Gerais, foi Boiadeiro. Estudou no Grupo Escolar Delfim Moreira de 1928 a 1931.

<sup>97</sup> Cf. MAGALHÃES, Maria de. *Op. Cit.*

É possível, dessa forma, demonstrar que os grupos escolares, além de ocupar os melhores prédios, ocupavam um lugar central na cidade, para que se pudesse dar visibilidade ao projeto educacional republicano:

[...] além da importância atribuída aos grupos escolares na composição do desenho urbanístico da cidade, um esforço por demonstrar a centralidade que o lugar da educação escolar deveria representar no interior da cidade, como projeção política da ordem social que se queria impor ao conjunto da população, particularmente aos mais pobres<sup>98</sup>.

Desde o início, a preocupação da República residia na exigência de renegociação da reorganização pública. Um pouco antes, extinguia-se legalmente o escravismo colonial, principal obstáculo à expansão das forças produtivas modernas, representadas pelo capitalismo, sem, no entanto, configurar a imediata afirmação dessa formação socioeconômica emergente. Quando da proclamação da República, durante o processo de formação do capitalismo, a indústria brasileira era incipiente, cabendo-lhe somente uma fração do produto nacional, enquanto a agricultura, quase vinte anos depois, perfazia quatro quintos da economia do país. Assim, na constituição de um Estado Republicano em processo capitalista no Brasil, o desenvolvimento capitalista firmou-se em uma economia concentrada no latifúndio e na pecuária voltados para a exportação.

A sociedade brasileira vinha se desenvolvendo em base urbana e comercial, desde a segunda metade do século XIX; portanto, o analfabetismo passa a constituir um problema. Campanhas que proclamavam a necessidade da difusão da escola primária foram lideradas por políticos que buscavam não só uma escola de base nacionalista, mas que objetivasse o combate ao analfabetismo e introduzisse o sentimento patriótico, através do ensino cívico.

O desejo expresso no processo de generalização da escolarização pública fundou suas bases no início do século XIX, porém, veio a se consolidar somente com o advento da República. Esta constituiu uma ruptura que implicou transformações nos campos político, econômico, social e cultural. Houve uma reorganização do poder, que o fez assumir conotações novas e específicas, cujo centro era um sistema organizativo que tinha como eixo a busca pelo desenvolvimento e culminou no movimento de modernização brasileiro.

Nesse contexto, os grupos escolares representaram o desejo expresso de generalização da escolarização pública. As crenças no entusiasmo e, em seguida, no

---

<sup>98</sup> FARIA FILHO. Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Ed. UFPF, 2000. p. 42.

otimismo pedagógico, lançaram as bases para o movimento de reinvenção da escola na forma de grupos escolares. Segundo Jorge Nagle<sup>99</sup>, as concepções do entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico são a difusão da idéia segundo a qual a educação é responsável pela formação do homem brasileiro, transformando-o em um ser produtivo necessário à vida econômica do país, permitindo que o mesmo eleve seus padrões de vida. Visava, ainda, ampliar, quantitativa e qualitativamente, a escola primária no Brasil.

O grupo escolar foi, por conseguinte, um movimento de ruptura com tudo aquilo que era considerado arcaico, nesse caso, as salas isoladas, cujo espaço concorria para atendimento de fins domésticos ou religiosos, herança do regime imperial. A construção dos grupos escolares esteve intimamente ligada a uma mudança de mentalidade sobre o papel do conhecimento escolarizado que, por sua vez, pudesse otimizar uma mudança de atitudes, costumes, linguagem notadamente das crianças pobres.

Por outro lado, coube aos grupos escolares, na condição de espaço educativo, promover a socialização de conhecimentos necessários ao convívio social no mundo urbano, a inserção do indivíduo nas relações capitalistas exigidas pela nova forma de governo. Conforme Faria Filho<sup>100</sup>, a vida na/da cidade exigiria o domínio de instrumentos como a leitura, a escrita e o operar matematicamente, como um dos conhecimentos mais importantes.

A capital mineira seria a primeira cidade de Minas Gerais a receber o novo modelo de instituição escolar, em substituição às salas isoladas. A cidade de Belo Horizonte foi idealizada encerrando a ordem e o progresso do projeto republicano. Nessa ordem, a educação escolar primária, vista e defendida pelos republicanos como instrumento para a produção de cidadãos e trabalhadores “necessários ao progresso da República e ao mercado 'livre' que se implantava”<sup>101</sup>, representada simbolicamente na forma de Grupos Escolares, ecoou em território araxaense em 28 de setembro de 1911.

A seguir é possível visualizar o registro fotográfico da inauguração do Grupo Escolar Delfim Moreira.

---

<sup>99</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro: Ed. EPU, 1976.

<sup>100</sup> Cf. FARIA FILHO, *Op. Cit.*

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 2.



FIGURA 3 – Grupo Escolar Delfim Moreira, (data provável) em 28 de setembro de 1911, na Praça D’Abadia, Araxá - MG. Fotografia. Acervo da Escola Estadual Delfim Moreira. Autor: não consta.

A inauguração do primeiro grupo escolar concretizou um sonho acalentado pela cidade desde 1908, quando do envio de ofício n. 33 de 18 de março à Secretaria do Interior de Minas Gerais pelo agente municipal, Dr. Franklin de Castro, responsável pela administração do município. Segundo este ofício, Dr. Franklin de Castro insistia na tomada de providências acerca dos problemas enfrentados pelo município para custear as escolas municipais, alegando que já havia alertado a respectiva secretaria a respeito do problema, em 12 de janeiro e 18 de fevereiro do corrente ano. Diante da não manutenção das escolas municipais em virtude da “deficiência de recursos e escassez de verbas”, o referido ofício falava da necessidade do “auxílio do Governo Estadual”<sup>102</sup>, a fim de que não fossem suprimidas as escolas em funcionamento.

A luta pela implantação da escola pública na cidade de Araxá buscou atender as exigências apontadas no documento legal apresentado pelo governo mineiro por meio do engenheiro José Dantas. No que se refere a estas especificações, a cidade não apresentava nenhum prédio que se adequasse e, na ânsia de proporcionar à população araxaense um lugar específico para a educação, uma vez que as escolas municipais mostravam-se

<sup>102</sup> ARAXÁ. Ofício n. 33 de 1908. (Arquivo Público Mineiro)

precárias, o agente executivo, Dr. Franklin de Castro, solicita ao governo do Estado que proceda às obras para o melhoramento do prédio cedido provisoriamente pelo Coronel. Adolfo Ferreira de Aguiar, como deixa perceber o documento abaixo transcrito:

[...] a oferta que para o grupo escolar fez o Cel. Adolpho Ferreira de Aguiar de um prédio por transferência precária, mas em boas condições necessitando-se somente ser adaptado para tal fim. A Camara pede [...] ao Engenheiro do estado para fazer o orçamento encarregando a Camara das obras.<sup>103</sup>

O apelo feito ao governo mineiro através do ofício n. 33 de 1908 não era o primeiro a ressaltar a preocupação pública com a instalação de uma escola primária. A discussão é apresentada nos documentos enviados à Secretaria do Interior do Estado desde 23 de janeiro de 1908, quando o agente executivo se viu impossibilitado de prover as escolas existentes.

O presidente da Câmara de Araxá pede a V. Ex<sup>a</sup> para ser determinada a ida do engenheiro àquella cidade, afim de verificar as condições do prédio que destina ao grupo escolar d'alli e ordenar as modificações a se fazerem. Pede mais para que sejam mantidos pelo estado as cadeiras municipais que em 1908, não pederão ser custeadas pela Municipalidade, prejudicando esse facto, contra sua vontade, a diffusão do ensino.<sup>104</sup>

Os pedidos não cessaram e a discussão recomeçou no ano seguinte, 1909, sobre a edificação do grupo escolar. Sobre esta questão ressalta-se a curiosa inscrição nos papéis timbrados da escola, que acusavam um “Segundo Grupo Escolar Delfim Moreira”, numa clara alegação de que já teria existido um grupo escolar. Ao longo da pesquisa empreendida, percebeu-se um hiato em relação a esta definição, que veio a ser preenchido por meio dos ofícios e correspondências encontrados no Arquivo Mineiro. A interpretação desses documentos permitiu aferir que o prédio emprestado pelo Coronel. Adolpho Ferreira de Aguiar foi devidamente modificado em conformidade com as especificações exigidas e deu-se início à instalação do grupo escolar ou, ainda, do agrupamento de escolas primárias. Em 30 de agosto de 1909, o Secretário do Interior, Magalhães Pinto, autoriza a construção do novo grupo escolar, que recebeu o nome de “Segundo Grupo Escolar Delfim Moreira”, em cumprimento à promessa do Presidente do Estado, Wenceslau Brás Pereira Gomes.

De acordo com o presidente da Câmara de Araxá, o Estado prometeu auxiliar com a metade dos custos da obra para edificação do grupo escolar, a que o secretário do interior

---

<sup>103</sup> *Ibidem.*

<sup>104</sup> *Ibidem.*

autoriza a realização em regime de urgência. Ao enviar o orçamento para a construção do grupo escolar de acordo com a planta do Estado, o presidente da Câmara expressava o desejo de que o edifício escolar recebesse o nome de “Dr. Wenceslau Brás”, o que se mostrou impróprio, já que o grupo foi inaugurado em 1911, quando o então presidente do estado de Minas Gerais era o Sr. Julio Bueno Brandão e o Secretário do Interior Delfim Moreira da Costa Ribeiro.

A construção do grupo escolar definiria um espaço específico para a educação e, para tanto, deveria atender algumas especificidades. As especificações sugeridas pelo governo mineiro visavam construir um prédio dentro dos padrões higiênicos que considerassem detalhes como “localização em relação ao sol, à água potável, aos ventos e a outros elementos do meio físico”.<sup>105</sup> Quanto ao espaço interno, o documento oficial definia a construção do grupo escolar de acordo com algumas regras, conforme afirma Faria Filho.

Os prédios construídos para o funcionamento de grupos escolares dispõem das seguintes acomodações: saletas de entrada, onde são colocados vestiários para guardar chapéus e capas das crianças; alpendres largos para facilitar as entradas independentes nas diversas salas; salas de aulas bastante espaçosas, iluminadas e bem ventiladas, sendo em número e dimensões calculadas em razão de 40 crianças em cada sala e com ambiente de 5 metros cúbicos para cada menino; um salão vasto para museu, gabinetes para diretoria e professores; dependências para instalação de reservados e, finalmente, galpões para exercícios físicos e trabalhos manuais.<sup>106</sup>

O projeto executado para o Grupo Escolar Delfim Moreira, na cidade de Araxá, atendeu às recomendações apontadas pelo documento oficial, não sem antes passar por diversas discussões acerca da economia com que a obra deveria ser executada.

Levo ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> que contratei com o arquiteto Sr. João Ferreira a construção do nosso grupo escolar de oito classes comprometendo-se o mesmo João Ferreira, a executar a planta aprovada pelo Governo, entregando-me as chaves do estabelecimento pela quantia de Reis 35:000\$000. Confiado em vosso patriotismo, espero de V. Ex<sup>a</sup>, conforme vossa promessa, o valioso auxílio de Reis

---

<sup>105</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 6, jan./jun. 1998.

<sup>106</sup> MINAS GERAIS, **Typos para a construção de prédios escolares**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1910. p. 13 *apud* FARIA FILHO, Luciano Mendes. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 6, jan./jun. 1998.

17:500\$000, desesete contos e quinhentos mil reis, para a construção do nosso grupo escolar, que receberá o nome de Dr. Wenceslau Brás<sup>107</sup>.

Em resposta a este ofício, o secretário do interior, Magalhães Pinto, em 4 de setembro de 1909, escreveu ao chefe do executivo na cidade de Araxá.

Tenho presente o vosso officio de 12 do mez hontem findo, em que me comunicaes haver contractado a construção de um prédio destinado ao agrupamento das escolas primárias da cidade, pelo preço de 35:000\$000, e pedis o auxílio da quantia correspondente à metade dessa despesa. Cumpre-me ponderar-vos que existe nesta Secretaria um outro typo de prédio para grupo de oito classes, cuja planta vos remetto com este, approved pelo Governo, que poderá ser preferido por ser mais econômico. O orçamento para a construção desse prédio, feito pelo engenheiro tecnico addido a esta secretaria, calcula as respectivas despesas em 31:000\$000 aproximadamente. Consulto-vos, pois, por que preço pode ser contractada ahi a execução das obras conforme a planta junto.<sup>108</sup>

A interpretação dos documentos permitiu asseverar que as discussões e as pendências sobre a construção da escola foram levadas a cabo e acertadas, pois o grupo foi entregue ao governo do Estado de Minas Gerais e à cidade de Araxá em maio de 1911, contudo, com um agravante. Os cofres públicos deveriam dispor de mais 5:454:600 para que a obra fosse quitada sem prejuízo para o construtor. Entretanto, mesmo sob tais argumentos, o governo do estado de Minas Gerais se recusou a indenizar o construtor.

A comparação entre o valor inicial da obra e o valor final permite asseverar que a crise acentuada por que passava o estado de Minas Gerais inflacionava o custo de diversos serviços, dentre esses a construção civil. Esta pendência talvez explique a demora na inauguração do prédio do grupo escolar, uma vez que o ofício enviado à secretaria do interior – sobre o valor final da obra – data de 16 de maio de 1911, e confirma a finalização da obra.

O Grupo Escolar erguia-se em toda sua majestade. O “templo do saber” materializava o direito à educação preconizado pela República. O lugar específico da educação, separado da rua e da casa das crianças, projetava-se na principal praça da cidade, ao lado da Igreja Matriz e próxima à estação ferroviária.

É assim, diante da eminente necessidade da criação de uma escola pública que atendesse ao excessivo número de crianças em idade escolar existente na cidade, que a

---

<sup>107</sup> ARAXÁ. Ofício n. 78 de 1909. (Arquivo Público Mineiro).

<sup>108</sup> BELO HORIZONTE. Ofício n. 404 de 1909. (Arquivo Público Mineiro).



diretora do grupo local, de cunho particular, reuniu senhoras araxaenses em uma comissão, com fins de implementar a criação de uma escola pública para o ensino primário.

Essa comissão tirada dentre famílias prestigiosas empregou grandes trabalhos e esforços angariando donativos na importância de 12:000\$000. Benévola, louvável e digna de reconhecimento da patriótica comissão foi a atitude do povo de Araxá. Coube ainda à actual diretora do Grupo, com feliz êxito requerer à Câmara Municipal o terreno onde foi construído o prédio escolar e o destinado ao horto. Empenhou-se também com o Cel. Adolpho Ferreira de Aguiar e Dr. Franklin de Castro para assignarem a carta que lhes apresentou dirigida ao Sr. Dr. Wenceslau Braz, presidente do Estado naquela época, solicitando o auxilio de 10:000\$000 o que foi promptamente acudido. Assim, pois, obteve as quantias:

Angariado pela Comissão	12:000\$000
Auxilio da Câmara Municipal	5:000\$000
Idem da Presidência do Estado	10:000\$000

Passou a totalidade da quantia acima às mãos do Sr. Dr. Franklin de Castro, então presidente da câmara Municipal, a cargo de quem ficou providenciar sobre a edificação do predio. Para concluir a construção de accordo com a planta do Governo, obteve ainda o Dr Franklin de Castro do referido Governo a quantia de 10:000\$000. o custo, pois, do prédio elevou-se a 37:000\$000<sup>109</sup>.

O exemplo acima não deixa dúvidas quanto ao projeto elitista da escola republicana. A esse novo espaço educativo cabia educar segundo as representações e as práticas de uma determinada parte da sociedade. O projeto de criação de um grupo escolar deveu-se ao expressivo número de crianças cujos pais não poderiam pagar pela instrução primária em uma escola particular; por isso, a imperiosa necessidade da criação de uma escola pública. No entanto, essa representação traz significados que impelem a busca de aprofundamento e compreensão da história local centrada nas relações que se estabeleceram entre educação, política, identidade profissional e cultura escolar. A quem realmente esteve a serviço essa comissão “tirada dentre famílias prestigiosas”? A atitude do povo de Araxá foi “benévola, louvável e digna de reconhecimento”? Qual a representação de “povo” inserida nessa opinião? Seria o “povo” anteriormente citado pela mesma diretora ao se referir à necessidade de criação do grupo escolar para trazer a ordem e elevar o nível da educação popular?

Qual o empenho do Coronel. Adolpho Ferreira de Aguiar e do Dr. Franklin de Castro ao endossar a carta dirigida ao Presidente do Estado? Qual a contrapartida do governo de Minas Gerais nesse projeto? Os políticos citados são a representação do Partido

<sup>109</sup> MAGALHÃES, Maria de. Inventário elaborado pela diretora do Grupo Escolar Delfim Moreira, Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira. 1921.

Republicano, na cidade e no Estado; nesse caso seria preciso que cumprissem o projeto educativo da República, não? Qual a participação real do povo araxaense nesse processo?

São perguntas que provavelmente este estudo não seria capaz de responder. Acerca desta questão, reconhecem-se os limites da interpretação do processo histórico.

Ao historiar a gênese da criação da primeira escola pública situada no espaço urbano de Araxá e, por excelência, criada nos moldes do projeto de grupo escolar, busca-se relevar os caminhos do Grupo Escolar Delfim Moreira na história da cidade, bem como a sua representação social e suas práticas. Caminhos percorridos por atores vários, excluídos ou não desse caminhar. Profissionais, alunos, comunidade, inspetores, autoridades, a quem coube não só produzir, mas também reproduzir a sociedade, suas relações e suas práticas culturais.

Os documentos, nesse sentido, circunscrevem essa história e permitem inserções na sua reconstrução. São a representação de um tempo e de um percurso. A realidade, sendo construída na intenção de interpretar a representação outrora dada por estes atores. A representação e a prática social de um povo que se forjou na “elaboração e reelaboração das próprias representações”.<sup>110</sup>

---

<sup>110</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 43, jan./jun. 1998.





## **CAPÍTULO II**

### **A CONSOLIDAÇÃO DE UMA NOVA EXPRESSÃO EDUCACIONAL**

Este capítulo aborda as influências que advieram da definição de uma política mais sistemática de investimentos e das diretrizes para a educação primária no Estado de Minas Gerais. Por meio de análise sobre a reforma do Ensino de 1906, evidenciou-se a progressiva legitimação dos Grupos Escolares como expressão do regime republicano.

Paralelamente, buscou-se os elementos constitutivos da formação sócio-política brasileira durante a primeira República, com a finalidade de compreensão deste período histórico, e as influências que permearam o projeto republicano de educação pública. A análise documental também foi efetuada no sentido de revelar o delineamento da participação do município na implantação do projeto republicano de modernização por meio da construção do grupo escolar.

Ao finalizar o capítulo, pretendeu-se estabelecer as relações entre a Reforma do Ensino de 1906 e o movimento renovador implantado pela Reforma Francisco Campos de 1927, implementado na forma de Escola Ativa.

Dessa forma buscou-se explicitar o caráter legal imposto pelas reformas e as implicações sócio-políticas na construção da escola pública mineira, assim como desvelar o entrecruzar desses conceitos com os fundamentos norteadores dessas diretrizes no interior da instituição em análise por meio dos autores: Mourão (1962); Faoro (1987); Fausto (2001); Faria Filho (2000); Nagle (1976); Souza (1998); Peixoto (1979); Pinheiro (2002); Costa (1979); Faria Filho; Vago (2000); Borges (1998); na tentativa de apresentar

uma análise acerca da consolidação da nova expressão educacional no espaço da escola primária como uma prática cotidiana.

A república trouxe em seu bojo a consolidação de uma nova ordem. Trouxe também um novo modelo de organização escolar e uma nova concepção educativa representada na construção de espaços de escolarização na forma de grupos escolares. A adoção do grupo escolar como formação organizativa de ensino se impunha como representação de “novos monumentos que materializassem e dessem visibilidade aos novos signos políticos, culturais e aos novos tempos que se pretendia instaurar”.<sup>1</sup>

Assim, a relação da educação escolar com a cidade implicou a construção de prédios que dessem visibilidade, mas também estruturassem um espaço específico, distanciado de outras finalidades que não a escolar. Nesse sentido, os grupos escolares:

[...] deviam significar, ao mesmo tempo que um distanciamento desse mundo doméstico e religioso, a criação de uma nova cultura escolar, que evidenciasse, simbolicamente e materialmente, a vinculação da escola com o mundo secular, público e urbano.<sup>2</sup>

O discurso modernizador brasileiro impunha a necessidade de uma nova ordem organizativa da educação no Brasil. Os ideais republicanos inspirados no iluminismo europeu e reforçados pelo positivismo viam na educação e no desenvolvimento científico a proposta de um plano nacional de educação que começava a se delinear. Outrora, durante o pequeno surto de industrialização do segundo reinado, a escolarização já era uma imposição social e, sobretudo, econômica, visto que o Brasil precisava deixar de estar à margem da economia mundial. Assim, fez-se a República, com vistas ao progresso e à necessidade de escolarização pública, gratuita, leiga e obrigatória para todas as camadas sociais. O processo foi desgastante e a disputa acirrada entre liberais e conservadores. O período compreendido pela primeira república foi fértil em reformas educacionais, mas em síntese pouco alterou o sistema discriminatório e excludente já existente.

A luta pela universalização do acesso ao ensino primário pelas crianças mineiras ocupou um lugar central na política de Minas Gerais nos anos iniciais do século XX.

Em 7 de setembro de 1906, João Pinheiro da Silva assumiu a Presidência do estado de Minas Gerais, cujo governo estabeleceria uma ruptura na educação com a reforma do ensino idealizada e empreendida durante seu governo. Esta reforma visava

---

<sup>1</sup> FARIA FILHO. Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Ed. UFPF, 2000. p. 61.

<sup>2</sup> *Idem.* p. 65

nivelar o Estado de Minas Gerais aos países mais civilizados do mundo por meio da instituição dos grupos escolares.<sup>3</sup> A reforma se constituiria numa grande modificação na estrutura e na organização do ensino público do estado mais populoso da federação brasileira. Por outro lado garantiria uma diminuição dos gastos públicos do Estado, que, naquele momento, passava por uma grave crise econômica.

No intuito de legitimar a implantação dos grupos escolares, inicia-se uma política de desmoralização do ensino ministrado por meio de salas isoladas como forma arcaica e ultrapassada de transmissão de conhecimento. De acordo com Mourão, introduzir no Estado o novo sistema de grupos escolares, adotados nos países civilizados, foi o maior mérito do governo de João Pinheiro porque.

Até então, os professôres, em um exaustivo trabalho, ensinavam em aulas heterogêneas, onde se reuniam crianças das quatro classes, com óbvios inconvenientes para a aprendizagem e para êsses próprios mestres que teriam que redobrar esforços para manterem atividade todos os alunos, sem poderem dispensar, ao mesmo tempo, a sua atenção para com tôdas essas divisões. Ainda que empregassem auxiliares ou utilizassem os próprios alunos mais adiantados para dirigirem os das primeiras classes, tal como se fazia no tempo do Império e mesmo na República, a eficiência da aula muito deixava a desejar.<sup>4</sup>

Portanto, todo debate acerca da educação substanciava-se na formulação de uma legislação que regulamentasse, organizasse e normatizasse a educação mineira. Estas ações visavam a definir políticas de atuação para mudanças no modelo escolar até então em funcionamento.

## **1- A Reforma do Ensino de 1906: um novo modelo de organização escolar em Minas Gerais**

A necessidade de investir na escola apareceu em decorrência da crise republicana que repercutiria em Minas Gerais no início do século XX. Delfim Moreira, Secretário do Interior, de 1903 a 1906, pouco antes de deixar o cargo atenta para a iminente necessidade e para a vantagem de uma reforma do ensino primário como estratégia contra a instabilidade econômica e a política republicana de ordem e progresso. Os políticos

---

<sup>3</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930). Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 93.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 93.

republicanos percebem, então, a importância de se repensar o regime instalado em 15 de novembro de 1889 e, dentre estes, João Pinheiro passou a defender a escola como estratégia civilizatória de construção de uma República e de prosperidade econômica. A respeito da preocupação republicana de consolidação do novo regime, Faria Filho; Vago asseveram que.

Apenas 21 dias após assumir a Presidência do Estado, em 7 de setembro de 1906, tendo como Secretário do Interior Manoel Thomaz Carvalho Brito, João Pinheiro decreta uma ampla reforma do Ensino Primário, com a qual dá andamento a algumas das indicações de Delfim Moreira, dentre elas, um maior controle dos professores pelos inspetores escolares; a introdução de disciplinas ligadas à agricultura; as modificações na formação dos professores; e aquela que seria a grande novidade – a construção de espaços próprios para a educação escolar, capazes de reunir e abrigar em um só prédio as escolas que estavam isoladas, provocando, então o aparecimento das Escolas Agrupadas e dos “Grupos Escolares”<sup>5</sup>.

Entretanto, Vera Lúcia Abrão Borges contradiz a bibliografia corrente ao afirmar que a idéia de implantação dos grupos escolares do Estado de Minas era anterior à Reforma João Pinheiro de 1906. De acordo com a autora, o debate em torno da criação dos grupos escolares se situa no período de 1892 a 1898, tendo sido elaborado, inclusive, o projeto n. 409 de 1898, onde se prescreve a necessidade de dar uma nova organização ao ensino primário, sob os moldes do grupo escolar. Essa medida não foi efetivada por falta de verbas. Acerca disso, a autora afirma.

Embora tal lei não tenha sido efetivada, merece destacar que o reconhecimento da superioridade dos grupos escolares sobre as escolas ou classes isoladas já era uma realidade no espaço do Congresso Mineiro, no período pesquisado. Um dos motivos pelos quais a criação dos mesmos não fora efetivada foi a crise econômica do estado. Outras inferências também puderam ser extraídas. Havia uma deficiência de professores no Estado, tanto é que se cogitava de dar aos concluintes do curso no grupo escolar habilitação para lecionarem em escolas rurais. Ocorria, ainda, nas salas de educação primária um exagerado número de alunos, contrariando a orientação pedagógica para um ensino de qualidade. As salas continuavam a comportar vários alunos com dificuldades distintas e sob a orientação de um só professor.<sup>6</sup>

E continua no parágrafo seguinte.

---

<sup>5</sup> FARIA FILHO; Luciano Mendes de; VAGO Tarcísio Mauro. A Reforma João Pinheiro e modernidade pedagógica. In: MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais 2000. p. 37.

<sup>6</sup> BORGES, Vera Lúcia Abrão. **A instrução pública primária na fala da elite mineira, 1882 a 1898**. 1998. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC - São Paulo, 1998. p. 214.



Uma outra sinalização na fala acima é de que o interesse maior era de se implantar o grupo escolar primeiramente na recém criada Capital. Além do mais, a insuficiência de verbas foi a desculpa para se manter a mesma prática no Estado, qual seja, a criação de cadeiras de instrução primária pelas suas diferentes regiões, conforme evidenciam os vários projetos que continuaram sendo apresentados à Câmara.<sup>7</sup>

Dessa forma, apesar de a literatura corrente consagrar a João Pinheiro o mérito de criador dos grupos escolares, não se pode afirmá-lo convictamente, uma vez que a República visava a ruptura com aquilo que se considerava arcaico e que inviabilizasse o progresso e a modernidade. É natural que o debate acerca da implantação dos grupos escolares como representação da modernidade tenha ocorrido bem antes, como consequência da implantação da República como regime político.

Outro argumento que sustenta a tese de Borges é o fato de que a Reforma efetuada em Minas Gerais fora inspirada na Reforma de São Paulo, que data de 1892. Portanto, confirma-se a idéia da referida autora de que foi no “governo mineiro do positivista João Pinheiro”<sup>8</sup> que se implantaram os grupos escolares, contudo a inspiração para a ação do governo mineiro foram os debates ocorridos durante o ano de 1898, na Câmara dos Deputados de Minas Gerais.

A Reforma do Ensino consubstanciada por meio da Lei n. 439 de 28 de setembro de 1906 foi regulamentada pelo Decreto n. 1.960 - de 16 de dezembro de 1906 e dispôs sobre a organização e o funcionamento do ensino nas escolas de Minas Gerais. O Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado contemplado pelo referido decreto estabelece nos artigos 1º ao 11 os princípios do Ensino em Geral na forma do

CAPÍTULO I.

Art. 1º O ensino deverá ter sempre em vista promover a educação intellectual, moral e physica, e será primário, normal e profissional.

Art. 2º O ensino deverá seguir com rigor o methodo intuitivo e pratico e terá por base o systema simultâneo.

Art. 3º A educação moral não terá em caso algum o character de um curso theorico e philosophico, mas será communicada em forma experimental e simples, devendo ser naturalmente respirada na atmosfera da escola.

Art. 4º A educação physica será realizada não só por meio da gymnastica e exercícius espontâneos, como principalmente por meio de trabalhos manuaes.

Art. 5º O ensino primário divide-se em particular e publico, devendo este ser ministrado officialmente pelo Estado e pelas municipalidades e aquelle por professores particulares e associações.

---

<sup>7</sup> *Idem*, p. 214.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 211.

Art. 6º O governo empregará todos os esforços para que, dentro da esfera de suas atribuições, o ensino publico se aperfeiçoe e se difunda pelo Estado do modo mais eficaz e completo.

Art. 7º Os compêndios adoptados officialmente ou por directa iniciativa dos professores deverão de preferênciã aproveitar a estes como órgãos destinados a realizar a transmissã pessoal do ensino.

Art. 8º O ensino primário estadual será ministrado gratuitamente em escolas isoladas e grupos escolares.

Art. 9º O ensino primário pode ser livremente ministrado no Estado por particulares e associações, ficando estes apenas sujeitos à fiscalizaçã do governo no que diz respeito à hygiene, moralidade e estatística.

Art. 10º O governo fará desde logo funcionar na Capital uma escola normal destinada exclusivamente ao sexo feminino, podendo mais tarde instituir outras com o mesmo typo, para o mesmo sexo ou não, onde for mais conveniente.

Art. 11 O ensino profissional é o que é dado como complemento do ensino primário e tem o intuito de preparar os alumnos para o melhor desempenho dos officios práticos apropriados a qualquer dos sexos.<sup>9</sup>

Portanto, princípios tais como a educação intelectual, moral e física, o método intuitivo e prático, a dualidade da educação – particular e pública –, a publicidade, a gratuidade, a liberdade de ensino, permeariam a definição do sistema educacional mineiro a partir daquela data, cuja finalidade era a implementação da modernidade implantada pela República.

O capítulo I ditou as bases do ensino no estado de Minas Gerais nos seus aspectos pedagógico, metodológico e curricular, bem como definiu as políticas que o implementaram. O Art. 1º apresenta claramente a ideologia que permeou a Primeira República: a Educação como regeneradora do cidadão e como possibilidade de acesso ao mundo capitalista e liberal que ora se instalava no Brasil. A educação, vista como meio de promoção intelectual, moral e física, buscava, acima de tudo, promover a modernização brasileira. Destinava-se, portanto, à transmissão dos conhecimentos elegidos pela camada dominante com vistas ao progresso do país. Tratava-se de uma educação moral encetada no apelo ao nacionalismo e de uma educação rígida quanto à disciplina corpórea.

A educação intelectual permitiria difundir ideologicamente as concepções de ordem e progresso defendidas pela República. Por sua vez, a educação moral reforçaria o nacionalismo, uma vez que promoveria o respeito e a submissão às camadas dominantes em detrimento das necessidades civis das camadas dominadas. E, ainda, a educação física

---

<sup>9</sup> MINAS GERAIS. Decreto n. 1960 de 16 de dezembro de 1906. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 16 de dezembro de 1906.

permitira o disciplinamento do corpo, que por sua vez promoveria o disciplinamento da alma.

Outra preocupação encerrada pelo Capítulo I, no seu Art. 11, constituiu-se na preparação para exercício de alguma profissão. A educação profissional por meio da escola normal e/ou ensino profissional como complemento ao ensino primário seria mais uma estratégia no intuito de preparar os cidadãos mineiros no desempenho de ofícios práticos. Essa estratégia compreendia a consolidação de um plano de educação que permitisse que o Estado superasse os índices de analfabetismo, adentrasse a modernidade e arregimentasse o progresso.

No que se refere às estratégias de consolidação dos ideais republicanos, o mérito da Reforma do Ensino João Pinheiro foi, justamente, o rompimento com a manutenção das salas isoladas como sistema educacional vigente no estado de Minas Gerais. Dessa forma, ao introduzir no Estado o novo sistema de grupos escolares, corroborava com o espírito progressista de outros países civilizados do mundo.

Assim, em relação à estrutura e ao funcionamento do ensino público primário, a Lei n. 439 de 28 de setembro de 1906 determinou que “em lugar de quatro salas isoladas, cada uma com quatro classes, poder-se ia reunir estas escolas em uma só, de modo que cada professor apenas lecionasse em uma classe ou ano escolar”.<sup>10</sup> Esta lei precedeu as diretrizes formuladoras do decreto que regulamenta a instrução primária em dezembro de 1906. Principiou-se, então, a sistematização do funcionamento da escola primária no estado, possibilitando a criação dos grupos escolares, com o apoio do Estado.

O Capítulo III do Dec. n. 1960/1906 tratava do ensino público, classificação, organização e administração das escolas. Este capítulo enunciava que o ensino público no Estado seria ministrado em escolas isoladas e grupos escolares. As escolas isoladas poderiam ser femininas, masculinas ou mistas, urbanas, distritais e de colônias. O Art. 19 previa a criação de escolas rurais nos centros fabris e manufatureiros de grande população. Em relação às aulas, deveriam ser ministradas, de preferência, por professoras e, somente e exclusivamente por homem no caso de classe masculina. Essa iniciativa visava o afastamento do homem do quadro do magistério da escola pública, situação comum nos tempos do Império. Os grupos escolares se constituiriam de quantas escolas isoladas

---

<sup>10</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930). Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 94.

fossem necessárias para que o curso fosse ministrado separadamente, para cada sexo. Em relação ao último, o Art. 22 determina que.

Poderão, porém ser creados grupos escolares nas localidades onde a população escolar for sufficiente para a installação, no mínimo, de quatro escolas com a matricula de alumnos exigida pelo Art. 81, na parte que se refere às escolas de cidade.<sup>11</sup>

No que se refere ao artigo supracitado, Araxá se adequou somente em 1911, quando da instalação do Grupo Escolar Delfim Moreira, visto que o Art. 81 determinava que o mínimo de matrícula para a área urbana se constituía de 45 alunos por classe e o grupo escolar, para se implementar como tal, necessitava reunir, no mínimo, quatro escolas isoladas.

A luta em prol da implantação do grupo escolar, de acordo com Atas da Câmara Municipal de Araxá, deu início em 1908, por meio da conscientização da população sobre a importância da escolarização. Portanto, o debate neste município praticamente coincide com a presença da Reforma João Pinheiro, de 1906, conforme alusão feita no capítulo I.

Entretanto, não era somente o número de alunos em idade escolar pré-requisito para a instalação de um grupo escolar em uma cidade. Fazia-se necessária a mobilização da população na execução do plano de ensino do governo do Estado. De acordo com o Art. 45 do referido decreto, o governo do Estado daria preferência para a instalação de escolas públicas de qualquer espécie às localidades que o auxiliassem por meio de ajuda pecuniária ou, ainda, pela doação de terrenos, prédios ou materiais necessários a tal fim.

A Reforma do Ensino de 1906 resumia, especialmente, o que Nagle defende como sendo “estadualismo”. Na concepção desse autor, os Estados eram representativos e agiam individualmente, não havia conceito de nação. Portanto, a expansão e o melhoramento das condições de funcionamento das instituições escolares dependiam da política de cada estado federativo. Ainda segundo o autor, durante as três décadas da República a crença na escolarização como redenção de todos os males não passou de “fervor ideológico”, manifestado no entusiasmo pela educação e no otimismo pedagógico.<sup>12</sup>

A crença no poder da educação ressaltou, ainda, a crença em um método de ensino, nesse caso, o método intuitivo e prático, e, como base, o sistema simultâneo, determinação do Art. 2 do Capítulo I.

---

<sup>11</sup> MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 16 dez. 1906.

<sup>12</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro: Ed. EPU, 1976. p. 190-191.

Apesar do discurso republicano de exaltação à educação, a questão educacional brasileira era tema de reflexões isoladas até o final da Primeira República. Somente no final dos anos de 1920 o debate educacional passou a ser percebido como um problema nacional e como um problema que afetava o próprio destino da nacionalidade, como afirma Nagle.

O que distingue a última década da Primeira República das que a antecederam foi justamente isso: a preocupação bastante rigorosa em pensar e modificar os padrões de ensino e cultura das instituições escolares, nas diferentes modalidades e nos diferentes níveis.<sup>13</sup>

Com a Proclamação da República alterou-se, substantivamente, a ordenação legal da educação no Brasil, embora pouco tenha alterado a realidade vigente. A laicização do ensino, a infiltração das idéias positivistas e as influências de técnicas e métodos pedagógicos inspirados nos países civilizados esbarravam na sobrevivência das tradições da educação imperial.

A Reforma de 1906 responsabiliza o Estado pela manutenção das escolas públicas, fornecendo-lhes materiais necessários para o aparelhamento dos prédios escolares convenientemente. O Art. 45 é claro ao mencionar a participação da sociedade interessada na implantação de uma escola primária na sua localidade, cabendo ao Estado o restante da contrapartida na organização do ensino público. Entretanto, no Art. 50 o Estado se exime desta responsabilidade ao deliberar que dentro de suas possibilidades atenderia as solicitações expressas pelas escolas públicas. Isto reforça a idéia de Nagle de que discurso e prática não se harmonizaram durante este período.

Os quadros social, econômico e político do regime republicano deram substancial preocupação ao governo mineiro, por ocasião da Reforma do Ensino de 1906, ao problema da educação. Percebe-se um efetivo compromisso político do Presidente do Estado João Pinheiro com os caminhos e desígnios da educação mineira. Objetivou-se com a implementação da reforma uma visão progressista e moderna da importância da escolarização no progresso de um país. Pretendeu-se sistematizar e organizar um sistema de educação calcado nos ideários republicanos de legitimação do direito de educação para todos os cidadãos. Não se pode negar essa ilustre tentativa do governo mineiro. Porém, nem tudo se resolve por meio de vontade política expressa na organização legal. O hiato

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 100.

entre uma legislação moderna e a sua efetiva implementação mostrou-se, por vezes, sórdido diante das adversidades.

Relativamente a essa questão o exemplo abaixo demonstra a crise pela qual passa o país e conseqüentemente o Estado de Minas Gerais. O ano, 1916, o período era a Primeira Guerra Mundial e de suas graves conseqüências para o mundo ocidental. O estado de Minas Gerais, coagido pela deficiência orçamentária, por meio da Secretaria do Interior subscreveu à Diretora do Grupo Escolar de Araxá, no desejo expresso de conferir a manutenção do método e unificação do ensino no Estado, na forma de uma gestão democrática dos recursos existentes.

A preocupação constante e louvável dos que, neste decennio, têm tido sob seus cuidados a administração do ensino público primário, consistiu sempre no aperfeiçoamento e accrescimento do material didactico, para auxilio do mestre e proveito do alumno; e do desvelo com que, há muito, se cuida do ensino, adveio pronunciada tendência para o tornar cada vez mais intuitivo, não se tendo poupado esforços para isso, como facilmente se observa. Perdura ainda a mesma vontade firme de conservar, melhorando, o multiforme aspecto das casas de instrucção; mas, a necessidade de se introduzirem modificações, talvez profundas, no fornecimento de moveis e material aos institutos primários, apparece agora, com accentuadas razões para a adopção dessa medida.<sup>14</sup>

Por ocasião do officio circular, o Secretário do Interior demonstrou tanto preocupações com a educação mineira quanto com o orçamento deficitário do Estado. No mesmo officio, justifica-se por meio do Regulamento Geral da Instrucção em vigor, que, sabedor das necessidades das escolas e preocupado com a possível diminuição do estímulo entre os docentes e alunos, solicita indicações de como melhor proceder na administração da causa educacional no estado.

Com o intuito, pois, de conhecer vossa opinião a respeito do assumpto, peço-vos me indiqueis, depois de detido estudo do Capitulo e Titulo citados, quaes os objectos na realidade indispensaveis ao ensino; quaes os compêndios, d'entre os approvados pelo Conselho Superior, que devem ser adoptados; si o fornecimento em geral deve ser idêntico, em quantidade e espécie, para todos os estabelecimentos de ensino primário; qual o meio pratico de se fazer chegar ao destino em curto prazo o material; como deve ser este fornecido, si mediante simplesmente a requisição do professor ou si pelo cotejo da frequência e só a alumnos reconhecidos pobres; enfim, deveis externar-vos com franqueza e sinceridade, para que providencias efficazes sejam tomadas.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> BELO HORIZONTE. Officio dirigido à diretora do grupo escolar pelo secretário Américo Lopes. Belo Horizonte: Secretaria do Interior, 1916. (Arquivo do Grupo Escolar Delfim Moreira).

<sup>15</sup> *Idem.*

O ofício poderia desvelar um momento transitório em virtude do período em que se encontrava o país. Entretanto, uma grande parte das correspondências recebidas e enviadas pela diretora do grupo escolar eram recorrentes em pedidos de subvenção e respostas indeferidas por falta de recursos. Em outros momentos sugere à diretora que recorra à Caixa Escolar ou então à sociedade. Comprova-se, assim, um dificultador do plano de ensino da República: a deficiência da dotação orçamentária.

Outra representação pode ser desvelada neste documento. A República apoiou-se no discurso modernizador de ordem e progresso instrumentalizado pela/na educação e 27 anos depois esbarrava na “falta de meios de comunicação rápida no Estado, pela deficiência da dotação orçamentaria, [...] pela impossibilidade ahi resultante de atender a tempo a todo o professorado, pelo elevados fretes das vias ferreas e, ultimamente, pela aguda crise que se supporta [...]”<sup>16</sup>. Nesse contexto, viu-se obrigada a fornecer o estritamente necessário aos grupos escolares, deixando as escolas isoladas em segundo plano, numa nítida representação da superioridade e da importância que a nova forma organizativa da escola nos moldes de grupo escolar tinha neste período.

Mesmo que as escolas isoladas fossem imprescindíveis a uma grande parte da população, estas continuaram carentes em relação aos materiais necessários ao ensino, numa evidência clara de benefício dos grupos escolares como representação do progresso e do cientificismo outorgado pela República. Souza afirma que “a necessidade das escolas isoladas era um fato incontestável”<sup>17</sup>, no entanto, os grupos escolares eram criados,

[...] para atender aos núcleos urbanos, os grupos escolares revelam a direção de uma política educacional de privilegiamento das cidades em detrimento da zona rural; isso em uma época em cerca de 70% da população do Estado vivia no campo.<sup>18</sup>

A autora se reporta à criação de grupos escolares no Estado de São Paulo; entretanto, é possível estabelecer relação entre seu estudo e o que se refere ao Estado de Minas Gerais e particularmente à cidade de Araxá. De acordo com a obra *Minas Geraes e seus Municípios*, de 1916, em 1915 o distrito da cidade – Araxá – compreendia um total de “18.000 habitantes, dos quaes 3.000 no perimetro urbano, 2.000 no sub-urbano, e o restante em propriedades rurais”.<sup>19</sup> Numa população total de 45.000 habitantes, distribuída

---

<sup>16</sup> *Idem.*

<sup>17</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: UNESP, 1998. p. 51.

<sup>18</sup> *Idem.*

<sup>19</sup> CAPRI, Roberto. **Minas Geraes e seus municípios**. Capri, Andrade & C., 1916. p. 261.

em todo município de Araxá, e subtraindo a população estabelecida somente no distrito de Araxá, restam 27.000 habitantes distribuídos nos demais distritos do município. O que revela, essencialmente, que 88% da população residiam na zona rural.

Os dois exemplos acima descritos caracterizam o caráter excludente e discriminatório da educação na Primeira República, visto que as escolas isoladas sobreviveram à margem dos grupos escolares. Estes eram a representação da modernidade, da ruptura com o velho e o arcaico, mas não conseguiam atender ao princípio elementar de acesso de toda população à educação, uma vez que um dos dificultadores era a distância existente entre o grupo e a residência dos alunos, implicando, assim, em uma resistência por parte da população à “reunião de escolas”.

Dessa forma, a “reunião de escolas” na forma de grupos escolares foi a estratégia encontrada para fazer da escola a representação de um tempo e de um espaço para civilizar; um tempo e um espaço para proporcionar a incorporação dos processos de instruir e educar numa nítida aculturação de corações e mentes. O maior mérito da República seria materializar as representações sobre as possibilidades da educação escolar como regeneradora da sociedade cujo alvo principal eram as populações pobres. A nova organização da escola pública mineira realizaria esse feito por meio da Reforma.

Com a reforma de 1906, a escola ganhou notável centralidade, sendo conformada, já nos ordenamentos legais, como o lugar específico para uma educação específica [...] Esses traços permanecerão ao longo dos anos seguintes à reforma, e em torno deles é que são produzidas e postas em circulação representações que afirmam e qualificam a escola como instituição social naquele período.<sup>20</sup>

Sobre a representação da escola como instituição social e como instrumento do estado, Chartier destaca que a construção de uma identidade social está sempre atrelada ao movimento de relação entre as representações impostas por aqueles que detêm o poder e a definição que cada sociedade faz de si mesma, ou ainda, a consideração de um recorte social estabelecido pela representação que cada grupo faz de sua existência a partir de uma representação unitária.<sup>21</sup> Nessa perspectiva, Chartier também aponta a noção de “representação coletiva” de Marcel Mauss e Emile Durkheim como uma articulação

---

<sup>20</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: Ed. UFPF, 2000. p. 38-39.

<sup>21</sup> CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia**: A História entre Certezas e Inquietude. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p.73.



melhor do que o conceito de mentalidade na instrumentalização do historiador em relação à análise cultural de uma sociedade.

Esse retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de “representação coletiva” autoriza a articular, sem dúvida melhor do que o conceito de mentalidade, três modalidades da relação com o mundo social: primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais “representantes” (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpetuado a existência do grupo, da comunidade ou da classe.<sup>22</sup>

O trecho extraído da obra de Chartier ajuda a configurar a História da Educação em Minas Gerais, na medida em que permite explicar as contradições que forjaram a constituição do sistema público de educação em Minas: a busca da excelência na qualidade de ensino personificada na ordenação legal que tinha como suporte a reunião de escolas em grupos escolares. Por meio das contradições estabelecidas pela realidade imposta e o discurso republicano, os políticos mineiros se vêem no trabalho de produzir “configurações intelectuais múltiplas” no esforço de defender a causa republicana instrumentalizada na Reforma do Ensino.

Por sua vez, as práticas que visavam a fazer reconhecer a identidade social manifestaram-se na consolidação dos grupos escolares como espaço específico de “estar no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição<sup>23</sup>”.

Por último, a criação dos grupos escolares institucionalizados situava-os na materialidade da expressão maior da modernidade, da civilidade e do progresso de um povo. A Reforma do Ensino de 1906 foi, por excelência, a marca visível e perpétua da existência “do grupo, da comunidade ou da classe” inscrita na História da Educação de Minas Gerais.

A centralidade materializada pela implantação da reforma disponibilizou-se nas práticas efetuadas no espaço escolar. Ainda em relação ao Capítulo III, que rege a administração escolar, é mister apontar as atribuições da diretoria da escola. Era incumbência do diretor supervisionar o curso administrativa e tecnicamente, especificado por regimento especial; organizar a folha de pagamento do pessoal docente e

---

<sup>22</sup> *Idem.*

<sup>23</sup> Cf. FARIA FILHO; *Op. Cit.*, p. 36.

administrativo sob sua responsabilidade; exercer a função de professor em grupos escolares com menos de oito cadeiras; fiscalizar e disciplinar os alunos, os professores e todos os funcionários, mantendo o inspetor escolar informado acerca do funcionamento da escola e reportando-se a este sempre que necessário; e ainda seria fonte de informação e de esclarecimentos à disposição do governo.

A reflexão em torno das atribuições do diretor de grupos escolares desvela a preocupação do governo quanto ao ordenamento e nivelamento das escolas públicas de Minas Gerais. Havia um rígido controle da administração escolar e uma hierarquização das funções dentro da escola. O aluno, que deveria se reportar ao professor; este, por sua vez, ao diretor e ao inspetor; o diretor se incumbiria de aferir o trabalho pedagógico continuamente e manter informado o inspetor, que, finalizando o controle, reportar-se-ia ao Secretário de Estado.

Era preciso superar a crise pela qual passava a República, por isso a iminência de se regulamentar, uniformizar, sistematizar e unificar o ensino para criar uma identidade social e, conseqüentemente, incorporar a ideologia republicana. A esse respeito, Souza argumenta.

É assim que a escola primária adquire uma finalidade cívica, moral e instrumental. Para cumprir tão elevado desígnio era preciso fundar uma escola identificada com os avanços do século, uma escola renovada nos métodos, nos processos de ensino, nos programas, na organização didático-pedagógica; enfim, uma escola moderna em substituição à arcaica e precária escola de primeiras letras existente no Império.<sup>24</sup>

O grupo escolar assumiu a forma de um espectro de luz na nova fase da República e gerou o entusiasmo da elite intelectual da época com os novos estabelecimentos de organização escolar. A Reforma do Ensino Mineira, claramente inspirada na Reforma Paulista pretendeu, assim como esta, alavancar o projeto político republicano.

A criação dos grupos escolares surge portanto, no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular – uma dentre as várias medidas de reforma da instrução pública no Estado de São Paulo implementadas a partir de 1890. A implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública do Estado e na história da educação do país. Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República. Ainda, generalizou no âmbito do ensino

---

<sup>24</sup> SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 29.

público muitas práticas escolares em uso nas escolas particulares e circunscritas a um grupo social restrito – as elites intelectuais, políticas e econômicas.<sup>25</sup>

O movimento articulado pelas elites intelectuais, políticas e econômicas construíram um discurso representativo a respeito da renovação da escola. A modernização da escola pública tinha um significado político que implicava uma nova cultura escolar, na democratização do acesso à leitura e à escrita e na difusão da importância da escolarização nas camadas populares. Era uma ordem profundamente contraditória, uma vez que se desconsiderava qualquer heterogeneidade cultural. Mais uma vez, a contradição era usada para construir uma identidade social que compreendia práticas sociais das camadas elevadas apropriadas pelas camadas populares por meio da escola. Uma escola única, um regulamento único, uniforme e altamente hierarquizado. Os grupos escolares implantavam, também, a seriação. Classes homogêneas, reunidas em um mesmo espaço, organizadas em um mesmo tempo, com o mesmo método de ensino.

Acreditava-se, assim, conformar um sistema de ensino que oportunizasse o acesso ao mundo capitalista em relação de igualdade entre os grupos sociais. Em contrapartida, a República efetivaria a sua conformação como regime político democrático e progressista. Os grupos escolares implantados pela reforma de 1906 ergueram-se sob a “fórmula mágica” que proporcionaria a remodelação da escola na Primeira república. Deu-se início, em Belo Horizonte, à implementação das mudanças idealizadas pela reforma.

Mas a nova capital mineira não saiu ilesa da crise instalada pela instabilidade do regime político instaurado. De acordo com Faria Filho; Vago, grandes transformações buscavam adequar a cidade aos novos tempos. Uma capital que nasceu para ser a personificação do novo regime explodia em problemas de toda ordem por ocasião da reforma de 1906.

Na recém construída capital, a pretensão de “transformar súditos em cidadãos” e de formar trabalhadores confiáveis para o mercado capitalista não se materializava. Dentre os problemas apontados, destacam-se: a heterogeneidade cultural da população; a desagregação social; a precária unidade estadual e nacional; e o frágil sentimento de pertencimento a um Estado e a uma nação. Diante de circunstâncias como essas, era necessário repensar o regime republicano. Alguns dos mais influentes republicanos mineiros – dentre eles João Pinheiro, o próximo Presidente do estado – produziram a necessidade de investir na escola, representada

---

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 30.

como recurso civilizatório fundamental para sair da crise e construir uma República e uma economia prósperas.<sup>26</sup>

A efetivação desse discurso materializou-se na elaboração da reforma em seus artigos 28 ao 37. Estes artigos sinalizam a importância do trabalho para a conformação do signo do progresso instaurado pela República: civilidade, nacionalismo, homogeneidade cultural. Seria oportunamente providenciado pelo governo o funcionamento de aulas práticas sob a denominação de aulas anexas. Estas aulas funcionariam em salas separadas, por sexo, cabendo aos alunos a execução de trabalhos práticos relativos aos ofícios de hortelão, arborizador e jardineiro, noções de construção civil e de acordo com a faixa etária e a aptidão apresentada pelo aluno. Nesse sentido, pode-se afirmar que as práticas escolares concorriam para a apropriação dessas representações, como fica descrito na entrevista de um egresso.

Não tinha nenhuma diferença na matéria que era lecionada, era igual para todos. Tinha trabalhos manuais. Bordados: de acordo com a vocação da criança. Eu lembro que eu bordei um ponto de cruz. Fiz um tapetinho, só que eu não fazia aquilo de acordo com a habilidade. Trabalhos manuais: tinha um dia certo para isso, tinha a professora certa. Cada um fazia aquilo que gostasse. Tinha pintura, desenho. Pintura mesmo eu não lembro se tinha. A professora ia para a sala de aula. Seria lá mesmo na sala de aula.<sup>27</sup>

As alunas executariam trabalhos de corte e costura diversos, sempre em salas separadas dos alunos. Apesar de haver um professor designado para tais aulas, cabia ao professor da cadeira do grupo preparar os conhecimentos prévios do aluno por meio de aulas de desenho linear e à mão livre e no emprego de métodos aritméticos e geométricos. O professor, designado pela Secretaria do Interior para as aulas práticas, deveria ter habilitação comprovada, O número de professores técnicos de uma escola relacionava-se com a frequência escolar. Era permitida a frequência dos alunos em mais de uma aula prática, assim como todo material necessário seria fornecido pelo governo, de acordo com o resultado do ensino.

Apesar de o Art. 37 deliberar que a educação profissional deveria ocorrer por meio de prática real e efetiva, não havia a preocupação com a profissionalização do estudante uma vez que, conforme o desenvolvimento da habilidade do aluno, este poderia

---

<sup>26</sup> FARIA FILHO; Luciano Mendes de; VAGO Tarcísio Mauro. A Reforma João Pinheiro e modernidade pedagógica. In: MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais 2000. p. 36.

<sup>27</sup> Cf. Sr. Antonio Alvarenga de Resende (ex-aluno, entrevistado)

ser nomeado ajudante e contra-mestre. Pode-se afirmar que estes eram sinais claros de uma educação que não visava a preparação para o trabalho, mas a apropriação do valor do trabalho para a sociedade republicana de caráter reconhecidamente capitalista.

A preocupação com a ordem cívica e nacionalidade ficou expressa nas aulas de canto coral de hinos patrióticos regulamentado pelo Decreto n. 1947 de 30 de setembro de 1906, que estruturava o Programa das matérias ministradas pelos professores, bem como a ordem dos trabalhos e a duração do dia escolar pormenorizados por meio de instruções aos docentes. Observa-se o caráter ideológico da reforma: o cultivo da civilidade, do zelo pelo dever cumprido na escola e fora dela, o amor à família, à ordem e à disciplina, o respeito aos colegas e aos professores, e não por acaso o programa elaborado prevê os cantos patrióticos e os trabalhos manuais. Segundo Faria Filho e Vago<sup>28</sup>, o secretário do interior Delfim Moreira, em 1911, alinhavava a reforma a uma necessidade cada vez mais evidente de instruir e educar o povo diante do desenvolvimento da nova ordem política e social, da nacionalidade e do Estado, e, principalmente, diante de uma realidade cada vez mais complexa nas suas diversas manifestações econômicas e de relações de trabalho, que, segundo os autores, configuravam um dos grandes temas da Modernidade.

No Capítulo V, que regulamenta o Pessoal Docente, Classificação, Nomeação e Acesso, a reforma estabeleceu as diretrizes a serem seguidas na contratação dos professores. O capítulo impressiona ao deliberar a preferência por professores normalistas, num momento de intensas modificações na escola normal, ao mesmo tempo em que aceita a nomeação de pessoa de comprovada competência no “tirocínio do magistério”, mas que não possuísse o diploma de normalista.

A busca pela normalização e organização das escolas mineiras nos moldes das escolas dos países civilizados evidenciou-se também nos critérios estabelecidos em relação aos professores. A educação primária mineira passou a experimentar, segundo Faria Filho e Vago, um processo de racionalização impondo processos, métodos de ensino e normas disciplinares sobre os professores com vistas a dar conta da mudança de hábitos, costumes, sensibilidades da população por meio da escola<sup>29</sup>. Dentre os aspectos dessa racionalização estavam os seguintes: o rigoroso critério de efetivação do professor público, pautado em provas de merecimento, aptidão e assiduidade julgadas pela frequência dos alunos e

---

<sup>28</sup> Cf. FARIA FILHO; VAGO, *Op. Cit.*, p.36.

<sup>29</sup> Cf. FARIA FILHO; VAGO, *Op. Cit.*, p. 42-43.

aprovação nos exames finais; idoneidade moral e isenção de crimes, nacionalidade brasileira, saúde física e mental perfeita; competência profissional, intelectual e moral etc.

A preocupação do Presidente João Pinheiro ao elaborar a Reforma do Ensino impôs-se, notadamente, na instrução metodológica dos professores segundo as concepções de educação do referido governo. Segundo Mourão, cuidou-se excessivamente da “elaboração de programas ou de normas burocráticas de fiscalização do ensino”. O autor destaca ainda que se descuroou, por vezes, da parte metodológica, pois, geralmente, “os programas são bons; mais ou menos adequados às condições do meio e à realidade do material humano que deve assimilá-lo. Os métodos, entretanto, com certa frequência deixam a desejar”.<sup>30</sup>

A excessiva preocupação de regulação assinalada pela reforma dá conta das representações e das práticas sociais elaboradas durante a República. A instrução como questão fundamental de um povo civilizado e a escola organizada de forma a contemplar, por meio de regras, modelos, construção de prédios, mobiliário e material didático, a conformação da educação física, moral e intelectual do povo.

Estes sinais clarificam-se nas correspondências enviadas pela Secretaria do Interior à diretora do grupo Escolar de Araxá: “Peço-vos apresenteis às sras. Professoras Sylvia Magalhães, Alice Moura e Luiza Oliveira, bem como à servente, d. Rita Augusta dos Santos, os louvores da Secretaria pela maneira digna porque vão dando desempenho aos seus deveres”.<sup>31</sup>

Outro exemplo representativo encontrou-se no ofício da Secretaria do Interior datado de 30 de abril de 1915.

Como dissétes que, mediante pequeno dispendio, poder-se-ia levantar uma parede e abrir uma porta na sala do museu, [...] obtendo-se desse modo duas salas para o funcionamento da nona cadeira desse estabelecimento e mais uma de adjuncto, convém me envieis orçamento explicativo dos serviços, o qual deve ser organizado por pessoas idonea ou mesmo por um profissional. De posse delle, a Secretaria resolverá sobre o assumpto constante de vosso officio de 14 deste mez.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930). Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 106.

<sup>31</sup> BELO HORIZONTE. Ofício dirigido à diretora do grupo escolar pelo secretário Américo Lopes. Belo Horizonte: Secretaria do Interior, 1915. (Arquivo do Grupo Escolar Delfim Moreira).

<sup>32</sup> *Ibidem*.

Em todas as instâncias desvela-se o desejo de inspeção, regulamento e disciplinamento que encerra a Reforma do Ensino João Pinheiro, numa evidente burocratização da escola.

No Capítulo VI, o regulamento da Reforma de 1906 delibera sobre os deveres dos professores. Do Art. 68 ao 75 a reforma estabelece uma espécie de “Estatuto do Magistério” das escolas públicas mineiras. Todos os artigos concorriam para a organização e a ordenação de regras para o magistério público. Dentre suas disposições, o Art. 68 fixou a proibição aos professores de exercerem qualquer função, cargo ou profissão pública ou particular, federal, estadual ou municipal, remunerada ou gratuita. Esta proibição também atingia os professores da escola normal, excetuando, somente, os professores técnicos. Em relação ao Art. 68, o regulamento estabelecia que o desrespeito ao artigo implicava a perda do emprego, pelo infrator.

No Art. 70, verifica-se a proibição aos professores de residirem fora do lugar onde se encontra o local de exercício de suas funções, bem como se ausentarem sem a devida permissão do inspetor escolar e, ainda, responsabilizarem seus alunos com alguma tarefa estranha ao ensino, sujeito à pena estabelecida pelo Código Disciplinar.

O Art. 72 dispõe sobre diversos deveres do professor dentre os quais: cabe ao professor apresentar ao inspetor escolar o seu título de nomeação registrado na Secretaria do Interior, bem como o juramento de bem cumprir seus deveres; participar ao inspetor escolar qualquer motivo que o impeça de exercer suas funções; responsabilizar-se pelo inventário de todo o material recebido no exercício de funções e desenvolver uma atitude de observação e de rigor quanto à escrituração de livros de ponto diário, matrícula dos alunos, informando ao inspetor sempre que houver algum erro; manter a retidão em relação a todos os princípios morais e aos seus deveres estipulados pelo regimento; responsabilizar-se pelas faltas seguidas dos alunos, procurando informar as pessoas competentes; zelar por todo material e instalações físicas utilizadas por ele no espaço escolar, assim como manter o inspetor informado de toda e qualquer visita realizada na escola, por meio de relatórios periódicos e anuais.

No exercício da profissão cabia, ainda, ao professor, de acordo com inciso XIII, alíneas a, b e c do Art.72, o envio de boletim mensal do número de alunos matriculados e freqüentes; no fim de cada semestre, um mapa semestral do movimento de sua escola constando nomes, sobrenomes, filiação, idade dos alunos, assim como o aproveitamento,

faltas, frequência e datas de matrícula; e, ao final do ano letivo, era dever do professor enviar uma cópia da ata de aprovação e os nomes dos alunos destaques da sua classe.

O Art. 73 fixava multa de 10\$000 a 50\$000 imposta pelo inspetor de ensino ao professor que não observasse o disposto no parágrafo segundo do Art. 67, como também o disposto no Art. 72, inciso XIII, alíneas a, b e c supracitado.

Os artigos 74 e 75 referiam-se aos deveres do professor adjunto e do professor auxiliar, que ficavam inteiramente subordinados ao professor efetivo numa relação de coadjuvação com este, exercendo as tarefas que lhes fossem confiadas, seguindo os métodos ou processos de ensino indicados pelo professor efetivo e sujeito à pena disposta no Código Disciplinar.

A análise das disposições estabelecidas no Capítulo VI, relativo aos deveres dos professores, permite aferir que as exigências eram profundamente burocráticas, numa clara evidência da necessidade de supervisionar todos os pormenores ocorridos no espaço escolar. A mesma severidade pode ser percebida no controle exercido pelos patrões em relação aos empregados na incipiente industrialização do país.

Todo trabalho de normalização do ensino desenvolvido por meio da Reforma de 1906 representava uma estratégia de centralização das decisões em nível político. A dispendiosa administração das escolas primárias no Estado de Minas Gerais requeria um acúmulo de correspondências recebidas e enviadas que, se em um sentido, permitia a supervisão rigorosa do Inspetor Escolar e da Secretaria do Interior, em outro demandava uma máquina incapaz de operar com rapidez na transformação da realidade educacional cujos princípios foram estabelecidos no Capítulo I da referida reforma.

O Capítulo VII regulamentava a matrícula e a frequência, a suspensão e o restabelecimento do ensino. Composto dos artigos 76 a 96, determinava o período de matrícula nas escolas públicas e os dados obrigatórios para a efetuação da matrícula, tais como o nome, sobrenome, idade, sexo, filiação, naturalidade e lugar de residência do aluno, bem como se este deveria ser considerado pobre ou não. A matrícula era realizada pelo professor, em livro próprio numerado, rubricado e encerrado com a assinatura do inspetor. O Art. 78 dispõe sobre a idade mínima para matrícula, qual seja de sete e oito anos, e a idade máxima seria de 14 e 12 anos para os sexos masculino e feminino respectivamente. Observa-se, assim, neste artigo, um favorecimento do sexo masculino, uma vez que os meninos entrariam mais cedo na escola (sete anos) e poderiam se



matricular até completarem quatorze anos, enquanto as meninas fariam matrícula aos oito anos e poderiam efetuar a matrícula até aos doze, numa nítida distinção entre os sexos.

Percebe-se, portanto, um estímulo à educação masculina numa clara referência a quem pertenciam os desígnios da República.

O Art. 81 do mesmo capítulo dispõe sobre o número de alunos para a instalação de uma sala isolada ou grupo escolar. Cada sala deveria ter, no mínimo, 40 alunos nos distritos e 45 nas cidades e vilas. Faz-se relevante para este estudo citar o Art. 82, segundo o qual, na ausência de número suficiente de alunos para compor uma escola, o governo poderia transformá-la em mista se esta fosse de somente um sexo. É, por conseguinte, no âmbito desta análise sobre o regulamento de 1906 que se pode aferir que a distinção entre os gêneros gerou um grande número de mulheres analfabetas, em discordância com o sentimento da República instaurada, cuja inspiração francesa se firmava no baluarte “Solidariedade, Fraternidade e Igualdade”. Pode-se aferir, ainda, que esta distinção teria conseqüências várias, como: feminilização do magistério com prejuízo do salário para a professora, não participação da mulher como cidadã, eleitora e/ou na disputa de qualquer cargo político, representações de uma sociedade conservadora, contrária à nova ordem instaurada.

Quanto à desistência, esta seria efetivada mediante ausência do aluno por três meses consecutivos sem causa justificada, como atesta o Art. 85.

No Art. 86 ficava estabelecida a importância de se conservar em arquivo cronológico os livros de matrícula, ponto diário, boletins, mapas e atas de exame de acordo com o modelo apresentado pelo regulamento. Não obstante a tentativa do Grupo Escolar Delfim Moreira em realizar este arquivo, não foi possível encontrar arquivos anteriores a 1929 que se referissem à matrícula. Os dados constantes dos livros de matrícula muito poderiam contribuir para a interpretação das práticas e representações sociais inseridas no período. Assim, com base nos livros de matrícula de 1929 a 1943, encontrados no arquivo da escola, cuja administração escolar coube à fundadora do Grupo Escolar, a professora Maria de Magalhães, buscou-se abstrair as práticas realizadas no espaço escolar: Qual grupo social tinha acesso ao mesmo? Que papel a escola representou na sociedade da época? Que clientela escolar privilegiou, dado que se apresentava como pública e gratuita, ou seja, a quem se dirigiu a política de publicização e gratuidade do ensino?

Nesse sentido, o quadro abaixo pode desvelar algumas destas questões, por meio da análise da apropriação do projeto republicano de modernidade na cidade de Araxá.

A seguir, passa-se a pormenorizar rapidamente os dados encontrados e tabulados no estudo dos documentos existentes no arquivo do Grupo Escolar, no que se refere à matrícula.

**QUADRO 2**  
**Relação das Categorias Profissionais existentes entre Pai/Mãe dos Alunos Matriculados**

CATEGORIA A	CATEGORIA B	CATEGORIA C	CATEGORIA D
Médicos, dentistas e advogado. Delegado, fazendeiros, banqueiros, capitalistas, funcionários públicos estaduais e federais, comerciantes, engenheiros, industriais, negociantes, proprietários, farmacêuticos, empresários, tabeliões, oficiais de justiça.	Barbeiros, agenciadores, alfaiates, antidores, cabeleireiros, construtores, contadores, costureiras, ferreiros, jardineiros, jornaleiros leiteiros, marceneiros, mecânicos, ourives, sapateiros, sorveteiros, viajantes, consertadores, bordadeiras, eletricitas, floristas, fogueteiros, moleiros, seleiros, tintureiros, serradores, boiadeiros, professores particulares, motoristas, pintores, caldeireiros, fabricante de colchão, bombeiros, carpinteiros, pedreiros e pintores	Funcionário público municipal, operários, empregado empresa ferroviária, gerente de hotel, porteiro de clube, guarda-livros, caixeiro, chefe de estação, chofer, copeiro, cozinheiro, curtidor, empregada domestica, empregado do tráfego, empregado do comércio, professor, chacareiro, feitor, gerente de pensão, hoteleiro, escrivão, soldado, padeiro, rondante, oleiro, tipógrafo, serviços administrativos, empregado telefônica, agente de correio, acolhoador, vaqueiro, servente escolar, empregado funerária, mestre de linha de trem de ferro, representante de igreja, serviço de água, retireiro.	Carroceiro, roceiro, carreiro, indigente, desempregado, inválido, lavadeira, lavrador.

Fonte: Livros de matrícula Grupo Escolar Delfim Moreira, de 1929, 1930, 1931, 1932, 1935 e 1943.

Nota: Dados organizados pela autora.

Uma vez que estabelecer a classe social advinda da profissão numa sociedade profundamente conservadora como a mineira, para a qual não se estabelece a classe social baseada somente no poder econômico, optou-se pela classificação nas categorias dispostas acima, a partir dos seguintes critérios:

Categoria Profissional A: Profissionais liberais, servidores públicos estaduais ou federais e oligarquias agrárias;

Categoria Profissional B: Profissionais liberais que compunham um grupo social intermediário;

Categoria Profissional C: Empregados públicos municipais e empregados particulares das mais diversas profissões, e

Categoria Profissional D: As demais profissões desprovidas de um salário regular e os indigentes, desempregado, subempregados, etc, sendo que na maioria das vezes seus filhos faziam parte da Caixa Escolar, apontados no livro de matrícula como alunos carentes.

De posse do quadro 1, buscou-se estabelecer a porcentagem de cada categoria em relação aos alunos do Grupo Escolar para aferir a qual grupo social a escola se destinava, uma vez que até 1947 permanece não só como único grupo escolar público, mas também como única escola de curso primário na cidade.

Os dados foram transportados para a tabela abaixo, que assim se apresentou:

**TABELA 1**  
**Relação Categoria/ Profissão Pai/Mãe de Alunos Matriculados – Porcentagem**

Ano	Categoria A		Categoria B		Categoria C		Categoria D		Total
1929	283	30%	226	24%	153	16%	273	29%	935
1930	241	26%	217	23%	216	23%	267	28%	941
1931	185	19%	226	23%	202	21%	369	38%	982
1932	149	18%	206	24%	226	27%	269	32%	850
1935	166	17%	297	31%	235	24%	268	28%	966
1943	181	15%	404	34%	318	27%	296	25%	1199
<b>Subtotal</b>	<b>1205</b>		<b>1576</b>		<b>1350</b>		<b>1742</b>		<b>5873</b>

Fonte: Livros de matrícula do arquivo do Grupo Escolar Delfim Moreira.

Nota: Dados organizados pela autora do trabalho.

Pode-se iniciar a análise da tabela acima afirmando que, diante dos dados coletados, a Categoria D, da qual faziam parte os oriundos da categoria D, ou seja, eram filhos de subempregados, os indigentes, empregados sem salário regular, desempregados etc., perfazia o maior número de crianças atendidas pelo Grupo Escolar durante os anos analisados. Disto se pode concluir que esta parcela da população era capaz de elaborar representações acerca da importância da educação? Poder-se-ia, também, concluir que a população da cidade no período pesquisado, em sua maioria, era constituída de pessoas pobres e necessitadas? Ou então, poder-se-ia conferir ao projeto republicano o êxito de sua proposta? A análise que se propõe não encontra respostas para tais questões, mediante a complexidade que as mesmas encerram, necessitando para este fim torná-las objeto de estudo em si mesmas.

Em seguida, encontrava-se a Categoria Profissional B, que correspondia aos profissionais liberais de nível intermediário. Esta era, sem dúvida, a classe que mais lutou pela igualdade de acesso à escola pública, numa óbvia aspiração ao tipo de vida do grupo social considerado como elite. Comparativamente, enquanto essa camada pleiteava a escola pública como possibilidade de mudança do *status quo*, as pessoas pertencentes à categoria intitulada A buscavam outras formas de escolarização, numa nítida separação de aspirações.

A Categoria Profissional C encontrava-se, neste período, em terceiro lugar em número de alunos matriculados, podendo revelar uma semelhança com a categoria anterior em relação às aspirações sociais.

Por último, mas não menos representativa, encontrava-se a Categoria A. O fato de esta se encontrar em último lugar em número de alunos matriculados não significa o êxito do projeto republicano, como foi suscitado logo acima, nesta mesma análise.

Cabe salientar que, neste período, era comum que as crianças recebessem educação em casa, em escola confessional, ou ainda, recebessem essa educação num centro maior. Boa parte das pessoas do grupo social pertencente ao poder alto econômico enviavam seus filhos para cidades como Uberaba, Franca e Belo Horizonte, como fica descrito nas entrevistas realizadas com egressos do Grupo Escolar. Numa destas entrevistas, o Sr. Raul Almeida, cujo pai era boiadeiro, explicou que “Quem não estudava

aqui ia para Uberaba. A maioria estudava aqui. Um ou outro que o pai mandava porque estava muito rebelde. Senão todo mundo estudava aqui”.<sup>33</sup>

Sua posição revela a representação externada nas práticas sociais estabelecidas no período, em que o fato de uma criança não estudar com as demais conferia a esta o “status” de indisciplinada, quando, na realidade, sabe-se que somente uma pequena parcela da sociedade poderia manter um filho numa escola interna confessional, visto que este tipo de escola era um luxo para poucos. Em outra entrevista, o Sr. Domingos Santos, filho de um rico comerciante da cidade no período, revela: “Meu pai me enviou para o Seminário Diocesano, em Uberaba, para terminar o primário, então eu acho que eu estudei somente um ano ou um pouco mais no Grupo. Mas de lá eu também pulava o muro e fugia”.<sup>34</sup>

Por trás das imagens representadas nas entrevistas realizadas, no que diz respeito a quem era ou não mandado para fora de Araxá para estudar, está sempre a questão da indisciplinada como motivadora da atitude dos pais. Entretanto, duas representações ficam evidentes nessa prática. Primeiro: o Grupo Escolar não era capaz de manter a disciplina exigida nas mais modernas pedagogias da época. Segundo: se não havia disciplinamento, não haveria aprendizagem. Portanto, fazia-se necessário buscar ajuda entre aqueles que possuísem tradição na observação destes pré-requisitos.

É possível observar, por meio da análise do Regulamento de 1906, dos relatos dos egressos e dos dados extraídos dos documentos pertencentes ao arquivo da escola, que as instituições educativas têm uma estrutura física, uma estrutura administrativa e uma estrutura social, como afirma Justino Magalhães. É na posição defendida por Justino Magalhães sobre a História das Instituições Educativas que se busca conferir à instituição escolar em estudo a justificativa de sua importância, para melhor entendimento da periodização estabelecida para análise. De acordo com Magalhães, em relação a uma instituição educativa.

Torna-se por consequência necessário conhecer e caracterizar os atores, inferir dos seus móveis de ação, das suas expectativas e formas de realização e participação, seja no que se refere a alunos, professores, funcionários, seja no que se refere a pais e à comunidade sócio-cultural envolvente \_ se a memória faculta uma visão tática, das expectativas e

---

<sup>33</sup> Cf. Sr. Raul Almeida (ex-aluno entrevistado)

<sup>34</sup> Entrevista com o Sr. Domingos Santos, em 28 de março de 2004. Domingos Santos (1918-) é natural de Araxá, possui o 4º ano do Ginásio, foi bancário, prefeito e vereador de Araxá, Chefe de gabinete da Secretaria da Fazenda do Governo Israel Pinheiro, Diretor do Tesouro do estado de Minas, Suplente de Deputado Estadual, aposentou em 1966. Estudou no Grupo Escolar Delfim Moreira em 1926, continuando seus estudos no ano seguinte no Colégio Diocesano.

das realizações / frustrações dos agentes, o arquivo permite (re) construir as estratégias e os contextos.<sup>35</sup>

Nesse sentido, a posição do referido autor privilegia o entendimento da instituição educativa na sua complexidade, que tornam necessários “[...] pressupostos e requisitos metodológicos e processuais, o alargamento e cruzamento de informação muito diversificada”.<sup>36</sup>

A dialética estabelecida entre os diversos documentos permite, segundo este autor, a relação convergência/divergência/convergência, orientando a compreensão significativa da instituição educativa. Para tanto, o entrecruzar destas fontes diversas se faz relevante, pois proporciona aferir as representações que deram às práticas sociais que, por sua vez, podem ser percebidas nas diversas apropriações estruturadas em um determinado tempo e espaço, por um determinado grupo social, permeado por esta ou aquela ideologia etc.

É, portanto, a construção historiográfica da relação entre a instituição educativa, a comunidade circundante e a esfera governamental, ou seja, nos planos micro e macro, que se poderá construir uma interpretação da identidade de uma instituição no âmbito da meso-abordagem.

Importa, assim, continuar a análise do regulamento do ensino de 1906 em todas as suas perspectivas com vistas a essa interpretação. O Capítulo VII também estabelece os critérios e requisitos da frequência escolar, ressaltando que se considerava assíduo o aluno que comparecesse a sete lições em janeiro, nove em novembro e dezanove em cada um dos outros meses do ano. Era responsabilidade de o professor realizar a chamada oral dos alunos e enviar, no dia primeiro de cada mês, o boletim contendo a frequência mensal de sua sala para vistoria do inspetor. O funcionamento legal de uma escola estava intimamente ligado ao número de alunos frequentes, podendo obter-se ajuda de um professor adjunto ou auxiliar a escola isolada que apresentasse mais de 40 alunos frequentes na sala de aula. Este professor seria conservado pelo tempo que permanecesse assíduo o número exigido de alunos.

Vê-se, nessa proposição, o atrelamento da manutenção do cargo de professor à frequência dos alunos matriculados. Outra representação elaborada por esta estratégia é a

---

<sup>35</sup> MAGALHÃES, Justino. Contributo para a História das Instituições Educativas - entre a memória e o arquivo. Universidade do Minho. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (orgs). **Para a História do ensino Liceal em Portugal**: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade de Minho., 1999. p. 73.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 64.

idéia da necessidade de escolarização do projeto republicano. Ao responsabilizar o professor pela frequência escolar, o governo desobrigava-se da função de manter o aluno na escola. Cabia-lhe criar as condições para acesso do povo à escola na forma de criação de escolas isoladas ou grupos escolares que, em síntese, continuavam pobres em recursos e condicionavam a permanência do aluno na escola à manutenção do emprego do professor, num evidente descaso com a escola pública. Cumpria-se, dessa forma, o projeto educacional da Primeira República de ensino gratuito, público e universal.

A imagem da Caderneta do Aluno fornece a interpretação de como esta sistematização se dava. Dentre os itens que eram avaliados, chamou a atenção a importância dada aos valores, atitudes e comportamentos:

Alumno Raul Alves de Almeida		Alumno Raul Alves de Almeida					
Mez de Abril de 1929		Mez de Maio de 1929					
	1a. Ma- mana	2a. Ma- mana	3a. Ma- mana	4a. Ma- mana	5a. Ma- mana	Media Mens.	Observações
Aproveitamento	10	10	9	9	10		
Procedimento	10	10	10	10	10		
Pontualidade	10	10	9	9	10		
Atenção	10	10	10	10	10		
Higiene	10	10	10	10	10		
Felidez	10	10	10	10	10		
Comparecimentos	5	5	4	5	13		
Faltas	0	0	1	1	2		
ASSIGNATURA DO PAE OU TUTOR							
1ª Semana	Maria de Almeida Castro						
2ª Semana	Maria de Almeida Castro						
3ª Semana	Maria de Almeida Castro						
4ª Semana	Maria de Almeida Castro						
Professora	Luzia Valle Teixeira						

Alumno Raul Alves de Almeida		Alumno Raul Alves de Almeida					
Mez de Maio de 1929		Mez de Maio de 1929					
	1a. Ma- mana	2a. Ma- mana	3a. Ma- mana	4a. Ma- mana	5a. Ma- mana	Media Mens.	Observações
Aproveitamento	9	9	9	10	9		
Procedimento	10	10	10	10	10		
Pontualidade	10	10	10	10	10		
Atenção	10	10	10	10	10		
Higiene	10	10	10	10	10		
Felidez	10	10	10	10	10		
Comparecimentos	5	5	6	7	23		
Faltas	0	0	0	0	0		
ASSIGNATURA DO PAE OU TUTOR							
1ª Semana	Maria de Almeida Castro						
2ª Semana	Maria de Almeida Castro						
3ª Semana	Maria de Almeida Castro						
4ª Semana	Maria de Almeida Castro						
Professora	Luzia Valle Teixeira						

Figura 4: Caderneta escolar de Raul Alves de Almeida, aluno do Grupo Escolar Delfim Moreira, de 1928 a 1931.

Nota: Documento pertencente ao egresso.

A frequência era aferida por dois itens: pontualidade e comparecimento. Acrescenta-se a isso o item que diz respeito a faltas, colocado de forma destacada na caderneta. Percebe-se, assim, que a permanência do aluno na escola republicana era um dos indicadores da preocupação com registros estatísticos e tinha finalidade social e política, a qual permitiria aos administradores conhecer os fenômenos, para assim poder

modificá-los. Uma das ações incrementadas a partir dos registros estatísticos era a supressão do ensino.

No que diz respeito à suspensão do ensino, os artigos 94, 95 e 96 fixavam que uma escola seria suspensa caso não atingisse o mínimo de 30 alunos freqüentes na cidade ou vilas, de 25 nos distritos e de 20 nas escolas rurais. O professor que porventura tivesse sua aula suspensa ficaria à disposição do governo, devendo assumir suas funções no lugar em que fosse designado, sob pena de perder o emprego, em caso de recusa. Se a suspensão das aulas acontecesse em função de forças da natureza, o professor seria recolocado no cargo logo que as causas da suspensão estivessem sanadas.

Todo empenho do governo ao regulamentar o ensino primário por meio da reforma de 1906 se deu visando à manutenção de um número cada vez maior de alunos na escola ou salas isoladas. Dessa forma seria possível uma homogeneização cultural das populações por meio de um programa e de um currículo únicos em todo o Estado de Minas Gerais. Por outro lado, pode-se afirmar que, por mais que o desejo expresso pela Reforma tenha sido o de organizar, sistematizar, regular e obrigar a freqüência à escola por parte das crianças mineiras, isto não foi levado a termo tal como a lei expressava. A inspiração francesa de constituição de um sistema educacional público não foi atendida na sua excelência no Estado mineiro. Ao regulamentar o ensino público, o governo mineiro não ditou regras para o ensino particular e associações, à exceção apenas da fiscalização no que se refere à higiene, moralidade e estatística como o artigo 9º do capítulo I.

O Capítulo VIII, o último do Título I da referida Reforma delibera sobre o Regime Escolar, Exames, Prêmios e Férias. Estabelecia o calendário escolar, o horário das aulas e os critérios para distribuição de classe, com base no decreto de n. 1947. Propõe o uso de monitoria por meio de alunos mais “inteligentes” nas classes consideradas mais “atrasadas”. Em relação aos exames, estes se dividiriam em exames de suficiência e finais e consistiriam na avaliação do conteúdo ministrado durante o ano. O Art. 102 institui que o exame seria público e a reunião das escolas em espaço público por ordem do inspetor para que se procedesse aos exames que durariam o tempo necessário. Os artigos 103 e 104, respectivamente, determinam que os exames seriam prestados perante uma comissão formada pelo inspetor, pelo professor da cadeira e uma pessoa qualificada. A aprovação do aluno condicionava-se a três situações: aprovado com distinção, aprovado plenamente ou simplesmente ou então não preparado para o caso de ser reprovado.



Os parágrafos 1º e 2º do Art. 105 e o Art. 106 e 107 ordenavam os exames finais. O aluno aprovado nos exames finais receberia certificados de aprovação elaborados em “bom papel” e outorgados em ato solene. Alunos não pertencentes ao estabelecimento de ensino poderiam se apresentar para realizar os exames finais a fim de adquirir o certificado de aprovação. Todo esse procedimento seria lavrado em ata e assinado pela comissão examinadora.

Se por um lado, a realização dos exames finais e o recebimento do certificado em ato solene estimulavam a permanência da criança na escola e a conclusão do curso primário, por outro lado significavam a idéia de finalização da vida estudantil, uma vez que a maioria dos alunos não teria condições de prosseguir os estudos, por razões de ordem econômica e cultural. Este fato fica disposto na entrevista realizada com egressos do Grupo Escolar. No depoimento do Sr. Antonio Alvarenga, este afirma.

Quando eu terminei o curso primário, o Padre Antônio fundou o Colégio Dom Bosco. Eu tive a oportunidade de fazer o ginásio. Já meus irmãos, alguns estudaram aqui também, mas só freqüentaram o curso primário. Na fazenda contratava professor para ir à roça. Ele ia lá e ensinava os filhos a estudar, fazer conta, ler livro, fazer leitura e aritmética, né? Assim que eu saí do Grupo, abriu o Dom Bosco, fiz o ginásio de 1931 a 1936, naquela época era cinco anos. Fazia o curso complementar porque quando abriu o Colégio não tinha o curso ginasial. Meus irmãos só fizeram o primário porque não havia o ginásio. No final do primeiro ano eu fiz as provas finais do curso complementar. No ano seguinte o Ministério aprovou o ginasial - 1932 a 1936.<sup>37</sup>

Neste trecho da entrevista, fica claro que o único espaço escolar existente na cidade, até 1930, data final da periodização estabelecida por este estudo, era o grupo Escolar. Portanto, terminar o primário, muitas vezes, constituía um fim em si mesmo. Em outra entrevista, pode-se confirmar tal hipótese.

Quando eu saí do grupo, fui estudar fora. Eu fiz ginásio, queria fazer um curso superior, mas que não tinha aqui perto, não tinha, precisava ir pro Rio. Eu fiz o ginásio. Naquele tempo eram cinco anos. Mas a menina ia direto para a faculdade, não tinha vestibular porque a quarta e quinta série, já eram cursos preparatórios. Mas aí eu tinha que ir para o Rio, eu estava pensando, mas meu pai achou difícil, não quis, ficou enrolando, quando ele resolveu, quando eu mandei os papéis para a matrícula, já tinha acabado as matrículas. Fiquei aqui, e como todo mundo sabe, mulher no interior quando não tem o que fazer, namora e casa.<sup>38</sup>

<sup>37</sup> Cf. Sr. Antonio Alvarenga de Resende (ex-aluno entrevistado).

<sup>38</sup> Cf. Sra. Maria Dora Drumond de Paula Lemos (ex-aluna entrevistada).

Os entrevistados freqüentaram o Grupo escolar em um mesmo tempo cronológico, de 1927 a 1930 e 1929 a 1932, respectivamente, confirmando, dessa forma, a interpretação dos fatos.

Ainda em outra entrevista, a idéia de finalidade do curso primário também se evidencia por razões econômicas ou culturais. Relata a Sra. Geralda Afonso da Costa.

Nas quatro primeiras séries estudei no Delfim Moreira. As professoras gostavam muito de mim. Eu gostava muito de estudar. Toda vida pensei em terminar o curso e ir para Uberaba e Uberlândia. Porque aqui tinha só o grupo. Pensava em um curso superior. Mas aconteceu que meu padrinho tinha uma filha, um ano mais velha do que eu, ela terminou o estudo aqui e ele levou ela para Franca. Ela adoeceu lá e os pais a tiraram da escola. Foram para o hospital e acabou morrendo. Então meu pai e minha mãe pensaram, levar filho pra fora para acabar morrendo?...Eu não queria parar de estudar, queria ser alguém, deixar um rastro neste mundo, para daqui a alguns anos saberem o que eu vivi nessa época. Queria pelear para estudar e ser alguém<sup>39</sup>.

Ainda que o Grupo Escolar Delfim Moreira estivesse legalmente instituído há mais de duas décadas, e que o projeto republicano de educação propugnasse uma nova representação de cultura escolar, as práticas sociais e as apropriações por parte da sociedade araxaense deste projeto não se concretizaram em plenitude.

Os exemplos acima recolhidos pelas entrevistas realizadas com egressos do Grupo Escolar contradizem o ideal republicano de educação. O Art. 108, parágrafos 1 e 2, fortalece a contradição, ao estabelecer que o Estado premiaria os alunos que mais se destacassem nos cursos primários do Estado, pela “inteligência, bom procedimento e assídua aplicação” por meio de admissão gratuita nos “institutos profissionais” num total de 20 alunos. Tal atitude encerra uma política de distinção e competição entre os estudantes e de afunilamento do acesso à educação, numa clara demonstração de que o governo não pretendia estimular o ensino secundário e superior para todos.

A Reforma do ensino de 1906 ainda dispõe mais cinco títulos que versam sobre: Escolas Normais, Inspeção do Ensino; Conselho Superior; Código Disciplinar e Disposições Transitórias, respectivamente. Oportunamente estes títulos serão contemplados quando se fizerem necessários, porque, segundo Magalhães,

[...] enquanto estruturas complexas, as instituições educativas apresentam uma diversidade de dimensões materiais e logísticas e de fatores de

---

<sup>39</sup> Entrevista com a Sra. Geralda Afonso da Costa realizada em 24 de agosto de 2004. Geralda Afonso da Costa (1912- 2005), natural de Araxá. Escreveu 5 livros, sendo 3 romances, 1 livro de poemas e sua autobiografia, foi membro da Academia Araxaense de Letras. Estudou no Grupo Escolar Delfim Moreira de 1920 a 1924.

organização tecnológica e humana, uma multiplicidade de papéis e funções, cuja abordagem na globalidade é praticamente impossível, tornando-se necessário fazer opções a cada momento.<sup>40</sup>

Nesse sentido é que se fez opção por estabelecer um recorte no regulamento do ensino de 1906 com vistas a concretizar o objetivo maior deste trabalho, que corresponde ao objeto de estudo inserido na História de Instituição.

Por fim, é possível concluir a análise sobre a Reforma do Ensino de 1906 asseverando que a reforma processou a afirmação social da escola, mesmo que de forma conflituosa, numa evidente preocupação com a modernização do Estado, com a projeção do espaço urbano e a nítida imposição às famílias da obrigatoriedade de escolarização das crianças, almejando, assim, a construção de um estado de Minas Gerais moderno e civilizado, conforme Cíntia Veiga.<sup>41</sup>

## 2- O grupo escolar nas deliberações legais (1908 – 1930)

Os novos esquemas doutrinários partem do princípio das idéias e do modo como deveriam ser as instituições escolares. Os princípios políticos do republicanismo e da democracia, no final dos anos de 1920, seriam firmados de acordo com os novos princípios da “moderna pedagogia”, muitas vezes excedendo em importância os princípios políticos. Substituiu-se, então, um “modelo político” por um “modelo pedagógico”.

Os anos compreendidos pela periodização estabelecida foram férteis para deliberações legais sobre o ensino no Estado de Minas. Entretanto, para efeito de análise da importância dos grupos escolares optou-se por fazer referência, sucintamente, somente às deliberações e, em relação a estas, somente às partes que se referem aos grupos escolares.

A Reforma João Pinheiro, de 1906, teve como finalidade a implantação e a expansão dos grupos escolares como modelo de escola primária ou elementar pelo Estado de Minas, apesar de o início do debate em prol da criação dos grupos escolares datar de

---

<sup>40</sup> MAGALHÃES, Justino. Contributo para a História das Instituições Educativas - entre a memória e o arquivo. Universidade do Minho. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (orgs). **Para a História do ensino Liceal em Portugal**: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade de Minho, 1999. p. 70.

<sup>41</sup> VEIGA, Cynthia Greive. Escola Nova: a invenção de tempos, espaços e sujeitos. In: MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais 2000. p. 49-65.

1892, como aponta a tese de Borges referida no item anterior. Entretanto, nos anos que vão de 1908 a 1930, instaurava-se, a partir da emergência de reorganização da República, a necessidade de ajustar a escola às novas práticas republicanas.

Os dispositivos sobre o ensino de 1913 e 1914 deliberavam, acerca dos grupos escolares, segundo Mourão, a aprovação do programa de trabalhos manuais. Aprovou a organização do “serviço de inspeção médica junto às escolas públicas e grupos escolares” Por meio da Lei n. 602 de 12 de setembro de 1913.<sup>42</sup> Deu-se início, a partir da regulamentação da lei, a um movimento higienista preocupado tanto com o físico quanto com o intelecto.

Em 1916, o governo do Presidente Delfim Moreira da Costa Ribeiro, que compreendeu poucas modificações, estabeleceu as seguintes diretrizes em relação à função de diretores de grupo escolar e funcionários de confiança do governo: a impossibilidade de efetivação no cargo público, cuja nomeação ou exoneração ficava a cargo do Presidente do Estado; a determinação do concurso como pré-requisito para a carreira do magistério, bem como a preferência por candidatos que possuíssem o curso normal. Outra medida consubstanciada pela lei trata da efetivação de professores primários que demonstrassem “[...] prova cabal de idoneidade profissional, [...] em períodos maiores de três anos, [...] desde de que sobre ele não haja em seus assentamentos, [...] nota alguma que os desabone”.<sup>43</sup> Chama a atenção a finalidade dos dispositivos de 1916. O Art 25 delibera que as disposições apresentadas autorizariam o governo a consolidá-las, uma vez que a finalidade destas seria a redução das despesas do Estado.

Portanto, as deliberações legais visavam racionalizar os gastos do Estado e fortalecer a ação do Estado por meio de ações político-econômicas. Ao mesmo tempo em que se investia na expansão dos grupos escolares, reduziam-se os custos com a manutenção desse novo modelo.

Quanto à expansão dos grupos primários, Mourão apontou, cronologicamente, os grupos escolares criados no estado durante o ano de 1917. Perfaziam um total de vinte e oito grupos escolares. No ano de 1918, o governo de Delfim Moreira da Costa Ribeiro realizou o último ato administrativo no que se refere à criação de grupos escolares. Neste, em especial, foi criado um total de quinze grupos escolares em diversas regiões do Estado

---

<sup>42</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930). Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 268.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 290.

de Minas Gerais, devidamente referendado pelo Art. 45, Capítulo IV, o qual asseverava que se daria preferência à criação de grupos nas localidades que se propusessem a auxiliar, por meio de ajuda material de qualquer espécie, a execução do plano de ensino do governo. Ficava, pois, consolidada a ação político-econômico de educação gratuita, pública e universal. Curiosamente, nenhum grupo escolar criado durante os anos de 1917 e 1918 beneficiou as regiões do Alto Paranaíba ou Triângulo Mineiro.

Seguindo o recorte estabelecido sobre as deliberações legais de 1908 a 1930, importa apresentar as modificações realizadas pelo Presidente do Estado Artur Bernardes durante seu governo. Em 1920, o Presidente “sancionou a Lei n. 800 de 27 de setembro, que reorganizou o ensino primário no Estado”, segundo Mourão. De acordo com o autor, podem-se apontar algumas inovações, que aqui importa atentar porque

[...] as escolas primárias passaram a ser classificadas em três categorias: escolas do 1º grau; escolas do 2º grau; grupos escolares; [...] nomeações para o professorado primário deveriam recair ‘de preferência sobre normalistas solteiras ou viúvas sem filhos’; [...] previa-se o funcionamento de escolas singulares ou reunidas, ou ainda classes de grupos, em dois turnos, quando houvesse mais de 40 alunos freqüentes. [...] determinar que as escolas mantidas pelas municipalidades ou por associações fossem subvencionadas, permitindo assim um auxílio do Estado”.<sup>44</sup>

Ainda em relação às modificações inseridas no sistema de ensino mineiro do período chama a atenção o “reconhecimento à liberdade de iniciativa sobre o ensino e o próprio auxílio do poder público amparando-a”, no que se refere às instituições particulares de ensino.<sup>45</sup> Outra deliberação da referida lei dizia respeito ao ensino facultativo do ensino religioso, bem como “a subvenção mensal por aluno pobre que freqüentasse a escola particular situada a mais de quatro quilômetros da escola próxima”.<sup>46</sup>

Interessante notar a atualidade da Lei de reorganização do ensino Artur Bernardes. Uma de suas propostas residia na obrigatoriedade de freqüência de crianças de sete a quatorze anos à escola, sob pena de multa e até prisão dos pais ou responsáveis que descumprissem a lei. Essa medida sugere que não constituía interesse dos pais a escolarização de seus filhos. Outra obrigação disposta em lei era o comparecimento de analfabetos maiores de 14 anos em escolas noturnas, nos lugares onde estas existissem, com vistas ao aprendizado da leitura, escrita e as quatro operações. Em relação aos adultos

---

<sup>44</sup> *Ibidem*, p 321.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p.322.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p.323.

analfabetos que fossem funcionários públicos, a frequência à escola noturna tornava-se obrigatória, sujeita a severas penalidades. Esta seria mais uma forma de moldar e de controlar a sociedade civil.

O propósito do estudo em questão é apontar as modificações que as deliberações legais realizaram na estrutura e no funcionamento dos grupos escolares; entretanto, julga-se importante caracterizar outra mudança estruturada pela Lei n. 800 de 27 de setembro de 1920. De acordo com Mourão, apoiado no Capítulo I, Título II do Decreto n. 3.191 de 9 de junho de 1911, na Secretaria do Interior criou-se

[...] a Diretoria de Instrução, ‘com as atribuições do Capítulo I, do Título II do decreto n. 3191 de 9 de junho de 1911 e mais os decorrentes desta lei e das leis e regulamentos de instrução em vigor.’ Seria editada pela Diretoria de Instrução a revista do ensino, com trabalhos de professores, relatórios e informações para o aperfeiçoamento e difusão do ensino primário e alguns atos oficiais do interesse dos professores.<sup>47</sup>

Portanto, toda reorganização do ensino concorria para a difusão do ensino no Estado mineiro do governo Artur Bernardes.

Em comum, nas deliberações descritas acima, percebe-se o entusiasmo pela educação com a multiplicação de escolas, usada como argumento político partidário de dominação. A ideologia disseminada fazia crer que a generalização da oportunidade de ensino a todas as classes sociais garantiria a manutenção de um Estado Republicano. Enquanto os intelectuais proclamavam que somente a escola poderia inserir o Brasil no caminho das grandes nações do mundo e que à escola cabia a função de preparação do cidadão para o mundo do trabalho, a elite rural se apropriou dos ideais republicanos para manter a ordem estabelecida. Havia um novo regime, porém não se pretendia estender à massa os privilégios da classe dominante.

Do entusiasmo pela educação enquanto manifestação de interesse político passou-se ao otimismo pedagógico, de acordo com Nagle. Toda crença nas mudanças que seriam estabelecidas por força e vontade política transpuseram os portões da escola e instalaram-se nos métodos e técnicas do pensamento pedagógico.

Na Europa, a escola nova ganhou espaço na escola elementar e na implantação dos jardins de infância. Uma escola cuja concepção acreditava na construção e na reconstrução do conhecimento institucionalizado pelo homem. Nos Estados Unidos, Dewey defendia uma escola nova como adaptação do homem ao meio.

---

<sup>47</sup> *Ibidem*, p.325-326.

O Brasil não ficou alheio a todas essas transformações. No início do século XX já havia expressões do pensamento escolanovista entre os intelectuais da educação. Mas foi somente nos anos de 1920 que Lourenço Filho, com a reforma na educação de Pernambuco, começou a difundir as idéias e os princípios do escolanovismo. Embora se possa destacar Lourenço Filho como um defensor desta concepção de educação, encontram-se em todas as reformas ocorridas nos estados, nesta época, expressões deste pensamento. Em Minas, a reforma Francisco Campos previu princípios da nova concepção de educação, ainda que mantivesse muito da educação tradicional, percebida no ensino da educação religiosa, da moral e dos bons costumes.

Todas estabeleceram uma educação primária gratuita, pública e obrigatória. Ao longo dos anos de 1920 percebeu-se um surto arquitetônico de verdadeiros “palácios” para a consecução do plano de modernização e democratização do Brasil. A tarefa era complexa, pois aliado a todos os problemas burocráticos-administrativos enfrentados na implantação de instituição escolar, ainda se necessitava resolver o problema da formação de pessoas qualificadas para dar aula, uma vez que se exigia o diploma do curso normal para esse fim.

Embora grandes inovações tivessem sido propostas pela reorganização do ensino de Artur Bernardes, de 1920, de acordo com Mourão, entre os anos 1921 e 1924 uma proposta importante modificaria o ensino primário durante o governo Olegário Maciel, cujo Secretário do Interior era Fernando de Melo Viana.

O Regulamento do Ensino Primário de 1924, disposto pelo Decreto n. 6.655 de 19 de agosto de 1924, passou a vigorar a partir de 12 de janeiro de 1925. Como proposto, ater-se-á às deliberações legais relativas aos grupos escolares, que constituíram inovações.

Resumidamente pode-se apontar a reestruturação da organização das escolas públicas em infantis, primárias e complementares; a subvenção ao ensino particular; a divisão do ensino público primário em fundamental e complementar. Apareceu, pela primeira vez, alusão ao [...] “ensino ‘leigo, obrigatório e gratuito’ e o complementar, ‘igualmente leigo’, seria facultativo e gratuito para os menores pobres”.<sup>48</sup> Diferentemente da Reforma João Pinheiro, de 1906, o Regulamento do Ensino de 1924, do governo Melo Viana, estabeleceu, por meio de legislação competente, a laicização do ensino, preceito básico da república instituída.

---

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 339.

O Regulamento inovou, também, ao propor a criação dos conselhos escolares, compostos do agente administrativo responsável pela cidade, o diretor do grupo escolar e outros seguimentos da sociedade, cujas funções eram:

[...] solenizar festas, representar ao governo sobre as necessidades do ensino, deliberar sobre medidas que incrementassem a difusão do ensino, indicar inspetor municipal ou distrital, fiscalizar a instrução, vigiar assiduidade de professores e alunos, promover fundos para as caixas escolares, proteger o menor desamparado, promover fundações que fornecessem facilidades a alunos pobres, etc etc.<sup>49</sup>

A estratégia elaborada pelo Regulamento de 1924 instaura práticas sociais em nome da educação que prescrevia lugares de inserção da sociedade dentro do espaço escolar. A escola passou a operar mediante as representações construídas não apenas pelos atores escolares, mas também por outros segmentos. Essa interação produziria novas práticas, que segundo Chartier,

[...] permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns “representantes” (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.<sup>50</sup>

Sob a emblemática de estimulador do desenvolvimento do ensino primário e como “órgão auxiliar da administração”<sup>51</sup>, compunha-se de grupo de pessoas “dentre as principais do lugar”<sup>52</sup> numa evidência clara da utilização da diversidade intelectual na busca da coesão da sociedade contraditória. Sob o signo de benfeitores da sociedade, elaboravam práticas que implicavam a moldagem de um lugar simbolicamente construído na e pela contradição das relações estabelecidas pela sociedade. E, ainda, na institucionalização de discursos que objetivavam perseverar a existência de determinado grupo em detrimento de outro. Nessa perspectiva, Werle afirma que fazer história de instituições supõe retomar as formas de estruturação jurídica e a sua materialidade.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 341.

<sup>50</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 23.

<sup>51</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930). Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 341.

<sup>52</sup> *Idem*.



A abordagem da dimensão institucional poderá evidenciar o conflito entre o instituído e os processos de institucionalização, os momentos, fases ou períodos em que a instituição tendeu a tornar-se um artefato, com funcionamento independente, destacando-se das propostas fundadoras. O jogo entre o instituído e o instituinte, a totalidade em organização, os processos de estruturação e não apenas o estruturado, esses são os desafios a enfrentar no empenho de compor narrativas referentes à história das instituições escolares.<sup>53</sup>

De conformidade com a autora supracitada, as deliberações legais se materializaram em representações que articularam um conjunto de práticas sociais que serviram ao papel de homogeneizadoras de uma sociedade contraditória. Ao condicionar a escolha do grupo representativo da sociedade, dentre as principais pessoas do lugar, privaram-se os demais grupos de manifestação e de materialidade de suas práticas e representações sociais.

Às deliberações legais cabem, dessa forma, a institucionalização do instituído materializado na representação, nas práticas sociais e nas apropriações. É por esse viés que se entende a história de instituições como:

[...] transpassada e constituída por relações de poder, vinculada à figura de uma pessoa principal, inaugural, que nos primórdios da instalação da instituição contribuiu para criá-la e a seus “herdeiros” que interpretam o ideário, aspirações e necessidades institucionais em diferentes momentos temporais.<sup>54</sup>

Tal compreensão implica continuar a interpretação da herança transposta da Reforma João Pinheiro às demais reformas e deliberações, que tinham como finalidade regulamentar e organizar segundo um ideário, aspiração e necessidades institucionais decorrentes de um tempo específico. Nesse intuito, procede-se a análise da instrução pública no governo Melo Viana com relação aos grupos escolares.

Um dos primeiros atos da instrução pública do governo Melo Viana quanto aos grupos escolares dizia respeito à criação dessa instituição de ensino no território mineiro. Foram criados onze grupos escolares, no ano de 1925, e, em 1926, mais três instituições desse modelo segundo Mourão.<sup>55</sup> Dentre estes, apareceu a criação do Grupo Escolar em

<sup>53</sup> WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das Instituições Escolares: de que se fala? *In*: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba: Pontifícia Universidade Católica (PUC/PR); Palmas: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. p.19.

<sup>54</sup> *Idem*.

<sup>55</sup> Cf. MOURÃO, *Op. Cit.*

Monte Carmelo, região do Alto Paranaíba, denominado Grupo Escolar Melo Viana. Durante o governo Melo Viana, notadamente ao que diz respeito aos grupos escolares, percebeu-se uma preocupação em construir novos espaços de escolarização na forma de grupos escolares, inclusive com a disponibilização de recursos financeiros para esse fim. Entretanto, em relação às inovações no regulamento dos grupos escolares, verificou-se uma preocupação na alteração ou reorganização dos programas dos grupos escolares.

Em 1927, o governo do Presidente Antonio Carlos realizaria a Reforma do ensino sob orientação de Francisco Campos, Secretário do Interior. Essa reforma focalizaria, de acordo com Mourão, “muito especialmente, os métodos de ensino e a finalidade educativa da instrução primária”. Afirma, ainda, este autor, que se buscou aplicar decisivamente “progressos da Pedagogia e da Psicologia Educacional”.<sup>56</sup>

Apesar de o recorte temático estabelecer como critério a atenção às mudanças ocorridas em relação aos grupos escolares, serão feitas algumas observações sobre a Reforma Francisco Campos que se julgam necessárias.

De acordo com Veiga, a Reforma Francisco Campos vem ao encontro do movimento renovador da educação produzido nos anos de 1920. A escola tornou-se o lugar de muitas inscrições, dependendo de como funcionava o discurso de educação, resultante de uma campanha propagandista das novas idéias.

Enquanto intérpretes de novas idéias, estas elites precisavam desqualificar velhas concepções, hábitos e valores disseminados na população, colocando a educação como tema fundamental de suas ações. [...] Podemos, de imediato, qualificá-lo como um lugar político que esteve associado à construção de um projeto civilizador, anunciado pelas elites desde o século XIX, e traduzido como necessidade de modernização da sociedade através da alteração das ações políticas, das estruturas econômicas e das práticas culturais.<sup>57</sup>

A autora ainda argumenta que as representações materializadas nas práticas sociais desejavam construir uma concepção de tempo histórico que rompesse com a tradição, por meio da “propalada centralidade na população, como objetos dos discursos médicos e pedagógicos, ambos necessários para legitimar novas ações da escola e da República”.<sup>58</sup> Dessa forma, ao realizar a Reforma, a construção destes discursos

---

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 372.

<sup>57</sup> VEIGA, Cynthia Greive. Escola Nova: a invenção de tempos, espaços e sujeitos. *In*: MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais 2000. p. 50.

<sup>58</sup> *Idem*.

concentraram-se na contraposição ente o velho e o novo, representados respectivamente pela educação no Império e a Reforma Francisco Campos. As escolas eram representadas como templos modernos do saber, o espaço renovado dos métodos modernos de ensino e aprendizagem, em contraposição ao ensino centrado no mestre, na memorização, na disciplina da palmatória, nos métodos de soletração cantarolada etc.<sup>59</sup>

A inauguração de uma nova época rejeita todas as demais experiências empreendidas, entre 1906 e 1927, na construção do projeto político de educação da República e faz, como afirma Veiga, “tábula rasa” destas experiências.

Comparativamente, Borges<sup>60</sup> chama a atenção para o nascedouro dos debates acerca da implantação dos grupos escolares como modelo escolar durante o período de 1892 a 1898, materializado, inclusive, pelo Projeto de Lei n. 409 de 1898. Contudo, apesar da anterioridade do discurso político, a modificação efetivada durante o governo João Pinheiro alterou significativamente a mentalidade da organização da escola no Estado de Minas, notadamente no que se refere a espaços, tempos e currículos escolares.

Dessa forma, não se pode delegar à Reforma Francisco Campos a idéia de modernidade. Como sinalizam os documentos apontados nos estudos de Veiga<sup>61</sup> e Borges<sup>62</sup>, a interlocução entre o novo-velho, arcaico-moderno já estava presente na ruptura engendrada pela República, em 1889.

Concernente aos grupos escolares, as mudanças estabelecidas pela Reforma Francisco Campos situaram-se, como indica Mourão, na divisão do ensino fundamental em dois graus: escola infantil e escolas primárias. O recrutamento de técnicos especialmente formados na Escola de Aperfeiçoamento, cujas atribuições, dentre outras, consistiam no estudo e na orientação técnica dos estabelecimentos públicos sobre os “[...] recentes processos de instrução primária, tais como Decroly, Dalton Plane, escola Livre, escola Ativa, etc, sugerindo meios práticos de introduzi-los gradativamente na instrução pública do Estado”.<sup>63</sup> Também tratava da implantação de assistência médica e dentária, cuidados de higiene escolar, criando a Inspetoria de Higiene e Assistência Médica e Dentária Escolar.

---

<sup>59</sup> *Idem.*

<sup>60</sup> BORGES, Vera Lúcia Abrão. **A instrução pública primária na fala da elite mineira, 1892 a 1898**. 1998. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC/SP, 1998.

<sup>61</sup> Cf. VEIGA, *Op. Cit.*

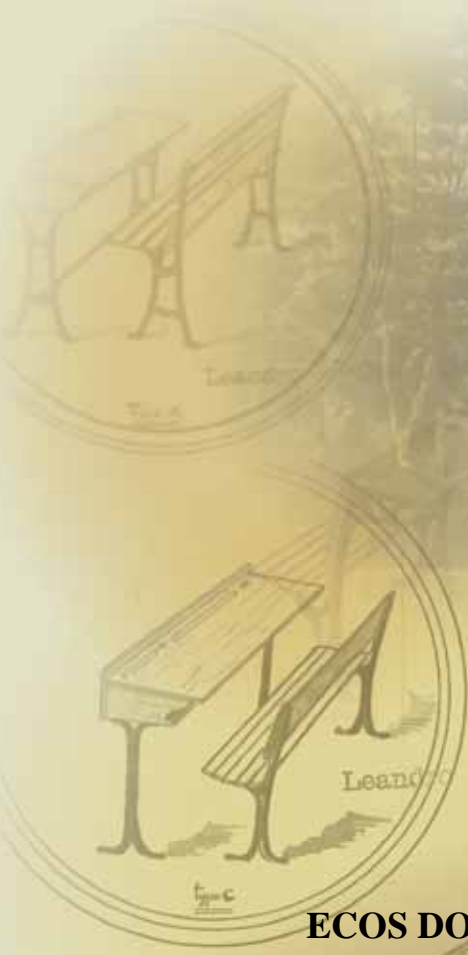
<sup>62</sup> Cf. BORGES, *Op. Cit.*

<sup>63</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 374.

Outra inovação percebida na análise da literatura referente à reforma de 1927 diz respeito aos prédios escolares e às especificações que deveriam conter suas construções. A instalação de um grupo escolar ficaria circunscrita às localidades que tivessem mais de trezentas crianças em idade de sete a quatorze anos.

A reforma Francisco Campos abordou um tema polêmico para a época. Até então, o ensino religioso era considerado facultativo e deveria ser ministrado fora do horário escolar, pelos ministros da religião católica. Entretanto, a reforma do ensino de 1927 determinou que o ensino religioso poderia ser feito ainda dentro do horário escolar, contrariando os princípios republicanos de nação.

A Reforma Francisco Campos, de 1927, preocupou-se, particularmente, como já afirmado nos estudos de Mourão e mais recente em Veiga, com o otimismo pedagógico, buscando consolidar o projeto republicano nas práticas elaboradas nos espaços escolares com vistas a regenerar a República. Portanto, a Primeira República foi próspera em deliberações legais que, em síntese, objetivavam um novo projeto educacional. A educação pública passou a conferir um sentimento de preocupação na ordem do dia, abrindo um espaço significativo para o grupo escolar.

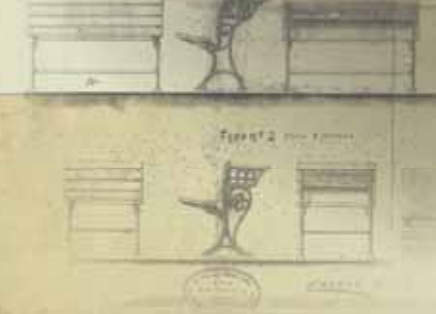
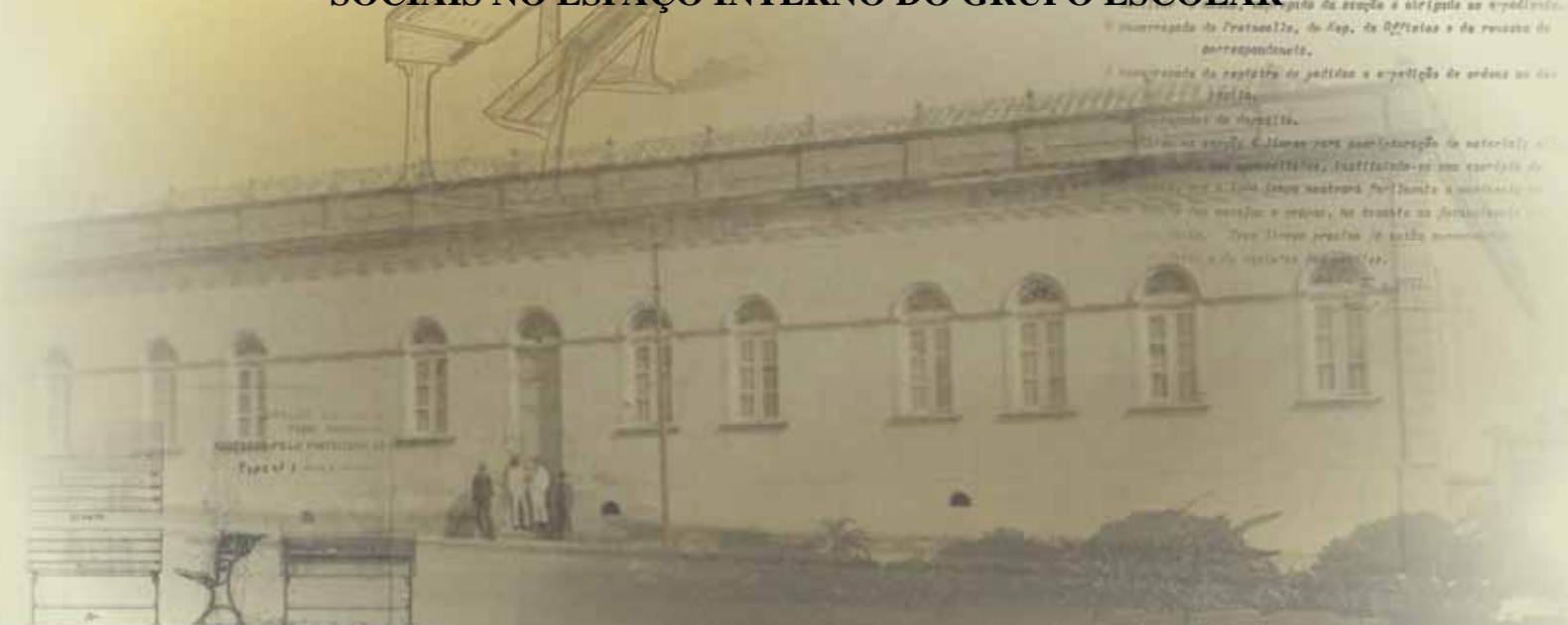


- 1—O bom alumno ama e respeita a seu pais e a sua mãe.
- 2—Gostaria e obedece a seu professor e a seus superiores.
- 3—É amigo de seus irmãos e trata bem aos collegas.
- 4—Comparece pontualmente ás aulas.
- 5—Faz do melhor modo possível o seu trabalho diário.
- 6—É sempre attencioso, cortez e applicado.
- 7—Sabe dizer a verdade e cultivar a energia.
- 8—Considera uma grande felicidade poder estudar.
- 9—Venera a Bandeira Nacional e cultiva o amor da Patria.
- 10—Honra e adora o nome de Deus, obedece sempre ás suas leis, conforme nos ensina Jesus Christo.

N.º 11.—Peça a V. Excia. que não assigne apenas nominalmente esta caderneta, mas que antes de assignar a mesma, consulte os seus allegados, para saber se o alumno a quem a assignar, tem condições para estudar.

### CAPÍTULO III

## ECOS DO PROGRESSO: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO INTERNO DO GRUPO ESCOLAR



Aluno \_\_\_\_\_  
 Mes de \_\_\_\_\_  
 de 1915

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Arrependido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Promovido	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Faltoso	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Alargado	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Expulso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Faltoso	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Compendido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Faltoso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ASSIGNATURA DO PAZ OU TUTOR  
 1ª Semana \_\_\_\_\_  
 2ª Semana \_\_\_\_\_  
 3ª Semana \_\_\_\_\_  
 4ª Semana \_\_\_\_\_  
 Professora \_\_\_\_\_



### **CAPÍTULO III**

#### **ECOS DO PROGRESSO: PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ESPAÇO INTERNO DO GRUPO ESCOLAR**

Os aspectos analisados até o momento permitiram perceber que a inauguração do primeiro grupo escolar concretizou um sonho acalentado pela cidade, desde 1908, quando, em vista da percepção dos poucos recursos e verbas destinados à instrução pública elementar em Araxá, solicitou-se auxílio ao governo estadual para que as escolas em funcionamento não fossem fechadas.

Não obstante, entre a consciência dessa precariedade e a inauguração do grupo escolar como forma de organização escolar primária, transcorreu algum tempo. O grupo escolar somente foi inaugurado em 28 de setembro de 1911, a despeito de todos os desejos manifestados pela sociedade araxaense.

Neste capítulo, interpretou-se os ecos da política de modernização instituída pela República, por meio das representações e das práticas construídas e desenvolvidas ao longo da consolidação do Grupo Escolar Delfim Moreira. Desejou-se analisar tais práticas e representações à luz da organização do tempo e do espaço escolares; da configuração do currículo como instrumento de inserção do cidadão na nova ordem estabelecida; da efetivação da modernização pedagógica na construção desse projeto, da consubstanciação dos valores da modernidade expressos pela higiene, pela moralidade e pela estatística. Ainda se pretendeu configurar o espaço conquistado pelo grupo, enquanto instituição

pública, gratuita e universal, bem como a sua influência nas representações sociais da cidade e, por conseguinte, na região do Alto Paranaíba.

Para tanto, apoiou-se nos estudos de Escolano (1998); Frago (1998); Magalhães (2004); Chartier (1991); Gouvêa; Rosa (2000); Mourão (1962); Veiga (2002) e Cambi (1999), os quais trazem dados acerca desse novo modelo de organização escolar, assim como em documentos recolhidos no Arquivo do Grupo Escolar Delfim Moreira – Ofícios recebidos dos anos de 1915 a 1937; Atas de exame dos anos de 1926 a 1936; Atas das Sessões da Mesa Administrativa da Caixa Escolar de 1911 a 1943; Livros de Matrícula dos anos de 1929, 1930, 1931, 1932, 1935 e 1943<sup>1</sup>, no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte – Ofícios e Correspondências diversas dos anos de 1908 a 1930<sup>2</sup>, e nas entrevistas realizadas com oito egressos do grupo.

A organização do grupo escolar impôs-se como um avanço notável ao que até então se difundia. A experiência paulista serviu de modelo para as demais cidades do país; contudo, o processo de implantação e expansão desse novo modelo esteve vinculado às necessidades sociais e culturais de cada local. Dentre os condicionantes da política de implantação dos grupos escolares, evidenciaram-se as particularidades políticas e econômicas, bem como o nível de organização escolar existente em cada estado.

Em meio a esse movimento de contraposição do novo ao velho, a materialização das práticas e das representações sociais no espaço interno do Grupo Escolar que se buscou tratar a seguir.

## **1- A organização do currículo como parte do projeto de modernização da República: Decreto n. 1960 de 16/12/1906.**

A problemática enfrentada pelos republicanos refletia as características dos diversos períodos da educação brasileira até aquele momento, em que a relação contraditória intrínseca às transformações econômicas e sociais permeou as lutas pelo poder e foi usada como instrumento de fortalecimento da desigualdade social.

---

<sup>1</sup> Estes documentos correspondem ao total de documentos existentes no Arquivo da Escola Estadual Delfim Moreira, em Araxá, MG, na data estabelecida para pesquisa.

<sup>2</sup> Vide em anexo a relação de documentos selecionados para análise, pertencentes ao Arquivo Público Mineiro.



Neste sentido, a educação se inseriu como recurso para a concretização da mudança almejada pela República. A organização do currículo como parte desse processo pressupôs a apropriação do novo por seus diversos atores: o diretor, o professor e o aluno.

O novo, nesse caso, constituía a organização do mundo social a partir da ordem e do progresso, conceitos elencados pela República. A constituição dessa nova forma de interpretar o mundo social implicou uma mudança nos sentimentos e nos símbolos que permeavam o espaço da escola e da sociedade brasileiras. Nesse sentido, pode-se destacar a preocupação evidenciada nos documentos oficiais no sentido de demonstrar a ruptura com o velho, como se pode perceber na citação abaixo.

A impressão que levo desse estabelecimento é a mais animadora possível: elle desempenhará a sua missão, que é, na linguagem do puro republicano que foi João Pinheiro da Silva – ‘o alicerce onde se levantará a futura grandeza do Estado’.<sup>3</sup>

No documento expedido por esse inspetor regional percebe-se os movimentos de continuidades e rupturas que se articularam a outros dados em torno da condição e das relações sociais entre os atores do processo, permitindo interpretar as práticas relatadas como as representações que projetavam os símbolos de uma época.

Assim, com respaldo em Chartier<sup>4</sup>, entende-se que as práticas realizadas pelos sujeitos, as práticas de outros grupos, da escola, dos agentes escolares, da sociedade e do papel que a escola tem e deve ter na sociedade, bem como a posição que assumem e que os identifica, produzem as representações apropriadas por meio de práticas que desenvolveram.

No que se refere à República, foram introduzidos símbolos e modelos que conformariam as novas práticas e representações do grupo, almejando a construção de uma identidade social. Dessa forma, o currículo configurou-se como um espaço específico para que os deslocamentos fossem produzidos e as instituições de ensino apresentaram-se como espaços de apropriações dessas práticas. Nessa perspectiva, o trecho retirado do Termo de Visita do inspetor regional ao Grupo escolar revelou traços da organização escolar e das representações que deveriam permear o currículo: “Aos inteligentes alumnos – que têm

---

<sup>3</sup> UBERABA. Circunscrição Literária. Inspeção Regional. Termo de visita do inspetor Alceu de Souza Novaes ao Grupo escolar Delfim Moreira. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 2 dez. 1911. (Arquivo Público Mineiro).

<sup>4</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 11(5). São Paulo: EDUSP, 1991. p. 173-191.

mostrado amor ao estudo, mantendo extraordinária freqüência – consigno também os meus parabéns, desejando muita ordem e muito progresso”.<sup>5</sup>

Toda a organização da escola gravitava em torno dos preceitos republicanos de ordem, progresso, civilidade, modernidade, disciplina. De um lado, tinha-se um construto cultural inspirado no ideal republicano expresso na política de João Pinheiro, qual seja de modernidade pedagógica. De outro lado, observa-se a celebração do entusiasmo com o positivismo como ciência, que prescreveria o progresso. O espaço de ensino-aprendizagem era, antes de tudo, um espaço para a execução de um repertório de ações que objetivava a apreensão de um conjunto de valores, a saber, a ordem, a disciplina e a vigilância.

Enunciados tais como “mostrando amor aos estudos, mantendo extraordinária freqüência” e, em seguida, o desejo de “muita ordem e muito progresso”, observados no documento citado, expressam a representação dos valores materializados nas relações estabelecidas no projeto modernizador da República, consubstanciado na reforma João Pinheiro, de 1906.

A Reforma João Pinheiro serviu a dois propósitos. Primeiro: a implantação dos grupos escolares em detrimento das salas isoladas; segundo: a reforma do ensino nos seus aspectos metodológicos. Na produção de um espaço escolar específico expressava a preocupação reformadora da República. O currículo estabelecido por essa reforma apresentava a escola com uma nova configuração que abarcava preceitos disciplinadores e higienistas.

### **1.1- Instruir, Treinar e Fixar: Instruções Metodológicas para o ensino dos conteúdos da escola primária**

As Instruções Metodológicas para o Ensino Primário compreendiam o curso de 4 anos em que os alunos estudariam as disciplinas que constam no quadro abaixo.

---

<sup>5</sup> Cf. NOVAES, 1911, *Op. Cit.*

**QUADRO 3**  
**Instruções Metodológicas para o Ensino Primário**

SÉRIES	DISCIPLINAS	
	Lei n. 281 de 16 de setembro de 1899 – Silviano de Almeida Brandão	Reforma do Ensino de 1906. Lei n. 439 de 28 de setembro de 1906 – João Pinheiro da Silva
Da 1ª a 4ª	Leitura e Caligrafia; Ensino prático da Língua Portuguesa; Aritmética; Noções de Geografia e História do Brasil; Lições das Coisas; Educação Moral e Cívica e Leitura das Constituições Federal e do estado de Minas.	Leitura e Escrita; Língua Pátria; Aritmética; Geografia; História do Brasil; Instrução Moral e Cívica; Geometria e desenho; História Natural, Física e Higiene; Exercícios Físicos; Trabalhos Manuais; Música Vocal; Museu Escolar.

Fonte: Dados que constam na obra de Paulo Krüger Corrêa Mourão

Nota: Dados organizados pela autora.

O quadro elaborado pretendeu dar visibilidade às mudanças resultantes da implantação da Reforma de 1906, realizada pelo presidente do Estado de Minas Gerais. Introduziram-se as disciplinas Geometria e desenho; História Natural, Física e Higiene; Exercícios Físicos; Trabalhos Manuais; Música Vocal; e o Museu Escolar, além da preocupação na intensificação das disciplinas até então constantes do currículo do ensino primário, mas que apareciam apenas como noções. Estas disciplinas seriam gradativamente incorporadas aos 4 anos do ensino primário, graduando-se as dificuldades.

No tocante à leitura e à escrita, essa reforma prescrevia uma gama de exercícios que propunham partir do fácil para o difícil, do simples para o complexo. O aluno deveria estabelecer contato com a língua falada e escrita, gradualmente, conforme as dificuldades apresentadas pelo som e pela grafia. Durante o primeiro ano, a leitura deveria apresentar-se em pequenos vocábulos de fácil entendimento e de fácil decomposição em sílabas simples, que dariam origem a outras. Os exercícios de fixação baseavam-se na repetição da metodologia citada, até que o aluno pudesse ler pequenas historietas no livro adotado.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República** (1889-1930). Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 115-119.

Em relação à escrita, o procedimento era o mesmo. Em princípio, o aluno fazia cópias sistemáticas com lápis para, aos poucos, realizar a cópia a tinta.

Tais estratégias permaneciam as mesmas até o quarto ano, apenas graduando-se as dificuldades de leitura e de escrita. Dentro desse conjunto de considerações, importa apresentar as representações apropriadas acerca dessa prática, pelos egressos. Ao perguntar como haviam aprendido a ler, alguns depoimentos dos ex-alunos foram destacados. De acordo com o ex-aluno Antonio Alvarenga de Resende, ensinar a ler e a escrever consistia em: “Ensinando a gente a escrever o ABC e tal. Depois que aprende o ABC, começa a combinar as letras, depois vai fazendo as leituras mal feitas, gaguejando e tal, depois no fim do ano a gente estava lendo corretamente”.<sup>7</sup>

A representação sobre o ensino da leitura e da escrita descrita no depoimento do ex-aluno permitiu interpretar que o Programa das Escolas Primárias do Estado de Minas Gerais não era cumprido à risca no que dizia respeito ao método intuitivo. Ainda que se buscasse partir do fácil para o difícil, do simples para o complexo, privilegiava-se, ainda, a relação abstrata de ensino e aprendizagem, contrariando, portanto, as instruções do método intuitivo.

Quando perguntado como eram as aulas, o ex-aluno, Boanerges da Silva Lemos Silva, comentou.

Os materiais escolares que a gente tinha na época era um caderninho de 200 réis. 0,2 centavos hoje. Caderninho simples, tinha um de 2 linhas que era para caligrafia e outro de papel simples. Então a gente não tinha livro. A professora ia para o quadro negro, escrevia tudo lá, as frases para a gente copiar. Trabalhava, viu. Não era brincadeira não. No mesmo caderninho de matemática, escrevia a composição. A professora recolhia o caderno no fim da tarde, corrigia em casa e no outro dia devolvia. Mandava falar sobre a bandeira nacional, o civismo, ensinava os símbolos nacionais. Naquele tempo o verdadeiro “método global” era daquela época. A professora ensinava religião mandando escrever português. Mandava escrever sobre a fuga do Egito.<sup>8</sup>

Sobre as especificidades da aplicação do método encontrou-se a seguinte descrição.

O método intuitivo foi inventado na Inglaterra e nos Estados Unidos ao longo do século XIX, conhecido como “object teaching” ou “object lesson”. No Brasil, o método intuitivo chegou primeiro através de alguns compêndios de “Lições de Coisas”, inspirados em similares franceses (“Leçon de Choses”). Em 1886, a Tipografia Nacional publicou as

---

<sup>7</sup> Cf. Sr. Antonio Alvarenga de Resende (ex-aluno entrevistado).

<sup>8</sup> Cf. Sr. Boanerges da Silva Lemos (ex-aluno entrevistado).

Primeiras Lições de Coisas do americano Norman Allison Calkins, com tradução e adaptação de Rui Barbosa, cuja adoção pelo Governo Imperial marca oficialmente a introdução do método intuitivo nas Escolas Normais e entre os professores primários. A difusão do método intuitivo influenciou desde cartilhas de alfabetização até livros didáticos de várias matérias.<sup>9</sup>

Nesse sentido, pode-se asseverar que a prática pedagógica empregada pela Reforma de Ensino consubstanciava-se na repetição de exercícios aleatórios que objetivavam tão somente a aquisição do código lingüístico baseado na codificação e na decodificação da língua. O treino, portanto, era parte essencial do processo.

Os poucos recursos materiais ainda ficaram evidentes no depoimento citado, impedindo a aplicação do método intuitivo. O ex-aluno não se lembra do uso de outros materiais didáticos afora o caderno e a cópia das lições. Outra percepção possível é o ensino da moral e do civismo diluídos no conteúdo de leitura e escrita. Isto leva a crer que o currículo tinha como eixo norteador o conteúdo de Moral e Cívica.

No entanto as Instruções Metodológicas para o Ensino Primário (prescrita pela Reforma João Pinheiro - Decreto n.1947, de 30 de setembro de 1906) determinavam que o método a ser utilizado no ensino-aprendizagem dos alunos era o Método Intuitivo. Por esse, entendia-se uma metodologia que se distinguiu pela importância à intuição, à observação, à experiência através dos sentidos. A escola republicana difundiu o método intuitivo, concomitante à implantação dos grupos escolares, como nova forma de organização de tempo e espaço escolares. Em relação ao método aplicado, reporta-se ao depoimento citado com vistas a identificar a estratégia empregada.

A observação de que o método intuitivo alicerçava-se na importância da intuição, da observação, da experiência através dos sentidos, permitiu identificar que a prática pedagógica desenvolvida não se consubstanciava nesses preceitos, uma vez que o depoimento do ex-aluno esclarece que a professora mandava escrever sobre diversos assuntos, baseado na experiência pessoal do educando. Por seu turno, essa mesma prática permitiu aferir que não havia um aprofundamento em relação aos conhecimentos prévios do aluno.

Como um dos instrumentos de consolidação das novas representações sociais disseminadas pelo novo regime político, o programa de ensino estabeleceu novas práticas em relação à língua pátria, sendo apresentada uma seqüência gradativa de dificuldades, do

---

<sup>9</sup> MÉTODO Intuitivo. Disponível em: [www.crmariocovas.sp.gov.br](http://www.crmariocovas.sp.gov.br), acesso: 2005.

primeiro ano ao quarto ano. Foram propostos assuntos comuns e do contexto da criança. Visava, principalmente, permitir que os alunos aprendessem a construir uma frase; a falar palavras de difícil dicção; a aprender a diferenciar coisas e pessoas e quais os vocábulos e expressões gramaticais se referia a quê; e a prática oral de pontuação e de recitação.

O conteúdo de Língua Pátria para o segundo ano configurava-se em “descrições fáceis, orais, de objetos da aula, da bandeira nacional, de pessoas, de animais, de fenômenos, movimentos observados, etc”. Conforme Mourão, cabia ao professor corrigir os “defeitos de linguagem<sup>10</sup>”, prover o aluno de vocabulário novo e apropriado. Concomitantemente, o currículo prescrito para o segundo ano estabelecia a aprendizagem dos sinais de pontuação e o seu emprego na reprodução de pequenas narrativas e descrições simples, realizadas oralmente. Entretanto, as entrevistas realizadas não evidenciam essa prática nas salas de aula do Grupo Escolar Delfim Moreira, como mostra o depoimento anteriormente citado: “[...] a gente não tinha livro. A professora ia para o quadro negro, escrevia tudo lá, as frases para a gente copiar”.<sup>11</sup>

A prática, portanto, focava-se na cópia e no treino de palavras, frase e pequenos textos, que possibilitou uma outra leitura. Os depoimentos dos egressos sobre a metodologia são carregados de representações sobre as práticas construídas e veiculadas durante o período e é evidente a incidência de uma metodologia baseada, sobretudo, na linguagem oral, na imitação e na repetição.

A obra de Paulo Krüger Correa Mourão descreve, ainda, o conteúdo curricular dos terceiro e quarto anos do ensino primário mineiro, segundo a Reforma de 1906. O terceiro ano deveria primar-se pelas “narrações, descrições e enumerações orais e escritas, tão completas e numerosas quanto possível”<sup>12</sup>; por seu turno, os exercícios gramaticais aprofundar-se-iam e seriam reproduzidos até que o aluno estivesse apto a elucidar o emprego das diversas propostas gramaticais como ortografia de palavras de uso especial; o emprego de verbos regulares e de alguns verbos auxiliares; redação de ofícios, recibos requerimentos e outros documentos afins.

Mais uma vez, as entrevistas demonstraram que esse programa, apesar de o inspetor relatar o contrário, não era cumprido à risca. As representações apropriadas por estes egressos espelham uma preocupação do professor em reproduzir, treinar e fixar. Ao

---

<sup>10</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República** (1889-1930). Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 117.

<sup>11</sup> Cf. Sr. Boanerges da Silva Lemos (ex-aluno entrevistado).

<sup>12</sup> Cf. MOURÃO, *Op. Cit.*, p. 118.

perguntar sobre as aulas de Língua Pátria, evidenciou-se uma grande semelhança entre as respostas, que, em síntese, sinalizavam a prática da narração como tipologia habitual de texto empregada no ensino primário: “A gente fazia composição, por exemplo: um passeio na fazenda. A gente escrevia e lia sobre o passeio. A professora exigia que todo mundo escrevesse. Escreve pouco, mas escreve alguma coisa”.<sup>13</sup>

No quarto e último ano do primário, o programa previa o aprofundamento dos conteúdos estudados durante os anos anteriores. Dever-se-ia intensificar os estudos gramaticais e a redação das tipologias de texto – narração e redação oficial – com rigorosa observação para o emprego das regras gramaticais. Os ditados de textos em prosa e verso serviriam para o treino no emprego da língua culta. Outra tipologia de texto empregada com veemência era a narração dos fatos ocorridos, uma espécie de relatório sobre excursões realizadas pelos alunos com o objetivo de estudo e aprofundamento de conteúdo estudado.

A Reforma de Ensino ainda propugnava o ensino das disciplinas Aritmética; Geografia; Geometria e Desenho; Exercícios Físicos; Trabalhos Manuais; Museu Escolar. Dentre as propostas que a Reforma de 1906 visava modificar, encontrava-se o ensino individualizado ministrado pelos mestres escolas, em que a experiência prática era a principal referência. A assistemática do ensino previa um currículo indefinido e uma prática pedagógica fundamentada na memorização e na repetição de conteúdos de forma assistemática<sup>14</sup>, que a reforma visava romper.

A proposta reformadora do estudo da aritmética tinha por objetivo preparar o aluno para “agir com prontidão e segurança nos cálculos comuns da prática da vida”<sup>15</sup>, ou seja, os saberes pedagógicos e a organização curricular eram condição de educação para a modernidade. A preparação para a vida prática constituía a via mais fecunda para a consolidação do projeto modernizador. Os conteúdos discriminados na disciplina Aritmética deveriam seguir uma organização sistemática e graduada de dificuldades. Os exercícios deveriam primar pela repetição e memorização, sempre partindo do mais simples para o mais complexo, utilizando-se, com frequência, de exemplos numerosos.

---

<sup>13</sup> Cf. Sra. Geralda Afonso da Costa (ex-aluna entrevista).

<sup>14</sup> GOUVEA, Maria Cristina Soares; ROSA, Walquíria Miranda. A Escola Normal de Minas Gerais. In: MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, 2000. p. 27.

<sup>15</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 109.

A ação educativa, em síntese, assentava-se nesta metodologia. Sobre esta questão, os depoimentos, em geral, sustentam a importância da tabuada e do cálculo mental. Segundo os ex-alunos, cujos dados da entrevista, constam deste trabalho, a disciplina Aritmética se afirmava no exercício e na prática das quatro operações e na memorização da tabuada. Para a aluna Maria Dora Drumond de Paula Lemos. “Então você saía de lá alfabetizada no primeiro ano. No segundo ano você já começava as contas, a gente aprendia a fazer contas”.<sup>16</sup> Outro depoimento permite desvelar a metodologia empregada que, mesmo após a Reforma de 1927, ainda se consubstanciava na mesma estratégia: “Era decorado. E eu faço conta com muita facilidade hoje porque a tabuada ficou muito gravada. E a gente fazia, às vezes, batalhas, as meninas de cá e os meninos de lá, e a gente gostava muito”.<sup>17</sup> Pelos dados da entrevista citada, foi possível atestar que, apesar das mudanças asseveradas na lei, elas não se consolidaram na prática, que, ao contrário do que se esperava, permaneceu tradicional, com ênfase na memorização dos conteúdos.

No que se refere ao ensino da Geografia, o requisito básico previsto na reforma também obedecia a uma sistemática de partir do simples para o complexo. A professora iniciava o ensino do conteúdo partindo dos “elementos geográficos conhecidos para os desconhecidos, dando-se aos alunos, inteligentemente, as idéias de lugar, de orientação e de direção”.<sup>18</sup> Outra estratégia apresentada pelas instruções metodológicas previa o ensino por meio de experiências práticas que permitissem o ensino intuitivo. O conteúdo ministrado deveria ser agradável e conter apenas o “substancial” para a utilidade do ensino. Mais uma vez se reporta ao depoimento de um egresso. Para a ex-aluna Maria Dora Drumond Lemos, sobre as aulas de geografia e história, assim se procedia.

História do Brasil, era na quarta série. Na quarta série do primário é que a gente estudava o descobrimento do Brasil. Ah! Uma coisa que nós fazíamos, que hoje eu não vejo mais, nós estudávamos Geografia, mas éramos obrigados a fazer os mapas. Nós fazíamos os mapas, tinha um caderno só para os mapas, e à medida que você ia estudando, por exemplo, os rios no Brasil, você fazia o mapa do Brasil, e tinha que

---

<sup>16</sup> Cf. Sra. Maria Dora Drumond de Paula Lemos (ex-aluna entrevistada).

<sup>17</sup> Entrevista com a Sra. Josefina Dias de Carvalho realizada no dia 09 de setembro de 2005. cursou o primário no segundo prédio construído pelo governo estadual para o grupo escolar objetivando aumentar o número de vagas oferecidas. Seu depoimento foi colhido com a pretensão de estabelecer as continuidades e as rupturas em relação à Reforma de Ensino de 1927. Josefina Dias de Carvalho (1927 – ), contadora, é funcionária aposentada da Tesouraria e Seção de Revisão da Agência dos Correios, estudou no Grupo Escolar Delfim Moreira de 1934 a 1937.

<sup>18</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República** (1889-1930). Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p.109.



marcar os rios, depois tinha que falar onde tinham as serras, os pontos mais altos, as capitais dos estados. E isso era tudo no curso primário.<sup>19</sup>

Nesse depoimento, infere-se que mais uma vez não se conseguia seguir as instruções metodológicas da Reforma. Se ao ensino da geografia cabia partir do espaço geográfico em que a criança estava inserida, a estratégia de se fazer desenhar mapas, localizar serras, rios e os vários tipos de relevo não permite identificar uma prática significativa como indicava o Método Intuitivo. O depoimento abaixo corrobora com a observação anterior.

A professora, às vezes trazia o mapa de Minas e botava o Araxá lá onde achava que era e explicava para a gente. Não tinha uma técnica para essas coisas. Era ciência infusa. A gente mesmo ia idealizando o Brasil diferente do que era.” Geografia tinha que desenhar mapa, tudo direitinho, bonitinho, colorido, Geografia você estudava o Brasil mais apertado, a Europa também. Estudava os países, as capitais. Estudava os estados do Brasil, capitais, rios, montanhas, [...] Em história a gente só estudava história do Brasil.<sup>20</sup>

Chamam a atenção nesse depoimento as expressões “não tinha técnica” e era “ciência infusa.” Quanto à primeira expressão, surgiram várias interpretações, tais como: a professora não estava preparada, faltava material didático apropriado, o planejamento não tinha seqüência em relação aos conteúdos, usavam-se metodologias diferentes etc. Em relação a segunda expressão, buscou-se no dicionário a definição da palavra “infusa”, para melhor compreendê-la. Encontrou-se a seguinte definição: “Feminino substantivado do adjetivo latino *infusus*, a, um, 'derramado, vertido’”<sup>21</sup>, sugerindo que o ensino da Geografia e da História não correspondia às instruções metodológicas que determinavam, por exemplo, que o ensino deveria ser agradável.

Dessa forma, as modernidades introduzidas pela Reforma de 1906, destacando-se a criação do grupo escolar, as práticas e as representações sociais vivenciadas no interior do Grupo Escolar Delfim Moreira revelam a continuidade do ensino tradicionalista.

Ao interpretar a relação entre as instruções metodológicas e as práticas efetuadas no cotidiano escolar, desvelam-se algumas representações próprias da ambigüidade encerrada no documento metodológico empregado. A proposta do ensino intuitivo não permitia uma estratégia definida e sistemática de ação educativa, pois o que se pretendia era a ruptura com o ensino tradicional centrado no professor e na transmissão assistemática

<sup>19</sup> Cf. Maria Dora Drumond de Paula Lemos (ex-aluna entrevistada).

<sup>20</sup> Cf. Boanerges da Silva Lemos (ex-aluno entrevistado).

<sup>21</sup> VERBETE extraído do dicionário Aurélio (eletrônico).

de conhecimento. O ensino intuitivo não se calcava numa postura de estímulo à intuição, à observação, à experiência através dos sentidos, como se vê em algumas representações encontradas nos depoimentos, como o do ex-aluno Boanerges Silva Lemos. “Depende da professora. Por exemplo, a D. Paulina foi minha professora de primeiro ano. Grande dama, dedicava à família e vinha direitinho e estava sempre presente. Mas não tinha ‘cultura’, não” (dá ênfase à palavra).<sup>22</sup> A representação apropriada pelo ex-aluno sobre a professora pode ser interpretada como de uma professora mal formada, mais voltada à família, cuja prática pedagógica assemelhava-se à prática assistemática que a Reforma visava romper.

Em relação à geometria e ao desenho, observou-se, nas instruções metodológicas sobre essa disciplina, que o conteúdo previsto para estudo compreendia uma interdependência entre um e outro conteúdo. As instruções metodológicas previam o ensino de noções de linhas e ângulos, utilizando-se de objetos existentes na sala de aula, na arquitetura do prédio e do pátio da escola, sempre baseado em coisas concretas. Concomitante ao ensino da geometria, o aluno aprendia o desenho que se baseava na habilidade de reproduzir objetos, gradualmente aumentando as dificuldades.

Em contraposição, ao referir-se ao ensino da geometria e do desenho, este é apresentado, tal qual afirmaram os entrevistados, na intenção de desenhar e colorir livremente como forma de cumprir o conteúdo curricular. Nesta perspectiva, é importante observar as representações dos ex-alunos, a saber: “Ela dava aquela aulazinha dela. Levava um papelinho, aquilo ela falava, falava, e então, desenho... Então a gente perdia uma hora desenhando um papagaio. Não havia uma orientação mesmo para dar aula”.<sup>23</sup> A memória guarda as representações apropriadas, que, neste caso, divergiram das práticas apresentadas pela Reforma para serem desenvolvidas nos grupos escolares.

Nesse sentido, o depoimento do Sr. Boanerges da Silva Lemos contrapõe prática e instruções metodológicas, podendo-se interpretar que as representações apropriadas no espaço escolar distinguiram-se do modelo apresentado pela Reforma. Em outro momento da entrevista, o mesmo ex-aluno ainda completa:

[...] eu me lembro que a minha professora de 3º ano levou lá no Grupo um aquático<sup>24</sup>, eles vinham aqui no Barreiro né, para mostrar um desenho que eu fiz. Então ele chegou com aquela cerimônia toda, eu vim aqui para ver o desenho que você fez, faz um papagaio, então eu desenei um

---

<sup>22</sup> Cf. Boanerges da Silva Lemos (ex-aluno entrevistado).

<sup>23</sup> Cf. Boanerges da Silva Lemos (ex-aluno entrevistado).

<sup>24</sup> Nome que se refere aos turistas que visitavam a cidade de Araxá em busca dos benefícios das águas radioativas do balneário do Barreiro.

papagaio, ficou feito doido, mas aconteceu... Não quer dizer que eu tinha talento. Era raro acontecer isso.<sup>25</sup>

Outro aspecto que diz respeito à Reforma de ensino de 1906, às mudanças operadas no currículo do ensino primário e às suas implicações no projeto de modernização são os conteúdos organizados para as disciplinas História do Brasil, Instrução Moral e Cívica, História Natural, Física e Higiene e a Música Vocal. Estas disciplinas foram decisivas no consubstanciamento do projeto de modernização, uma vez que propunham o trabalho sistemático com a mudança de comportamento. Estes conteúdos não poderiam ser ministrados de forma obrigatória ou imposta ao aluno, que deveria se apropriar das novas representações de pátria, valores e deveres cívicos e morais, além de noções de saúde e higiene.

No tocante à prática de Exercícios Físicos, observaram-se indícios de que esta também não correspondia à metodologia modelo. Segundo Mourão, o documento oficial apontava para o valor e a importância dos Exercícios Físicos na educação infantil, no que se refere ao desenvolvimento dos futuros cidadãos.<sup>26</sup>

Nesta perspectiva – de contraposição do novo ao velho – a disciplina Trabalhos Manuais e o Museu Escolar também eram obrigatórios no currículo proposto pela Reforma. Quanto à disciplina Trabalhos Manuais, as representações veiculadas pelos professores aos alunos referiam-se à apropriação de novos valores, que implicou na construção e reconstrução do espaço e do tempo de aprendizagem.

A discussão acerca do currículo também esbarra numa questão que a pesquisa não conseguiu desvelar. A utilização do Museu Escolar não fica clara nos documentos e tampouco nos depoimentos colhidos. Em diversas correspondências, a diretora solicitou que o espaço destinado para o Museu Escolar fosse utilizado adequadamente, o que necessitaria de investimentos em materiais apropriados. Por seu turno, os depoimentos revelam que o Museu Escolar não era empregado conforme o regimento escolar do governo de Minas.

Segundo Mourão, os Trabalhos Manuais objetivavam o conhecimento das meninas sobre os instrumentos de trabalho doméstico útil e prático, tornando-as capazes de utilizar esses ensinamentos para executar pequenos trabalhos de costura comuns aos trabalhos domésticos. Em relação aos meninos, os trabalhos manuais deveriam exigir, a

<sup>25</sup> Cf. Boanerges da Silva Lemos (ex-aluno entrevistado).

<sup>26</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República** (1889-1930). Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 111-112.

partir do 3º ano, a familiarização com o exercício do trabalho metódico e a preparação para o curso de Ensino Técnico. Em face da dificuldade de se realizar uma avaliação sobre a habilidade manual dos alunos, o currículo propunha que os alunos guardassem “em coleção graduada, todos os trabalhos que forem executando, para exibirem como prova final.”<sup>27</sup>

A modificação na estrutura curricular proposta pela reforma permitiu observar a afirmação do tempo escolar como construção social que deveria respeitar as características do aprendiz que freqüentaria a escola, bem como as suas necessidades de formação para inserção no mundo moderno que se desvelava. A respeito das práticas desenvolvidas durante as aulas de Trabalhos Manuais, os depoimentos mais uma vez contradisseram as orientações propostas.

Quem me dava aula de trabalhos manuais era a D.Santinha, irmã da Alice Moura, que se casou com Teófilo Santos. A professora trazia os trabalhos para a gente fazer. A gente passava o ano fazendo um trabalho só. Acabava aquele e se a pessoa não quisesse fazer outro, ia assistir aula, mas ficava sem fazer nada. Então a professora não diversificava, “Você acabou o tapete, agora você vai fazer isso daqui”. Ficava a critério dos alunos a escolha do tipo de trabalho. Terminava e passava para outro, escolhia o trabalho. Não tinha ferramenta. A habilidade do menino vinha da própria casa. Fazia em casa, trazia e apresentava. A professora podia às vezes fazer um elogio, mas dizer que era do curso, não.<sup>28</sup>

Em outro depoimento, o Sr. Antonio Alvarenga expressou suas experiências com a aula de Trabalhos Manuais.

Não tinha nenhuma diferença. A matéria que era lecionada era igual para todos. Tinha trabalhos manuais. Bordados de acordo com a vocação da criança. Eu lembro que eu bordei um ponto de cruz. Fiz um tapetezinho, só que eu não fazia aquilo de acordo com a habilidade. Trabalhos Manuais tinha um dia certo para isso, tinha a professora certa. Cada um fazia aquilo que gostasse. Tinha pintura, desenho. Pintura mesmo eu não lembro se tinha. A professora ia para a sala de aula. Seria lá mesmo na sala de aula.<sup>29</sup>

Na busca dessa interpretação, ao perguntar à ex-aluna Angelina Feres Tannus sobre o funcionamento do grupo escolar, ela relatou suas experiências com a professora, seu medo da escola, os conteúdos de matemática e língua pátria e o nome das professoras que trabalharam no período em que ela freqüentou a escola. Ao ser interrogada especificamente sobre a disciplina de trabalhos manuais, assim se manifesta: “[...] os que

<sup>27</sup> *Idem*, p. 112.

<sup>28</sup> Cf. Sr.Boanerges da Silva Lemos (ex-aluno entrevistado).

<sup>29</sup> Cf. Sr.Antonio Alvarenga de Resende (ex-aluno entrevistado).

eu me lembro mais são estas. A de trabalhos manuais era a Dona Quinha, depois passou para a Dona Santinha. A gente aprendia a bordar... bordava com agulha...”<sup>30</sup>

Se a proposta reformadora do governo propunha a inserção do cidadão no mundo do trabalho por meio de experiências com trabalhos manuais executados durante o curso primário, a prática desenvolvida não garantia essa proposta. A República nasceu sob a égide da modernidade e requeria atender à organização do trabalho. Para tanto, cabia à escola formar os futuros trabalhadores em valores compatíveis com essa idéia, tais como: disciplina, cumprimento do dever, respeito à hierarquia, submissão e, principalmente, atingir as crianças provenientes da camada economicamente pobre preparando-as para as práticas de trabalho. O Grupo Escolar Delfim Moreira, como ficou perceptível, primava pela precariedade de materiais de todo tipo. Assim, diante de tantas dificuldades a proposta viu-se comprometida, apesar do esforço dos agentes escolares do grupo escolar.

Sucessivamente os relatórios alegavam falta de material, contudo, apontavam o sucesso da execução do regimento das escolas primárias de Minas Gerais. Não seria uma contradição? Como as aulas de trabalhos manuais, que segundo a reforma deveriam concorrer para a iniciação dos alunos ao mundo do trabalho, poderia se estabelecer numa escola com tão poucos recursos até mesmo para a aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática?

## **1.2- Uniformização e seriação dos conteúdos**

Ao que tudo indica, essa nova organização escolar, também conferiu a uniformização e a seriação dos conteúdos, gradualmente elencados nos quatro anos do curso primário e passou a exigir uma variedade muito maior de livros didáticos adaptados ao ensino graduado de todas as matérias do currículo.

A apropriação construída por meio do desenvolvimento de práticas estabelece rupturas e continuidades nessas práticas. Sobre as práticas desenvolvidas, a ex-aluna Geralda Afonso da Costa comenta:

Nós estudávamos geografia, história, história do Brasil. Estudava a história do universo, estudava as Américas, coisas assim. A professora mandava escrever sobre o que a gente achava do governo, da história.

---

<sup>30</sup> Cf. Angelina Feres Tannus (ex-aluna entrevistada).

Ai, a gente escrevia e entregava o caderno para ela. Ela levava o caderno para casa, corrigia e devolvia.<sup>31</sup>

Pelo depoimento, percebe-se que a estreita observação das instruções metodológicas pelo professor variava de acordo com as concepções de educação apropriadas, o que em parte explica as diferenciações nas apropriações percebidas nos depoimentos. A Reforma visava uniformizar e seriar os conteúdos prescritos para o ensino primário no estado, de acordo com as concepções de educação dos reformadores.

Segundo Chartier<sup>32</sup>, o novo não é incorporado sistematicamente assim que é proposto. A apropriação se dá respeitando as representações outrora construídas e veiculadas durante as práticas sociais. Relativamente a isto se destaca a análise do Termo de visita do inspetor regional. Sua análise contribuiu para a interpretação das práticas acima representadas na memória dos ex-alunos. De acordo com o inspetor, a visita ao grupo escolar permitiu verificar com satisfação que os preceitos da Reforma do Ensino de 1906 estavam sendo cumpridos com toda atenção:

[...] pude verificar com satisfação que as professoras vão expondo os vários pontos do complexo programma primário em clareza, sem os pezados e enfadonhos compêndios, mostrando haver compreendido o espírito da reforma do ensino.<sup>33</sup>

Pode-se afirmar, assim, que se buscava apropriar do novo por meio das práticas instauradas com o discurso republicano. No entanto, contrapondo o Termo de visita e o depoimento apresentado, pode-se interpretar que as apropriações da ex-aluna sobre as práticas desenvolvidas no interior da escola estavam carregadas de tradição ao contrário do que descrevia o relatório do inspetor sobre a compreensão da modernidade republicana. Por seu turno, ainda se percebeu que, talvez, na ânsia de conservar a autoridade inerente à sua função, o inspetor registra aquilo que contemplava os anseios do poder público e por consequência convenceria do bom trabalho realizado por ele.

Sobre a apropriação das novas práticas sociais estabelecidas pela Reforma do Ensino, o trecho retirado do documento da Inspeção Escolar é elucidativo quanto ao cumprimento atencioso dos princípios abarcados pela reforma de acordo com o inspetor.

---

<sup>31</sup> CF. Sra. Geralda Afonso da Costa (ex-aluna entrevistada).

<sup>32</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 23.

<sup>33</sup> UBERABA. Circunscrição Literária. Inspeção Regional. Termo de visita do inspetor Alceu de Souza Novaes ao Grupo Escolar Delfim Moreira. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 2 dez. 1911. (Arquivo Público Mineiro).

Em seu relatório, faz uma descrição minuciosa da prática escolar desenvolvida em sala de aula pela professora Rosa de Magalhães, abaixo descrita.

Fiscalizei o 1º anno feminino a cargo da professora D. Rosa de Magalhães. Não podia ser melhor o resultado que apresentou a professora, o programma foi applicado com muito proveito. Acompanhei as lições da docente e examinei detidamente as alumnas em todas as disciplinas verificando bastante adiantamento. Quando foi installado o Grupo todas as alumnas desta classe eram analphabetas, estão todas lendo e escrevendo regularmente, poucas ainda não passaram para o segundo livro de leituras – “Leitura preparatória”. Examinei e rubriquei os cadernos de provas mensaes, cuidadosamente colleccionados, apreciando bonito talhe de letra na maioria das alumnas. A classe é animada sem prejuizo da boa disciplina, ordem e regularidade em todos os trabalhos. As aulas de costura têm sido observadas cuidadosamente, são bem confeccionados os trabalhos e muito aseados. As alunas idolatram a professora, digna de louvar pela dedicação, zelo e solicitude empregados no cumprimento de sua elevada missão. A freqüência não se alterou, mostrando-se sempre grande. Obtiveram freqüência legal em fevereiro e março 62, em abril 63 e em maio 57 – sendo a matrícula 69 – estiveram presentes a inspeção no dia 12, 63 e no dia 14, 67.<sup>34</sup>

Entendeu-se que este documento desvela representações entre as relações estabelecidas entre o interno (professor, aluno, direção da escola) e o externo (sociedade e poder público). De acordo com Chartier, a história cultural abarca o estudo das representações e opera o retorno da atenção às lutas e às relações sociais que se constroem e que determinam posições “para cada classe, grupo ou meio, um ser percebido constitutivo de sua identidade”.<sup>35</sup> O exemplo acima sinaliza a “apresentação de uma presença”; postulada no exercício da prática educativa relatada pelo inspetor de ensino que, segundo Chartier, é uma “relação postulada entre o signo visível e o referente significado – o que não quer dizer, é claro, que é necessariamente decifrado tal qual deveria ser”.<sup>36</sup>

A representação acima se evidenciou na garantia da aplicação proveitosa do programa formulado pelo governo e na forma de organização postulada por esse programa, consolidada nas práticas como o caderno de provas mensais; o exercício motor que visava ao treino do talhe da letra e ao adestramento motor para o trabalho; o registro da boa disciplina, ordem e regularidade das alunas; o proveitoso uso das aulas de costura e a constatação de que ao se identificar com o programa estabelecido pelo governo, a

<sup>34</sup> UBERABA. Circunscrição Literária. Inspetoria Regional. Termo de visita do inspetor Alberto da Costa Mattos ao Grupo escolar Delfim Moreira. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 15 jun. 1912. (Arquivo Público Mineiro).

<sup>35</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 184.

<sup>36</sup> *Idem*.

professora era digna de louvor pela dedicação, zelo e solicitude. É, portanto, dessa forma, que se percebe que as práticas culturais visavam articular as formas de exercício de poder e “fabricar respeito e submissão, num instrumento que produz uma exigência interiorizada, necessária exatamente onde faltar o possível recurso à força bruta”.<sup>37</sup>

### 1.3- Um currículo com formação para a disciplina

A análise dos depoimentos esclareceu que disciplina e silêncio eram entendidos como sinônimos. Sobre essa questão, reporta-se às memórias da Sra. Maria Dora Drumond de Paula Lemos, em que se coloca que atividades de cópia e memorização eram usuais, assim como a necessidade da disciplina para a aprendizagem correta do conteúdo: “Nós tínhamos muito ditado. A professora ditava, então tinha que prestar muita atenção, ficar caladinho só escrevendo. Então, o aluno que falava qualquer coisa [...] aí, ele tinha castigo”.<sup>38</sup>

Corroborando com tal representação, o inspetor de ensino salientou a importância da disciplina em sala de aula e do cumprimento do programa por parte da professora para o bom andamento da aprendizagem escolar em diversos relatórios. As observações se dividem em salas cujas professoras eram capazes de fazer os alunos permanecerem em silêncio e salas cujas professoras deixavam a desejar em relação à disciplina, requerendo intervenção do Secretário do Interior, no que diz respeito à exoneração do cargo de professora, estas normalistas que não manifestavam interesse pela aprendizagem do aluno. A representação de boa professora atrelava-se ao fato de ela manter a frequência elevada dos alunos e a disciplina em sala de aula.

Nesse contexto, às professoras cujo aproveitamento dos alunos era considerado exemplar cabia a participação nos eventos escolares, como recitação de poesias em datas comemorativas; participação nos movimentos escolares como a “Liga da Bondade” e, principalmente, o vínculo com a sociedade araxaense. No tocante ao último, Chartier<sup>39</sup> salienta que as representações e as práticas sociais, conjuntamente, significam e constroem o mundo social de forma a reformular e ajustar a compreensão e a interpretação deste mundo pelos seus partícipes.

---

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 186.

<sup>38</sup> Cf. Maria Dora Drumond de Paula Lemos (ex-aluna entrevistada).

<sup>39</sup> Cf. CHARTIER, *Op. Cit.*, p. 234.



“A educação ao longo da vida é esta subjetivação e esta integração progressivas, cuja objetivação se traduz na capacidade de criar e corresponder aos desafios da realidade, mediante uma resposta intelectual, adequada, reflexiva, responsável, comprometida”<sup>40</sup>, tal como é entendido por Justino Magalhães. Ao se definir a educação como uma construção cultural subjetivada pelas relações estabelecidas intra e extra escolar percebe-se a sua complexidade.

Nessa acepção, as normas apresentadas aos alunos na Caderneta Escolar permitem aferir que este instrumento celebrava novas atitudes e comportamentos. No entanto, como se davam “as suas representações, suas apropriações, suas formas de estimulação e resistências”<sup>41</sup>, diante desse novo quadro que se delineava.

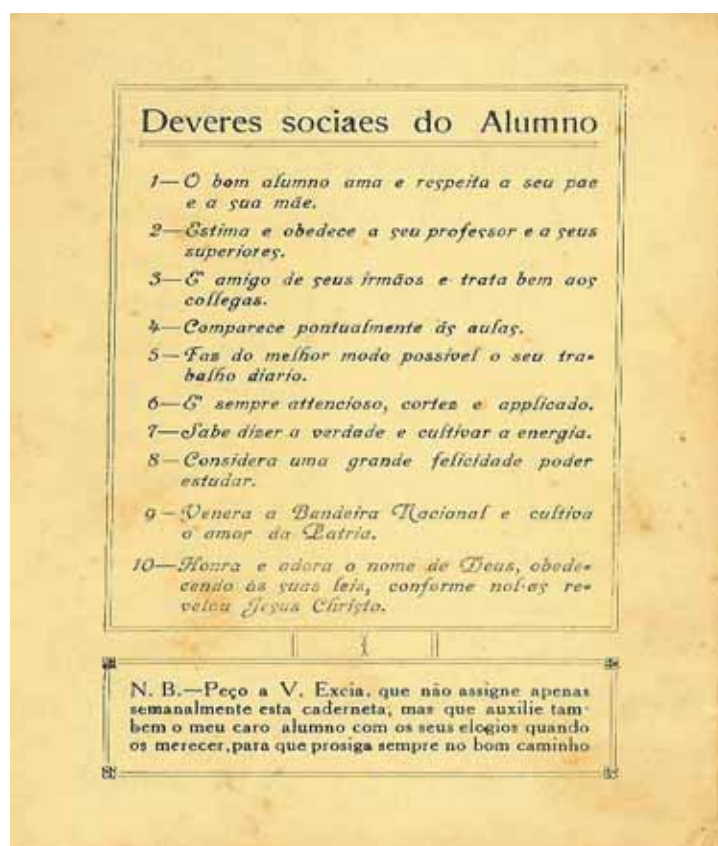


Figura 5 - Caderneta escolar de Raul Alves de Almeida; aluno do Grupo Escolar Delfim Moreira, de 1928 a 1931. Documento pertencente ao egresso.

<sup>40</sup> MAGALHÃES, Justino. Contributo para a História das Instituições Educativas - entre a memória e o arquivo. Universidade do Minho. In: FERNANDES, Rogério; MAGALHÃES, Justino (orgs). **Para a História do ensino Liceal em Portugal**: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade de Minho, 1999. p. 118.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 121.

A modernidade se afirmava nos novos modelos de comportamentos. Os deveres sociais apresentados pela caderneta escolar expressavam representações diversas. Valores como respeito aos pais, aos professores e superiores remontam a atitudes como obediência, deferência, submissão, acatamento e se afirmam oportuno à organização do trabalho dentro do conceito liberal.

A amizade e o uso de boas maneiras sugere uma atitude de acomodação diante dos conflitos. Outros valores como a pontualidade, o esforço contínuo, a cortesia, atenção e aplicação aos deveres encerram a importância à subserviência. Nesse caso, valores próprios da relação empregador e empregado.

Por fim, o amor à Pátria e aos seus símbolos, a gratidão ao privilégio de estudar e o temor a Deus, sustentam o novo modelo de homem. Portanto, como afirma Justino Magalhães, uma vez que a educação dar-se-á na subjetivação e na integração progressivas a estas interações, a escola foi um instrumento sutil de conformação com esta nova ordem expressa pelos valores de Trabalho, Civilidade e Patriotismo.

## **2- O embate do novo versus o velho**

Ao realizar o estudo do programa proposto pelo governo e a prática encontrada no Grupo Escolar Delfim Moreira, percebeu-se, em muitos momentos, dissonância entre estes. O discurso modernizador do governo estadual aludia à escola a responsabilidade pela incorporação do novo. Entretanto, perceberam-se inúmeras dificuldades relatadas pela diretora da escola ao Secretário do Interior acerca do funcionamento da escola como desejava a referida reforma.

Analisou-se cinco relatórios apresentados pela diretora do Grupo Escolar Delfim Moreira ao Secretário do Interior, durante os anos de 1912, 1913, 1914, 1915 e 1917, e uma correspondência enviada ao Secretário do Interior.<sup>42</sup> Estes documentos permitiram identificar e interpretar as dificuldades e os embates entre o disposto no programa escolar e a prática estabelecida na sala de aula. As dificuldades foram: a incompetência das professoras; frequência escolar dos alunos matriculados; desistência dos alunos para se

---

<sup>42</sup> Documentos pertencentes ao Arquivo Público Mineiro, na pasta da Secretaria do Interior, Série 4, Subsérie 1: Grupos Escolares – Escolas Particulares – Ginásios e Faculdades.

alistarem em frentes de trabalho para construção da via férrea; falta de material para uso de alunos e professoras, dificultando, assim, o novo modelo instaurado pela República.

Manifestou, ainda, o desejo de transformar o grupo escolar em uma escola de profissionalização, relatando que possuía um grande terreno, doado pela municipalidade ao estado, onde poderia funcionar a prática agrícola:

Os terrenos pertencentes ao Grupo, murados, nos fundos do prédio, se prestam para o horto escolar ou a pequeno campo de experimentação agrícola. Admiradora do solícito empenho do Exmo. Sr Dr. Secretario do Interior em prol da instrução e de tudo quanto amplie o seu brilho, espero se dignará ordenar o beneficiamento dos terrenos no sentido suggerido.<sup>43</sup>

Adentrou-se o ano 1913. A diretora, reforçando a proposta de utilização do espaço destinado ao horto escolar, argumentou sobre a importância de sua prática e a visibilidade que este tipo de ensino tinha naquele momento.

Como membro da Comissão angariadora de donativos para a construção do prédio escolar, que se compunha de cinco senhoras, a requerimentos que dirigi à Câmara Municipal, foram concedidos os terrenos onde se acha elle edificado e o que, murado, tem a frente para os fundos daquelle, destinado ao campo escolar e também incluído na doação do prédio ao Estado, feita pela Municipalidade. A Comissão conseguiu pela subscrição popular doze contos de reis; a requerimento e pedido meu, da Câmara Municipal, cinco e por intervenção do coronel Adolpho Ferreira dez. Recordo esses trabalhos no intuito de provar que a idéia relativa ao campo escolar não é de agora.<sup>44</sup>

A correspondência deixou clara a impaciência com as delongas do poder público em relação às benfeitorias necessárias ao ensino agrícola no campo do Grupo escolar. A diretora esclareceu que o terreno pertencia ao Grupo e foi doado ao estado; portanto, não havia impedimento para seu uso. Por outro lado, o programa de governo para a instrução pública celebrava, no currículo, na parte que dizia respeito aos Trabalhos Manuais, a partir do terceiro ano, “a aprendizagem dos trabalhos técnicos profissionais”<sup>45</sup> para meninos.

Apesar de o programa não prever como aprendizagem de trabalho técnico profissional o ensino agrícola, tampouco o proibia; sendo assim, a diretora, baseada no

---

<sup>43</sup> ARAXÁ. Grupo Escolar Delfim Moreira. Relatório anual do Grupo Escolar enviado à Secretaria do Interior de Minas Gerais. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira 1912. (Arquivo Público Mineiro)

<sup>44</sup> ARAXÁ. Grupo Escolar Delfim Moreira. Relatório anual do Grupo Escolar enviado à Secretaria do Interior de Minas Gerais. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira 1913. (Arquivo Público Mineiro)

<sup>45</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República** (1889-1930). Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 135.

programa determinado e, ainda, em experiências estrangeiras, na mesma correspondência, argumentou.

O ensino de noções de agricultura, ainda sem legislação, por pequenos campos escolares, vem desde o celebre Amos Comenius até Pestalozzi, Wehrli e Froebel que a esse ensino deram máxima importância. Na Europa, nos Estados Unidos e Argentina há grande dedicação por esse ensino, sobressaindo a Áustria Hungria com 18.000 campos escolares. No Transvaal, Guyana Inglesa e Philipinas há iniciativas no mesmo sentido. Provera deus que as escolas normais de Minas fossem dotadas de pequenos campos escolares e de competentes professores estrangeiros para a formação do professorado.<sup>46</sup>

O argumento da diretora permitiu interpretar as representações de educação disseminadas na época, bem como as práticas apropriadas e construídas mediante a elaboração do mundo social de forma a formular, reformular e ajustar a compreensão e a interpretação deste mundo. A profunda transformação pela qual passou a escola durante o início do século XX, nutrido da ideologia de abertura às massas, colocou a escola como instituição-chave da sociedade democrática, abarcando um ideal libertário, segundo Franco Cambi, e processou as representações que instituíram novas práticas cotidianas da educação escolar.<sup>47</sup>

Uma dessas representações do novo papel destinado à educação escolar encontrava-se na mudança em relação à concepção de criança. O aluno passou a ser o centro do processo, e toda escola deveria visar ao conhecimento intuitivo e não ao saber codificado e sistemático de outrora. Dessa forma, o pedido da diretora se fez pertinente, pois corresponde à máxima de que é “o fazer que deve preceder o conhecer”.<sup>48</sup> A contraposição do novo ao velho ainda se apresentava na continuação do argumento da diretora, naquela correspondência.

Não havendo, pois, legislação que sirva de norma ao ensino de noções de agricultura nas escolas, aqui poder-se-ia inicial-o, se o Governo assim ordenasse, da maneira seguinte: Dividir o terreno em três partes iguais, com água para irrigação, sendo uma amanhada e adubada, a segunda lavrada e aplanada e a terceira sem benefício. Seguiria a sementeira de milho, arroz, feijão e trigo, outr’ora cultivado no Estado; o plantio da cana de açúcar, algodão, fumo, café e mandioca. Da observação desde o amanho da terra até a época da colheita muito aprenderiam os alumnos. O cultivo neste campo escolar excluiria tudo quanto não produziu vantajosamente no estado. Depois da aquisição de algumas machinas

---

<sup>46</sup> Cf. ARAXÁ. *Op. Cit.*

<sup>47</sup> CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 510 – 515.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 513.

agrícolas e do primeiro preparo da terra, o custeio annual do pequeno campo não excederia de 200\$000.<sup>49</sup>

Com efeito, a interpretação da correspondência da diretora desvela as apropriações sobre a nova educação disseminada na época. Tudo leva a crer que as práticas encerradas no espaço escolar corroboravam para aquilo que passou a chamar-se Pedagogia Nova como metodologia de ensino que objetivasse superar a tradicional forma de ensino. A evolução da pedagogia revelou-se complexa. Em tudo se assemelhava com a nova forma de governo, representado no programa do governo mineiro para o ensino primário, sendo possível referenciar um e outro. De acordo com Cambi, a renovação da escola processou-se por meio da pedagogia ativa, divididos em 7 grandes temas. Com base nestes temas buscou-se a referência junto às instruções metodológicas determinadas pelo programa do governo para o ensino primário em Minas Gerais. Objetivando apresentar um quadro síntese, referendando um ao outro, elaborou-se a analogia abaixo baseada nas análises do estudo de Franco Cambi e Paulo K. C. Mourão, um sobre a História da Pedagogia e o outro sobre o Regulamento da Instrução Pública de Minas Gerais, respectivamente.

**QUADRO 4**  
**Quadro Comparativo entre a Pedagogia Ativa e as Instruções Metodológicas para o Ensino primário em Minas Gerais**

(Continua)

<b>TEMAS DA PEDAGOGIA ATIVA</b>	<b>DECRETO CAPÍTULO XIX – INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ENSINO PRIMÁRIO</b>
1- A criança como centro do processo educativo.	[...] preocupação dos seus colaboradores com os métodos de ensinar, para facilitar aos alunos a aprendizagem.
2- Valorização do fazer. O centro do trabalho escolar são as atividades manuais, o jogo e o trabalho.	Familiarizem-se as meninas, desde o primeiro dia, com os utensílios do trabalho doméstico, [...] ensinando-lhes somente o que for útil e prático. Os trabalhos manuais que se exigem para os rapazes, até o 3º ano, têm por objetivo habituá-los ao exercício do trabalho metódico [...].

<sup>49</sup> Cf. ARAXÁ, *Op. Cit.*

**QUADRO 4**  
**Quadro Comparativo entre a Pedagogia Ativa e as Instruções Metodológicas para o Ensino primário em Minas Gerais**

(Conclusão)

TEMAS DA PEDAGOGIA ATIVA	DECRETO CAPÍTULO XIX – INSTRUÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ENSINO PRIMÁRIO
3- A aprendizagem deve partir da motivação da criança para que seja real e esteja ligada a um interesse da criança.	Familiarizados que estejam pelas primeiras lições, com um certo número de palavras simples, os alunos acharão facilidade e até diversão [...] É conveniente que as primeiras palavras estudadas representem coisas concretas.
4- Centrar a aprendizagem no estudo da realidade que circunda a criança.	Todas as noções devem basear-se em coisas concretas, utilizando-se os objetos da classe, do prédio e do pátio para o estudo das linhas, dos ângulos, das extensões lineares, quadradas e cúbicas, etc.
5- Permitir a socialização como necessidade primária da criança durante o processo educativo.	A discussão entre os alunos, habilmente dirigida, produzirá excelentes resultados.
6- “Antiautoritarismo”: não supremacia do adulto sobre a criança.	[...] fazer a seleção do que for mais grandioso e importante, transmitindo a princípio em forma de anedota e depois em descrição e narração simples, por conversa com os alunos.
7- Valorização de uma organização mais livre dos conhecimentos por parte do aluno.	[...] com o concurso de donativos dos próprios alunos, organizar o Museu Escolar, onde poderão fazer pequenas exposições de produtos agrícolas e industriais, plantas, animais, minérios, etc., conseguindo desse modo, um elemento dos mais importantes para o ensino intuitivo das crianças.

Fonte: CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999. p. 526–527.

MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República** (1889-1930).

Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 106 – 113.

Nota: Quadro organizado pela autora do trabalho.

O estabelecimento desta análise permitiu asseverar que as representações construídas e consolidadas no espaço escolar se deram em meio a uma modernização da educação disseminada no mundo ocidental. Dessa forma, as práticas decorrentes dessas

representações deram origem a novas apropriações sobre o conceito de educar, a concepção de criança, a organização do tempo e do espaço escolar com vistas a novas atitudes educacionais.

A apropriação do novo e o desprezo ao velho, ao tradicional, explica a comunicação enviada pela diretora do grupo escolar na ânsia de utilizar o terreno da escola para a prática de um ensino moderno que estava sendo materializado nos modernos espaços de ensino do mundo.

Esta tríade, representação, prática e apropriação, segundo Chartier, não se desvincula, uma vez que as práticas dependem das representações empregadas pelos indivíduos para significar o mundo que os rodeia por meio de apropriações que, por sua vez, geram as práticas, sempre numa via de mão dupla.<sup>50</sup>

Os pedidos para que o governo estadual permitisse a utilização do terreno para a prática do ensino agrícola ainda se repetem em outros relatórios da diretora do grupo escolar, em 1913, 1914, 1915, sem receber resposta. Em relação ao último, a diretora se colocou ressentida diante da atitude do secretário do interior e se pronunciou a respeito: “Nos relatórios que temos tido a honra de dirigir a V. Excia temos insistentemente solicitado o curso tecnico, o jardim e o ensino agrícola pelos modernos processos”.<sup>51</sup> Ao que continua: “A crise que nos assoberba e conflagração européia despertam a agir para não cahirmos vencidos”.<sup>52</sup> Em 1917, o relatório anual da diretora já não sugere a aplicação do ensino agrícola ou do ensino profissionalizante no grupo escolar, apontando dessa forma as diferenças de apropriações encontradas entre os atores – diretora, professoras – do grupo escolar e o órgão deliberativo do governo, representado pelo Secretário do Interior. Em relação à apropriação, Chartier ressalta que esta “torna possível avaliar as diferenças na partilha cultural, na invenção criativa que se encontra no âmago do processo de recepção”.<sup>53</sup> Ou seja, Chartier aponta que a apropriação de determinadas práticas acontece distintivamente numa mesma sociedade.

Entretanto, não obstante os pedidos da diretora para a implantação do ensino agrícola e o curso técnico como prática que visava à preparação do aluno para o mundo do trabalho e para incutir-lhe representações sobre esse universo, o Secretário do Interior se

<sup>50</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 235-237.

<sup>51</sup> ARAXÁ. Grupo escolar Delfim Moreira. Correspondência enviada ao Secretário do Interior. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 1915. (Arquivo Público Mineiro)

<sup>52</sup> *Idem*.

<sup>53</sup> Cf. CHARTIER, *Op. Cit*, p.233.

limitou a ignorar os repetidos pedidos, em uma evidente demonstração da complexidade interpretativa que caracteriza as relações sociais. Na diretriz apontada pela questão, Chartier ainda lembra que, sendo assim, o processo de apropriação dos discursos sociais não segue as intenções daqueles que produzem as normas e que formulam os discursos. A aceitação de modelos está submetida a ajustes, combinações ou resistências.<sup>54</sup>

### **3- A organização do espaço e do tempo no Grupo Escolar Delfim Moreira**

Nesse contexto, o “tecer nexos” entre as práticas, as representações e as apropriações veiculadas por meio do currículo oficial implica incluir como se deu a estruturação desse currículo na organização do tempo e do espaço escolares.

A nova pedagogia imposta pela Reforma de 1906 compreendeu o entrelaçamento de dimensões educativas e administrativas que conformassem o novo modelo. A inauguração do grupo escolar, em 1911, encontrou uma organização espacial e temporal que já se fazia sistemática há mais de 5 anos no estado de Minas Gerais.

Notadamente, no que diz respeito ao espaço e ao tempo escolares, muitas mudanças ocorreram para que se produzisse uma nova cultura escolar. Para que a escola realizasse a mudança esperada pela República, fazia-se necessária a reformulação da escola como um espaço e um tempo diferenciados do espaço e do tempo da rua e da casa dos alunos.

Em relação ao espaço, observou-se a importância acerca do lugar e da construção do prédio do grupo escolar. Estes verdadeiros “templos de civilização” impregnavam a cultura socialmente aceita e representavam as mudanças de valores, de relações sociais e de relações econômicas pretendidas pelo novo regime.

O ordenamento espacial relativo a esta nova visão apelava para espaços amplos e arejados, estruturas organizadas em conformidade com o novo currículo, na busca de uma integralização entre escola, currículo e sociedade. Nesse movimento, a escola se construiu com o objetivo de inspirar uma nova representação da instituição escolar como um espaço público, liberto do espaço privado, a saber, as igrejas e as casas, como assegura Faria

---

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 234-235.



Filho. O grupo escolar estabeleceu-se como nova representação desse novo espaço para a escolarização, outorgado pelo direito à cidadania.

Diferentemente do espaço ocupado/usado pelas escolas isoladas, estruturado em sua origem para atender a outras finalidades – domésticas ou religiosas, por exemplo –, e que traziam consigo e atualizavam no dia-a-dia escolar outros símbolos, signos e, portanto, valores, sensibilidades, enfim, outras culturas, os grupos escolares deveriam significar, ao mesmo tempo que um distanciamento deste mundo doméstico e religioso, a criação de uma nova cultura escolar que evidenciasse, simbólica e materialmente, a vinculação da escola com o mundo secular, público e urbano.<sup>55</sup>

Essa função específica expressa pelo grupo escolar resolveria a questão dos limites que se impunham à consolidação da nova pedagogia instaurada pela Reforma de Ensino de Minas Gerais. A definição de um lugar destinado à escolarização permitiria uma nova prática e a apropriação desta pedagogia pelos diferentes atores, ao mesmo tempo em que imprimia um maior controle destes atores, idealizado por meio do projeto de construção deste espaço. Nesse embate, o governo mineiro apresentava os tipos ideais de grupos escolares a serem construídos. Estas construções deveriam obedecer a dois critérios básicos: prédios econômicos e preocupação com as “condições higiênicas e pedagógicas”.<sup>56</sup>

Os indícios, ora apresentados, tornam possível crer que o grupo escolar funcionava em outro prédio – emprestado pelo Coronel. Adolpho Ferreira de Aguiar – até que o prédio definitivo fosse concluído, uma vez que a diretora do grupo escolar abriu as matrículas para o “Segundo Grupo Escolar” em 28 de agosto de 1911, como indica a cópia do cartaz abaixo.

#### Segundo Grupo Escolar “Delfim Moreira”

Estando marcado o dia 28 do próximo mez de setembro para instalação do grupo escolar desta cidade, aviso às pessoas interessadas que no dia 10 do mesmo mez será aberta a matricula. Achar-me-ei diariamente no estabelecimento das 11 horas da manhã à 3 da tarde para attender a esse trabalho. As creanças de 7 a 16 annos de idade têm direito à matricula, a qual encerrar-se-a em 28 do referido mez de setembro. No dia do encerramento da matricula, devem os alumnos matriculados se acharem presentes no estabelecimento às 11 horas da manhã.

Araxá, 28 de agosto de 1911.

<sup>55</sup> FARIA FILHO, L. M. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000. p. 5.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 6.

A Diretora,  
Maria de Magalhães<sup>57</sup>

Na representação dos ex-alunos, a nova forma escolar se impunha: “Ali [no pátio, onde atualmente é um jardim] a gente fazia ginástica. Tem tanto tempo que não lembro isso não. Minhas aulas eram separadas, entravam separados. Naquele tempo, menino não tinha muita relação com menina”.<sup>58</sup> A dimensão pedagógica tomou outra visibilidade, evidenciando-se estratégias de controle. Ao ser perguntado sobre a entrada e a saída dos alunos, o ex-aluno Raul Almeida respondeu.

Entrava e saía pela porta da frente. Entrava, pegava o corredor e dos corredores para o pátio. Ia para o pátio e ficava brincando até que a professora chamasse. Acho que era cada um no seu lado do corredor. Menino naquela época não tinha nada com menina, não. E também não misturava não, as professoras não deixavam.<sup>59</sup>

Em outra entrevista, perguntou-se sobre a definição desse espaço, a que o ex-aluno, Boanerges da Silva Lemos, respondeu.

A gente ia mais ou menos às 6:30 hs, 6:45 hs, entrava pela portaria, ia procurando o recreio (pátio) e os colegas da gente. A gente se juntava espontaneamente, naturalmente. Era tudo misturado (todos os alunos de todas as séries e todas as meninas de todas as séries). Era o horário do turno da manhã e do turno da tarde. Da manhã começava às 7 hs. O recreio era separado. Meninas em cima e os meninos embaixo. Assim que tocava o sinal a gente formava fila e a professora mandava entrar.<sup>60</sup>

O depoimento da ex-aluna Angelina Feres Tannus também se mostrou representativo das apropriações desenvolvidas por meio das práticas escolares.

A gente entrava pela porta principal, não tinha aquelas entradas laterais que construíram no prédio novo da Getúlio Vargas, não. Eu lembro que a gente entrava num pátio grande e era misturado, não tinha separação não, mas não ficava junto. Os meninos ficavam jogando bola e as meninas pra cá.<sup>61</sup>

O espaço de transição, de passagem de um velho modelo para outro, ficou incorporado nos ex-alunos, por meio das apropriações desenvolvidas nas práticas

---

<sup>57</sup> ARAXÁ. Grupo escolar Delfim Moreira. Correspondência enviada ao Secretário do Interior. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 1911. (Arquivo Público Mineiro)

<sup>57</sup> *Idem.*

<sup>58</sup> Cf. Sr. Raul Almeida (ex-aluno entrevistado).

<sup>59</sup> *Idem.*

<sup>60</sup> Cf. Sr. Boanerges da Silva Lemos (ex-aluno entrevistado).

<sup>61</sup> Cf. Sra. Angelina Feres Tannus (ex-aluna entrevistada).

cotidianas, tornando-se natural à incorporação de novas atitudes, que, por seu turno, tornar-se-iam hábitos.

A respeito da organização do pátio escolar como espaço de passagem durante o tempo destinado à escola, Luciano Faria Filho, em seu estudo sobre a cultura escolar, afirma que a organização do espaço visava homogeneizar, por meio de estratégias de controle das diferenças. Dessa forma, há um pátio somente, mas a separação entre meninos e meninas era inevitável. Nos depoimentos colhidos, foi retomada diversas vezes a figura do porteiro em sua função de controle disciplinar. Conforme Faria Filho, na definição do espaço escolar,

[...] busca-se projetar uma educação escolar que pretende realizar a homogeneização utilizando-se de mecanismos que evidenciem e controlem as diferenças, principalmente de gênero. Percebe-se isto na projeção da utilização diferenciada dos espaços, nas entradas independentes e separadas para meninos e meninas, nos pátios de recreios masculinos e femininos, dentre outros. Com os grupos escolares, a dimensão pedagógica do espaço toma corpo e visibilidade, ou, se quisermos, uma materialidade, de uma forma nunca antes vista na instrução pública primária mineira.<sup>62</sup>

A estruturação espacial da escola como espaço específico para a educação que se diferenciava da rua e da casa foi ressaltada nas entrevistas. Os depoimentos evidenciam a necessidade premente de afastar as crianças das más companhias e das más influências encontradas nas ruas. Até mesmo para a criança pobre se fazia necessário frequentar a escola para que a influência dos maus hábitos da família “sem cultura” fosse evitada nas próximas gerações. Era, portanto, uma questão de ordem pública. Por seu turno, o lugar específico destinado à escola dá materialidade e visibilidade a uma separação simbólica que representa a construção de um novo tempo, a passagem de um tempo para outro, de uma cultura para outra, como alerta o autor.

A busca em separar a escola da rua, implicou, também, e fundamentalmente, a criação do pátio escolar, em espaço de transição, inexistente nas escolas isoladas, que permitia, ao mesmo tempo, fazer com que os (as) alunos (as) saíssem da rua, dando-lhes maior segurança e afastando-os (as) de sua influência maléfica, mas também permitia evitar que os (as) mesmos (as) adentrassem à sala-de-aula no mesmo ritmo que vinham da rua. Nesse sentido, o pátio escolar, presente nas “plantas tipo” de todos os grupos escolares, significava a “passagem” de uma ordem a

---

<sup>62</sup> FARIA FILHO, L. M. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000. p. 6.

outra, de uma cultura a outra, onde a fila cumpria o importante papel de imposição de uma postura espaço-corporal necessária à ordem escolar.<sup>63</sup>

A delimitação do espaço com vistas à efetivação dos mecanismos citados acima se evidenciou nas representações encontradas nos depoimentos dos ex-alunos. O espaço escolar, visto como um espaço específico de educação, de mudança de hábitos e de adequação à nova proposta pedagógica dos reformadores da educação mineira, foi apropriado notadamente nas práticas desenvolvidas durante o percurso escolar do aluno e, posteriormente, na vida adulta. Uma demonstração disto pode ser compreendida nos exemplos abaixo.

Eu devo ter entrado lá em 1926. Devia estar com 7 para 8 anos. Quando papai veio da Pratinha pra cá. Dos 7 aos 10 anos de idade fiz o curso escolar no Delfim Moreira e depois a 1ª turma do ginásio Dom Bosco, 1930 à 1936. Naquele tempo, a gente não tinha muita possibilidade de desenvolver não. Opção era pouca. A gente tinha ofício ou seguia o do pai, ou de um parente. No comércio não tinha emprego. A gente era criado à vontade, havia uma expansão natural. A gente saía do grupo escolar, jogava pedra, tinha moleque de rua, de bater, a gente brigava muito na rua. Chegava em casa, apanhava dos pais, mas era gostoso. Tenho saudade daquele tempo, em que meus pais eram vivos. Havia um respeito natural. No meu tempo, quando a gente andava na rua e vinha uma senhora, a gente descia do passeio para ela passar. Educava a gente assim, nessas delicadezas. Respeito aos professores, aos mais velhos, tudo era muito espontâneo. De maneira que tenho saudade daquilo.<sup>64</sup>

E continua a seguir.

Eu me lembro que no meu tempo de menino havia colegas, companheiros contemporâneos, que a gente tinha medo deles. Eram moleques de rua. Precisavam fazer sala especial para eles. Uma espécie de “FEBEM”. Por exemplo, havia uns 10 alunos na ocasião que não só não participavam, como atrapalhavam. E a diretora tinha por princípio estabelecer um professor enérgico para as salas dos rebeldes.<sup>65</sup>

O depoimento do aluno Raul Almeida desvela a “imposição da nova postura espaço-corporal”, “Pois dentro de casa era muito rígido, o jeito de criar antigamente, hoje não tem graça. Antigamente menino não tinha vez. Se a Dona Iaiá chegasse na sala, todo mundo levantava para receber. Quando entrei, ela era diretora.”<sup>66</sup>

Da mesma forma, a apropriação desvelada na crônica escrita por Ir. Domitila Ribeiro Borges permitiu interpretar a configuração do espaço escolar Delfim Moreira.

---

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>64</sup> Cf. Sr. Boanerges da Silva Lemos (ex-aluno entrevistado).

<sup>65</sup> *Idem*.

<sup>66</sup> Cf. Sr. Raul Almeida (ex-aluno entrevistado).

Revejo o alpendre ao longo das salas de aula... À esquerda, ficavam as dos meninos; à direita, as das meninas. Somente no 4º ano era misto. Ao badalar do sininho de entrada, enfileirados, solenes, ouvíamos uma saudação à Bandeira, erguida por um dos alunos, e em seguida entoávamos a plenos pulmões um hino patriótico. Sabíamos todos de cor.<sup>67</sup>

A organização espaço-temporal imposta pela reunião das salas isoladas em grupo escolares estruturou uma apropriação diferenciada da organização escolar, evidenciada nos exemplos descritos acima.

A organização espacial estava intimamente ligada à organização do tempo. A República buscava desenvolver práticas que estabelecessem um novo tempo. A diferenciação na organização temporal da escola se relacionava à organização temporal do mundo do trabalho. Nesse movimento, a escola passou por grandes transformações no que diz respeito à organização do tempo. Numa região eminentemente rural, num período em que as pessoas acordavam muito cedo para a lida no campo, almoçavam cedo e dormiam igualmente cedo, as mudanças impostas pelo horário determinado para a educação trouxeram diversas controvérsias. A importância da escola era evidente, mas adequar-se ao tempo escolar correspondia a mudanças de hábitos.

#### **4- Práticas educativa versus modernização pedagógica**

A tentativa de implementar uma escola pública primária na cidade passou por dificuldades de toda ordem. Da adequação do espaço para a formação da criança araxaense à ausência de professores formados.

As questões fundamentais na pedagogia proposta nas instruções metodológicas da reforma de 1906 perpassavam pela analogia entre ação e participação como estratégia de ensino; no entanto, nem sempre o sujeito educacional atribuía o significado esperado ou se adaptava ao modelo sugerido. Mas, como assegurar a nova concepção de ensino, de escola e de escolarização que se propunha com a “reinvenção da escola?” Magalhães mostra que a relação educativa caracteriza e afeta o sujeito educacional de forma não unidirecional: “Na

---

<sup>67</sup> BORGES, Domitília Ribeiro. Crônica. **Correio de Araxá**, Araxá, 8 jul. 2003. (Caderno Correio Literário). Domitília Ribeiro Borges (1913 \_ ), natural de Araxá, é irmã dominicana, escritora de vários livros entre crônicas e poesias, além de músicas diversas alusivas ao tema religioso. Estudou com Alceu Amoroso Lima, aperfeiçoou-se em literatura francesa durante sua estadia na França. Estudou no Grupo Escolar Delfim Moreira de 1921 até 1924.

relação educativa não há ações unidirecionais. A interação que a caracteriza afeta todas as partes envolvidas e a educação é o constructo por parte dos sujeitos, com recurso a meios e por referência aos contextos, atualizados sob a forma de instituído”.<sup>68</sup>

Assim, se na pedagogia tradicional, a relação professor-aluno implicava que se assessorasse a “apropriação do conhecimento por parte do aprendiz”<sup>69</sup>, a Reforma do Ensino de 1906 compreendia o projeto educativo que visava a “construção duradoura por referência e por integração, participação, responsabilização, reflexão”<sup>70</sup> dos sujeitos. Neste sentido, o mesmo autor mostra a escola como uma instituição em que.

Na sua gênese como no seu desenvolvimento, a institucionalização é uma fase num processo evolutivo mais amplo, que corresponde ao constructo que resulta da função instituinte e que se consolida na instituição. A complexidade de elementos e relações, que compõe e molda a realidade educativa, na sua materialidade, representação e apropriação [...] .<sup>71</sup>

Dessa forma, a formulação de um currículo inserido num conjunto metodológico que contrapunha o novo ao velho, inevitavelmente implicava, como anuncia Magalhães, “na função instituinte que se consolida na instituição” e, por sua vez, ganha materialidade no diálogo espaço-temporal da escola. Assim, a Reforma de 1906 materializou a preocupação do governo em instruir metodologicamente os professores segundo as novas concepções de educação defendida pelos seus elaboradores.

O processo ensino-aprendizagem no interior da escola, nas representações analisadas neste estudo, não conformou, em parte, as indicações apresentadas pelo documento do governo mineiro. Pelo contrário, poder-se-ia interpretar as práticas como a continuidade do ensino tradicional e não como partícipe da produção da sociedade moderna. Apesar do importante processo de racionalização das práticas pedagógicas apontado pelo citado documento e formalizado pela representação da nova maneira de se perceber o aluno, respeitando seus ritmos, suas necessidades e, ainda, a afirmação de uma maior sensibilidade em relação ao ensino e à aprendizagem por meio de nova metodologia – no caso, o método intuitivo – para a consolidação do ideário republicano, as representações dos ex-alunos não transpareceram essa prática.

---

<sup>68</sup> MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004. p. 36.

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 37.

<sup>70</sup> *Ibidem*, p. 38.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 39.

A representação da reforma vinculou-se com aquilo que há de mais “moderno” para os reformadores mineiros que, segundo Faria Filho, incorporou-se na possibilidade de organização capitalista do trabalho e o mundo e as relações urbanas”<sup>72</sup>, por meio da ruptura com a escola imperial.

Os grupos escolares, dessa forma, foram fundamentais na nova projeção deste tempo e espaço de aprendizagem que concretizasse o ideário republicano. O disciplinamento do corpo se deu não somente com a produção de um novo currículo, de móveis escolares específicos e nas novas posturas estabelecidas como corretas à produção do novo sujeito escolar. A disciplina Exercícios Físicos ministrada na escola era imperiosa, neste sentido, pois objetivava o desenvolvimento físico que a casa do aluno não poderia lhe proporcionar.<sup>73</sup>

Dentre os documentos encontrados no Grupo Escolar Delfim Moreira, deparou-se com uma fotografia que faz alusão à prática de Exercícios Físicos, percebida como pertencente ao conjunto de documentos analisados na referida periodização, apesar de não datada.



Figura 6 - Aula de Exercícios Físicos no Grupo Escolar Delfim Moreira – Araxá - MG.  
Autor: Otávio Fonseca – data entre 1921 e 1930. Acervo Grupo Escolar Delfim Moreira.

<sup>72</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Cultura e prática escolares**: ensino da escrita, escolarização dos corpos e produção do aluno como sujeito escolar. Disponível em: [http://www.educacaoonline.pro.br/cultura\\_e\\_pratica.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/cultura_e_pratica.asp), acesso em 23 jul. 2005.

<sup>73</sup> MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República** (1889-1930). Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962. p. 112.

Buscou-se, por meio de publicação no jornal local, alguma referência à data da fotografia, sem êxito. Assim, a partir de caracterização do prédio escolar e do pátio pelos ex-alunos, bem como dos trajes retratados na iconografia, foi possível asseverar que, possivelmente, a fotografia pertença à periodização escolhida para estudo – 1911 a 1930 –, sendo possível utilizá-la no esforço de fornecer mais um indício da representação de escola como um espaço e um tempo organizados diferentemente do lugar da casa ou da rua.

A análise da iconografia permitiu fazer referência a alguns indícios de que esta se refere à periodização estabelecida para estudo. São eles: o muro que divide o terreno confere com o terreno descrito pela diretora quando esta propôs ao secretário do interior que essa área fosse transformada em um pequeno campo de experimentação; o uniforme da turma de meninas confere com o uniforme da década de vinte; o chão do pátio está de acordo com a descrição do pátio feita pelos ex-alunos do período elencado para estudo – não era calçado –; a turma, essencialmente de meninas, confere com os documentos que salientavam haver turmas de meninos e turmas de meninas; em seu depoimento, o Sr. Boanerges da Silva Lemos afirmou ser comum para ele e outros colegas pularem o muro que dividia o terreno da escola para pegar frutas na horta da escola.

Estas particularidades, aliadas à autoria da foto<sup>74</sup>, colaboraram para que se entendesse que a fotografia pertenceu ao período delimitado, configurando-se, portanto, como documento iconográfico neste estudo.

Neste registro iconográfico desvelou-se o desejo de mostrar a incorporação do novo ao velho. As crianças apresentaram-se bem vestidas, com capricho extremo em seus uniformes, revelando que a foto foi executada com um objetivo específico. A organização das alunas, colocadas em fila indiana, perfilada lado a lado, revelou a preocupação com a ordem e a disciplina. As professoras e possivelmente a diretora colocaram-se ao final do pelotão numa alusão clara à vigilância e à correção das alunas. À frente, mas não presente na foto, deveria estar a professora de ginástica, que realizava os exercícios a serem reproduzidos pelas alunas. A representação presente nos laços brancos que guarneciam os cabelos das meninas revela significados do grupo escolar como espaço de higienização e organização. O mesmo pode ser sentido no uso de sapato e meias. Em depoimento do ex-

---

<sup>74</sup> Otávio Fonseca chegou a Araxá em 1921, montou um bazar que comercializava artigos de luxo para presentes e realizava fotografias diversas em estúdio e fora dele. (ARAXÁ. Fundação Cultural Calmon Barreto. **Lugar de memória**. Araxá,: FCCB, 2001. p. 135).



aluno Boanerges da Silva Lemos, desvela-se a hipótese acima: “Tinha professoras de trabalhos manuais, de ginástica. Mas não era nada especializado, com método próprio, não. *Se aparecia aqui um sargento novo, elas arranjavam pra dar aula de ginástica*”.<sup>75</sup> (grifo nosso).

A análise da aplicação do currículo imposto pela Reforma pode contribuir para a compreensão das formas de apropriação deste currículo pelos professores. A representação construída pelos professores durante os processos e as formas pedagógicas de transmissão do conteúdo transita pelos processos inerentes à sua história pessoal. Ao contextualizar e recontextualizar os conteúdos presentes no currículo, os professores elaboram representações por meio das práticas apropriadas na fusão de um conhecimento pré-existente e novos conhecimentos apresentados. Neste movimento, incorporam-se relações complexas que envolvem não só o interior como também o exterior da relação pedagógica, num embate que revela as concepções e as práticas destes mesmos professores e, por consequência, as formas de apropriação das propostas curriculares oficiais no interior da escola.

A Reforma de 1906 veio incorporar, por meio dos grupos escolares, uma nova cultura escolar, que se evidenciou nas representações e nas práticas desenvolvidas na aplicação do currículo apresentado pelo governo mineiro. A foto submetida à apreciação indicou claramente esse desejo – o propósito de divulgação de práticas higienistas relativas aos hábitos, aos cuidados com o corpo e o seu disciplinamento –, embora não se possa afirmar que tenha acontecido como a proposta dos elaboradores da reforma.

Retomando as acepções de Magalhães, ao desvelar a história do Grupo Escolar Delfim Moreira, buscou-se, na forma discursiva de um estudo científico, compreender a rede complexa e relacional da instituição educativa como “estruturas abertas ao exterior e enquanto organismos e *lócus* humanos, com relações de poder e de comunicação no plano interno”.<sup>76</sup> Com efeito, ao se perceber a instituição escolar como um espaço simultâneo de relações, tanto internas quanto com a comunidade, aponta-se para uma abordagem historiográfica que implica a mesoabordagem, sem, no entanto, excluir os planos macro e micro.<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> Cf. Sr.Boanerges da Silva Lemos (ex-aluno entrevistado).

<sup>76</sup> MAGALHÃES, Justino. **Tecendo Nexos**: História das Instituições Educativas. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004. p. 159.

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 165.

É dentro dessa concepção que a análise do currículo e sua aplicação no tempo e no espaço escolares se fazem importantes ao se interpretar a história de uma instituição escolar. Por seu turno, a análise do currículo também permite “tecer nexos” sobre o processo de construção das representações, de interpretação/compreensão das formas de envolvimento e participação dos atores na materialidade e dos aspectos intervientes intra e extra-instituição, conforme atesta Magalhães.<sup>78</sup>

## 5- Escola pública, gratuita e laica?

O novo regulamento de ensino impeliu uma mudança de postura em relação à escola, uma reinvenção da educação formal. A reforma de 1906 representava o desejo de mudança, de adequação à modernidade. À escola cabia o papel de instaurar e consolidar novos comportamentos, novas atitudes. O conceito de trabalho como fator preponderante de acesso ao desenvolvimento econômico, social e cultural, e à elevação da nação à ordem e ao progresso preconizados pela República, deveria ser aprendido na escola.

Quanto a estas investidas, é comum o entrevistado defender efusivamente o ensino da sua época e estabelecer comparações com as representações que possui na atualidade.

Tudo que eu sei foi graças ao grupo, um primário muito bom, mas muito bom mesmo, o ensino do Delfim Moreira era bom demais, bom, exigente, professoras muito boas, dedicadas. [...] Todo dia tinha trabalho escrito para casa, ou uma composição, ou uma carta, ou uma história que tinha lido no livro, e tinha que levantar e ler, por isso se não via as meninas gaguejando para ler, eu me lembro no nosso tempo você tinha que decorar todo texto.<sup>79</sup>

Apesar de o relato acima, de uma ex-aluna que estudou durante o período de 1934 a 1937, ser o primeiro em que apresentou a referência sobre o uso do livro, permitindo interpretar que as mudanças ocorridas se deram em função da nova Reforma, o que importa nessa análise é a representação percebida sobre a qualidade do ensino no período em que se estudou. Assim, em outro depoimento percebeu-se a mesma representação acerca do ensino no Grupo Escolar Delfim Moreira.

A gente fazia pequenas experiências, plantava feijõezinhos, História do Brasil, na quarta série. No quarto ano do primário é que a gente estudava o descobrimento do Brasil. Ah! *uma coisa que nós fazíamos, que hoje eu*

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>79</sup> Cf. Sra. Josefina Dias de Carvalho (ex-aluna entrevistada).

*não vejo mais*, nós estudávamos Geografia, mas éramos obrigados a fazer os mapas.<sup>80</sup> (grifo nosso)

Estes depoimentos são também importantes por explicarem que a representação possui uma rede de significações que variam conforme a apropriação desenvolvida pelos atores inseridos no contexto, não significando um total controle ou mesmo uma total liberdade da aceitação dos novos modelos. Se nos dois exemplos acima se desvelou uma conformação com o discurso instituído, outros depoimentos revelam uma atitude de não aceitação, como um par inter-relacionado. O aluno Raul Almeida pronunciou: “Tinha a bandeira, o hino da bandeira. Tinham festas, mas daquilo eu não gostava, tomava conhecimento daquilo não. Eu não fazia folia, não fazia nada, era bonzinho. Eu ia muito pouco, ia quando não tinha jeito (nas festas)”.<sup>81</sup>

Segundo Chartier, as representações se dão nas apropriações estabelecidas nas práticas, mas estas representações estão sujeitas às predisposições próprias de cada grupo. Ou seja, as práticas estabelecem “estratégias de diferenciação ou imitação”, apresentando-se como pares inter-relacionados. Para o autor,

[...] criar mecanismos de controle e coerção sempre segrega táticas que o subjugam ou subvertem; inversamente, não existe produção ou prática cultural que não se fundamente em materiais impostos pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado, e que não esteja sujeita à supervisão e à censura por parte daqueles que detém o poder sobre as palavras ou gestos.<sup>82</sup>

Este contraste – diferenciação ou imitação – evidenciou-se, ainda, no depoimento do ex-aluno Boarnerges da Silva Lemos, para quem a escola acrescentou relativamente pouco à sua cultura e à sua vida, numa referência clara ao que Chartier afirma.

Era espontâneo. Conseguia o estudo quem quisesse. O pai rico mandava os filhos para fazer ginásio fora. As mães é que preocupavam com a parte do ensino, as mães é que matriculavam o menino, se não queria, apanhava para ir. Vai de chinelada, mas vai. Chega lá, a professora dava mais umas “reguadas” na cabeça do menino, tinha que estudar. A cultura humana vale por muito pouco tempo. Eu, por exemplo, passei pelo grupo escolar, eu me lembro do Ivo. O que, que o Ivo influenciou na minha personalidade? Nada. Apenas naquela disciplina que ele tinha, que ele queria transportar para os meninos. Aquela disciplina militar.<sup>83</sup>

<sup>80</sup> Cf. Sra. Maria Dora Drumond de Paula Lemos (ex-aluna entrevistada).

<sup>81</sup> Cf. Sr. Raul Almeida (ex-aluno entrevistado).

<sup>82</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 235-237.

<sup>83</sup> Cf. Sr. Boarnerges da Silva Lemos (ex-aluno entrevistado).

Estes exemplos permitiram interpretar os processos de difusão e circulação de objetos e modelos culturais por meio das lutas de competição. Nesse sentido, as lutas processadas de forma concedida ou conquistada motivam “a busca de uma nova diferenciação”.<sup>84</sup> No entanto, ao interpretar as representações é preciso percebê-las além da idéia simplista de dominação social ou difusão social, defende o autor. O que o autor postula, portanto, é a percepção de que todo processo de difusão de representação social compreende um campo de lutas complexo que significa enquanto é significado.

Refletir criticamente sobre estas significações permitiu asseverar que as práticas disseminadas pela Reforma do Ensino de 1906 constituíram uma via de acesso para a divulgação de representações provenientes da reprodução do discurso dominante. Entretanto, os processos de reprodução compreendem concomitantemente processos de diferenciações. Essa dissociabilidade permite inferir que, ao se analisar as práticas forjadoras de uma sociedade, pode-se afirmar que essas práticas, da mesma forma que se apropriam do discurso dominante, também o subvertem.

Os processos de homogeneização da educação escolarizada sob o símbolo de “escola pública, gratuita e universal” aliaram os saberes pedagógicos à habilidade de controle social pelo Estado, tornando a incorporação da população na sociedade moderna como algo definitivamente necessário para o processo de apropriação dos comportamentos e hábitos dessa sociedade em construção. A respeito dessa visão, Veiga afirma que o espaço escolar, colocou-se como espaço de monopolização dos saberes pelo Estado.

É evidente que a universalização da instrução elementar e a extensão social das formas de comportamento civilizado constituíram um aprofundamento do controle das normas de conduta, e isto esteve relacionado à produção de novas formas de sociabilidade e de distinção social, engendradas pela escolarização.<sup>85</sup>

Corroborando com a interpretação realizada acima, a análise empreendida por meio dos depoimentos revelou que os conteúdos supracitados estavam fundamentados numa visão de controle social. É o que se pode ver também no seguinte depoimento: “A gente comemorava Tiradentes, canto do Tiradentes, a gente tinha que saber cantar. E o dia

---

<sup>84</sup> Cf. CHARTIER, *Op. Cit.*

<sup>85</sup> VEIGA, Cynthia Greive. Escola Nova: A invenção de tempos, espaços e sujeitos. *In*: MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, 2000. p. 99.

sete de setembro, toda pessoa que você pegava sabia o Hino Nacional. É de tanto a gente cantar todo dia. [...] *e moral e cívica, era uma matéria exigida*.<sup>86</sup> (grifo nosso)

Portanto, as práticas desenvolvidas no espaço escolar revelam a importância das novas representações erigidas pelo discurso republicano. Esta aluna incorporou os novos preceitos, apropriados de forma repetitiva ao longo da vida escolar. Em outro momento da análise de seu depoimento, a presença do primário é tão forte na sua representação que ela atribui a este ensino tudo que sabe, uma vez que somente foi concluir o ginásio – hoje corresponderia ao ensino fundamental – na idade adulta, em razão da necessidade de manter-se empregada.

As representações apropriadas por meio das práticas consolidadas e construídas no âmbito do espaço escolar podem ser desveladas nos exemplos acima, permitindo asseverar que um dos limites que se impôs à aplicação coerente da reforma de 1906 foi a precariedade dos materiais necessários para consubstanciá-lo na prática. Conforme Chartier, as representações se fazem por intermédio das práticas e exibem “uma maneira de própria de ser no mundo”.<sup>87</sup> Nesse embate, institucionaliza-se “a existência do grupo, da comunidade ou da classe”.<sup>88</sup>

Os depoimentos acima permitem apreender que essa prática não se manifestou de forma significativa a ponto de conformar e fazer reconhecer uma nova identidade, notadamente a identidade com o mundo do trabalho, que a sociedade moderna preconizava e a república instaurava. Sendo assim, compreendeu-se que a reforma implicava mudanças em relação à forma de se ensinar adotada até aquele momento, ao mesmo tempo em que não lhe dava condições para ser instaurada. Contraditoriamente, porém, os relatórios enviados à Secretaria do Interior ressaltavam a aplicação exemplar da reforma, mesmo em face da insuficiência de recursos da escola.

No estabelecimento ha carencia de material didactico, falta de giz, materiaes de escriptas e livros para o 1º anno é absoluta. [...] A exposição esteve franqueada ao publico durante quatro dias impressionando mui agradavelmente a todos pela exuberancia de trabalhos, e entre elles muitas peças confeccionadas com admirável perfeição.<sup>89</sup>

---

<sup>86</sup> Cf. Sra. Josefina Dias de Carvalho (ex-aluna entrevistada).

<sup>87</sup> CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 235-237.

<sup>88</sup> *Idem*.

<sup>89</sup> ARAXÁ. Grupo escolar Delfim Moreira. Correspondência enviada ao Secretário do Interior. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 1915. (Arquivo Público Mineiro)

## 6- Higiene, moralidade e estatística como valores da modernidade

Ao instaurar a República, sentiu-se a necessidade de, como vários países, produzir uma identidade como forma de configurar a nacionalidade. Nesse sentido, a escola mostrou-se como a instituição capaz de realizar as transformações necessárias à sociedade, e a higiene, a moralidade e a estatística apresentam-se como valores da modernidade que se desejava implementar.

O Estado utilizou amplamente a estatística nos documentos oficiais como forma de veicular a imagem de modernidade da República. Neste contexto, várias produções impressas garantiam a formação destes valores – relatórios, boletins, anuários estatísticos, e assemelhados buscam dar conta dos gastos do Estado com a educação e o seu relativo progresso. Os anuários de 1916 e 1925, apresentados como documentos nesta pesquisa, traziam informações sobre os municípios mineiros, dentre eles a cidade de Araxá, a sua localização, o clima, a geografia, as obras realizadas, a indústria, o comércio e principalmente sua educação.

O mapeamento do progresso araxaense congrega, ainda, alguns dados estatísticos; tais como as riquezas naturais de Araxá, a instalação da luz elétrica em 1914, a realização do serviço de abastecimento de água potável, e, como não poderia deixar de ser, delibera sobre a instrução pública. Acerca deste tema, o referido documento informativo assim se manifesta.

Cada districto tem duas escolas, uma de cada sexo, muito freqüentadas e, no município, funcionam 5 escolas municipaes, regidas pelo regulamento Estadual. Na cidade funciona o Grupo Escolar “Delfim Moreira” sob a competente e inteligente direção da Exma. Sra. D. Maria de Magalhães. O movimento escolar deste anno (1915) foi o seguinte: Matricula 509 alumnos. Media da freqüência diária 367. Media da freqüência mensal 363. Existe a Caixa Escolar Delfim Moreira e a Liga de Bondade. A esta, a primeira instituída em Grupos do estado, incumbe desenvolver nos alumnos sentimentos nobres e generosos; áquella, fornecer uniformes, livros, material de escripta, prêmios etc., aos alumnos desprotegidos da fortuna. O estabelecimento compõe-se de 9 cadeiras, estando uma vaga. Professoras: D. Sylvia de Magalhães, Luiza Oliveira de Faria, Alice Moura, Ignez Ferreira, Minervina Amorim, Zoraide Porphyrio, Paulina Amorim, Rita Augusta dos Santos. Porteiro: João Cecílio Damasceno.<sup>90</sup>

---

<sup>90</sup> CAPRI, Roberto. **Minas Geraes e seus Municípios**. São Paulo: Capri, Andrade & C., 1916. p. 264-265.

Especificamente sobre a instrução pública mineira, esse estudo anuncia uma síntese do Dr. Lucio José dos Santos, Diretor da Instrução Pública do governo do Dr. Fernando de Mello Vianna. Nesta síntese, o diretor de instrução mostra que em Minas Gerais é “visível e incontestável o surto do ensino, nestes últimos tempos”. Sobre o número de matrículas e escolas primárias do Estado, segundo noticiava este estudo,

[...] subiram estes números, em 1902, a 62.172 e 1492 respectivamente. A partir desse anno, rápido foi o progresso, [...] accusava a estatística 188.382 alumnos distribuídos em 2.061 escolas isoladas e 175 grupos escolares. Actualmente, dispomos de mais de 5.000 escolas e de 210 grupos escolares. Si levarmos em conta os alumnos das escolas particulares até agora registradas, [...] teremos mais de 270.000 creanças freqüentando escolas primarias em Minas. Ainda não temos a estatística da ultima matricula, a deste anno passado; [...] posso dizer que o numero de matriculados irá a 300.000.<sup>91</sup>

Ainda sobre o ensino primário, o mesmo documento atesta que.

A porcentagem de freqüência foi de 56,3%, no anno passado; mas, nos melhores grupos escolares, não raro, vae esse numero a 80 e 82%, como temos visto na Capital do Estado. Nos grupos escolares, é de quatro annos o curso primário, de três nas escolas isoladas districtaes e urbanas, e de dois nas ruraes.<sup>92</sup>

É interessante notar a preocupação do governo mineiro com a implementação da escolarização primária e, em um segundo momento, com a instituição da educação infantil. Para tanto, foi preciso atentar para o “tratamento e alimentação específicos, vestuário, brinquedos e horários especiais, cuidados fundamentados nos novos saberes racionais da pediatria, da puericultura, da pedagogia e da psicologia”.<sup>93</sup> A consolidação dessa nova prática em relação à criança vem estabelecer, em Minas Gerais, escolas maternais.

Além dessas escolas, possui o Estado 3 escolas infantis, 2 na Capital e 1 em juiz de Fora. Recentemente, foi creada a escola maternal de Bello Horizonte, estando a concluir-se o vasto e magnifico edificio a ella destinado. Recebendo creanças de três a seis annos, não é a escola maternal uma *crèche*, nem tão pouco um simples deposito de meninos para socego dos Paes. Destina-se aos filhos de operários, ás creanças cujos Paes, focados a um labor diário, incessante e penoso, dellas não podem cuidar. a escola maternal vae ser confiada aos cuidados e direcção de eximias educadoras, as irmãs Servas do Espírito Santo, vantajosamente conhecidas entre nós, havendo também uma directora

<sup>91</sup> SILVEIRA, Victor. **Minas Geraes em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1926. p. 134 – 136. (Discurso do diretor de instrução de Minas Gerais, em 1925, por ocasião de estudo sobre o estado mineiro realizado por este autor)

<sup>92</sup> *Ibidem*, p 136.

<sup>93</sup> RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: a utopia da Cidade Disciplinar - Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 117.

technica. Como nas escolas infantis, ahi receberão as creanças o ensino compatível com a sua idade e se entregarão a jogos, divertimentos e exercícos phisicos próprios para fortalecer-lhes o corpo, vigorar-lhes o espírito e estimular--lhes todas as faculdades. Nada preciso dizer sobre a parte moral, pois, como acabamos de ver, é uma congregação religiosa quem vae dirigir o novo estabelecimento.<sup>94</sup>

Apesar de o documento datar de 1926 e referir-se ao ano de 1925, é perceptível o processo de organização, modernização e higienização dos espaços públicos, inclusive como meio de disciplinamento da população, sob a égide do “prodigioso desenvolvimento do ensino no Estado”<sup>95</sup>, no governo Mello Vianna.

As campanhas de saúde pública, nos anos de 1920, inseriram-se em um processo civilizatório que incluía um projeto maior de construção do Estado Nacional Brasileiro, por meio da educação moral e cívica, com vistas à formação do caráter brasileiro. Não se acredita na necessidade de discutir amplamente este item, haja vista sua discussão efetivada no capítulo I.

Reporta-se às instruções da Secretaria do Interior enviadas ao Diretor da Secretaria do Interior que, por sua vez, apresentava-as à direção dos grupos escolares e escolas públicas, na intenção de interpretar outros indícios que favorecessem o entendimento dos discursos políticos vertidos no processo de higienização sintonizado com a modernidade. Nessas instruções, segundo o Secretário do Interior.

De há muito, a Administração do ensino vem-se preocupando com isso: quanto em suas forças cabe, tem procurado dotar as escolas de predios propios e de moveis construidos sobre as bases da hygiene e da pedagogia; nos programmas de ensino, tem aconselhado o uso de exercícos gymnasticos, recreios, jógos, brinquedos em liberdade, exercícos militares e o canto, que dão flexibilidade aos músculos, desenvolvem o crescimento do individuo e preparam-lhe uma adolescência viril, educando-lhe os movimentos e desenvolvendo-lhe os órgãos; intervallos, entre as licções, forma intercallados por isso, afim de que a creança, depois de um certo trabalho intellectual, repousasse, sem detrimento do seu natural instincto de folguedo e de alegria.<sup>96</sup>

Portanto, ficou nítida a preocupação do Estado em moralizar, por meio da higienização, a prática de exercícos físicos, sem esquecer de informar. Neste discurso notam-se os valores prescritos pela República, de oposição dos velhos costumes pela

<sup>94</sup> Cf. SILVEIRA, *Op. Cit.* p. 12.

<sup>95</sup> Cf. SILVEIRA, *Op. Cit.*, p. 135.

<sup>96</sup> BELO HORIZONTE. Secretaria do Interior. **Offício Circular** de 12 mar. 1915. Transcreve o que dispõe o Art. 28 da Lei n. 06 de 16 out. 1891 emitido pelo Américo Lopes. Belo Horizonte: Secretaria do Interior, 1915.



observação de novas atitudes, comportamentos e crenças. Sobre as representações desses discursos nas práticas e apropriações que permearam o grupo escolar, um depoimento acerca do pelotão da saúde.

Eu era a chefe. Nós tínhamos um horário na semana, eu chefiando três ou quatro colegas, íamos escovar os meninos, passar pente fino, cortar unha dos meninos, quando você achava que estava com piolho tinha que providenciar, mandar vigiar em casa. Ficar passando pente fino para tirar as lêndeas.<sup>97</sup>

Em outra entrevista, a materialização do discurso renovador é apropriado por meio de práticas sociais.

É que eu, por exemplo, minha mãe não me deixava ir sujo pro Grupo. Tinha um status, uma coisa, tinha que ir limpinho, arrumadinho. Agora, toda vez eu ia arrumado, mas tinham muitos meninos que não tinham condições. Menino que não tinha roupa para trocar, sujava... eu não sei.<sup>98</sup>

As representações do novo modelo de República prescreveram-se nas práticas sociais como ficou demonstrado acima, e cada vez mais a necessidade de conformação da sociedade com esse novo discurso organizador aparecia na ordem do dia. Dessa forma, era urgente que a sociedade participasse desse projeto de “republicanização da república”, por meio de profissionais como médicos higienistas e professores.

Tem início, por parte do poder público, a articulação de um discurso contraditório, em que a escola seria o instrumento de civilização do povo, por meio da disciplina. Os grupos escolares foram pensados, então, como expressão da modernidade, e ainda, ideologicamente, como instrumento de disciplinamento da sociedade, sobretudo a sociedade de massa.

Consciente da importância dessa mudança de valores, o Secretário do Interior, no mesmo documento, assevera que aos mestres e aos diretores de escolas cabem.

Procurar, de preferencia, desenvolver na creança as suas facultades intellectuaes, sem inculir-lhe rudimentares principios tendentes á conservação da saúde, é cuidar de uma das daces dos problema, sem nunca attingir o verdadeiro resultado.<sup>99</sup>

A apropriação do discurso higienista se daria conforme os objetivos do estado, apesar das resistências, conformações e ajustes próprios de cada sociedade. De conformidade com esta apropriação, a memória da ex-aluna é representativa.

<sup>97</sup> Cf. Sra. Maria Dora Drumond de Paula Lemos (ex-aluna entrevistada).

<sup>98</sup> Cf. Sr. Raul Almeida (ex-aluno entrevistado).

<sup>99</sup> Cf. BELO HORIZONTE, *Op. Cit.*

Quando não se ocupava as mãos, a posição era: os braços cruzados nas costas. Mas eu amei, desde o início, aquele meu Grupo Escolar. [...] Na sala bebíamos água da talha, mas no recreio, apesar das advertências higiênicas das professoras, bebíamos a de uma torneira quase sempre seca.<sup>100</sup>

A apropriação do discurso republicano ficou evidente na lembrança da ex-aluna. O comportamento exigido, o respeito apontado pelas atitudes e a preocupação com a saúde no ambiente público.

Os discursos elaborados pela intelectualidade araxaense, neste exemplo representado pela Prof.<sup>a</sup> Agar de Afonseca e Silva – aluna, professora e posteriormente diretora do Grupo Escolar Delfim Moreira entre 1950 e 1983, filha do memorialista Sebastião de Afonseca e Silva, cujo mérito encontrava-se no interesse pela história da cidade –, permitem a interpretação das representações vinculadas naquele contexto. Por ocasião da comemoração dos 60 anos do grupo escolar, em 1971, a Prof.<sup>a</sup> Agar registrou, em crônica, a História do Grupo Escolar Delfim Moreira de Araxá. Reporta-se a um trecho dessas memórias.

O grupo escolar “Delfim Moreira” surgiu em Araxá, no ano de 1911. Araxá era uma cidade pequena, sem luz elétrica, sem água encanada, uma cidade embora conhecida na história do Triângulo Mineiro, vivia em busca de um farol que iluminasse na escuridão da noite, as inteligências que despontavam entre seus filhos. Famílias que moravam em Oliveira, onde a instrução tinha um nível muito elevado naquela época, conhecendo os anseios da comunidade araxaense começaram a fixar residências aqui. Dentre estas famílias surgiu uma que veio abrir caminho para a infância. Era a família Magalhães Chaves. Um dos membros foi nomeado para tomar conta dos destinos da cidade. As jovens trouxeram o ideal de ensinar e educar. [...] Começou assim a vida intelectual na cidade. A porta da instrução abriu-se para todos.<sup>101</sup>

Apesar de passados 60 anos da fundação do grupo, de continuidade e rupturas capitalizadas em outras reformas da educação, dos métodos pedagógicos renovados, das intenções pedagógicas e políticas frustradas, as representações de um modelo de escola que “iluminasse” as mentes infantis e o efeito regenerador da educação permeavam as práticas sociais da sociedade araxaense. Evidencia-se a importância da construção desta identidade como possibilidade de construção da relação entre a instituição educativa e a comunidade que a envolve e a forja.

<sup>100</sup> BORGES, Domitília Ribeiro. Crônica. **Correio de Araxá**, Araxá, 8 jul. 2003. (Caderno Correio Literário).

<sup>101</sup> SILVA, Agar de Afonseca. Panfleto de comemoração de 60 anos do Grupo Escolar Delfim Moreira. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 1971. (Arquivo Grupo Escolar Delfim Moreira)

Quando cheguei lá, tinha 6 anos, levada pela mão de meu pai a fim de matricular-me no 1º ano atrasado; fomos muito bem recebidos. Papai havia colaborado na construção do Grupo com bons carros de madeira lá de sua fazenda, da fazenda onde nasci e de onde vinha. [...] De portas abertas vai dando sem contar os frutos da inteligência e do amor de seu professorado que vai lançando a semente benfazeja, fecunda e fecundante.<sup>102</sup>

Em ambas as citações é possível perceber sinalizações das representações elaboradas pela sociedade por meio da representação social disseminada durante a Primeira República: a instrução do povo como redenção dos problemas sociais, econômicos, políticos etc.

As práticas que encerram essas representações faziam parte do dia-a-dia dos grupos escolares, em demonstrações sutis da articulação entre o poder público e a elite política. Um exemplo carregado de significados encontrava-se no ensino moral e cívico, obrigatório durante a república. O Art. 3º do Capítulo I do Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado, Decreto 1960/1906, impõe a prática do ensino moral alicerçado na comunicação “experimental e simples, devendo ser respirada na atmosfera da escola” e, em circunstância alguma, se realizar por meio de “curso teórico ou filosófico”. Pode-se aferir, dessa forma, que as práticas sociais desenvolvidas na escola encerravam as representações da elite política e traduziam-se em apropriações no espaço escolar. Ou seja, subliminarmente estas duas forças incutiram-se na mentalidade do povo, de forma racional, apoiada no cientificismo e no positivismo, materializando na desigualdade a manutenção da sociedade coesa e a legitimação do poder político sobre a massa.

Os princípios liberais também ecoaram no município de Araxá no que se refere à escola cujo perfil era excludente, discriminatório e elitista. Os Quadros de Honra, as premiações, o caráter ideológico das datas comemorativas denotavam a ocorrência de uma prática que atendessem aos preceitos da elite política republicana e do poder público, uma vez que serviam para construir o discurso racional que legitimou a hegemonia destes grupos.

O soldado era uma figura que suscitava em todos nós respeito e admiração. Quantas vezes li e reli, nos “Contos Pátrios”, a estória do perna de Pau. Os “Bombeiros”, nem se fala! Eram os heróis de muitas façanhas nobres e belas exaltadas pelas mestras e pelos livros. Belos tempos! Festa da árvore! O plantio emocionante de eucaliptos à frente do grupo entre os aplausos e o hino à árvore. Foi por uma ocasião destas que

---

<sup>102</sup> Cf. BORGES, *Op. Cit.*

decorei o soneto “Velhas árvores”, de Bilac. Tão lindo! E já tão esquecido!<sup>103</sup>

A representação da ex-aluna acerca de sua época de escola é clara quanto à visão da educação como regeneradora da sociedade. Entretanto, a estes discursos e às práticas que visavam modificar incorporaram-se novas práticas que continuavam a manter o papel excludente e discriminatório da educação brasileira. A citação acima é a representação de uma escola democrática, no entanto em outra representação fica claro que essas práticas se davam em meio a ações discriminatórias: “Tinha a bandeira, o hino da bandeira. Tinham festas, mas daquilo eu não gostava, tomava conhecimento daquilo não. Eu não fazia folia, não fazia nada, era bonzinho. Eu ia muito pouco, ia quando não tinha jeito (nas festas)”.<sup>104</sup> Nota-se que no relato – não participar das festas comemorativas porque não gostava – evidencia-se uma situação de voluntária exclusão.

No tocante à afirmação da existência de práticas sociais permeadas de ações excludentes, discriminatórias e elitistas durante a Primeira República, reporta-se a documentos pertencentes ao arquivo da instituição em estudo. Em correspondência enviada à Diretora da escola pelo Secretário do Interior Affonso Penna Junior, datada de 30 de junho de 1920, o remetente questiona o reduzido número de conclusões do curso primário no Grupo Escolar, eximindo o Estado de qualquer responsabilidade. Abaixo se transcreve trecho da correspondência.

Documentos officiaes, encaminhados a esta Secretaria, revelam que, apesar do esforço e do zelo com que o governo do estado se vota á causa da instrucção, o numero de alumnos que concluem o curso primário nos grupos e escolas singulares é muito reduzido. Urge, pois, que aponteis as causas desse mal e seus remedios para que medidas sejam tomadas no sentido de corrigir semelhante defeito, visto não ser possivel que o Estado continue a despender com um aparelho de rendimento nullo uma somma importante que deverá applicar em escolas de intuitos singelos, mas úteis.<sup>105</sup>

Com efeito, o trecho transcrito acima sinaliza a crise pela qual passava a República no que se refere à educação. A correspondência se fez por meio de circular, o que sugere indícios de que o problema era comum a outros grupos escolares. Cabe, então, levantar algumas questões acerca dos sinais apontados no discurso do secretário: Por que, apesar da atitude expansionista do governo de Minas em relação à educação, notadamente

<sup>103</sup> *Idem.*

<sup>104</sup> Cf. Sr. Raul Almeida (ex-aluno entrevistado).

<sup>105</sup> MINAS GERAIS. Circular n. 263 enviada às diretoras de grupos escolares de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria do Interior, 1920.

marcada pela criação de “Templos de Saber”, poucos conseguiam concluir o curso primário? Que impedimentos havia? Seriam os conteúdos extremamente retóricos e que ainda remontavam ao passado imperial? Seria o legado jesuítico de educação, de caráter verbalista, retórico, livresco, memorístico e repetitivo que estimulava a competição por meio de prêmios e castigos, conforme afirma Gadotti?<sup>106</sup> Seria o descaso pela educação do povo? Ou, então, a reprodução da sociedade paternalista inspirada nas características do coronelismo de difusão da subserviência, dependência e divisão entre letrados e analfabetos?

O Estado de São Paulo passou por problema semelhante por ocasião da nomeação de Sampaio Dória para Diretor Geral da Instrução Pública, em 1920, com a incumbência de reformar o ensino, haja vista que, não obstante a preocupação republicana com a escolarização, os índices de paulistas alfabetizados não correspondiam aos esforços do governo. De acordo com Nagle, Sampaio Dória foi, por excelência, um reformador disposto a “quebrar velhos padrões de pensamento e de realização, a fim de manter a sua fidelidade a determinados princípios doutrinários”.<sup>107</sup> A fórmula empregada por Dória de redução da escolaridade primária obrigatória de quatro para dois anos, objetivando a erradicação do analfabetismo, poderia ser a resposta à Circular n. 263 de 20 de junho de 1920, enviada à diretora do Grupo Escolar Delfim Moreira, em Araxá.

A estratégia idealizada por Sampaio Dória propugnava uma “educação popular como condição do exercício da soberania popular e, portanto, da democracia”.<sup>108</sup> Ao propor a redução da escolaridade, Dória visava a generalização da escola e em parte poderia ser uma resposta aos problemas enfrentados pelos grupos escolares referente à evasão escolar. Portanto, era inegável a ideologia disseminada no contexto em questão, de que a civilidade, a modernidade, a ordem e o progresso reclamavam atitudes enérgicas quanto à concretização da nova cidade e, por sua vez, do cidadão, ambos inseridos no novo ideal republicano. Essa atitude correspondia a uma preocupação com a higienização urbana, no disciplinamento do corpo e da mente do cidadão brasileiro, numa alusão aos ideais de homens e mulheres que a Pátria visava a construir.

---

<sup>106</sup> GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

<sup>107</sup> NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro: Ed. EPU, 1976. p. 204.

<sup>108</sup> CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 230.

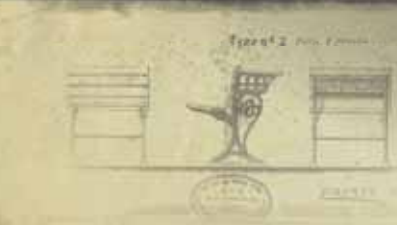




- 1- O bom alumno ama e respeita a seu mestre e a sua mãe.
- 2- Catina e obedece a seu professor e a seus superiores.
- 3- É amigo de seus irmãos e trata bem as collegas.
- 4- Comparece pontualmente ás aulas.
- 5- Faz do melhor modo possível o seu trabalho diário.
- 6- É sempre attentissimo, cortez e applícado.
- 7- Sabe dizer a verdade e cultivar a emulação.
- 8- Considera uma grande felicidade estudar.
- 9- Venera a Bandeira Nacional e ama a sua Pátria.
- 10- Honra e adora o nome de Deus, e vive a sua lei, conforme nos ensina Jesus Christo.

Leandri & C.<sup>ia</sup>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS



No R. - Peço a V. Excia. que não assigne as...  
 necessito uma dependente da seção, trataria...  
 ordena desta, dadas por scripto, enviando-lhe...  
 de toda a material disponível nelle existente. As ordens...  
 seriam numeradas e attendidas no mesmo dia ou no dia seguinte...  
 haver superabundancia de ordens a attender. As que não...  
 no mesmo dia, seriam entregues á seção para serem...  
 e preferidas para o dia seguinte. As ordens de deposito...  
 nas liras da seção. Seriam archivadas diariamente...  
 de numerção.  
 Finalmente, seria lançado o livro de entrada e saída...  
 de cada a saber-se qual o stock existente no depósito.  
 A seção expontar-se-ia assim:  
 O organo tecnico.  
 O auxiliar de nome, empregado da seção e obrigado ao...  
 O encarregado do material, do Rep. de Officinas e da...  
 correspondencia.  
 O encarregado da registria de pedidos e expeditio de ordens...  
 de deposito.  
 O encarregado da registria de pedidos e expeditio de ordens...  
 de deposito.

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
Abril	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Maio	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Junho	25	26	27	28	29	30	31					
Julho												
Agosto												
Setembro												
Outubro												
Novembro												
Dezembro												

ASSIGNATURA DO PAR OU TUTOR  
 1ª Semana - ...  
 2ª Semana - ...  
 3ª Semana - ...  
 4ª Semana - ...





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao historiar a criação do primeiro grupo escolar de Araxá, que se deu no modelo modernizador da Primeira República (1889-1930), buscou-se compreender seus caminhos na história da cidade, bem como suas representações sociais e práticas.

Procurou-se, durante a pesquisa, interpretar este processo com vistas a perceber as múltiplas representações desenvolvidas por profissionais, alunos, comunidade, inspetores e autoridades, a quem coube não só produzir, mas também reproduzir a sociedade, suas relações e suas práticas escolares.

Na nova definição organizativa instaurada pela República, a modernização constituiu tônica dos discursos políticos, os quais constituíram uma “estratégia disciplinar sutil e suave de adestramento de corpos e de espírito”, sendo a escola um dos instrumentos facilitadores.

Nessa fase, o governo mineiro preocupou-se com a implantação da escolarização primária e, em um segundo momento, com a instituição da educação infantil. A criança passou a ser o centro dos reforços políticos da República. Fatores como a redefinição do papel da criança na sociedade, por meio do poder médico e da estruturação da família nuclear moderna, bem como o papel fundamental que a industrialização vai paulatinamente assumindo, distinguem esse período.

A República instaurou-se sob a égide da importância da escolarização como instrumento de civilidade. Dessa forma, trouxe inovações que, no entanto, reforçaram o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira voltada para a formação dos

proprietários de terras e de uma camada intermediária, decorrente da ampliação dos quadros administrativos e burocráticos resultantes da urbanização.

Apesar de o plano republicano de “ordem e progresso” ter previsto a escolarização gratuita, laica, obrigatória e pública, não se pode afirmar que esta tenha sido uma preocupação real do poder público no período. No caso de Araxá, por exemplo, a verba pública destinada à educação permanecia inserida na quota de cada distrito, nem sequer aparecendo em separado no orçamento municipal.

Nesse contexto, as práticas em favor de uma escola organizada, com professores competentes, fiscalização e inspeção contínuas, chegam a soar contraditórios com o plano republicano.

Dessa forma, a Reforma de 1906, que institucionalizou os grupos escolares mineiros e visava a superação da organização do sistema de salas isoladas, não atendeu ao princípio básico de acesso do cidadão à escolarização. Em localidades como Araxá, eminentemente agropastoril, de economia baseada nas relações do homem com a terra, os grupos escolares vêm cumprir, em parte, seu papel de espaço modernizador das relações de trabalho baseadas na forma capitalista de compreender e organizar o trabalho, objetivando a superação do atraso na instituição do progresso, conforme os relatórios do governo atestavam.

Pela análise realizada nesta pesquisa, percebeu-se que a preocupação do governo se devia não ao número de crianças que tinham acesso à escola, mas à desorganização do sistema de instrução decorrente da má qualidade da escola no período republicano reiterando a base teórica discutida durante o trabalho.

Ao empreender a criação do grupo escolar na cidade de Araxá, a preocupação de seus idealizadores foi a ruptura com a organização escolar vigente até o momento, na forma de escolas isoladas. Essas escolas representavam o atraso que os novos dirigentes políticos de Araxá tencionavam incumbir ao passado. Neste intuito, apelaram para a falta de material didático e de prédios sem infra-estrutura adequada ao atendimento de crianças em idade escolar. Clamavam por bons professores, melhores condições de atendimento daqueles que necessitavam estudar em prédios construídos sob os rígidos padrões de higiene e organização espacial condizentes com a modernidade.

A defesa dos grupos escolares chama atenção não só pela nova forma como a educação passou a ser concebida e pelos evidentes progressos desencadeados por sua

instituição, como também na condição de objeto de força política no “jogo de poder”, exercido pelos chefes locais.

Nesse sentido, torna-se evidente o vínculo político do coronel, cujos laços de amizade se davam pela confiança política e, principalmente, pelos interesses na manutenção dos privilégios.

O Estado preocupava-se em remunerar e fiscalizar a educação; no entanto, isso não era regra. Respaldados na ideologia republicana, os discursos salientavam a participação ativa da população no esforço pela educação de seus filhos. Assim, de acordo com esse critério de participação efetiva na promoção da escola pública, gratuita e obrigatória, é que o poder coronelista da Primeira República se impôs, como mais uma das contrapartidas a que a sociedade necessitava submeter-se.

Em Araxá, a figura do Coronel. Adolpho Ferreira de Aguiar representou a busca pelo progresso e pela modernidade. Seu nome abriu portas e proporcionou condições financeiras e políticas de implantação do grupo escolar. Desde 1908, o coronel colocou-se à frente do projeto de educação pública, em forma de grupo escolar, na cidade. Partiu dele o convite à família Chaves de Magalhães, intimamente ligada à educação na cidade, cuja professora Maria de Magalhães – diretora da escola – fazia parte. Neste mesmo ano, cedeu ao município o prédio para funcionamento do grupo escolar sem nenhum ônus para o Estado de Minas Gerais, até a construção do prédio definitivo. Sua esposa participou da comissão angariadora de fundos para a construção da escola. Após a sua morte, em 1911, seu filho, Coronel. José Adolfo de Aguiar, permaneceu como expressão coronelista na cidade, perpetuando essa herança política.

Dentro deste movimento, a escola se fez presente como instrumento de instituição da nova ordem e propulsora do progresso, já que a população até então não tinha acesso à escola e a não educação apareceu, durante a República, como impedimento à marcha pelo progresso, na nova ordem que se estabelecia. Por conseqüência, a escola passou a ser vista como instrumento de dominação e organização da sociedade, por meio das idéias da classe oligárquica e da imposição de projetos de seu interesse. Segundo Carvalho, o papel da escola hiperdimensionou-se como vitalizador do organismo nacional e constituidor da nação brasileira.

Configurou-se, assim, tanto no país quanto em Araxá, a necessidade da consolidação do projeto político autoritário de educação, como forma de moldar um povo conforme os anseios de ordem e progresso. A palavra de ordem desse cenário é regeneração.

Por conseguinte, a República trouxe consigo a consolidação de uma nova ordem; trouxe também um novo modelo de organização escolar e uma nova concepção educativa, representada na construção de espaços de escolarização na forma de grupos escolares.

Assim, o esforço de criação de um grupo escolar na cidade trazia embutidas razões ideológicas de que à escola cabia o papel de regenerar os cidadãos. A transposição de salas isoladas para grupos escolares dava um lugar de destaque à educação. As novas práticas culturais arregimentadas pelo projeto republicano se materializariam na linguagem arquitetônica do prédio do Grupo Escolar. Dessa forma, o prédio se ergueu na segunda praça da cidade junto à nova construção da igreja matriz, com janelas altas e arejadas, fachada em linhas retas e austeras, ancoradas na sólida proposta pedagógica de regeneração. Além disso, o espaço destinado ao grupo escolar abrigou, nessa nova realidade, espaços reservados ao professor, à administração, às novas relações entre os alunos. O grupo escolar, em Araxá, reproduziu a cidade ideal: espaços articulados, instrutivos e que abrigavam o conhecimento do saber científico e do progresso. Um espaço diferenciado da rua e da casa dos alunos.

Segundo a concepção da educadora araxaense Maria de Magalhães, o Grupo Escolar Delfim Moreira era o “lugar específico para livrar a sociedade da barbárie, promovendo o dever cívico, o amor ao trabalho e a elevação do nível da educação”. Percebe-se, assim, o grupo escolar não só como um espaço físico, mas também como espaço ideológico de configuração da sociedade liberal/capitalista.

A presente pesquisa pôde aferir que o período pesquisado foi fértil em reformas educacionais, embora estas pouco tenham alterado o sistema discriminatório e excludente já existente, apesar de a luta pela universalização do acesso ao ensino primário pelas crianças mineiras ter ocupado um lugar de destaque na política mineira nos anos iniciais do século XX.

Aferiu-se, ainda, que a criação do Grupo Escolar Delfim Moreira balizou-se na Reforma do ensino de 1906, cuja proposta era evidenciar a progressiva legitimação dos grupos escolares como expressão do regime republicano. Sendo assim, o grupo escolar criado na cidade de Araxá representou a tentativa de ruptura com o arcaico, nesse caso, as salas isoladas, cujo espaço concorria para atendimento de fins domésticos ou religiosos, herança do Regime Imperial. Nesse sentido, a construção dos grupos escolares desenvolveu práticas relacionadas a uma mudança de mentalidade sobre o papel do conhecimento escolarizado que, por sua vez, pudesse otimizar uma mudança de atitudes e costumes.

Pôde-se perceber, então, que, no intuito de legitimar a implantação dos grupos escolares, iniciou-se uma política de desmoralização do ensino ministrado por meio de salas de aula isoladas, entendidas como uma forma arcaica e ultrapassada de transmissão de conhecimento. Os diversos documentos analisados atestam esta intenção. A comunidade local – naquele momento representada pela Comissão Angariadora de Fundos, pelo Coronel Adolpho Ferreira de Aguiar e o Agente Municipal Franklin de Castro – argumentava entusiasticamente sobre a importância da criação do grupo escolar, entendida como compromisso com o moderno e com o progresso do povo de Araxá.

Os resultados da pesquisa puderam conferir à Reforma alguns princípios norteadores, a saber: a educação intelectual, moral e física, o método intuitivo e prático, a dualidade da educação – particular e pública –, a publicidade, a gratuidade e a liberdade de ensino, como a definição do sistema educacional mineiro a partir daquela data, cuja finalidade era a implementação da modernidade implantada pela República.

Ficou evidente, também que esta Reforma apresentava uma ideologia inerente à Primeira República: a Educação como regeneradora do cidadão e como possibilidade de acesso ao mundo capitalista e liberal, que ora se instalava no Brasil. Destinava-se, portanto, à transmissão dos conhecimentos elegidos pela camada dominante com vistas ao progresso do país, por meio da educação moral encetada no apelo ao nacionalismo e a uma educação rígida quanto à disciplina corpórea. A educação intelectual permitiria difundir ideologicamente a concepção de ordem e progresso difundida pela República. Por sua vez, a educação moral reforçaria o nacionalismo, uma vez que promoveria o respeito e a submissão elite dominante em detrimento às necessidades civis da parcela dominada. E ainda, a educação física permitiria o disciplinamento do corpo, que por sua vez promoveria o disciplinamento da alma.

A criação do Grupo Escolar Delfim Moreira surgiu, portanto, no interior do projeto político republicano de reforma social e de difusão da educação popular. A implantação dessa nova modalidade escolar teve implicações profundas na educação pública do Estado e na história da educação do país. Introduziu uma série de modificações e inovações no ensino primário, ajudou a produzir uma nova cultura escolar, repercutiu na cultura da sociedade mais ampla e encarnou vários sentidos simbólicos da educação no meio urbano, entre eles a consagração da República.

Entretanto, o Grupo Escolar Delfim Moreira contrariou a consolidação do projeto republicano em relação às modificações pretendidas, em vista das várias continuidades

praticadas e representações sociais no interior do mesmo. A ruptura com o velho, afirmada na edificação de prédios específicos para a educação, não ocorreu de imediato e deu-se concomitantemente a várias permanências.

A cidade começou a articular um plano para a criação de um grupo escolar a partir de 1908, quando o poder público não conseguia mais manter as escolas isoladas e emprestou ao Governo Mineiro, por meio do Coronel. Adolpho Ferreira de Aguiar, a casa em que se agrupou o ensino público na cidade. Desde o agrupamento das salas isoladas em um prédio emprestado até a inauguração do prédio próprio erguido com recursos da comunidade local, poder municipal e governo estadual passaram-se três anos. A partir da análise dos documentos analisados, acredita-se que, apesar de a data oficial de inauguração do grupo ser 11 de setembro de 1911, possivelmente o Grupo Escolar Delfim Moreira abriu suas portas à comunidade araxaense em março de 1908. Nos relatórios enviados pela diretora à Secretaria do Interior, faz-se referência ao 2º Grupo Escolar Delfim Moreira, sugerindo a existência de uma organização anterior.

Outras percepções permitiram chegar a esta conclusão, como, por exemplo, o pedido ao governo de Minas para que assumisse as cadeiras municipais que, a partir de 1908, não seriam custeadas pela municipalidade; a autorização do presidente de Minas para que o engenheiro do Estado verificasse as condições de uso do prédio emprestado pelo coronel; o expressivo número de crianças matriculadas em 1911, que segundo os documentos do grupo somavam o total de 609 alunos; a ausência nas atas da Câmara Municipal de discussões sobre a urgência em se instalar escolas no município de Araxá, uma vez que eram recorrentes os pedidos para a instalação de salas isoladas nos distritos pertencentes à cidade; a total ausência de documentos que atestem a existência de escola primária pública ou particular no perímetro urbano, como ficou demonstrado pela pesquisa.

Outra evidência que justificaria a criação de uma escola que agrupasse as escolas isoladas do município encontra-se no compromisso político do Coronel. Adolpho Ferreira de Aguiar com o Capitão Chaves de Magalhães, que a convite do coronel mudou-se para Araxá, com a promessa de que as filhas do capitão, todas normalistas, pudessem trabalhar. A filha mais velha do capitão, Maria de Magalhães, que mais tarde tornou-se a diretora do Grupo escolar Delfim Moreira, abriu um Colégio de instrução primária e secundária, com subvenção da prefeitura, em 1905, mas que teve duração efêmera. O compromisso político do coronel com a família Chaves de Magalhães, aliado à necessidade de agrupar as escolas isoladas com vistas a reduzir custos, uma vez que a prefeitura de Araxá não poderia manter

o ensino no município, leva a crer que houve um acordo entre o governo do Estado e o município para que o primeiro grupo escolar funcionasse na casa emprestada pelo Coronel Adolpho Ferreira de Aguiar. Dessa forma, crê-se que o Grupo Escolar Delfim Moreira possui 97 anos de efetivo funcionamento.

Assim posto, um ponto surpreendente emerge de todas essas considerações: a criação do grupo escolar na cidade de Araxá o coloca entre uma das mais antigas instituições escolares da região, arregimentadas sob a égide do projeto republicano de educação, junto com as cidades de Prata, Araguari e Ituiutaba. E, ao reconstruir a sua história, evidenciou-se a história de cidadãos que fizeram eco à modernidade e ao progresso aspirados por esse projeto, buscando implementá-lo apesar da demora da iniciativa pública estadual, já que o decreto de criação do Grupo Escolar Delfim Moreira data de 19 de abril de 1911.

Por meio dos dados coletados nas entrevistas, verificou-se que a prática desenvolvida no interior do Grupo Escolar Delfim Moreira opôs, em parte, as instruções metodológicas e legais no que diz respeito à inovação proposta pelas Reformas. Essa constatação vem ao encontro do que Chartier afirma acerca das representações, ressaltando que estas acontecem em um espaço de lutas e estabelecem rupturas e continuidades, pois o novo não é incorporado imediatamente.

Dentre as continuidades percebidas, destaca-se a importância relevante do silêncio e da disciplina como sinônimos da sala de aula produtiva. O rigor no tratamento dado aos alunos pelas professoras, que fez com que algumas delas permanecessem na representação dos ex-alunos como a professora brava que dava beliscões, batia com a régua e impunha castigos físicos extremos, considerada o “terror” do grupo escolar, para cuja sala se destinavam os alunos indisciplinados. O uso da silabação como método de alfabetização contrariando a determinação do governo mineiro do uso do método intuitivo para a aprendizagem dos conteúdos da escola primária. A prática da separação de sala de aula para meninos e para meninas em oposição às salas mistas sugeridas pelo regulamento de ensino. Em relação à última, no caso de existir sala mista, esta geralmente era somente o último ano, já que poucos terminariam o primário, e, ainda assim, a separação por sexos se dava por meio da organização das carteiras na sala de aula. As aulas em nada se assemelhavam à proposta de ensino intuitivo, por um lado devido à falta de material didático, por outro, pela falta de familiaridade das professoras com a metodologia, como a pesquisa pôde aferir, por meio dos depoimentos e dos relatórios enviados pela diretora à Secretaria do Interior. A

permanência das aulas de ensino religioso, as quais, perpassadas pelos conteúdos de leitura e escrita, contradiziam o princípio republicano de laicidade do ensino.

No entanto, cabe ressaltar que rupturas subsidiaram e viabilizaram o projeto republicano de educação, tais como o acesso de crianças originadas de todas as camadas sociais, mesmo que isso não configurasse a sua permanência, já que o número de alunos que terminavam o 4º ano reduzia-se muito em relação ao primeiro ano. Isto se tornou uma preocupação da diretora, que, a despeito de seus esforços, não se conseguiu evitar. A incorporação de sentimentos patrióticos por intermédio das aulas de civismo e das comemorações das datas cívicas. A inclusão da educação física na carga horária do ensino primário de forma a instruir o corpo e disciplinar a mente segundo os preceitos de higiene e saúde alicerçados no modelo de civilidade, modernidade e progresso.

Além disso, acrescenta-se que as concepções de educação balizavam as interpretações das professoras quanto à Reforma de Ensino, reforçando os estudos de Chartier sobre as diferenciações nas apropriações percebidas nos depoimentos. Apesar de serem diversas as apropriações e as representações desenvolvidas na escola por seus diferentes atores, a pesquisa desvelou que o Grupo Escolar Delfim Moreira procurou dar visibilidade ao projeto republicano de educação moderna no que diz respeito à organização do currículo, do tempo e do espaço escolares, na importância dada à disciplina como importante formação para os valores humanos.

A investigação ainda pôde perceber a importância dada ao ensino voltado para as práticas de inserção no trabalho. Notadamente sobre este ensino, a pesquisa desvelou o desejo de implantação do ensino agrícola nos terrenos da escola, de acordo com as modernas metodologias deste tipo de ensino disseminadas na época.

Entretanto, no que diz respeito à prática do ensino agrícola, o grupo escolar não conseguiu consubstanciar o desejo manifesto. O espaço de transição do velho modelo para o novo não ficou evidente somente na frustração acima, as práticas cotidianas permitiram desvelar como se deu esse espaço. Os depoimentos demonstraram que a definição do espaço destinado às diversas atividades era outorgada pelas instruções metodológicas no que diz respeito ao tempo destinados às aulas e à organização do espaço, tanto na sala de aula quanto no pátio da escolar, visando à diferenciação da escola em relação à rua e à casa do aluno. Contudo, os alunos também estabeleciam os espaços diferenciados entre si, o que, segundo Chartier, consolida-se na submissão dos modelos a ajustes, combinações ou resistências.



Dentre as questões que este estudo buscou interpretar, encontrava-se a materialização da Escola pública, gratuita e laica. Nesse aspecto percebeu-se que escola republicana prescreveu práticas que pudessem dar conta destes princípios, mas não se pode afirmar que as práticas desenvolvidas e as representações apropriadas permitem tal resposta.

O Grupo Escolar Delfim Moreira cumpriu o seu papel modernizador no que se refere à instauração e à consolidação de comportamentos e de novas atitudes e a crença na ordem e no progresso como alavancas dessa modernização. Contudo, não se pode asseverar que o Grupo Escolar, em Araxá - MG, tenha cumprido seu papel de escola pública, gratuita e laica, uma vez que os esforços empreendidos compreendiam modelos culturais consubstanciados nas práticas, nas representações e nas apropriações estabelecidas e sujeitas às predisposições próprias de grupo. No entanto, conferir ao poder público ou aos atores escolares a responsabilidade pela não permanência dos alunos na escola não explica as contradições sociais, materiais e culturais que perpassam a sociedade brasileira, mas sabe-se que são questões que devem, continuamente, ser problematizadas.

Tal constatação não impede ressaltar que as conquistas e os caminhos desbravados pela República ficaram inscritos na construção e na reconstrução da história registrada e perpetuada no prédio de linhas retas e austeras do Grupo Escolar Delfim Moreira, cujas salas receberam alunos, revelaram possibilidades de conhecimentos vários, e cujas paredes se ergueram no âmago do povo de Araxá.



## REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **História da Filosofia**. 4. ed. Lisboa: Editorial Presença. 1993. v. X.
- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: FVG, 1989.
- AMADO, Janaina. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. *In: SILVA, Marcos (coord.) República em migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 7-15
- AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História Oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2001.
- ARAÚJO, José Carlos Souza, GATTI JÚNIOR, Décio (orgs). **Novos temas em História da Educação Brasileira**. Campinas: Autores Associados. Uberlândia – Minas Gerais, EdUfu, 2002.
- ARAXÁ. **O Trem da História**: Edição Comemorativa dos 10 anos de Existência. Boletim Informativo do SPH/FCCB, v. 4, n. 13, p. 1- 10, abr./maio/jun. 1994.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AZEVEDO, Fernando. A Transmissão da Cultura. *In: \_\_\_\_A Cultura Brasileira*. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976. 3v.
- BALANDIER, Georges. **O Contorno: Poder e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BASTOS, Tocary A.; WALKER, Thomas W. Partidos e forças políticas em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 31, p. 117 a 157, maio. 1971.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BORGES, Vera Lúcia Abrão. **A Ideologia do Caráter Nacional da Educação em Minas: Revista do Ensino (1925-1929)**. 1993. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação – UNICAMP, Campinas, 1993.
- \_\_\_\_\_.Modernização e Democratização no Brasil: o caso da Escola Estadual de Uberlândia. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 121 – 126, jan./dez. 2002.
- \_\_\_\_\_.**A instrução pública primária na fala da elite mineira, 1882 a 1898**. 1998. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC/São Paulo, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Civilização e Instrução Pública Primária em Minas Gerais, no período de 1892 a 1898**. Uberlândia: *s.n.*, 2003. (mimeo).

- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BUFFA, Ester; PINTO, Gelson Almeida. **Arquitetura e Educação: organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893-1971**. São Carlos: EduFSCar/INEP, 2002.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: UNESP, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A Escola dos Annales (1929 - 1989): A Revolução Francesa da Historiografia**. 5.ed. São Paulo: UNESP, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **O movimento de 1932: a causa paulista**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A imprensa na História do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1984.
- CARVALHO, Carlos Henrique. **República e Imprensa: as influências do Positivismo na concepção de Educação do professor Honório Guimarães: Uberabinha: 1905-1922**. Uberlândia: EdUfu, 2004.
- CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, Maria Marta Chagas. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CERTEAU, Michel A. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- \_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1990.
- \_\_\_\_\_. **À Beira da Falésia: A História entre Certezas e Inquietude**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**: 5. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- COMTE, Augusto. **Opúsculos de filosofia social: 1819-1828**. São Paulo: Globo/Editora da USP, 1972.

- \_\_\_\_\_. Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espiritismo positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo; Catecismo positivista. *In*: GIANNOTTI, J. A. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- COSTA, Ângela Marques da e SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Virando Séculos: 1890 -1914 – No tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- DECA, Maria Auxiliadora Guzzo de. **Cotidiano de trabalhadores na República: São Paulo-1889/1940**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DOSSÊ, François. **A História em Migalhas: Dos Annales à Nova História**. 2.ed.: São Paulo: Ed. UNICAMP, 1992.
- DUSSEL, Inês; CARUSO, Marcelo. **A invenção da sala de aula: uma genealogia das formas de ensinar**. São Paulo: Moderna, 2003.
- ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.
- ESCOLANO BENITO, Agustin. **Tiempos y espacios para la escuela – Ensayos históricos**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.
- \_\_\_\_\_. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de pesquisa. *In*: FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 77 – 97.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-33, maio/jun./jul./ago. 2000.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VAGO, Tarcísio Mauro. A Reforma João Pinheiro e a modernidade pedagógica. *In*: MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000. p. 33-47.
- \_\_\_\_\_. A escola no movimento da cidade: os grupos escolares em Belo Horizonte. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 26, p. 89-116, dez. 1997.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Globo, 1987. v. 2.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9. ed. São Paulo: EDUSP: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2001. (FNDE)

- FÁVERO, Maria de Lourdes A. ; BRITTO, Jader Medeiros. **Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / MEC-Inep-Comped, 2002.
- GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- GATTI JÚNIOR, Décio. Apontamentos sobre a Pesquisa Histórico-Educacional no Campo das Instituições. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 1, n.1, p.29-31, jan./dez. 2002.
- GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da educação em Perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados: Uberlândia: EDUFU, 2005.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.
- GOFF, Jacques Le. *et al.* **A Nova História**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- GOUVEA, Maria Cristina Soares; ROSA, Walquíria Miranda. A Escola Normal de Minas Gerais. *In: MINAS GERAIS*. Secretaria Estadual de Educação. **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação**. Belo Horizonte: Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais, 2000. p. 15 – 32.
- GUARESCHI, Pedrinho. Representações Sociais: alguns comentários oportunos. *In: SCHULZE, Clélia Maria Nascimento (org).* **Novas Contribuições para a teorização e pesquisa em representação social**. Florianópolis: Imprensa Universitária UFSC, 1996. Cap. 1. p. 9-35.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo: enxada e voto**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- LIMA, Glaura Teixeira Nogueira; MONTANDON, R. S; GOULART, M. T. C. R. Araxá: Edição Comemorativa do Aniversário da Cidade **O Trem da História: Boletim Informativo do SPP/FCCB**, v. 3, n. 11, p. 1-10, out./nov./dez. 1993.
- LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. A Epopéia da Igreja Matriz. **O Trem da História: Boletim Informativo do SPP/FCCB**, Araxá, v. 8, n.27, p. 1- 12 , out./dez. 1998.
- \_\_\_\_\_. Estação Memória. **O Trem da História: Boletim Informativo do SPP/FCCB**, v. 8, n. 26, p. 1-14, maio/set., 1998.
- \_\_\_\_\_. Nasce uma cidade. **O Trem da História: Boletim Informativo do Setor de SPP/FCCB**. Araxá. *s.n.t.*
- \_\_\_\_\_. **As águas que rolaram: no poder, na urbanização e na modernização de Araxá (1890 – 1926)**. 2001. 201 f. (Dissertação de Mestrado) - UNESP - Franca, 2001. p. 22.
- LOPES, Ana Amélia Borges Magalhães. *et.al.* **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

- LOPES, R. P. Positivismo. SILVA, B. (coord.). **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986. p. 939-945.
- LORENZO, Helena Carvalho De; COSTA, Wilma Peres da. **A década de 20 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- LOURENÇO FILHO, Manoel B. **Introdução ao estudo da Escola Nova**. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1974.
- MAGALHÃES, Justino. Um Contributo para a História do Processo de escolarização da Sociedade Portuguesa na Transição do Antigo Regime. **Educação, sociedade e Culturas**, n. 5, p. 7-34, 1996.
- \_\_\_\_\_. Contributo para a História das Instituições Educativas - entre a memória e o arquivo. Universidade do Minho. *In*: FERNANDES, Rogério e MAGALHÃES, Justino (orgs). **Para a História do ensino Liceal em Portugal**: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade de Minho, 1999. p. 63-77.
- \_\_\_\_\_. **Tecendo Nexos**: História das Instituições Educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.
- \_\_\_\_\_. As cidades e a educação em Portugal. *In*: **Educação UNISINOS**, v. 5, n. 9, p. 29-37, jul./dez., 2001.
- \_\_\_\_\_. A História das instituições educacionais em perspectiva. *In*: GATTI JÚNIOR, Décio e INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da educação em Perspectiva**: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, EdUFU, 2005.
- MATOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em Lições**: A história como disciplina escolar em Joaquim Manoel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.
- MENDES FILHO, Positivismo na América Latina. *In* Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, SILVA, B. (coord.). **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986. p. 939-945.
- MICELI, Sérgio. **Poder, Sexo e Letras na República Velha**: Estudo Clínico dos Anatolianos. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- MOREIRA, Antônio Flávio B. **Currículos e Programas no Brasil**. 8. ed. Campinas: Papirus, 1990. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- MOURÃO, Paulo Krüger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República (1889-1930)**. Belo Horizonte: CRPE/MG, 1962.
- MUNIZ, D. C. G. Meninas e meninos na escola: a modelagem das diferenças. **Textos de Histórias/ UNB**, v. 8, n. 1/2, 2000.
- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na primeira República**. Rio de Janeiro: Ed. EPU, 1976.

- NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira: 500 anos de História, 1500-2000**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1996.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos**: São Carlos: EDUFSCar, 1996.
- NUNES, Clarice. História da Educação Brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria e Educação**, v. 6, p.151-182, 1992.
- PEIXOTO, Anamaria Casasanta. **Educação no Brasil - anos Vinte**. São Paulo: Loyola, 1983.
- PETITAT, André. **Produção da escola/produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da Era das Cadeiras Isoladas à Era dos Grupos Escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- PRIORE, Mary Del (org). **História das Crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar: A utopia da Cidade Disciplinar - Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a Ilusão Liberal**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1981, 214 p. (Coleção Educação Contemporânea: Serie Memória da Educação).
- ROMANELLI, Otaíza Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- SCHELBAUER, Analete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá: EDUEM, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. *In*: NOVAIS, Fernando A. (coord.). **História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 12/13.
- SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- TÔRRES, J. C. O. **História de Minas Gerais**. 3. ed. Belo Horizonte: Lemi; Brasília: INL, 1980. v. 3.
- TREVISAN, Leonardo. **A República Velha**. São Paulo: Global, 1982, p. 24-26.



- VEIGA, Cynthia Greive. Escola Nova: A invenção de tempos, espaços e sujeitos. *In*: MINAS GERAIS. Secretaria Estadual de Educação. **Lições de Minas**: 70 anos da Secretaria da Educação. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Educação do Estado de Minas Gerais, 2000. p. 99.
- VIEIRA, M.P.A.; PEIXOTO, M.R.C.; KHOURY, Y.M.A. **A Pesquisa em História**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.
- VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade** – a arquitetura como programa. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das Instituições Escolares: de que se fala? *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba: Pontifícia Universidade Católica (PUCPR); Palmas: Centro Universitário Diocesano do Sudoeste do Paraná (UNICS); Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2004. p. 13 – 35.
- WIRTH, John D. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luisa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

Sites consultados:

MÉTODO Intuitivo. Disponível em: [www.crmariocovas.sp.gov.br](http://www.crmariocovas.sp.gov.br), acesso: 2005.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Cultura e prática escolares**: ensino da escrita, escolarização dos corpos e produção do aluno como sujeito escolar. Disponível em: [http://www.educacaoonline.pro.br/cultura\\_e\\_pratica.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/cultura_e_pratica.asp), acesso em 23 jul. 2005.

## FONTES HISTÓRICAS

ARAXÁ. Ata da Câmara Municipal de 1919. Araxá: FCM SAPP/FCCB, 1919. (Armário 01, pasta 5).

ARAXÁ. Ata da reunião ordinária realizada em 1901. Araxá: FCM-SAPP/FCCB, 1901. (Armário 01, pasta 19).

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Ata da reunião ordinária realizada em mar. 1890. Araxá: FCM-SAPP/FCCB. 1890. “não paginado”. (Armário 01, pasta 01).

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Ata da reunião ordinária realizada no dia 7 de 1890. Araxá: 1890. “não paginado”. FCM-SAPP/FCCB. (Armário 01, pasta 01).

ARAXÁ. Atas da Câmara Municipal de 1888 a 1896; de 1897 a 1906 e 1916 a 1930. Araxá: FCM SAPP/FCCB. (Armário 01, pastas 01, 19 e 25).

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Ata da reunião extraordinária realizada em dez. 1889. Dispõe sobre a adesão do município de Araxá à Proclamação da República Brasileira Araxá: FCM-SAPP/FCCB. 1889. p. 37. (Armário 01, pasta 19).

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Ata da reunião ordinária que trata da Lei n. 160, de set.1903 que estabelece o orçamento municipal para o ano de 1904 com as respectivas contribuições e as despesas autorizadas ao Poder Público Municipal. Araxá: FCM-SAPP/FCCB. 1903. “não paginado”. (Armário 01, pasta 19. Anexo 1).

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Atas das Sessões da Câmara Municipal de Araxá, Araxá: FCM-SAPP/FFCB, [19..]. (pasta 14).

ARAXÁ. Câmara Municipal de Araxá. Documento expedido por Décio Affonso de Almeida que requer à Câmara Municipal de Araxá a criação de uma escola pública na zona rural do distrito de Conceição, atual Perdizes, MG, de set. 1911. Araxá: FCM-SAPP/FCCB. (Armário 1, pasta 19).

ARAXÁ. Grupo Escolar Delfim Moreira. Livro de Atas de responsabilidade da diretora substituta Alice Moura. [19..].

ARAXÁ. Grupo Escolar Delfim Moreira. Livro de Atas da Mesa Administrativa da Caixa Escolar sob responsabilidade da diretora Maria de Magalhães. 1 de out. de 1911.

ARAXÁ. Grupo Escolar Delfim Moreira. Livro de matrícula: de 1929 a 1943.

BELO HORIZONTE. **Ofício n. 33** de 1908. Reitera ofícios de 12 de jan. e 18 de fev. enviados ao Secretário do Interior de Minas Gerais solicitando a realização de obra de melhoramento no prédio cedido pelo Coronel. Adolpho de Aguiar para funcionamento de escola pública no município de Araxá, do então Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Franklin de Castro para o então Secretário do Interior. Belo Horizonte, 1908. (Arquivo Público Mineiro)

- BELO HORIZONTE. **Ofício n. 78** de 1909. Envia orçamento da construção do prédio definitivo do grupo escolar público do município de Araxá e pede ajuda de metade do valor necessário, do então Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Franklin de Castro para o então Presidente do Estado de Minas Gerais, o Sr. Wenceslau Brás Pereira. Araxá, 1909. (Arquivo Público Mineiro).
- BELO HORIZONTE. Secretaria do Interior. **Ofício n. 404**. Belo Horizonte, 1909, (Arquivo Público Mineiro).
- BELO HORIZONTE. Secretaria do interior. Ofício do secretário Américo Lopes, Araxá: grupo escolar Delfim Moreira, 1915.
- BELO HORIZONTE. Secretaria do interior. Ofício do secretário Américo Lopes, Araxá: grupo escolar Delfim Moreira, 1916.
- BORGES, Domitília Ribeiro. Crônica. **Correio de Araxá**, Araxá, 8 jul 2003. (Caderno Correio Literário, não paginado).
- CAPRI, Roberto. **Minas Geraes e seus Municípios**. São Paulo: Capri, Andrade & C., 1916. (Documento catalogado sob n. 798/AMDB em 21 de maio de 1987 SAPP/FCCB. p. 261-264).
- MAGALHÃES, Maria de. Correspondência enviada à Secretaria do Interior de Minas Gerais, 1911. (Arquivo Público Mineiro).
- MINAS GERAIS, Circular n. 263, enviada às diretoras de grupos escolares de Minas Gerais. 1920.
- MINAS GERAIS. Decreto n. 1960 de 16 de dez. de 1906. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 16 de dez. 1906.
- NOTA sobre a instrução em Araxá, **A Opinião**. Araxá: 07 jan. 1933. (Doc n. 059/AMDB Arquivo do Museu Dona Beja, Pasta 01. Arquivos do DPH/FCCB)
- SILVA, Agar de Afonseca. Araxá. Panfleto de comemoração de 60 anos do Grupo Escolar Delfim Moreira, 1971, Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 1971. (Arquivo da Escola Estadual Delfim Moreira).
- SILVA, Sebastião de Afonseca. **A História de Araxá**. Araxá, 1946: s.n. mimeo. (SAPP/FCCB).
- SILVEIRA, Victor. Minas Geraes em 1925. **Minas Gerais**, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926. p 134 - 136.
- SILVEIRA, Victor (org.). Minas Geraes em 1925. **Minas Gerais**, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.
- UBERABA. Circunscrição Literária. Inspeção Regional. Termo de visita do inspetor Alceu de Souza Novaes ao Grupo escolar Delfim Moreira. Araxá: Grupo Escolar Delfim Moreira, 2 dez. 1911. (Arquivo Público Mineiro).



## **ANEXOS**

## **ANEXO 1**

### **Roteiro para coleta da entrevista temática**

- 1- Em que ano você estudou na escola?
- 2- Em qual prédio?
- 3- Como funcionava a escola: entrada, recreio, lanche, caixa escolar etc.?
- 4- Como eram dadas as aulas?
- 5- Qual o tratamento que as professoras davam às crianças?
- 6- E as crianças indisciplinadas? O que acontecia com elas?
- 7- O que o (a) senhor (a) estudava? Português, matemática, ciências, história? Fale um pouco destas aulas. Havia um livro para seguir?
- 8- O que era importante saber? Qual o conteúdo mais importante?
- 9- O (a) senhor (a) estudava em salas mistas ou só de mulheres? Por que havia esta diferença?
- 10- Você se lembra de suas professoras? Sabe seus nomes? Saberá contar um pouquinho de cada uma?
- 11- Como eram realizadas as comemorações, as festas? Que tipo de festa comemorativa era importante para a escola?
- 12- O que era prioridade na escola?
- 13- O uso do uniforme era obrigatório? E quem não pudesse pagar?
- 14- Existiam muitas crianças pobres na escola? Todo mundo, rico e pobre, estudava junto, na mesma sala?
- 15- Existia a caixa escolar? Como funcionava?
- 16- Por que seus pais procuraram a escola para matricular o (a) senhor (a)?
- 17- O que representava a educação escolar para seus pais? E para o (o) senhor (a)?
- 18- O que o (a) senhor (a) entende por ensino?
- 19- Quando o (a) senhor (a) estudou, o que era ser aluno (a)?

## ANEXO 2

### MAPEAMENTO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DELIBERATIVOS DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ – MINAS GERAIS: 1888-1911

(continua)

<b>L</b>	<b>N.</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Governo</b>	<b>Assuntos</b>
L	131	28/05/ 1901	“Que abolia os impostos sobre as fazendas e do official de Pedreiro e Carpinteiro e criando imposto sobre a venda do leite na Cidade”	Urbano de Andrade Villela Presidente/ Agente Executivo	Revogação da Lei n. de 29/04/1892 Art. 13 2º da tabela C sobre impostos sobre fazendas, e também revogação da tabela A e instituía isenção de imposto o Official de Pedreiro e carpinteiro. Cria um imposto de 4.000 pela venda de leite constante da resolução n. 3432 de 30/08 de 1887, capítulo 12, Art. 113, 24.
L	154	8/01/ 1903	“...autorizado a despender pela verba obras públicas a quantia necessária para o concerto da estrada da cidade, alem do córrego Sta Rita”	Urbano de Andrade Villela	Autoriza o concerto da estrada, podendo o leito desta ser mudado conforme as conveniências a juízo do agente executivo.
L	155	8/11/ 1903	“..autorizado à elevar a área à desapropriação nas fontes minerais do bebedouro...”	Idem	Desapropria a área nas fontes minerais do bebedouro a 1 kilometro de raio do centro das fontes, respeitando as benfeitorias constantes de edificações; autoriza o Agente Executivo a despender a quantia precisa para a medição da área à desapropriação e o levantamento da planta.

**MAPEAMENTO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DELIBERATIVOS DAS  
SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ – MINAS GERAIS: 1888-1911**

(continua)

<b>L</b>	<b>N.</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Governo</b>	<b>Assuntos</b>
L	156	7/04/ 1903	“Aprova a planta mandada levantar pelo Agente Ex. dos terrenos situados em volta das fontes de águas Minerais do Bebedouro.”	Idem	Delibera que a planta elaborada servia de base para a desapropriação dos terrenos nos termos das leis números 146 de 18/09 de 1902 e 155b de 10/01/1903. O executivo fica autorizado a pagar devidamente as indenizações na forma da referida lei.
L	165	15/09/ 1904	“Orçar os concertos das pontes”	Idem	Autoriza o Agente Executivo. Municipal a mandar orçar os concertos das pontes do Quebra Anzol. Como não apareceu nenhum concorrente com idoneidade, os concertos seriam realizados sob a responsabilidade do Agente. Executivo Municipal.
L	166	15/09/ 1904	Despender verba para o concerto das ruas da sede do distrito de S. Pedro d'Alcantara	Idem	Dispõe sobre verba para recuperação de ruas em São Pedro d'Alcantara e auxílio para a construção da ponte sobre o rio Santa Theresa no Distrito da Pratinha.
L	167	17/09/ 1904	Despender pela verba Obras Públicas “cercamento” do pátio da CMA	Idem	Delibera sobre a compra e a colocação de grades para cercar o pátio do Paço da Câmara Municipal de Araxá.



**MAPEAMENTO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DELIBERATIVOS DAS  
SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ – MINAS GERAIS: 1888-1911**

(continua)

<b>L</b>	<b>N.</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Governo</b>	<b>Assuntos</b>
L	164	17/09/ 1904	Despender verba com subsídio ao Colégio dos renomados Maristas	Idem	Autoriza o Agente Executivo a despender a quantia de 2:000:000 reis no futuro exercício ao colégio, autorizando também a ceder para instalação do colégio em prédio municipal situado no Largo da Abadia a título gratuito por tempo indeterminado. O executivo deverá lavrar no contrato com o Renomado Marista ou com Associação que se fundar para tal fim os interesses e direitos municipais de estabelecer o numero de alunos pobres que o colégio atenderá.
L	163	17/09/ 1904	Criação de escola pública municipal para o sexo feminino no distrito de Conceição	Idem	Criação de escola pública municipal no distrito de Conceição para sexo feminino, provida e mantida de acordo com as leis municipais em vigor, com o vencimento municipal em vigor, com o vencimento anual 600:000 pagos trimestralmente à professora, pelas rendas do mesmo distrito
L	162	17/09/ 1904	Autoriza a arrecadação durante o exercício de 1905 a quantia de 42:190:000	Idem	Dispõe sobre o orçamento municipal para o exercício de 1905 e a despesa e receita da administração pública.

**MAPEAMENTO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DELIBERATIVOS DAS  
SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ – MINAS GERAIS: 1888-1911**

(continua)

<b>L</b>	<b>N.</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Governo</b>	<b>Assuntos</b>
L	168	30/01/ 1905	Despõe verbas Obras Públicas	Idem	Dispõe verba para a construção de uma ponte sobre o Córrego d'Anta, pagamento a João Affonso d'Almeida pelo conserto da ponte do Córrego Grande, despõe a quantia de 250:000 para a construção de ponte sobre o córrego da Cachoeirinho em Patrocínio, bem como os consertos da rua municipal desta cidade. Isenção de impostos aos espetáculos teatrais amadores no município.
L	169	30/01/ 1905	Delibera sobre pagamento de impostos pelos vereadores	Idem	Enquanto durar os respectivos mandatos os vereadores ficarão isentos do pagamento de impostos municipais
L	170	30/01/ 1905	Delibera sobre o pág. de estadia de especialista para análise das águas minerais	Idem	Autoriza o agente executivo a usar verba municipal para a recepção e hospedagem do Dr. Nascimento Gurgel, especialista para examinar as águas minerais municipais.
L	171	30/01/ 1905	Dispõe sobre a venda de carne no município	Idem	Autoriza o agente executivo a instituir concorrência para cessão da venda de carne no município e os princípios para esta instituição.

**MAPEAMENTO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DELIBERATIVOS DAS  
SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ – MINAS GERAIS: 1888-1911**

(continua)

<b>L</b>	<b>N.</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Governo</b>	<b>Assuntos</b>
L	172	30/01/ 1905	Autoriza o Agente Executivo a transferir a verba destinada ao colégio Marista	Idem	Subvenção de 2.000.000 Lei n. 172 de 30/01/1905 condicionado á: Posse e do mínimo do prédio pela câmara, freqüência superior a 30 alunos corpo docente completo e idôneo, casa “higienição” e espaço mobiliário escolar completo; fiscalização pela Câmara 2 vezes ao mês ; subvenção paga em prestação semestrais vencidas depois de provar que o colégio vive a freqüência exigida e não houve mais de 2 faltas mensais de cada professor.
L	177	10/01/ 1906	Despense verba Obras Públicas	Idem	Despense sobre verba para fazer a abertura do caminho e os consertos necessários na estrada da Mata em direção ao garimpo
L	178	10/01/ 1906	Consignação de verbas	Idem	Autoriza ao Agente Municipal a levar a verba consignada no Art. 2º 4 da Lei Municipal n. 175 de 15/09/1905 que não produzindo o fim que destina transferi-la para a verba Obras Públicas
L	179	25/01/ 1906	Construção de ponte	Idem	Construção de ponte sobre o rio Sta Juliana no Distrito de Dores. Serviço feito sob a responsabilidade do Agente Executivo

**MAPEAMENTO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS DELIBERATIVOS DAS  
SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ – MINAS GERAIS: 1888-1911**

(conclusão)

<b>L</b>	<b>N.</b>	<b>Data</b>	<b>Título</b>	<b>Governo</b>	<b>Assuntos</b>
L	181	7/07/ 1906	Criação de imposto	Idem	Cria imposto de 200:000 reis sobre as pessoas que exercem atos de advocacias e procuradorias nas auditorias do município. Isenta aqueles que com licença do respectivo juiz, queriam advogar em causa própria
L	182	7/07/ 1906	Criação de açougues nos distritos de Dores de Sta Juliana, São Pedro, Pratinha e Conceição	Idem	Criação de açougues municipais de acordo com lei municipal que criou e regulamentou esta lei. Institui o imposto aos comerciantes de carne
L	183	7/07/ 1906	Dispõe sobre o orçamento para a construção de pontes	Idem	Autoriza a construção de pontes sobre o rio Misericórdia, Distrito de São Pedro d'Alcantara e sobre o Córrego da Represa, a estrada da Conceição através de concorrência e não encontrando licitante ou não tendo idoneidade, ficará a cargo da administração municipal
L	205	17/06/ 1909	Institui o imposto de 5:000 por cada rês abatida para vender carne salgada	Franklin Benjamin de Castro	Institui a normalização de imposto sobre o abatimento de bovinos e a venda de carne salgada. Proíbe o abate clandestino
L	213	19/04/ 1910	Autoriza o empréstimo ao distrito de Sto Antonio da Pratinha	Franklin Benjamin de Castro	Autoriza o empréstimo de 2 contos de réis para conclusão dos serviço de abastecimento d'água potável a titulo de adiantamento das rendas pertencentes de Sto Antonio Pratinha a juro de 8% ao ano. Concernente ao pagamento encontra-se a garantia de verba pública do distrito.

Fonte: SAPP/FCCB

Nota: Dados organizados pela autora

### ANEXO 3

#### MAPEAMENTO DAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ MINAS GERAIS: 1888 -1913

(continua)

ANO	Ses.	d/m	pp	AGENTE	TÍTULO	ASSUNTO
1888						
1889						
1900						
1901		17/09		<p>Câmara Municipal: Urbano de Andrade Vilela Adolpho Ferreira de Aguiar João Evangelista de castro Manoel Joaquim Braz Pedro G. Bias Joaquim Antonio da Silva Francisco Jacinto da Terencio Pereira de Resende José Gonçalves Ferreira</p> <p>Câmara Municipal: idem</p>	<p>Resolução n. 132/ Lei n. 132</p> <p>Resolução n. 133/ Lei n. 133</p>	<p>Autoriza o Agente Executivo a construir uma ponte sobre o ribeirão das Perdizes na Fazenda do Dr. José Porphirio <sup>a</sup> Machado no caminho da Conceição a Cidade de Sacramento e Uberaba, por meio da verba de obras públicas.</p> <p>Autoriza o Agente Executivo a mandar consertar a ponte do Rio Tamanduá, estrada que liga Araxá a São Pedro d'Alcantara, independente do orçamento.</p>

**MAPEAMENTO DAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARAXÁ  
MINAS GERAIS: 1888 -1913**

(conclusão)

<b>ANO</b>	<b>Ses.</b>	<b>d/m</b>	<b>pp</b>	<b>AGENTE</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ASSUNTO</b>
		20/09		Câmara Municipal: idem	Resolução n. 134/ Lei n. 134	Reduz a 10% a porcentagem que o Agente Executivo tem sobre a cobrança da dívida ativa
					Resolução n. 135/ Lei n. 135	Autoriza o Agente Executivo a consertar a ponte sobre o rio Santa Rita na cidade de Araxá conforme o orçamento por causa da urgência do serviço.
					Lei n. 137	Aprovação dos estatutos do Conselho Distrital de São Pedro d'Alcantara do Araxá.
					Lei n. 138	Aprova orçamento do Conselho Distrital de São Pedro d'Alcantara para o exercício de 1902.
					Lei n. 139	Aprovação dos estatutos do Conselho Distrital de Nossa Senhora da Conceição do Araxá.
					Lei n. 140	Aprova orçamento do Conselho Distrital de Nossa Senhora da Conceição para o exercício de 1902.

Fonte: SAPP/FCCB

Nota: Dados organizados pela autora

## ANEXO 4

### MAPEAMENTO DAS ESCOLAS PARTICULARES EXISTENTES NO MUNICÍPIO NO PERÍODO DA PRIMEIRA REPÚBLICA

ANO DOCUME NTO	ESCOLA	PERIODO DE VIGÊNCIA	FUNDADOR	SÉRIES (CLASSES)	CARACTERÍSTICAS
1904 PASTA 19	Renomados Collegio Marista	Fundado em janeiro de 1904		Externato de internato de instrução secundária e superior	Subvenção de 2.000.000 Lei n. 172 de 30/01/1905 condicionado á: Posse e do mínimo do prédio pela câmara, frequência superior a 30 alunos corpo docente completo e idôneo, casa “higienização” e espaço mobiliário escolar completo; fiscalização pela Câmara 2 vezes ao mês ; subvenção paga em prestação semestrais vencidas depois de provar que o colégio vive a frequência exigida e não houve mais de 2 faltas mensais de cada professor.
Projeto n....de 08/04/1905 Pasta 19	Colégio de instrução primária e secundária	1905 a	Maria de Magalhães	Instrução primária e secundária	Subvenção de 500:000 ao colégio de instrução primária e secundária fundado na cidade e dirigido pela professora Dona Maria de Magalhães, paga por semestres vencidos.

Fonte: SAPP/FCCB

Nota: Dados organizados pela autora

## ANEXO 5

### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NA ESCOLA ESTADUAL DELFIM MOREIRA

(continua)

TIPO DO DOCUMENTO	ANO	RESPONSÁVEL	ESPECIFICIDADES
Álbum de Araxá			Biografia do Drº Delfim Moreira da Costa Ribeiro com o nome dos professores de 1911 até 1969. Contém também o significado do nome Araxá e fundação de Araxá; lenda da fundação da cidade.
Ponto diário alunos do 2º ano feminino.	1927	Prof. Maria Cândida de Almeida	Fev a Nov de 1928. Resumo, matrícula e frequência.
Ponto diário dos alunos do 1º ano misto A	1928	Dir subs. Rita dos Santos Prof. Minervina Amorim	Consta a frequência dos alunos, falta justificada, transferências e alunos novatos. De julho de 1928 a nov de 1932.
Ponto diário 4º ano misto	1928	Prof. Carmosina Guimarães.	Julho de 1928 a novembro 1930. Número de alunos, frequência, faltas, aprovações, dias letivos.
Ponto Diário 1º ano misto H	1928	Pof. Celuta Silva	Março a julho de 1928. Resumo de matrícula, frequência, não frequentes com causa justificada e não justificada.
Ponto diário 1º ano E	1928	Prof. Celuta Silva	Agosto a novembro de 1928. Idem.
Ponto diário 1º ano F	1928	Prof. Maria Cândida de Almeida	Fev. a Nov. de 1928. Idem.
Ponto pessoal docente e administrativo 31 de março de 1928. a janeiro de 1929	1928	Diretora Maria de Magalhães	Idem
Ponto diário 2º ano misto A	1929	Prof. Maria C. Almeida	Abril de 1929 a nov. de 1929. número de alunos ( n. de ordem, n. matrícula), aproveitamento, procedimento, faltas, dias faltoso e dias comparecidos.
Ponto diário 3º ano B	1929	Prof. Celuta Silva	Fev. a Nov. de 1929. Idem.
Ponto diário 2º ano misto A	1929	Prof. Maria Cândida de Almeida	Fev a Março de 1929. Idem



**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NA ESCOLA ESTADUAL  
DELFIN MOREIRA**

(continua)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
Ponto diário 1º ano misto B Abril a novembro de 1929	1929	Prof. Jupira Maciel	Resumo, porcentagem de alunos, freqüência.
Ponto pessoal docente e administrativo Jan. a agosto de 1929	1929	Diretora Maria de Magalhães	Contem termos de abertura e fechamento, anotações de faltas justificadas ou não, presenças, data, especificação de turno. Contem as datas comemorativas sessão de auditório, dia da leitura, dia das mães. Soma total de presença, aulas incluindo o sábado.
Ponto diário 3º ano Feminino	1930	Prof. Maria C. Almeida Dir. Maria de Magalhães	Fev a nov. de 1930. Número de alunos, n. de ordem, n. de matrícula, freqüência, faltas e porcentagens. Transferências de alunos.
Ponto diário 2º ano masculino	1930	Prof. Celuta Silva	Fev a Nov de 1930. Idem.
Ponto diário 1º ano masculino B- fev a Nov de 1930	1930	Prof. Jupira Maciel	Idem Acima
Ponto pessoal docente e administrativo 30/04/1930 a 05/09/1930	1930	Idem	idem
Ponto diário 1º ano misto - fev a agosto de 1931	1931	Prof. Jupira Maciel	Idem Acima
Ponto de pessoal docente e administrativo de 17/03 a 14/03	1931	Idem	Idem
Ponto pessoal docente e administrativo 01/02 a 05/10/1932	1932	Alice Moura - auxiliar	Idem
Ponto diário de registro 1º ano B do I turno	1934	Prof. Célia Cheir	Fev a Novembro de 1935. Resumos, porcentagens, freqüência e números de alunos.

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NA ESCOLA ESTADUAL  
DELFIM MOREIRA**

(continua)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
Boletim movimento escolar	1935	Alice Moura- Diretora substituta	Contam com relatos de professoras que foram substituídas e o tempo destas substituição. Fevereiro de 1935 a novembro de 1935
Ponto diário 3º ano misto	1935	Prof. Maria Afonso	Fev. a nov 1935. Idem acima.
Ponto diário de registro 3º ano A	1935	Prof. Célia Cheir	Fev a março de 1935. Idem acima.
Ponto diário de registro 3º ano A	1935	Prof. Célia Cheir	Considerados notas a parte referente ao 3º ano
Ponto diário de registro 2º ano misto Fev a novembro de 1935	1935	Prof. Célia Cheir	Idem acima
Ponto pessoal docente e administrativo 01/06/1935 a 31/07/1935	1935	Maria de Magalhães	Idem
Ponto diário 4º ano misto	1936	Prof. Maria Afonso	Fev. a Nov. de 1936. Idem.
Ponto diário de registro 3º ano - fev a Nov de 1936	1936	Prof. Célia Cheir	Idem Acima
Ponto pessoal docente e administrativo 03/11/1936 a 10/09/1936	1936	Maria de Magalhães	Idem
Ponto diário 2º ano misto	1937	Prof. Maria Afonso	Fev a Nov. de 1937. Idem.
Ponto diário de registro 1º ano - fev a Nov de 1937	1937	Prof. Ilka Baptista	Idem Acima
Ponto pessoal docente e administrativo 01/02/1937 a 10/1945	1937	Maria de Magalhães	Idem
Ponto diário 1º ano misto	1938	Prof. Maria Afonso	Fev. a Nov. de 1938. Idem.
Ponto diário turma mista - II turno	1938	Prof. Luzia de Souza	Resumos, porcentagens, frequência e eliminados.
Ponto diário de registro 1º ano - fev a Nov de 1938	1938	Prof. Ilka Baptista	Idem Acima

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NA ESCOLA ESTADUAL  
DELFIN MOREIRA**

(continua)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
Registro de matrícula	1939	Dir. Maria de Magalhães	Nomes de alunos com respectivos pais, e separados por professora. Grau de instrução dos pais. Alunos eliminados, transferidos e novatos.
Registro de frequência 2º ano	1939	Prof. Agar de Afonseca e Silva.	Fev. de 1939 a junho de 1940. Data de nascimento, idade completa, n. de matricula, resumo de matricula, total de masculino e feminino, porcentagem / frequência.
Registro de frequência classe n. 13	1939	Prof. Jupira Maciel	Fev. a junho de 1939. Data de nascimento, idade completa, repetentes.
Registro de frequência 1º ano repetente	1939	Prof. Dalva dos Santos.	Fev 1939 a julho de 1940. data de nascimento, idade completa, resumo de cada mês com frequência.
Registro de frequência 1º ano repetente tipo Cr.	1939	Prof. Catarina Pereira Valle	Fev. de 1939 a maio de 1940. Idem.
Ponto diário	1940	Prof. Lygia Valle	Fev de 1940 a 1941. Número de alunos, frequência, aprovações e médias de comportamento.
Classe n. 22 Br (repetentes)	1940	Prof. Jupira Maciel	Fev. A julho de 1940. Resumo dos alunos matriculados, soma da presenças diárias.
Registro de frequência 2º ano An	1940	Prof. Maria da Conceição Silva	Fev a nov. de 1940. Número de alunos, frequência, total de promoção e reprovação.
Registro de frequência 3º ano An	1941	Prof. Maria da Conceição Silva	Fev a junho de 1941. Resumo, matricula, porcentagem, frequência.
Ponto diário 3º ano An n. 17 - I turno	1942	Prof. Luzia de Souza	Fev a Nov. de 1942. Número de matrículas, dias letivos, porcentagem de frequência, resumo do comparecimento diário.
Ponto diário 3º ano repetente Br e Cr	1942	Prof. Jupira Maciel	Fev. A Nov de 1942. Número de matrículas, frequências, dias letivos, porcentagem de frequência, resumo dos aprovados, média.

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NA ESCOLA ESTADUAL  
DELFIM MOREIRA**

(continua)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
Ponto de registro segunda turma fev a novembro de 1943	1943	Prof. Corália Fontes	Idem acima mais descrição de atividades (excursão, hora de histórias, jogos para o ensino da aritmética, meio de apuração: prova de língua pátria e aritmética, dramatização, jogos dos cartões para conhecimento dos números, excursão em córrego com o objetivo de ver insetos, plantas, árvores, água, estudo das plantas).
Ponto diário 2º ano An - fev a Nov de 1943	1943	Prof. Luiza Oliveira Faria	Idem Acima. Hora da Pátria, criação da loja escolar, excursão, exposição, rio em classe, auditório sobre a excursão, hora cívica, criação do pelotão da saúde, organizou-se o museu de aritmética e geometria, auditório da inauguração do pelotão da saúde, auditório geral, auditório sobre excursão e vista de inspeção assinada do diário pelo inspetor, diretora e auxiliar. Hora da pátria, provas de língua pátria e de aritmética.
Receitas e despesas da Caixa escolar 05/02/1943 a 30/12/1996	1943	Agar de Afonseca e Silva	Balancete anual da caixa escolar com alimentação, material didático, medicamentos, donativos (ano 55), contribuição.
Atas de reuniões de sábado 07/08/1943 a 15/03/1947	1947	Secretária designada para a escrita da ata.	Relatos dos acontecimentos ocorridos durante o mês na escola.
Atas de reuniões de sábado de 19/04/1947 a 15/10/1948	1947	Idem	Idem

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NA ESCOLA ESTADUAL  
DELFIN MOREIRA**

(conclusão)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
<p>-Ponto diário dos alunos do 2º ano primário (nov de 28 a fev. 29). - 1º ano misto B/ I turno (abril de 1929). - 1º ano misto C . - 1º ano Feminino C (maio de 1929 a julho de 1929). - 1º ano Masculino A ( fev de 30 a nov de 30).</p>	1928	<p>Diretora responsável Maria de Magalhães -Idalina Kodart  -Prof. Firminiana da Cruz.  -Prof Firminiana da cruz  -Prof. Maria Almeida Fontes</p>	<p>Consta de novembro de 1928 a novembro a 1930, os dias letivos, frequência e porcentagem da frequência por aluno matriculado, alunos novatos e transferências.</p>
<p>Registro de pagamento de substituições de professores e pessoal administrativo</p>	1944	<p>Diretor da época</p>	<p>Pagamentos de substitutos.</p>

Fonte: Fonte: Grupo Escolar Delfim Moreira – Araxá - MG

## ANEXO 6

### CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA E RECEBIDA PELO GRUPO ESCOLAR ENTRE 1911 A 1936 – 1ª PASTA DE ARQUIVO

(continua)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
Ofício circular Séc. Interior	1915	Séc. Interior Américo Lopes	12 de março de 1915. Transcreve o que dispõe o Art 28 da lei n. 6 de 16/10 de 1891
Correspondência recebida	1915	Idem	18/02 de 1915. Responde ao pedido de ajuda da diretora para compra de um piano.
Correspondência recebida	1915	Idem	22/02/1915. Parabeniza professora.
Correspondência recebida	1915	Idem	28/09/1915. Autorização de funcionamento de cadeira de professor no segundo turno.
Correspondência recebida	1916	Diretor da Sec. Interior	27/05/1916. Concessão de material didático.
Correspondência recebida	1916	Dir. Séc. Interior Arthur E. Furtado	23/09/1916. Comunica as providências tomadas para o provimento das duas cadeiras vagas desse grupo, abrindo concurso por edital no Minas Gerais de 30/09/1916
Correspondência recebida	1917	Sec. Interior Américo Lopes	03/02/1917. Compra de piano.
Correspondência expedida	1917	Maria de Magalhães	10/06/1917. Solicitação de informação sobre o mínimo de frequência necessária do aluno no corrente em virtude de férias autorizadas pelo dec. 4.798 de 31/05/1917
Correspondência recebida	1917	Sec. Interior de Minas Gerais Chefe da 4ª seção	18/06/1917. Resposta à correspondência expedida pela diretora do grupo.
Correspondência recebida	1918	Idem Diretor Raymundo Felicíssimo.	14/03/1918. Responde com êxito o pedido da diretora de 120 exemplares do livro “1ª leitura” de A. Joviano.

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA E RECEBIDA PELO GRUPO ESCOLAR  
ENTRE 1911 A 1936 – 1ª PASTA DE ARQUIVO**

(continua)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
Correspondência recebida	1919	Raul Franco de Almeida	Resposta ao ofício da diretora para que a Prefeitura Municipal de Araxá providenciasse a limpeza e desinfecção do grupo escolar emprestado para socorro aos gripados, ao qual julga impossível por falta de recurso.
Correspondência recebida	1919	Sec. do Interior	10/05/1919. Resposta ao pedido da diretora de afastamento de alunos infectados pela coqueluche.
Correspondência recebida	1918	Sec. do Interior Arthur E. Furtado.	30/10/1918. Solicita providências a respeito de denúncias sobre uma torneira próxima à “Pensão Central”, onde bebem água pessoas atacadas de tuberculose e morfêia e alunos do grupo.
Circular n. 263	1920	Sec. do Interior Affonso Penna Junior	30/06/1920. Solicita providências a respeito do pequeno número de alunos que concluem o ensino primário, ao passo que as exigências da vida funcional dos institutos de ensino aumentam, menores são os resultados práticos. Alega, ainda, que medidas sejam tomadas, uma vez que a despesa do Estado com as escolas é alta quando poderia aplica-las em escolas de “intuitos singelos, mas úteis”.
Correspondência recebida	1920	Olavo Mendonça Delegado Seccional Uberaba MG	21/08/1920. Recenseamento de 1920.
Correspondência expedida	1922	Diretora da escola para Sec. do Interior Affonso Penna Junior	26/02/1920. Solicitação de autorização de matrículas.
Correspondência recebida	1922	Sec. do Interior Arthur E. Furtado.	02/03/1922. Resposta ao pedido da diretora do grupo para desdobramento do grupo em dois turnos.

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA E RECEBIDA PELO GRUPO ESCOLAR  
ENTRE 1911 A 1936 – 1ª PASTA DE ARQUIVO**

(continua)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
Correspondência recebida	1921	Collectoria Estadual de Araxá- Collector Clodomir de Loyola Cardoso.	08/10/1921. Questiona de um terreno destinado para horto escolar com o desconhecimento do Estado.
Correspondência expedida	1921	Diretora da escola para o Sec. do Interior Affonso Penna Junior.	16/09/1921. Solicita informações sobre a frequência dos alunos que deveriam constar no boletim do corrente mês, uma vez que Secretaria do Interior havia a suspensão das aulas entre 23/07 a 11/08, em virtude da gripe.
Correspondência recebida	1921	Sec. do Interior / Diretor Arthur E. Furtado.	20/12/1921. Instruções sobre a escrituração do funcionamento do grupo, uma vez que este passa a desdobrar-se em turnos.
Correspondência recebida	1922	Diretor da Sec. do Interior Arthur E. Furtado.	05/07/1922. Envia a cópia de fotografia do grupo escolar de Pirapora como modelo para que o grupo de Araxá envie uma igual ao modelo para figurar dentre outras na exposição do centenário da independência.
Correspondência recebida	1922	Prefeito de Araxá Joaquim Cardoso de Menezes	02/12/1922. Institui dois prêmios de 50\$000 (cada), para um menino e para uma menina que concluírem o curso primário com “notas distintas e boa conduta moral”
Correspondência recebida	1922	Sec. do Interior Fernando Mello Vianna	15/12/1922. Comunica a insatisfação da secretaria com o ensino da História e Geografia nos grupos escolares sabido através dos relatórios dos inspetores..
Telegrama	1925	Sec. Interior Sandoval Azevedo	26/10/1925. Permite a entrada da efígie Sagrado Coração de Jesus a pedido das professoras.



**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA E RECEBIDA PELO GRUPO ESCOLAR  
ENTRE 1911 A 1936 – 1ª PASTA DE ARQUIVO**

(continua)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
Correspondência expedida	1925	Maria de Magalhães para o Diretor da Instrução Pública Lúcio José dos Santos.	14/04/1925. Solicita informação sobre procedimentos quanto o que fazer com relação de crianças de 7 a 14 anos, entregues pela autoridade policial e não matriculados no grupo escolar, no qual é respondido que a diretora efetue a matrícula e envie a relação dos alunos.
Correspondência recebida	1925	Sec. do Interior Sandoval Azevedo	16/02/1925. Solicitação de mudanças na organização geral do grupo para adequar às instruções do relatório do inspetor Alceu de Sousa Novaes.
Correspondência expedida	1926	Sec. do Interior Sandoval Azevedo	04/06/1926. Cópia do relatório de instalação do Conselho Escolar der Araxá, conforme solicitação da secretaria.
Correspondência recebida	1926	Sec. do Interior Sandoval Azevedo	08/04/1926. Notificação sobre procedimentos inadequados de algumas professoras “ fracas em disciplinas”e outras, “pouco caprichosas na escrituração do diário de classe”, relatados pelo inspetor Alceu de Souza Novaes.
Correspondência recebida	1928	Inspetor Geral da Instrução Claudionor Lopes	28/01/1928. Informando que as classes escolares deverão ser mistas, sempre que for possível.
Recibo	1928	De Maria de Magalhães para Sec. do Interior.	28/02/1928. Relação de materiais recebidos em 31/03/1928.
Correspondência recebida		Diretor de Expediente Raymundo Felicissimo	Solicitando que a diretora do grupo escolar distribua material nas escolas pertencentes ao município de Araxá.
Correspondência recebida	1930	Sec. Ed. Saúde Pública, Inspetor Geral de Instrução Mario Casasanta.	Informa sobre contratação e permanência de professores no grupo.

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA E RECEBIDA PELO GRUPO ESCOLAR  
ENTRE 1911 A 1936 – 1ª PASTA DE ARQUIVO**

(continua)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
Correspondência recebida	1932	Corpo Técnico de Assistência ao Ensino.	01/07/1932. Comunica a criação do corpo técnico de assistência ao ensino pelo decreto 10. 362 de 31/05/1932
Correspondência recebida		Diretor da Revista do Ensino João Batista Santiago	Solicita a relação de professoras que trabalham no estabelecimento para o envio de exemplares da revista do ensino.
Correspondência recebida	1933	Inspetor Geral da Instrução Severino Casasanta	21/01/1933. Solicita apoio de professores para obter recursos necessários à construção do Preventório São Tarcísio em prol das vítimas do mal da lepra, sendo estas crianças que serão recolhidas e educadas.
Correspondência recebida	1933	Inspetoria Geral da Instrução/ Corpo Técnico de Assistência ao Ensino.	26/09/1933. Felicita as boas sobre as mudanças ocorridas no primeiro semestre de 1933 em que o grupo comunica ter sido “homogeneizada as classes, funcionarem regularmente e com proveito as instituições escolares, esforço do corpo docente para aperfeiçoar os seus métodos de ensino de acordo com as diretrizes da pedagogia moderna”. OBS: Começa-se a perceber a partir desta data (através dos documentos) uma mudança. Seria em função da escola nova?
Correspondência recebida	1933	Sec. Educação e Saúde Pública/ Corpo Técnico de Assistência ao Ensino/ Inspetoria Geral de Instrução	17/11/1933. Solicita de cada professora que respondam um questionário sobre o uso do jornal na sala de aula.
Ofício 986	1934	Diretor Raymundo Felicíssimo Sec. Educação e Saúde Pública`.	20/09/1934. Solicita a relação de materiais e seu paradeiro. Questiona, ainda a entrega (doação) de mobiliário ao Colégio São Domingos.

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA E RECEBIDA PELO GRUPO ESCOLAR  
ENTRE 1911 A 1936 – 1ª PASTA DE ARQUIVO**

(continua)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
Cópia ofício enviado à secretaria de educação e saúde pública	1934	Alice Moura	01/10/1934. Resposta ao ofício 986.
Bilhete de uma mãe de aluno	1934	Sofia de Magalhães Botelho para Alice Moura	17/10/1934. A mãe solicita à diretora que seu filho seja transferido para a classe A, se ele não puder estar nesta classe, mandá-lo para casa. a diretora o transfere para a classe desejada, porém deixa implícito que o faz contra a vontade, visto que seu teste não fora bom e solicita à mãe que o ajude para que possa acompanhar os demais.
Ofício	1934	Mario Cunha, Delegado do Ministério da Educação.	17/10/1934. Requisita de cada grupo exemplares das últimas edições do jornal e o preenchimento de questionário para levantamento estatístico ( não está claro que levantamento e para que), uma vez que Belo Horizonte sediará a 2º Exposição de Jornais Escolares pela Sociedade dos Amigos de Alberto Torres. O delegado pede a cooperação em virtude da classificação com o 1º lugar na exposição, cabida a Minas Gerais. Essa mudança é também percebida na criação do jornal do grupo que antes não existia.
Correspondência recebida	1935	Prefeito Municipal Fausto Alvim	21/02/1935. Solicita o uso do grupo para a palestra do Drº Olyntho de Oliveira, Presidente da “Campanha nacional pela Alimentação de Crianças” e pede à diretora que convide médicos e outras pessoas”gradas” para ouvir o notável “pediatra patrício”.

**CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA E RECEBIDA PELO GRUPO ESCOLAR  
ENTRE 1911 A 1936 – 1ª PASTA DE ARQUIVO**

(conclusão)

<b>TIPO DO DOCUMENTO</b>	<b>ANO</b>	<b>RESPONSÁVEL</b>	<b>ESPECIFICIDADES</b>
Telegrama	1935	Delegado Ministério da Educação	02/1935. Solicita a informação sobre estatística escolar e pede exemplares de jornais para figurar na 3ª exposição imprensa escolar.
Circular	1936	Delegado do Ministério da Educação.	12/11/1936. Informa sobre o envio de gráfico “Organização do aparelho educacional”, que a partir desta data faria parte do plano de trabalho deste ministério.
Circular	1936	Delegado do Ministério da Educação	06/10/1936. Solicita contribuição do estabelecimento com o envio (acompanha a lista dos materiais) para exposição de educação e estatística, promovida pela Associação Brasileira de Educação.

Fonte: Grupo Escolar Delfim Moreira – Araxá - MG

Nota: Dados organizados pela autora

## ANEXO 7

### RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ACERVO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO – BELO HORIZONTE, MG RELATIVOS AO GRUPO ESCOLAR DELFIM MOREIRA

(continua)

<b>Data</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Origem</b>	<b>Assunto</b>	<b>Catalogado Arquivo Público Mineiro</b>
12/01/1908	Ofício n. 7	Manoel Thomaz de Carvalho Brito - secretário interior	Franklin de Castro – prefeito municipal de Araxá	Solicita a visita a presença do engenheiro do estado para avaliar o prédio em que se deseja instalar o grupo e pede ajuda para continuar com a instrução mantendo e sustentando as escolas a custo dos cofres do estado.	
23/01/1908	Ofício n.	Secretário interior	Franklin de Castro – prefeito municipal de Araxá	Solicita a visita de engenheiro do Estado para verificação de condições de prédio particular que se destina ao grupo escolar bem como realizar as modificações necessárias para adequar o prédio	
18/02/1908	Ofício n. 21	Manoel Thomaz de Carvalho Brito - secretário interior	Franklin de Castro – prefeito municipal de Araxá	Explica que o prédio a ser instalado o grupo escolar seria emprestado ao governo estadual provisoriamente, sem que o governo tivesse despesa com o mesmo.	
18/03/1908	Ofício n. 33	Secretario de Interior	Franklin de Castro – prefeito municipal de Araxá	Reitera ofícios de 12 de janeiro e 18 de Fevereiro sobre a realização de obras de melhoramento do prédio emprestado pelo Coronel. Adolpho F. de Aguiar para funcionar o Grupo Escolar	
12/08/1909	Ofício n. 78	Sr Wenceslau Brás Pereira Gomes – presidente do estado	Franklin de Castro – prefeito municipal de Araxá	Envia orçamento da construção do prédio definitivo do grupo escolar e pede ajuda da metade do valor necessário. Afirma que o novo do grupo escolar será Wenceslau Brás.	
04/09/1909	Ofício n. 404	Franklin de Castro – prefeito municipal de Araxá	Magalhães Pinto – Secretário do Interior	Discute o orçamento enviado pelo prefeito municipal para construção do grupo afirmando que a secretario do interior possui a planta de um grupo escolar mais barato. Mas aprova a construção com “muita urgência”.	

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ACERVO DO ARQUIVO  
PÚBLICO MINEIRO – BELO HORIZONTE, MG RELATIVOS AO GRUPO  
ESCOLAR DELFIM MOREIRA**

(continua)

<b>Data</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Origem</b>	<b>Assunto</b>	<b>Catalogado Arquivo Público Mineiro</b>
22/01/1911	Carta Pessoal	Sr Delfim Moreira da Costa Ribeiro	Maria de Magalhães	Solicita ajuda ao presidente do estado para que o irmão prossiga nos estudos na capital em fase da precariedade de recursos da família Chaves de Magalhães	
12/03/1911				Exposição dos serviços e da organização destes de acordo com a rubrica a que pertence: prédios escolares, higiene escolar, moveis escolares, livros, parênteses e material didático e escolar.	
19/05/1911	Correspondência recebida	Franklin de Castro	Eng. Fernando Silveira	Avaliação das Obras do Grupo Escolar Delfim Moreira da cidade de Araxá. Relação de material gasto na obra e o custo. Resume para o secretario do interior o custo e os materiais gastos na obra.	SI-709
29/05/1911	Cor. Exp.	José Ferreira de Carvalho	Franklin de Castro – prefeito municipal de Araxá	Solicita que o estado reponha o prejuízo do construtor do grupo escolar.	SI - 709
Sem data				Planta dos bancos escolares do tipo americano e adaptado pela prefeitura do distrito federal.	SI - 3821
08/06/1911	C. Exp.	Séc. int. Delfim M. da Costa Ribeiro	Franklin de Castro – prefeito municipal de Araxá	Solicita a nomeação de 3 professoras para o Grupo Escolar para o mesmo possa ser inaugurado em 28/09/1911. Solicita, também os passos para a vinda da professora Alice Moura de Oliveira para Araxá, e os passes para que a Maria e Rosa de Magalhães façam uma visita de instrução à capital	
09/08/1911	Cor. Exp	Maria de Magalhães	Diretor de instrução	Designação do Secretario do Interior para a data de inauguração do Grupo Escolar em 28/09/1911	

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ACERVO DO ARQUIVO  
PÚBLICO MINEIRO – BELO HORIZONTE, MG RELATIVOS AO GRUPO  
ESCOLAR DELFIM MOREIRA**

(continua)

<b>Data</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Origem</b>	<b>Assunto</b>	<b>Catalogado Arquivo Público Mineiro</b>
28/08/1911	Cor exp.	Secretaria do Interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Cópia do cartaz de aviso do início da matrícula para o Segundo Grupo Escolar Delfim Moreira.	
22/09/1911	Ofício n. 1195	Secretaria do Interior do Estado de Minas Diretor de Instrução	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Designação de funcionários para o grupo. Professoras Luiza de Oliveira Faria, Rosa de Magalhães, Ana Cândida da Conceição, porteiro João Cecílio Damasceno e servente Rita Augusta Santos.	SI 3031
01/10/1911	Ofício n. 7	Sec int. Delfim M. da Costa Ribeiro.	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar.	Comunica a criação da Caixa escolar	
01/10/1911	Ofício n. 8	Idem	Idem	Comunica a nomeação provisória dos profs. Marcolino Vinaud, M <sup>a</sup> arruda Schlittler e Sylvia de Magalhães para reger as cadeiras vagas.	
24/11/1911	Cor Exp.	Séc Interior Delfim Moreira	Prof. Margarida de Silva Santos	Esclarece que a título de professora exigida pelo estado já fora registrado na Seção de Finanças.	
02/12/1911	Termo de Visita	Secretaria do Interior	Alceu de Souza Novaes – inspetor regional da 25 <sup>a</sup> circunscrição	Relata suas impressões sobre o grupo escolar quanto à organização, administração, salas de aulas, professoras e alunos.	
14/12/1911	Cor. Exp. Relatório anual das atividades do Grupo Escolar	Secretaria do Interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Relata os itens descritos anteriormente e acrescenta que procurou trazer e volta à escola 112 alunas desistentes; solicita a realização de obras no Grupo Escolar e a transformação do terreno do fundo da escolar em um pequeno Campo de experimentação e material necessário aos trabalhos manuais do sexo masculino.	

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ACERVO DO ARQUIVO  
PÚBLICO MINEIRO – BELO HORIZONTE, MG RELATIVOS AO GRUPO  
ESCOLAR DELFIM MOREIRA**

(continua)

<b>Data</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Origem</b>	<b>Assunto</b>	<b>Catalogado Arquivo Público Mineiro</b>
18/02/1912	Ofício n. 30	Sr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro - Secretaria do Interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Solicita que a secretaria do interior efetue o pagamento de 3 professores.	
15/06/1912	Termo de Visita	Sr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro - Secretaria do Interior	Alberto da Costa Mattos – inspetor regional	Relata suas impressões sobre o grupo escolar quanto à organização, administração, salas de aulas, professoras e alunos. Levanta a hipótese de que a infrequência dos alunos se dava em razão da criação de uma escola particular e da construção da linha férrea. Relata ainda, detalhadamente, o funcionamento da sala da prof. Rosa de Magalhães e descreve a comemoração da data de promulgação da Constituição Mineira.	
30/06/1912	Termo de Visita	Sr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro - Secretaria do Interior	Alberto da Costa Mattos – inspetor regional 22ª circunscrição literária	Descreve o funcionamento do Grupo Escolar Delfim Moreira, apresentando um relatório sucinto de cada sala de aula e respectivas professoras. Acrescenta que a pobreza é uma dos fatores da evasão escolar, confirma a hipótese sobre a criação da escola particular do Profº Marcolino Vinaud e o emprego na construção da linha férrea. Informa que assistiu a todas as aulas de todas as salas e orientou as docentes conforme o programa do governo exigia.	
22/08/1912	Ofício n. 52	Sr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro – secretário do interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Solicita a nomeação de uma professora competente para o lugar da professora Zoraida Porphyrio que não poderia ser efetivada no Grupo Escolar Delfim Moreira em virtude de não apresentar os requisitos necessários a uma professora.	



**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ACERVO DO ARQUIVO  
PÚBLICO MINEIRO – BELO HORIZONTE, MG RELATIVOS AO GRUPO  
ESCOLAR DELFIM MOREIRA**

(continua)

<b>Data</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Origem</b>	<b>Assunto</b>	<b>Catalogado Arquivo Público Mineiro</b>
10/02/1913	Ofício n. 7	Sr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro – secretário do interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Envia mapa de matrícula. Neste ano o grupo escolar matriculou 575 alunos.	
01/10/1913		Secretaria do Interior – Coletoria	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Correspondências diversas solicitando o pagamento de professoras substitutas durante sua estadia na capital: Luiza de Oliveira Faria e Alice Moura.	
28/10/1913	Requerimento	Secretaria do Interior	Profª Deolinda da Costa Bellas	Solicita o pagamento de sua gratificação enquanto professora substituta.	
07/08/1913	Carta pessoal	Sr. Sebastião Xavier	Paulina Amorim	Agradece a nomeação dela e das irmãs para o grupo escolar de Araxá e solicita que se peça ao prefeito de Araxá os passes para que se apresentem à direção da escola	
07/09/1913	Ata Comemorativa	Secretaria do Interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Ata da sessão cívica em homenagem à Independência do Brasil.	
19/11/1913	Ata Comemorativa	Secretaria do Interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Ata da sessão cívica em homenagem à Bandeira.	
02/11/1913		Secretaria do Interior – Coletoria	Rita Augusta dos Santos	Papéis diversos que certificam a idoneidade da servente, bem como o recibo das taxas pagas à Coletoria.	
12/11/1913		Secretaria do Interior	Profª Bona Luiza de Amorim	Papéis diversos que certificam a idoneidade e a conclusão do curso normal pela professora nomeada pelo estado para o Grupo escolar Delfim Moreira, bem como o recibo das taxas pagas à Coletoria.	

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ACERVO DO ARQUIVO  
PÚBLICO MINEIRO – BELO HORIZONTE, MG RELATIVOS AO GRUPO  
ESCOLAR DELFIM MOREIRA**

(continua)

<b>Data</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Origem</b>	<b>Assunto</b>	<b>Catalogado Arquivo Público Mineiro</b>
28/12/1913	Relatório	Secretaria do interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Informa o movimento escolar durante o ano de 1913 apresentando: número de matrícula inicial, 619 e final, 478; a frequência das professoras, frequência dos alunos relativa a cada sala de aula;; os resultados apresentados por cada sala nos exames finais; avalia o desempenho do porteiro e da servente; relata as datas comemorativas comemoradas na escola e quais os alunos inscritos no quadro de honra da escola e respectivos prêmios oferecidos; solicita a adequação da sala do museu escolar para o uso de palco para apresentações teatrais que poderiam ser fonte de renda para a caixa escolar; argumenta por meio dos estudos de pedagogos estrangeiros a importância da criação de um campo de experimentação na escola para o ensino de noções de agricultura e pede aprovação para sua realização. Informa que os materiais escolares são parcamente enviados para o grupo escolar, prejudicando o ensino. Informa também que ao iniciar as aulas faz a saudação do Pavilhão Nacional.	
04/02/1914	Ofício n. 7	Sr. Américo Ferreira Lopes	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Solicita a nomeação de uma professora para preencher cadeira vaga.	

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ACERVO DO ARQUIVO  
PÚBLICO MINEIRO – BELO HORIZONTE, MG RELATIVOS AO GRUPO  
ESCOLAR DELFIM MOREIRA**

(continua)

<b>Data</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Origem</b>	<b>Assunto</b>	<b>Catalogado Arquivo Público Mineiro</b>
10/12/1914	Cor. Exp. Relatório anual das atividades do grupo escolar	Secretaria do Interior	Maria de Magalhães	Comunica por meio de relatório anual não de alunos que fizeram o exame final, não comparecimentos, aprovados e reprovados. Exposição de trabalhos manuais e provas mensais. O funcionamento de 8 classes minuciosamente relatado com média da frequência, n. de alunos aprovados em exame de suficiência e observação sobre o trabalho pedagógico da professora. Apresenta as melhorias realizadas no prédio do Grupo Escolar e lamenta que a mobília não tenha sido envernizada nos seis anos de funcionamento do Grupo Escolar. Relata ainda que adquiriu um piano, que recebeu livros de leitura da secretaria de interior e solicita com urgência papel, penas, tinta, lápis, ardósias para auxílio dos alunos pobres. Recomenda a importância da criação de lugares de adjuntos e do curso profissional para que o grupo escolar acompanha a modernidade percebida na agricultura e na indústria.	SI - 3625
18/12/1915	Ofício n. 35	Sr. Américo Ferreira Lopes – secretário do interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Solicita a nomeação de uma professora para preencher uma cadeira vaga há mais de seis meses. Envia mapa de frequência (este não foi encontrado no acervo)	

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ACERVO DO ARQUIVO  
PÚBLICO MINEIRO – BELO HORIZONTE, MG RELATIVOS AO GRUPO  
ESCOLAR DELFIM MOREIRA**

(continua)

<b>Data</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Origem</b>	<b>Assunto</b>	<b>Catalogado Arquivo Público Mineiro</b>
31/12/1915	Idem	Idem Para secretario Américo Ferreira Lopes	Idem	Relata os itens descritos anteriormente e acrescenta que de 5 a 22/08/1915 o Grupo funcionou em dois turnos. Solicita a nomeação de prof. para ocupar cadeira vaga. Informa que o inspetor regional não visitou a escola durante o ano e que o inspetor escolar fez as visitas. Relata a carência de materiais didáticos, giz, materiais de escrita e livros (para o primeiro ano. Solicita o envernizamento das carteiras e reparos no calçamento em redor do prédio. Descreve que a caixa escolar distribuiu 116 uniforme, adquiriu 1 maquina para corte de cabelo e distribuiu 52 premio as festas comemorativas e insiste no aproveitamento do terreno para a pratica agrícola.	
15/05/1916		Secretaria do Interior	Profª Zoraida Porphyrio	Papéis diversos que certificam a idoneidade e a conclusão do curso normal pela professora nomeada pelo estado para o Grupo escolar Delfim Moreira, bem como o recibo das taxas pagas à Coletoria.	
04/08/1916	Ofício n. 23	Ar. Américo Ferreira Lopes- secretário do Interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Solicita a nomeação de duas professoras para preenchimento de cadeiras vagas.	
03/11/1916		Secretaria do Interior	Profª Zoraida Porphyrio	Solicita a sua nomeação como professora efetiva do Grupo Escolar Delfim Moreira	
15/11/1916		Secretaria do Interior	Profª Celuta Silva e Olívia Alves de Carvalho	Papéis diversos que certificam a idoneidade e a conclusão do curso normal pela professora nomeada pelo estado para o Grupo escolar Delfim Moreira, bem como o recibo das taxas pagas à Coletoria.	

**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ENCONTRADOS NO ACERVO DO ARQUIVO  
PÚBLICO MINEIRO – BELO HORIZONTE, MG RELATIVOS AO GRUPO  
ESCOLAR DELFIM MOREIRA**

(continua)

<b>Data</b>	<b>Tipo de documento</b>	<b>Destinatário</b>	<b>Origem</b>	<b>Assunto</b>	<b>Catalogado Arquivo Público Mineiro</b>
19/11/1916	Ata de Sessão Cívica	Secretaria do Interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Ata da sessão cívica em homenagem à Bandeira.	
08/12/1916	Ata da Sessão de entrega de certificados	Secretaria do Interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Ata da sessão solene de entrega de certificados aos alunos que concluíram o curso primário em 1916.	
30/12/1917	Relatório	Sr. José Vieira Marques – secretaria do interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Informa o movimento escolar durante o ano de 1917 apresentando: número de matrícula inicial: 621 e final 365; a frequência das professoras, frequência dos alunos relativa a cada sala de aula;; os resultados apresentados por cada sala nos exames finais; expõe as falhas nas atitudes de uma professora e seu fraco desempenho com os alunos; avalia o desempenho do porteiro e da servente; relata as datas comemorativas comemoradas na escola.	
09/03/1918	Ofício n. 8	Sr. Raymundo Felicissimo – diretor da secretaria o interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Envia mapa de matrícula. Neste ano o grupo escolar matriculou 520 alunos.	
10/09/1918	Ofício n. 12	Sr. Raul Soares – Secretário do Interior	Maria de Magalhães – diretora do grupo escolar	Envia o programa da comemoração da Independência do Brasil, relatando a festa.	

Fonte: Arquivo Público Mineiro – Belo Horizonte, MG

Nota: Dados organizados pela autora